



---

# Trilhos

MEMÓRIAS.  
POR VEZES,  
QUASE UM DIÁRIO.

**Luís Valente de Oliveira**

VOLUME

9

---

12



ÍNDICE

---

VOLUME

9

**CAPÍTULO XXIX**

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

– 5 –

**CAPÍTULO XXX**

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

– 137 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 368 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 370 –



## CAPÍTULO XXIX

### A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

Era inevitável que teríamos de realizar um encontro com a ANMP por causa do Orçamento do Estado. O que estava sempre em causa era o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), mas eu não queria que ele fosse o ponto exclusivo da agenda. Por isso, em 10 de Setembro, combinei com o Secretário de Estado da Administração Local, quais os pontos que eu me propunha tratar: situação dos PDM; situação dos programas operacionais a integrar no PDR; contratos-programa a celebrar; linhas de crédito com juros bonificados para investimento; situação da transferência de competências para os Municípios; código de avaliações; preparação de um decreto-lei sobre preferência na aquisição de habitação, de acordo com o valor da sisa declarada; aplicação da lei dos disponíveis à Administração Local, por via da criação de um quadro de excedentes para as Câmaras Municipais; taxas a aplicar aos terrenos expectantes; e, finalmente, as bases para o Orçamento do Estado relativamente aos Municípios, leia-se o FEF! Assim se fez.

\*

Nos dias 15 e 16 de Setembro estive em Haia, para participar na Conferência de Ministros Responsáveis pelas Colectividades Locais (10ª Sessão), do Conselho da Europa. O Secretário-geral do Conselho da Europa começou o seu discurso pela expressão de uma constatação forte: nos países de Leste da Europa, a seguir à euforia, tinha vindo o desencantamento! Todos haviam esperado encontrar a grande Europa da prosperidade e da paz; mas o caminho estava a revelar-se mais árduo do que o esperado! Era preciso dispormos de instituições democráticas e eficientes; mas os condicionamentos orçamentais eram enormes! Ele propunha que, em 1994, se realizasse um encontro subordinado ao tema “Democracia regional

e local na Europa Central”. Todos estávamos sensibilizados para a importância do tema, porque sabíamos que, se não houvesse reforço do protagonismo a esse nível, não iria ser fácil o sucesso somente com o envolvimento das instâncias centrais dos diferentes países.

O anfitrião chamou a atenção para as grandes cidades e suas periferias; ao aumento da escala estavam associados problemas acrescidos no campo do mercado de trabalho, dos transportes, do lazer e de outros domínios. Deveria dar-se uma atenção especial ao reforço das capacidades de gestão dos órgãos locais e à cooperação entre autarquias vizinhas. As autoridades nacionais deveriam intervir mais, quer na faceta de incitamento quer também na condicionadora, quando tal se justificasse (no domínio do ambiente, por exemplo). A eficácia e a eficiência deveriam preocupar-nos. E as muitas tarefas que havia que levar a cabo conviria que fossem repartidas pelos escalões nacional, regional e local.

Fiel aos meus hábitos eu fui o primeiro a intervir. Fiz referência ao modo como estávamos a reforçar o Poder Local e ao apoio que já havíamos dado a alguns países da Europa Central, aparentemente com sucesso, porque eles estavam a adoptar aquilo que tinham visto em Portugal. Depois falaram quase todos os ministros presentes: Reino Unido, Bulgária, Chipre, Itália, Noruega, Polónia, Turquia, Grécia, Dinamarca, Finlândia, Suíça, Hungria e França. Intervieram ainda os representantes da Comissão Europeia (Eneko Landaburu) e da Conferência Permanente das Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa. Hoje fica-se admirado por praticamente metade dos representantes ter feito as suas intervenções em francês. As línguas da conferência eram só duas: o inglês e o francês. Hoje não haveria ninguém a fazê-lo; a França perdeu a batalha da língua, porque não investiu nisso o suficiente...

O ministro inglês referiu que estavam a evitar as “two-tiers authorities”. A Primeira-Ministra Margaret Thatcher tinha acabado com o Greater London Council, o qual havia feito boa obra, mas era dominado pelo “Labour”. Isso era suficiente para ela ir condicionando a sua acção até extingui-lo. As suas funções ficaram no ar e, obviamente, vieram mais tarde a ser retomadas. Mas, para ele o importante, ao nível local, era “the control of expenditure”! Tinha de se saber o que estava a ser feito e por quem. “Clear accountability”! Era muito pouco a favor da

coordenação; se as autoridades locais sentissem necessidade de a fazer, tomariam a iniciativa (Isso não é verdade nem em Londres, nem em qualquer outra parte). Não deveríamos exagerar a importância da coordenação; o que importava era ter comunidades viáveis; detestava a ideia de haver dois níveis de actuação local; isso só conduziria à confusão!... (Era evidente que eu não estava nada de acordo com esta expressão genuína do “thatcherismo”...).

Não identificarei pessoalmente mais nenhuma intervenção.

As cidades grandes estavam a crescer mais. Os problemas de ambiente eram enormes. Estavam a ensaiar soluções de cooperação central/local. A integração centro/periferia espontânea era, seguramente, uma possibilidade mas estava-se a revelar insuficiente. A cooperação entre comunas deveria ser estimulada. Era importante a articulação entre democratização crescente e eficácia da acção; de modo igual entre autonomia e desenvolvimento. As soluções mais autonomizadas poderiam proporcionar resultados mais criativos. A cooperação espontânea só ocorria quando todos tivessem nisso um interesse estratégico patente. Nessa ocasião a Polónia tinha 2.500 Municípios dos quais 800 eram cidades! A transferência de competências para as Autarquias locais era muito recomendada. O nível metropolitano para alguns era somente para coordenação da acção e não uma instância de poder. Copenhague tinha, nessa altura (1993) 1,7 milhões de habitantes; era um terço da população do país. Mas Atenas tinha 4 milhões e na sua área metropolitana estava fixada metade da população grega! O sector em que a coordenação mais se impunha era o dos transportes. A cooperação voluntária era possível, mas somente em matérias nas quais houvesse concorrência e onde todos queriam sempre mais; ela não era viável para todas as situações. Em Helsínquia (1 milhão de habitantes) havia um conselho metropolitano que integrava quatro municípios e tinha funções especiais no sector do ambiente (esgotos, lixos, etc.); o conselho queria alargar as suas funções mas os Municípios não o permitiam. Um delegado recomendou que, nas estruturas metropolitanas, houvesse sempre um envolvimento expressivo do governo central ou regional; mas alertou contra o excesso de voluntarismo; conduziria sempre a tensões inconvenientes. A arquitectura institucional deveria, em todos os casos, ser simples e clara de

modo a que todos a entendessem e se soubesse a quem competia desempenhar o quê? O assunto era palpitante! Houve uma segunda volta de intervenções. Havia quem não acreditasse na disciplina voluntária e exprimisse o seu convencimento acerca da necessidade de estabelecer regras firmes para serem cumpridas. Outros que preconizavam o estabelecimento de parcerias entre o sector público e o sector privado. Tivemos a informação de que Istambul crescia cerca de 400.000 habitantes todos os anos. Era preciso ordenar o território de todos os países de forma a que as pessoas ocupassem uma rede de polos de tamanho equilibrado sem constituírem cidades de tamanho imenso e de crescimento descontrolado. As cidades transfronteiriças, como Genève ou Basileia, punham problemas muito especiais. A Hungria, como certos países, afirmou a decisão de criar um nível de administração entre o local e o central. Deveríamos lutar contra uma especialização excessiva do território em que de um lado estivessem habitações sem emprego e do outro emprego sem habitações.

O segunda tema do encontro respeitava ao “referendum local”, do qual alguns países, como a Suíça, eram praticantes frequentes. O próprio delegado suíço referiu-se a isso com alguma ironia; começou por dizer “ils sont fous ces suisses”, mas justificou que, para eles, isso era “l’essence même de la démocratie”. Mas praticavam-no para coisas que iam desde o horário de abertura das lojas até à integração na Comunidade Europeia. Referiu-se às virtudes pedagógicas do *referendum* e à importância da procura de consensos. Considerava que os referenda locais eram mais eficazes, pelo facto da população compreender melhor o que estava em causa e, por isso, participar com maior nível de preparação. Mas nem todos faziam o elogio do *referendum*. Deveria ser reservado para assuntos realmente importantes. Em Espanha, por exemplo, a Constituição de 1978 permitia realizá-los, mas somente com carácter consultivo e respeitando a matérias de âmbito local; estava mesmo fixado que este era exclusivamente municipal e deveria ter como objecto matérias que eram competência dos Municípios. Considerava que a sua generalização indevida produziria o descrédito junto dos Cidadãos. Discutiu-se a formulação das perguntas; deveriam ser poucas e muito claras.

Na Alemanha não existiam mecanismos de democracia directa, ao nível federal; eram uma democracia representativa e estavam satisfeitos com o seu funcio-



namento. O Baden-Wurtemberg tinha aberto a porta à realização de referenda, mas parecia que ele iria confinar a sua prática aos pequenos “länder”. Houve alguns que sublinharam mesmo os grandes inconvenientes do *referendum*. Um contrapôs o *referendum* à consulta popular local, no qual via bastantes virtualidades, desde que tivesse ambições simplesmente consultivas.

\*

Eu acompanhava de perto a homologação dos Planos Directores Municipais. Era inadmissível que se arrastasse tanto os pés, sempre com as desculpas mais descosidas... A parte do País onde eles faziam mais falta era o Algarve. Por isso, em 20 de Setembro, fiz o ponto de situação com o Presidente da Comissão de Coordenação Regional. Um deles já estava na Direcção-geral do Ordenamento do Território, mas tinha começado a ser elaborado ao abrigo da legislação anterior, de modo que os técnicos estavam cheios de dúvidas acerca da sua adaptação à nova legislação; foi preciso dar orientações e assegurar que o Autarca respectivo estaria na disposição de fazer as necessárias reformulações. Havia uns tantos PDM que tinham sido encomendados a gabinetes privados “baratinhos” e que não estavam a dar resposta. Uns tantos encontravam-se em condições de ser submetidos à apreciação da Comissão Técnica, mas, por razões para mim obscuras, esta não reunia. Depois de tudo “espremido” fiquei com a impressão de que teríamos dez novos PDM até ao fim do ano. Mas a disciplina aborrece os Portugueses! Para ter o País ordenado é preciso estar sempre em cima dos órgãos responsáveis, correndo-se o risco de suscitar algumas manifestações de impaciência ou de irritação com acolhimento certo na comunicação social.

\*

As perspectivas para o FEF de 1994 eram desastrosas! O Ministro das Finanças tinha fixado “crescimento zero!”. Como é que eu iria enfrentar a ANMP? Sempre habituada a vê-lo crescer e a protestar, invocando sempre que a lei não era cumprida... Eu tinha de começar a reunião fazendo o inventário de todos os fundos susceptíveis de canalização para os Municípios. Inteirei-me sobre isso, no dia 20 de Setembro.

Eles haviam recebido do FEDER, 60 milhões de contos em 1992, quase 60 em 1993 e em 1994 iriam ter 35 milhões (do II QCA – com intervenções regionais mais renovação urbana), mais quase 15 milhões de reembolso do I QCA para obras que não haviam sido concluídas antes, mais cerca de 10 milhões do fundo de coesão, para realizações intermunicipais. Havia ainda mais algumas contribuições do Fundo EFTA, do INTEREG II (só para os fronteiriços), do LEADER II e do Programa de Desenvolvimento Rural tudo somando cerca de 5 milhões de contos. Tudo perfazia 65 milhões de contos, o que era da ordem do que haviam recebido nos dois anos anteriores, mas isso não adiantava muito porque já o tinham dado como adquirido. O pior era o FEF!

Ainda hoje (2016) vejo nos jornais que a ANMP se queixa, dizendo que não foi cumprida a lei. Esta, manifestamente, deveria ser alterada, porque o indicador de aferição (o IVA) foi escolhido com alguma imprudência, dado que não se sabia como ele iria evoluir. Mas é certo que não haverá facilmente uma conjugação de forças no Parlamento que afronte as agruras da mudança!...

\*

Na sequência de um pedido do Conselho da Europa, em 20 de Setembro, e depois de conversas com o Secretário de Estado, resolvi propor que a reunião a realizar em Portugal, em 1995 (Maio/Junho) tivesse dois temas: i) O papel das Autarquias Locais no Desenvolvimento Económico; e ii) A privatização de serviços municipais. Todavia, seria bom fazer precedê-la de uma, só para Portugueses, a realizar em Outubro/Novembro de 1994, em que trataríamos dos mesmos temas internamente, para eu poder reflectir na reunião geral, uma posição que representasse a visão que Portugal tinha acerca dos dois tópicos, com o envolvimento dos seus intérpretes no terreno.

\*

Em 21 de Setembro tive uma notícia que poderia ser alarmista ou salvífica, consoante o ponto de vista. Segundo projecções da Secretária de Estado do Orçamento a previsão de evolução do IVA conduzia ao seu decréscimo. Como se sabe a evolução do valor do FEF estava indexada à do valor do IVA. Ora, se este descia

também o deveria fazer o daquele; isso seria intolerável para os Municípios. Ou, dadas as circunstâncias, poderia a do FEF ficar em zero, como preconizava o Ministro das Finanças e eu poderia “lavar as mãos”. Qualquer que fosse a alternativa, para mim isso constituiria sempre um embaraço.

\*

Nos anos a seguir ao 25 de Abril tinha havido uma vaga de admissões para guarnecimento dos quadros das Câmaras completamente desrazoável. As admissões haviam sido políticas, familiares, de afinidade pessoal, enfim, tudo menos claro do que deveria ser...

Em 1993 foi criado o quadro de excedentes disponíveis da Administração Central. Paralelamente foi também criado um quadro paralelo dos excedentes disponíveis municipais. Quem é que o suportaria? Os Municípios diziam que deveria ser o Governo, dado que a ideia era da sua autoria. Mas quem havia “excedido”, mais do que o legal, o razoável, haviam sido as próprias Câmaras. O Ministério das Finanças era inflexível: não tinha nada que pagar! No fundo iria ser eu a ter de encontrar uma solução. Por isso dei indicações ao Secretário de Estado para que a Direcção-geral da Administração Autárquica apresentasse uma solução que fosse palatável para a ANMP e que partisse do pressuposto que do Tesouro não viria um centavo.

\*

No dia 21 de Setembro recebi uma delegação da ANMP chefiada pelo seu presidente. Começou logo por se queixar de que eu não os havia recebido ao longo dos últimos dois meses! Isso fazia prever qualquer coisa!... E má!...

Já sabia que o PIDDAC iria crescer 20% e que o Governo se preparava para conceder, incorrectamente, algumas isenções incentivadoras do investimento na periferia o que, no seu entender, era um abuso. Estimava que a inflação viesse a ser de 7% a 8% e que isso teria de ter consequências quanto ao valor das transferências; não poderiam ser as Autarquias prejudicadas no valor “real” daquilo que fosse transferido.

Insistiu no escrupuloso cumprimento da lei (Não lhe comuniquei que o IVA iria provavelmente diminuir, arrastando o FEF nessa descida. Teria tido um “chilique” na minha frente!...). Não compartilhava da minha visão optimista sobre a evolu-

ção dos fundos comunitários. Eu não lhe havia dito nada e ele não tinha, de certeza, informação fidedigna vinda de Bruxelas. Tratava-se de um mero expediente para marcar posição. Mas já havia feito projecções, afirmando que o Governo iria ficar com 40,3%, as empresas com 42,3% e as Autarquias somente com 9,6%. Isso não seria justo! As disparidades eram enormes.

Chegou ao ponto de dizer que deveria deixar de haver eleições para as Autarquias Locais, nomeando o Governo funcionários que executassem as suas instruções. Haviam feito reuniões entre eles e nunca admitiram que o FEF teria um crescimento zero; admitiam que fosse pouco, mas não nulo. Tinham aceite a transferência de competências que, agora, lhes iria custar os olhos da cara! Relembrou o caso dos Transportes escolares cuja transferência havia tido lugar no Governo do Bloco Central (1983-1985), portanto, quase dez anos antes. Era certo que os impostos directos também iriam diminuir. Tinha eu uma receita praticável para gerir as Câmaras, nessas circunstâncias?

Em relação ao quadro de excedentes disponíveis, lembrou que não havia legislação que lhes permitisse despedir pessoal; iriam cair numa situação de inviabilidade. Pelo tom dado desta primeira reunião sobre o Orçamento do Estado na qual afloraram já elementos relativos ao Plano de Desenvolvimento Regional, eu percebi que o que me aguardaria, nas semanas seguintes, seria um processo doloroso. Eles estavam habituados a um crescimento permanente. O que eu tinha para lhes oferecer era bom no que respeitava ao PDR mas obrigava-os a compor contrapartidas exigentes se quisessem ter acesso aos fundos comunitários; Em relação ao orçamento corrente era um congelamento com o qual eles não se conformavam, especialmente porque a aprovação do Orçamento cairia em plena campanha eleitoral para as Autarquias e a execução começaria por respeitar ao primeiro ano do mandato, quando eles queriam cumprir imensas promessas, vendo-se sem meios para o fazer.

Uma reunião bem pouco simpática!

\*

Em 29 de Setembro chegou-me a notícia da pretensão de Mação e de Vila de Rei para passarem da Região do Centro para a de Lisboa e Vale do Tejo. Achavam que

Lisboa era, para eles, mais próxima e que não tinham afinidades nenhuma com Coimbra. Na sequência de tal, encarreguei as duas Comissões de Coordenação Regional de se articularem com os Autarcas e de proporem uma decisão. Como se tratava praticamente de uma “arbitragem” designei como árbitro-geral o Director-geral da Administração Autárquica. Tudo foi rodeado das maiores cautelas políticas e fundamentado em critérios técnicos.

Em Governos seguintes vi fazerem-se alterações semelhantes sem qualquer espécie de fundamentação, apenas com critérios oportunistas para se receber mais ajudas comunitárias em certas áreas. Eu devo dizer que tenho da divisão administrativa um conceito muito estruturado em que, aos elementos quantificáveis, se têm de juntar muitas justificações intangíveis. No fundo estávamos a bulir com a identidade das pessoas e isso é um assunto muito sério. Não é tema para tomar “à la légère!...

\*

Como se aproximava a discussão do Orçamento e a parte autárquica era sempre complicada, resolvi reunir-me com Autarcas experientes do partido do Governo para auscultar o seu sentimento relativamente às medidas propostas. Estiveram presentes os Presidentes das Câmaras de Oeiras, da Covilhã, de Vila Nova de Poiares e um representante da ANMP. O Secretário de Estado esteve, obviamente, presente. As suas recomendações e observações foram as seguintes:

A legislação que se estava a produzir era muito centralizadora; havia demasiados pareceres vinculativos que cerceavam a autonomia das Autarquias. Por que se consultava o Serviço Nacional de Bombeiros a respeito da construção de quartéis? (Ai de mim se o não fizesse!...). Havia burocracia a mais na área do urbanismo (Havia muita gente a recomendar-me o contrário...). Dever-se-ia dar mais importância à regulamentação do que à fiscalização; esta estimulava a corrupção, num país de quintas e quintinhas... O problema das isenções dos impostos concedidos pelo Governo, sem ressarcimento das Câmaras era real (Essas isenções respeitavam, na maior parte dos casos, a incentivos para a localização de empresas cuja fixação contribuiria para o progresso das terras...). O facto de se ter posto todos os funcionários a pagar impostos tinha levado a uma sangria nos quadros municipais; por que não se deixava pôr as próprias Câmaras a pagar a parcela

adequada dos impostos dos seus quadros? Não se deveria manter a regra dos 40% das despesas correntes e 60% para despesas de investimento; os ordenados iriam aumentar muito, não sendo possível vir a observar aquele preceito no futuro. Deveria ser facilitada a concessão de serviços municipais a empresas privadas (Um dos tópicos da reunião de Haia). Os Municípios estavam a confrontar-se com grandes dificuldades para programar com rigor as suas obrigações; havia demasiados parâmetros variáveis. Eu deveria diligenciar no sentido de obter taxas de juro muito bonificadas para compor a parte não comparticipada por Bruxelas dos investimentos camarários. Os maiores problemas eram de curto-prazo e não de médio ou longo, dentro do princípio que, para este horizonte, “estariamos todos mortos”... Queriam ir a Bruxelas defender a necessidade de um aumento das ajudas! Não era pôr em causa o PDR! Era só justificar a necessidade de mais meios... O FEF é que era o principal... como eu suspeitava! As obras por administração directa deveriam ser consideradas como investimento (Eu tinha grandes reservas em relação a esta interpretação; ela poderia ser a porta aberta para muitos abusos).

\*

Em 13 de Outubro veio de novo falar comigo o Presidente da Câmara de Castelo Branco que estava muito empenhado no investimento chinês. Deve ter sido um precursor!... Já tinha averiguado que eles dispunham de capitais abundantes e que queriam aplicá-los nos sectores do imobiliário e do turismo. Mas queriam o estatuto de estrangeiros residentes. O grupo havia sido conduzido para Portugal pelo Governador de Macau. Mas eu teria de obter a anuência do meu Colega da Administração Interna. Foi o que prometi fazer. O Presidente da Câmara logo me foi dizendo que havia mais três alternativas para os chineses: os Estados-Unidos (que reclamavam um milhão de dólares de depósito, mas lhes davam passaportes de investidores), o Canadá e a Austrália. Os chineses preferiam Portugal, alegadamente, por causa da nossa afabilidade e do nosso espírito acolhedor e porque nunca viríamos a ser uma grande potência. A primeira fatia de investimento seria de 200 milhões de dólares. Eu cumpri o que prometi, mas nunca tive retorno da informação. Não sei se, depois das minhas diligências, os chineses ficaram ou não seduzidos pelo acolhimento dos Albicastrenses...

Havia, em Castelo-Branco, uma zona enorme de barracas. A Câmara estava a fazer um grande esforço para a recuperar por via da construção de arruamentos urbanos, zonas de lazer e outros equipamentos. Tratava-se de uma área de 100 hectares e o terreno já era da Câmara. A operação custaria um milhão de contos em quatro anos. Disse-lhe que qualquer apoio só poderia revestir a forma de um contrato-programa devidamente formalizado. Mas as formalizações impacientavam-no... Todavia, só dessa forma é que as coisas poderiam avançar.

Disse-me que, nessa ocasião, havia 14.000 jovens em Castelo-Branco. Teria de fazer muitas coisas para os reter! Uma delas era uma rede de ar propanado que pudesse abastecer as pequenas e médias empresas que se queriam instalar. Já havia um estudo elaborado pela Gás de Portugal em colaboração com a Câmara de Castelo-Branco.

Era um homem com muito dinamismo e imaginação. Retirou-se pouco depois, nunca mais tendo eu ouvido falar dele.

\*

Em 15 de Outubro de 1993 ainda estávamos às voltas com a definição do valor que poderíamos orientar para a construção ou remodelação dos edifícios das Juntas de Freguesia que era um tema da maior sensibilidade na discussão do Orçamento de Estado. Representava um indicador da atenção que dávamos ou não à democracia local. Há poucos dias (2016), vi num jornal que uma delas havia sido transformada em sala mortuária... A notícia não era sobre essa transformação. Consistia unicamente na identificação da sala mortuária... “antigo edifício da Junta de Freguesia”... Mudam-se os tempos, mudam-se os usos...

\*

Falava-se muito da consolidação da rede urbana, mas era preciso encontrar soluções práticas para o fazer. Em vez de tomarmos o País todo de uma feita, solicitei às Comissões de Coordenação Regional que fossem desenvolvendo o tema no espaço de cada uma. O que estava em causa era concentrar em certos nós os investimentos públicos e privados e dar prioridade a certos eixos que uniam aqueles pontos. Tratava-se da concretização da ideia das cidades intermédias através de

contratos de desenvolvimento que favorecessem a concentração do investimento. Procurar-se-ia definir o diferencial de equipamento que melhoraria a composição funcional daqueles centros. Tudo se deveria fazer por negociação e contractualização; estas tinham de ser “banalizadas”.

Os contratos convinha que fossem polivalentes, para atender exactamente à diversidade das funções que importava robustecer. A condição liminar para se poder conversar era que o Município em causa tivesse o seu PDM aprovado; sem ele, não haveria contrato nenhum! Também não seria realista começarmos a apoiar todos os Concelhos; se se tratava de robustecer a rede urbana deveríamos pôr o limiar do respectivo centro com alguma expressão; 15.000 habitantes seria suficiente? Pedi para analisarem, admitindo a hipótese de ser o valor diferente de região para região.

Começámos a falar em números. Admitimos que, com 2 milhões de contos para três anos, já poderíamos atrair interessados. Era preciso avaliar quantos centros seria possível apoiar em todo o território. Sabíamos que, para fixar pessoas, não era o equipamento que se revelava mais importante, mas o emprego; por isso, tínhamos que fazer a ponte com outros sectores e instrumentos; o País dispunha de muitos loteamentos industriais vazios!... Voltávamos, assim, à minha preocupação de que os Presidentes das Câmaras deveriam ter como objectivo fundamental o robustecimento da base económica dos seus Municípios; especialmente aqueles que tivessem população susceptível de ser concentrada nas cabeças dos Concelhos. Teria de haver, além disso, um plano estratégico de desenvolvimento para se saber se os investimentos a contratar faziam ou não sentido, no seu conjunto. Esta seria a parte mais exigente.

\*

Já falei na ponte da Ermida, sobre o rio Douro, que era a menina dos olhos do Presidente da Câmara de Resende, o Dr. Brito de Matos. Para a sua execução eu contava, como parceiros, com o Ministério e a Câmara, mas queria envolver, também a Junta Autónoma das Estradas e a Direcção-geral dos Transportes Terrestres. Teria de fazer diligências, nesse sentido. O acesso da margem esquerda já tinha projecto; tratava-se da ligação a Resende (cerca de 5,5 km), contudo, era preciso fixar o local



do encontro sul da ponte; se houvesse alteração, envolver-nos-íamos num processo de adaptação do contrato celebrado que só faria com que ele ficasse mais caro. Por isso dei indicações para não se fazer nenhuma obra de ligação sem estar o projecto concluído e aprovado. Poder-se-ia começar com a compra de terrenos, do lado de Resende, porque aí não haveria, seguramente, alteração de monta; o que me preocupava era a ripagem eventual da ponte por razões geológicas ou outras quaisquer que levassem o projectista a alterar o projecto, na sua implantação.

O Presidente da Câmara ficava ansioso, mas compreendia a prudência...

\*

No dia 20 de Outubro realizou-se, em Viseu, o XIII Colóquio da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, sempre muito bem organizado. Como aconteceu em todos os seus colóquios, realizados durante o tempo em que tive a tutela do sector, estive presente para lhes significar como considerava importante a sua contribuição para a consolidação do Poder Local e, afinal também, da própria Democracia. O meu discurso está publicado (Discursos VIII); por isso não refiro o que, então, disse.

\*

Em vésperas de eleições há sempre sobressaltos devidos a boatos lançados sem fundamento nenhum. Tive que reunir de urgência, no dia 9 de Novembro, com os Secretários de Estado da Administração Local e do Turismo e com o Governador Civil do Algarve, porque um “tabloide” de Lisboa havia posto na primeira página que parariam as obras no Algarve, por causa de um hipotético despacho conjunto dos dois Secretários de Estado, relativamente ao processo de aprovação dos projectos. Isso teve interpretações erradas, mas logo empoladas pelos candidatos da Oposição. O Secretário da Administração Local fez publicar um esclarecimento que punha tudo muito claro e, com isso, parecia que as coisas haviam acalmado; mas tal aconteceu só de forma transitória, porque, passados dias, até se reproduzia o texto do despacho que afinal, ainda não existia. Como sucede, frequentemente, com a aproximação das eleições autárquicas, começava a surgir uma vaga de boatos que a imprensa popular se apressava a retransmi-

tir; o que era preciso era confusão!... Uma averiguação sumária permitiu concluir que havia efectivamente a intenção de condicionar a outorga de licenças para equipamentos turísticos de forma a zelar pela qualidade dos mesmos. A fuga de informação teria tido origem num serviço público, devidamente identificado, ao qual se haviam solicitado dados para circunscrever o âmbito do futuro despacho... Alarmes, antes do tempo!

\*

Para mostrar a importância que eu atribuía ao tema, fui no dia 19 de Novembro a Vila Real, para participar na sessão de apresentação pública do Plano Director Municipal (PDM) que foi feita no edifício do Arquivo Distrital, uma bela construção bem recuperada. O Presidente da Câmara começou por esclarecer que se tratava de uma peça intermédia de uma cadeia de instrumentos que tinha a jusante o Plano Geral de Urbanização e os Planos de Pormenor e a montante o Plano Regional de Ordenamento do Território. Logo que este estivesse concluído, era certo que deveriam ver que influências poderia haver sobre o PDM. Simultaneamente, estava em curso um Plano de Modernização Administrativa, em conjunto com mais oito Municípios vizinhos que, na sua parte operacional, se cruzava também com o PDM. Fez referência especial ao conjunto Vila Real/Régua/Lamego relativamente ao qual eu insistia frequentemente que deveria ser pensado em conjunto, no que aos grandes equipamentos dizia respeito; é que já estava decidida a sua ligação por auto-estrada, tal como hoje (2016) acontece e a distância entre elas é de quinze minutos, menos do que da Foz ao centro do Porto e, com certeza, muito menos do que do Estoril a Lisboa, não fazendo, por isso, sentido estar a replicar o mesmo serviço em todas elas quando um determinado nível de tipologia que servisse o conjunto poderia ser mais eficaz e económico. Ele trouxe também à conversa a questão da qualidade da arquitectura que sabia preocupar-me, não tendo meios técnicos para lhe fazer face. Ouvimos todos os que quiseram intervir e que foram muitos, porque a sala estava a abarrotar. Foi chamada a atenção para a importância das opções urbanísticas tomadas e da participação dos Cidadãos que havia ocorrido. Disse-se, com razão, que a informação tinha de ser, sempre, super-abundante. Distinguiu-se entre

direito de propriedade e direito de construção. Sublinhou-se a necessidade da adaptação da orgânica dos serviços municipais à nova forma de relacionamento com os Cidadãos. Os serviços tinham que passar a dar respostas rapidamente, o que implicava uma atitude municipal activa, para o que era determinante que a própria Câmara “puxasse” os seus agentes. Toda a gente pretendia que os seus terrenos fossem urbanos; mas nem todos queriam construir; o que pretendiam era assegurar ou melhorar o valor da sua propriedade. Houve queixas em relação à lei das expropriações vigentes; estava a valorizar excessivamente quem não queria construir, mas se limitava a assegurar a valorização do seu património. O implemento do PDM afinal havia começado aquando do arranque da elaboração do próprio plano, porque muitas decisões foram sendo tomadas ao longo do processo. O planeamento era contínuo. Seria bom articular o PDM ratificado com os dos Concelhos vizinhos e com os PGU e PP que se iriam iniciar. Um participante queria que houvesse apoio financeiro para a elaboração dos PGU; outro sugeriu ter chegado o momento adequado para eu promover um encontro nacional sobre a elaboração do PDM, PGU e PP com vista a partilhar experiências. A reestruturação dos serviços municipais impunha-se, na sequência da ratificação do PDM. Mas havia muitos problemas que agora passavam para primeiro plano: a elaboração de posturas municipais, a fiscalidade autárquica, a intervenção no mercado dos solos por parte da Câmara Municipal, etc. O PDM deveria ser amplamente divulgado e isso era responsabilidade da Câmara Municipal. Um dos presentes relatou a experiência da informatização de um agrupamento de Municípios. Referiu-se à dinâmica interna que havia sido criada, uma verdadeira cultura da mudança, muito assente na formação e mobilização das pessoas. Era importante instalar, agora, o SIG (Serviço de Informação Geográfica), porque a gestão do próprio PDM lucraria muito com isso. A digitalização dos arquivos estava, agora, ao alcance da Autarquia e isso era importante; alguns pronunciaram-se acerca das dificuldades apresentadas pelos grandes formatos, mas foram anunciando que as suas Câmaras já haviam digitalizado os arquivos das obras particulares, a partir de 1950. Uma das Câmaras referiu-se à capacidade do seu sistema de arquivos: 300.000 documentos! Houve firmas de informática presentes que aproveitaram para se referir aos benefícios dos sistemas que representavam; mas já toda a gente estava convencida relativamente à bondade e à fiabilidade da digitalização.

Assim se ia testemunhando a mudança irreversível que as Autarquias tinham em curso; alguns queixavam-se de que ela era lenta. Mas, na realidade a transformação estava a ser radical e rápida!

\*

Na sequência da reunião de Vila Real, trabalhei com o Secretário de Estado sobre os tópicos levantados.

A lei dos solos seria incorporada na lei de bases do ordenamento do território; nesse quadro os problemas de equidade que haviam sido referidos encontrariam a resposta adequada. Os problemas ligados à especulação preocupavam-nos; tinha de se encontrar formas de a contrariar. A questão do cadastro, ao nível das Freguesias, mostrava ser urgente. Não podendo assegurar subsídios para a elaboração de todos os tipos de planos, optámos por afectar o pouco dinheiro que havia ao apoio à elaboração dos Planos de Pormenor, com a expectativa de que, por essa via, se poderia chegar à promoção da qualidade arquitectónica das construções; por isso não poderíamos orientar meios para o apoio aos PGU; ou uns ou outros. Tomámos a decisão de promover um encontro nacional sobre PDM/PGU/PP, quando houvesse 50% dos PDM já ratificados. Assim se poderia fazer melhor um balanço e promover a elaboração dos planos a jusante; isso deveria acontecer por volta do Verão de 1994.

Chegou-nos uma informação muito irritante: estava a haver pavilhões gimno-desportivos construídos com 140% de apoio por via da cumulação das contribuições de diversos órgãos da Administração Central que não haviam conversado entre si. Esta era a explicação mais benigna... Impunha-se maior coordenação! Tornava-se evidente que eu tinha de sugerir um órgão que o fizesse e apuntei a Direcção-geral do Ordenamento do Território. Mas logo fui acusado de querer “pescar em águas dos outros”... Para este género de habilidades (“chico-espertices”) os Portugueses são imbatíveis!...

\*

O Algarve justificava a realização de numerosas reuniões para tratar do seu ordenamento. Era evidente que nós apoiávamos tudo quanto contribuísse para o

fortalecimento de actividades turísticas de qualidade, mas tínhamos a obrigação de zelar pela qualidade e pela protecção dos recursos naturais.

Em Novembro de 1993, Vilamoura ainda era uma aglomeração relativamente dispersa, com uma marina já quase concluída, mas com muitas pressões para se construir um campo de golfe e muitas casas em zonas que tinham de ser preservadas. O promotor já não era maioritariamente estrangeiro; tinha-se tornado totalmente nacional. Mas havia herdado um plano e queria concretizá-lo, se possível com ampliação de ocupação do solo. Recebi uma delegação da empresa promotora, estando acompanhado dos Secretários de Estado do Ordenamento do Território e do Turismo e do Presidente da Comissão de Coordenação do Algarve, porque me importava que saíssem todos do meu gabinete com orientações traçadas e depois as executassem escrupulosamente.

Como é costume, o promotor queria que o Estado fizesse muitas obras de infra-estruturação do espaço. Mas eu entendia que era a ele que competia realizar a maior parte. Estávamos de acordo em muita coisa: planear o desenvolvimento global da área; procurar assegurar o máximo de qualidade, etc. Já não se tratava de um aldeamento, mas antes de uma pequena cidade turística; ora, isso obrigava a ser-se mais exigente. Havia um pinhal que era preciso manter e uma falésia que reclamava protecção; mas teria de ser o promotor a assegurar isso. Logo foi dito que o pinhal era muito velho e custava muito a recuperar...

A verdade é que a proposta apresentada era totalmente nova. Precisava de ser analisada em pormenor. O anterior promotor queria construir uma coisa “à la St. Tropez”... E isso arrepiava-nos a todos! Queríamos, de facto, uma cidade turística com qualidade. Percebi que as coisas “estavam verdes”. E, por isso, orientei a conversa no sentido da proposta ser reformulada de acordo com as orientações gerais que ali fossem explicitadas. Estava fora de causa que houvesse uma rodovia paralela à costa para acesso a Albufeira; tudo se teria de passar a uma distância razoável do litoral. O pinhal, para ser ocupado, teria de o fazer com densidades muito baixas; estava fora de causa impermeabilizar grandes extensões. O plano elaborado no princípio dos anos 80 nunca havia sido aprovado; e eu queria que houvesse um instrumento legal válido que permitisse a todos saber o que ia acontecer. Era evidente que tinham de ser envolvidas as duas Câmara Municipais, a de

Loulé e a de Albufeira; tornava-se, por isso, indispensável ver se elas optavam por elaborar um Plano Geral de Urbanização ou se preferiam um Plano de Pormenor que, manifestamente, teria de ser feito em conjunto.

Eu fiquei surpreendido quando foi dito que, de 1966 para 1980, a área a tratar havia aumentado de 300.000 m<sup>2</sup>! 30 hectares é bastante!... Tinha que se ser metódico começando por ver o que, em caso nenhum, poderia ser ocupado: a REN e, eventualmente, a RAN com algumas excepções muito justificadas. Desse modo ficar-se-ia a saber quais as áreas “desafectadas” com que se poderia contar. O que estava em análise era a celebração de um contrato-programa para o desenvolvimento da área. Ao qual eu queria, naturalmente, dar seguimento. O PROTAL já tinha contemplado a hipótese de se fazerem operações especiais, desde que fossem consideradas “unidades de excepção”, reclamando um planeamento particularmente cuidado e pormenorizado. Essa era a minha proposta ao promotor. Como sucede sempre, este manifestou a sua pressa. Eu compreendia-o, mas não podia atropelar os procedimentos que eram de regra. Todos ficaram a saber o que tinham de fazer para conciliar a pressa com a qualidade e respeitar as prerrogativas dos Autarcas.

\*

Eu recebia raríssimas vezes o Inspector-geral da Administração do Território. Queria que ele sentisse que era autónomo e que não recebia orientações políticas de nenhum género. Mas interessava-me, naturalmente, pelas suas condições de trabalho. Em 26 de Novembro, veio comunicar-me que já estava em instalações novas, num prédio velho que havia tido obras. Os seus colaboradores mostraram-se satisfeitos. A grande operação em curso era a informatização do serviço que eu apoiei com convicção. Falámos acerca do estilo como deveria exercer as suas funções e resumiu as suas prioridades internas: ter as pessoas motivadas e bem instaladas; assegurar uma boa gestão administrativa e dispor de uma “máquina” moderna e eficaz. Isso asseguraria a sua eficiência. Eu recomendei que fixasse um calendário das diversas realizações e procurasse cumpri-lo. O rigor na execução de um programa tem benefícios colaterais enormes; confere um estilo à própria execução das tarefas.

Pretendia que todos os Municípios fossem inspeccionados ao longo de um quadriénio. Parecia-me bem por serem de quatro anos os mandatos dos Autarcas. Assim se asseguraria que todos fossem inspeccionados em acções ordinárias. As extraordinárias teriam de ser feitas por amostragem.

Pedi-lhe para fazer uma reflexão sobre a legislação que precisaria de ser melhorada. Já a tinha feito e entregue uma lista de propostas ao Secretário de Estado. Também lhe sugeri que mandasse elaborar um inventário das causas mais recorrentes de inspecção. O seu estudo seria, seguramente, importante para orientar a nossa produção normativa; saber os domínios em que se prevaricava mais talvez levasse à definição de novas regras mais claras que ajudassem a obviar os procedimentos incorrectos.

Era preciso promover acções de formação específica dos inspectores nesta área. Todos eles eram juristas, na sua formação de base, mas haviam exercido funções em domínios muito diversos da Administração. A minha sugestão visava a realização de “crash courses”, dados por antigos inspectores, por académicos especializados ou, mesmo, por ex-Autarcas que pudessem caracterizar o ambiente de trabalho e elaborar sobre as solicitações a que um responsável local tinha de responder.

\*

Eu tive sempre a preocupação de disponibilizar textos onde se referissem as obrigações daqueles que aceitavam desempenhar cargos públicos, nomeadamente no Poder Local. No dia 12 de Dezembro de 1993 houve eleições autárquicas, por conseguinte com alguma mudança dos detentores dos respectivos cargos. Por isso, eu tinha pedido à Comissão de Coordenação da Região do Norte, onde havia alguns técnicos de primeira-mão, especializados nas diversas competências das Autarquias que redigissem um “Guia do Eleito Local”. Ele era composto por dois volumes um sobre as Assembleias Municipais e outro sobre as Câmaras Municipais. No dia 13, logo pela manhã, o Secretário de Estado solicitou-me um preâmbulo para o livro, de modo a que ele estivesse disponível antes da posse dos novos Autarcas. Por outro lado, estava também pronto um Manual do Procedimento Autárquico, elaborado pela Inspeção-geral da Administração do Território. Os três volumes, em conjunto, constituiriam um bom apoio aos novos eleitos que os estudassem.

\*

Em 20 de Dezembro pedi ao Secretário de Estado para lançar os trabalhos de análise e de propositura das alterações possíveis à Lei das Finanças Locais. Dever-se-ia começar pelo estudo da avaliação que sobre ela tinha feito a OCDE. Eu estava particularmente interessado em ver da possibilidade de partir o Fundo de Equilíbrio Financeiro em duas fracções, uma relativa às despesas correntes e outra às despesas de investimento. Poder-se-ia associar a evolução das despesas correntes à correspondente evolução das despesas correntes da Administração Central. Paralelamente, as de investimento andariam a par da evolução do PIDDAC. Por outro lado, seria bom ver como se haveria de reforçar a autonomia fiscal dos Municípios, conferindo-lhes maior liberdade de cobrança de impostos locais que não fossem “fatias” ou percentagens de impostos nacionais que mantivessem a sua cobrança pela Administração Fiscal e só os benefícios a serem percebidos pela Administração Local. Havia ainda a questão do endividamento. Ele deveria ser contraído com base nos valores do “rating” de cada Autarquia e de outras condições simples e previamente conhecidas.

As alterações que estavam no meu pensamento eram especialmente ligadas às finanças locais. As competências a transferir para as Autarquias estavam a ser tratadas noutra sede.

\*

A questão dos excedentes de funcionários públicos também se aplicava às Autarquias Locais. Era preciso produzir legislação paralela à que fosse adoptada pela Administração Central. Mas eu insisti em que, no mesmo diploma, se regulamentasse, também, a questão da admissão de pessoal. Tínhamos acabado de ter eleições autárquicas. Era preciso dificultar ao máximo o “pagamento” de promessas eleitorais feitas no ambiente eufórico e atreito a facilidades das campanhas eleitorais.

\*

As eleições autárquicas tinham tido lugar no dia 12 de Dezembro de 1993. O partido do Governo havia ganho em 116 Câmaras (nessa ocasião elas eram 304), muito longe da hecatombe que a Oposição havia vaticinado. Para saudar os novos



Autarcas, o Primeiro-Ministro e Presidente do Partido convidou-os a todos para numa reunião que teve lugar na sede, em Lisboa, no dia 5 de Janeiro. Dirigiu-lhes algumas palavras de felicitação e encorajamento:

O próximo período de 1994 a 1997 correspondia a uma nova fase do Poder Local, com desafios novos ligados ao desenvolvimento dos seus Concelhos e do País. Era preciso atender à qualidade e ao desenvolvimento sustentável. No âmbito da cultura, a acção dos Autarcas deveria dirigir-se, especialmente, à preservação do património histórico. A isso acresceria a qualidade da arquitectura praticada e do ordenamento físico proposto. Deveriam procurar assegurar uma convergência de acção com o Governo e, para isso, ver de que modo poderiam contribuir para a concretização do nosso Plano de Desenvolvimento Regional cuja resposta comunitária, sob a forma de Quadro Comunitário de Apoio, seria assinada muito em breve. A nossa vontade de robustecer o escalão local havia-nos levado a propor a transferência de algumas competências para as Autarquias; esperava que a iniciativa pudesse prosseguir. O nosso fito maior era a redução das disparidades que ainda observávamos no país e que tanto nos preocupavam. Iria haver uma nova instância de participação europeia, o Comité das Regiões, no qual iriam participar alguns Autarcas; pediu-lhes empenhamento. O calendário das “Autárquicas 1997” começava naquela altura; seria com base no trabalho desenvolvido ao longo dos próximos quatro anos que os eleitores iriam tomar as suas decisões. Ao longo desse período iria haver eleições legislativas, presidenciais e para o Parlamento Europeu; em todas elas deveríamos participar com convicção. Aconselhou que programassem a sua acção; o improvisado nunca conduzia a resultados consistentes. Haveria meios financeiros para concretizar muitas obras há longo tempo esperadas. Mas a prioridade das suas preocupações deveria ir para o tecido económico do Concelho de cada um e para a atracção de desenvolvimento produtivo. Falaram depois alguns Autarcas sobre: i) As dificuldades de realização do PDM e da celebração de contratos-programa. ii) Os disponíveis da função pública e a adaptação das regras previstas à Administração Local. iii) A importância da colaboração e mesmo da solidariedade com as Comissões de Coordenação Regional. iv) As dívidas municipais e a realização de grandes empreendimentos; a necessidade de instituir um sistema de crédito com juros muito bonificados. v) O des-

guarnecimento técnico das Autarquias. vi) A permanência do valor do FEF, muitas vezes a fonte mais importante de recursos para as Autarquias; a necessidade de actualização do seu valor. vii) As ligações aos nós das novas auto-estradas e a construção de numerosos eixos rodoviários novos. viii) A eliminação de muitas passagens de nível. ix) A necessidade de ser mais lesto na cobrança da sisa e na sua transferência para as Autarquias. x) A desertificação no guarnecimento de muitos serviços como os da Saúde e da Segurança Social que deixavam largos estratos da população desprotegidos. xi) As inspecções realizadas às Autarquias e a demora com que eram publicados os seus resultados. xii) A esperança depositada no Segundo Quadro Comunitário de Apoio.

Como se vê, nada que o Primeiro-Ministro não conhecesse e que não tivesse sido objecto de muitos dos despachos que com ele eu tinha tido.

\*

A produção de cartas preocupava-me, porque eu sabia que não se poderia avançar muito na elaboração de planos de ordenamento sem cartografia actualizada. Por outro lado, as novas cartas eram totalmente diversas das suas antecessoras, pois deveriam ser digitalizadas. Mas estava fora de causa digitalizar cartas cuja informação estivesse totalmente desactualizada. Havia empresas privadas que se haviam equipado para o fazer. Mas representaria uma má aplicação de dinheiros digitalizar uma base cartográfica ultrapassada. Por isso eu dava tanta atenção ao robustecimento do Instituto Geográfico-Cadastral, à sua instalação em edifício adequado, ao seu equipamento e à formação do seu pessoal. Esta parte da formação era mais urgente do que o equipamento. Este poder-se-ia comprar de um dia para o outro, se houvesse dinheiro; aquela demoraria bastante tempo a realizar-se. Porém, era urgentíssimo dispor de uma base cartográfica fidedigna porque, aos PDM, seguir-se-ia a elaboração de Planos de Pormenor e estes reclamavam ainda maior precisão das cartas em que assentavam.

\*

É evidente que tudo o que o Governo faz ou promove tem leitura política ou mesmo político-partidária. A última coisa que eu queria era que alguém dissesse que eu

aproveitava os serviços que tutelava para proteger uns ou perseguir outros. Por isso pedi para me ser presente o rol das inspecções ordinárias às Autarquias Locais e para as distinguir por regiões e pelas cores partidárias das suas Câmaras, ao longo dos últimos anos. O resumo foi o seguinte: PS - 30 inspecções; PSD - 22; PCP - 22 e CDS - 2. Tirando o caso do PCP, o resto estava em linha com o número de Câmaras de cada partido. Pedi explicações. A razão era porque as Câmaras do PCP estavam por inspeccionar há muitos anos. Por isso, tinha havido uma acumulação nos últimos tempos, de acordo com as regras gerais que eu próprio havia definido de, durante os quatro anos de cada mandato, todas as Câmaras serem objecto de uma inspecção ordinária. Um ponto que corresponde a uma daquelas “ perguntas d’algibeira” que os Deputados gostam imenso de fazer em plenário e para as quais os Ministros nunca dispõem da informação apropriada, no momento em que ela é feita... Todavia, a minha preocupação era que a distribuição partidária da amostra inspeccionada correspondesse muito aproximadamente à das Câmaras por partidos. Desse modo ninguém se sentiria encorajado a fazer uma tal pergunta.

\*

Quando acabou a legislatura, em 1995, eu deixei praticamente acabada uma proposta para uma nova lei de ordenamento do território. Nos últimos meses os assuntos atropelam-se sempre um bocado e fica-se com a impressão de que não merece a pena estar a forçar a apreciação e eventual aprovação de um diploma que uma maioria diferente terá pressa em alterar. Por isso não fui eu a discuti-la. Mas começou-se a trabalhar no assunto logo no princípio de 1994.

Como a França havia terminado a elaboração de um diploma semelhante no quadro da DATAR e as minhas relações com o Ministro Daniel Hoeffel eram cordiais resolvi, com o Secretário de Estado, em 10 de Janeiro, propor ao Colega francês a celebração de um protocolo entre a Direcção-geral do Ordenamento do Território e aquele organismo francês para assegurar a colaboração entre os dois serviços. Já havia trabalho feito em Portugal. O suficiente para saber fazer as perguntas relevantes. Por isso dei seguimento à proposta.

\*

No dia 10 de Janeiro recebi o Prof. César Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, um historiador distinto, com larga bibliografia publicada. Tinha-se dado como obrigação servir a sua terra como Autarca, durante um mandato. Assim o fez, com grande empenhamento. Eu respeitava-o pela sua postura ética e pelas suas qualidades académicas. Ele vinha para trocar impressões comigo a respeito das suas funções e da situação do Poder Local. Registei as seguintes notas:

Era a favor da limitação dos mandatos dos Presidentes de Câmara que, nessa ocasião, ainda não existia. Achava que era aos partidos que competia fazer a formação dos Autarcas e fornecer-lhes a informação necessária ao exercício das suas funções; para isso teriam de se guarnecer com núcleos aptos ao desempenho dessas funções. Aconselhou-me a fazer com que as Comissões de Coordenação Regional fossem muito mais selectivas em matéria de projectos a apoiar pelos fundos estruturais; isso representava uma recomendação minha permanente que esbarrava com a vontade dos técnicos respectivos serem muito cordiais para com os petiçãoários... uma pecha portuguesa! Eu deveria difundir mais incisivamente a lógica do reforço das cidades médias com a qual ele estava de acordo; considerava que a “armadura” urbana do país era fundamental para o seu desenvolvimento equilibrado. Portugal era um país rural com uma actividade industrial e terciária dominante; isso representava uma dissonância que determinava exigências especiais à acção. A Região do Centro era uma ficção! Não existia porque não tinha unidade nem “cabeça”. A Universidade de Coimbra havia “castrado” a cidade, porque tinha absorvido todas as suas energias e imposto a sua presença dominante durante séculos. Os Presidentes das Câmaras Municipais deveriam ganhar mais; o seu ordenado era menor do que o de um gerente bancário... As decisões, a nível municipal, não eram estruturantes... Elas eram tomadas tendo especialmente em vista colher votos nas eleições seguintes. As pessoas estavam mal-habitadas; se não houvesse Ministro ou Secretário de Estado presente, a reunião não se faria; isso queria dizer que se tinha banalizado demasiado a sua participação.

Como se pode ver, tratava-se de um homem lúcido e que não mastigava as suas palavras. Por isso, eu gostava de estar com ele e, ainda hoje compro nos alfarrabistas os livros que escreveu e que eu ainda não possuo. Aprendo sempre!

\*

No dia 11 de Janeiro recebi, em conjunto, o Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) e o Bastonário da Ordem dos Engenheiros. A aprovação dos Estatutos da Ordem, na qual eu havia tido intervenção directa, criara-lhes grandes responsabilidades a que estavam a procurar responder, nomeadamente através do estabelecimento de relações de cooperação com outras associações profissionais congéneres. O exemplo estava a ser dado por aquela audiência conjunta com a AAP. Mas estavam a entender-se bem com a iniciativa e a proceder ao levantamento dos problemas existentes. Preocupava-os, especialmente, as responsabilidades assumidas em relação aos licenciamentos municipais. Queriam que fosse criada a figura de equipa projectista, cujo chefe tanto poderia ser um arquitecto como um engenheiro e que seria o interlocutor destacado para os contactos com o cliente; este queria que ele estivesse bem identificado.

Não podia deixar de vir à baila o famigerado Decreto-Lei n.º 73/73. Eu já havia tomado mais de não sei quantas iniciativas para o reformular. Sempre fracassadas pela falta de entendimento entre os diversos grupos profissionais. A versão em vigor era tida como favorecendo o papel dos engenheiros. Quando, anos mais tarde, ele foi reformulado, o novo decreto passou a ser considerado como mais favorável aos arquitectos e muito negligenciador da intervenção dos engenheiros técnicos. Não é fácil contentar todas as profissões intervenientes no sector da construção porque elas são muitas e com responsabilidades diversas.

A transposição das directivas comunitárias para o Direito Português também foi abordada e criticada por serem muitas e, algumas delas, bem complexas, reclamando estudo aturado pelos profissionais envolvidos, porque estavam sempre a impor novas exigências.

As obras deveriam ser objecto de uma nova classificação. A vigente não satisfazia a variedade existente. Mas, neste domínio, havia largas áreas de acordo entre as duas associações presentes. Existia um regime de seguro profissional recente-

mente criado e que era, para eles, insustentável pelos preços absurdos que eram cobrados pelas respectivas companhias. A sua coordenação havia pertencido a um outro ministério, mas eles pediam a minha intervenção urgente, porque a alternativa era não terem seguro nenhum, o que tornaria demasiadamente arriscado o exercício de qualquer profissão ligada ao sector, especialmente daqueles que se assumissem como responsáveis pelos projectos apresentados ou pelas obras a realizar. Propunham que eu fosse o moderador de um grupo que os tivesse a eles de um lado e às seguradoras do outro para ver se se chegava a algum entendimento. Eu quis saber se havia algum sistema em países da Europa, nos quais se tivesse chegado a um compromisso aceitável. Propunham que, em vez de um seguro generalizado, houvesse o que chamavam de “seguro de garantia”. Prometi interessar-me pelo assunto. Queriam que houvesse um diploma a precisar muito claramente em que consistia a direcção técnica das obras. É que isso tinha implicações variadas e a muitos níveis.

\*

Em princípios de Janeiro de 1994 era preciso renovar um protocolo de colaboração com a Engenharia Militar e as Câmaras Municipais que tão bons resultados havia dado e que tinha sido, quase vinte anos antes, lançado por mim e pelo então Coronel Fernando Perry da Câmara, Comandante do Regimento de Engenharia de Espinho e meu antigo Comandante de Companhia na Guiné. O País está cheio de estradas e estradões feitos, no âmbito da instrução militar, por instruendos de máquinas de terraplanagem que aliaram a formação à utilidade das obras realizadas. Ao longo daquele período, tive numerosas expressões de interesse das Câmaras para não deixar morrer a iniciativa. Ela iria ser renovada.

\*

O projecto das novas instalações do Instituto Português de Cartografia e Cadastro já estava pronto e aprovado. Era preciso executá-lo. Mas, paralelamente, solicitei que fosse elaborado um plano de médio-prazo para as actividades do próprio Instituto. Ele passaria a usufruir de excelentes condições de alojamento; isso teria de se repercutir no trabalho que realizava.

Na sequência da visita da AAP e da Ordem dos Engenheiros retomei a iniciativa da revisão do D.L. 73/73. Já não fui eu a apresentar em Conselho de Ministros o resultado do trabalho desenvolvido. Era, também, necessário proceder a uma actualização do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU). Teria de ser uma iniciativa conjunta com o Ministério das Obras Públicas, especialmente porque era neste que estava a tutela do sector da Habitação.

O novo Museu dos Transportes do Porto, alojado no edifício da antiga Alfândega, estava a ser instalado com projecto do Arq. Souto de Moura, muito respeitador da construção antiga, sóbrio e marcante pelo bom gosto que exhibia. Mas precisava de ser “alimentado” com mais fundos, porque a dotação concedida tinha dado para recuperar a ala nascente do edifício, mas havia a ambição de passar a fazer obras no corpo central. Tinham que apresentar nova candidatura.

Já havia um novo estudo da Direcção-geral da Administração Autárquica sobre os limites de endividamento das Câmaras Municipais. Era urgente que sobre ele se pronunciasse a ANMP para podermos passar as propostas a diploma legal.

O diploma, então vigente, relativo à caducidade dos licenciamentos aprovados, mas não utilizados, havia sido objecto de várias queixas junto do Provedor de Justiça. A maior parte delas vinha do Algarve. Era, naturalmente, preciso responder ao Provedor mas tornava-se importante não desarmar na nossa acção disciplinadora do ordenamento do território.

\*

No dia 12 de Janeiro tive a primeira reunião para lançar os trabalhos de preparação da nova Lei de Bases do Ordenamento do Território. Além do Secretário de Estado participou o Director-geral do Ordenamento do Território e dois especialistas que deveriam assegurar a elaboração prática das sucessivas versões que seria preciso discutir. Começámos por fazer o inventário do que já havia sido elaborado. E decidimos que o trabalho seria decomposto em quatro partes: i) Caracterização da situação; ii) Análise Prospectiva; iii) Objectivos, estratégias e instrumentos; e iv) Intervenções operacionais. No final, tudo isto seria vertido na proposta de diploma legal que nos propúnhamos enviar para a Assembleia da República, depois de discutida pelo Governo.

Na caracterização do território deveria atender-se aos diversos aglomerados, classificando-os por estratos que atendessem aos equipamentos existentes, aos níveis de atendimento e aos níveis funcionais. Deveria considerar-se o espaço urbano como um espaço cívico.

Quanto à prospectiva, deveria atender-se aos factores exógenos e endógenos; desde os comunitários como as redes transeuropeias e a carta do litoral até aos novos factores de localização da actividade económica (indústria e serviços). Conviria ver como surgiam os polos de atracção e quais eram os factores endógenos de polarização.

Os objectivos a alcançar deveriam ser definidos num texto de que eu faria uma primeira versão a analisar de seguida, em âmbitos sucessivamente mais vastos.

\*

Já falei, várias vezes, sobre a grande operação de desclassificação das estradas. O regime anterior havia alargado muito o universo das estradas confiadas ao cuidado da Junta Autónoma de Estradas. Esta tinha, nesse tempo, uma organização muito “militarizada”. Não era por acaso que o seu presidente fosse, muitas vezes, um general ou um brigadeiro oriundo da Arma de Engenharia. Mas, no nosso tempo, não havia razões para manter uma estrutura desse tipo. Muitas estradas tinham vocação municipal e outras intermunicipal. Porém, estas tinham pouco a ver com a grande rede de itinerários principais e secundários que assegurava a mobilidade rodoviária e a coesão territorial de todo o país. Por isso, eu promovi a transferência de numerosos lanços para a esfera das Autarquias ou de associações intermunicipais que teriam de definir o modo como iriam assegurar a uniformidade de atributos das estradas que atravessavam mais do que um Município. Não se tratava de alijar carga. A minha principal preocupação era assegurar coerência à rede nacional e, também, aos trechos municipais e intermunicipais. Pedi, para isso, a colaboração de um técnico da JAE (Junta Autónoma de Estradas) que nos ajudaria a definir os atributos físicos (traineis, inclinação dos traineis, perfis transversais, simbologias distintivas, etc.) das ditas estradas. Designaram o Eng. Ferreira do Nascimento e em boa hora o fizeram, porque se tratava de um técnico de grande competência e com conhecimento profundo da Administração. O nos-



so objectivo era plasmar todas as recomendações num decreto-lei que servisse de quadro à definição dos atributos físicos das estradas a transferir.

\*

A elaboração dos Planos Directores Municipais representava uma preocupação permanente. Eles eram, afinal, documentos onde se plasmavam as decisões dos órgãos municipais (Câmaras e Assembleias) tomadas no quadro da legislação nacional vigente. Não poderia haver maior descentralização. As decisões eram das instâncias locais; a homologação feita pelo Governo significava unicamente a verificação de que haviam sido dados os passos que cruzavam com as regras estabelecidas a nível nacional. Mas não fazia o Governo nenhum juízo de valor acerca das opções tomadas. Pois, mesmo assim, o processo tinha tendência para se arrastar. Eu havia dado instruções para fazer uma avaliação da sua elaboração, todos os semestres. As Comissões de Coordenação Regional eram instrumentais em todo o processo. Mas eu vim a verificar que as respostas positivas eram fáceis de dar, mas as proibições (por causa do não-cumprimento da legislação nacional) ou eram atrasadas ou remetidas para o nível central. Como estavam os seus serviços muito próximos das Autarquias mantendo com estas relações cordiais, quando chegou a hora de serem disciplinadores, experimentavam dificuldades patentes. Mas eu não podia alinhar com essa “simpatia”. Se estava estabelecido que eram eles a fazê-lo, teriam mesmo de actuar nas partes simpáticas e nas antipáticas do seu trabalho. Eu sei que tudo isto é muito português; mas eu tinha de zelar pela aplicação das regras... Recomei que fosse constituído um núcleo de apreciação dos PDM dentro de cada CCR; assim, seria o “núcleo” a assumir o tal papel disciplinador. Pretendi levar a efeito uma campanha de sensibilização nacional para a importância do ordenamento do território. Cheguei mesmo a constituir uma comissão consultiva alargada, por mim coordenada e que reuniria antigos Autarcas e outros ainda em funções, antigos Secretários de Estado, jornalistas com prestígio, etc. Estavam previstas reuniões trimestrais. Acabou por não reunir.

\*

O acréscimo de prosperidade que era geral também se fazia sentir nas Autarquias. E a solução que representou a constituição dos GAT (Gabinetes de Apoio Técnico) nos anos de 1976 e 77 e que tão bons resultados havia dado, confrontava-se agora com a vontade de autonomização de cada Autarquia, em matéria de apoio técnico. Os Presidentes das Câmaras, em 1994, não gostavam de ter de negociar com os seus pares quando é que teriam preparados os projectos ou as obras que pretendiam. Cada um queria robustecer os seus próprios serviços; e alguns desafiavam, mesmo, técnicos dos GAT para passarem para as Câmaras, directamente, porque as condições pecuniárias seriam melhores. As propostas eram mais frequentes por parte das Câmaras sede dos Agrupamentos de Municípios, dado que elas eram correntemente as maiores, mas também por isso não determinar a mudança da residência do técnico.

Desse modo, eu que havia tratado quase vinte anos antes, da constituição dos GAT, fui confrontado, em 1994 com o seu desaparecimento. Em 25 de Janeiro tratei do assunto com o Secretário de Estado. Havia duas soluções: ou seriam extintos todos de uma só vez ou arranjar-se-ia um processo gradativo que começasse por aqueles que já não faziam tanta falta. Obviamente que era a segunda via a que me agradava mais, porquanto sabia que, em muitas partes do País, os GAT ainda eram úteis, não estando os Autarcas beneficiários em posição de os dispensar. Mas deveria começar-se por tranquilizar os funcionários e os próprios Presidentes das Comissões de Coordenação que eram os que manifestavam maior apreensão. Por sua vez, dar-se-ia possibilidade às Câmaras de fazerem os recrutamentos que entendessem e, depois, reorientar-se-iam os técnicos sobrantes para novas funções, ficando directamente dependentes das CCR. Teria de se fazer tudo sem sobressaltos. Tratou-se, de facto, de uma estrutura que foi utilíssima aquando da sua criação, mas que foi perdendo relevância à medida que os destinatários dos seus serviços haviam ficado mais prósperos e, por isso, a desejarem tornar-se mais autónomos. O modelo havia dado provas em Portugal e em alguns outros países europeus que o adoptaram numa fase especial da sua própria vida. Todavia, é preciso conservarmos a nossa capacidade para fazer face à mudança de circunstâncias e para concebermos as alterações necessárias.

\*

Algumas Autarquias eram a favor da criação de Polícias Municipais com funções naturalmente diversas das de Segurança Pública. Em 1 de Fevereiro, tratei do assunto com o Secretário de Estado. Na Câmara Municipal de Lisboa havia muitos elementos da Polícia de Segurança Pública destacados na Polícia Municipal com formação que havia sido dispendiosa e que se tornaria cada vez mais especializada se se reforçasse a sua valência de Segurança. O que tínhamos em mente era, fundamentalmente, o tráfego (“traffic wardens”), urbanismo (fiscalização), sanidade, estabelecimentos comerciais, educação cívica e posturas municipais. Poderiam ser atribuídas a agentes com formação mais curta ou a agentes cuja idade os tornasse menos aptos para as exigentes tarefas ligadas à Segurança. Nós propúnhamos que eles andassem sem armas e, eventualmente, com fardamentos que os distinguissem dos agentes da PSP, mas que tornassem claramente patentes que se tratava de agentes da autoridade. Também não se deveriam confundir com fiscais municipais. Tudo isto tinha de ser vertido numa proposta de lei a apresentar oportunamente à Assembleia da República. A crescer, teria de se trabalhar com grande colaboração do Ministro da Administração Interna e dos seus Secretários de Estado.

\*

A pedido deles, fui no dia 9 de Fevereiro ao Parlamento para conversar com os Deputados do PSD da Comissão Parlamentar do Poder Local, os quais estavam preocupados, porque a regionalização administrativa do país nunca mais acontecia. Quando começariam os fundos do Quadro Comunitário de Apoio a circular? Queriam visitar as Comissões de Coordenação das diversas regiões e a zona do Alqueva, onde deveria ser feita uma exposição sobre o projecto. As incompatibilidades previstas na lei, para os assessores dos Presidentes das Câmaras, eram exigentíssimas; deveriam ser iguais às dos próprios Presidentes. Queriam assegurar-se de que iria haver tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval na semana seguinte. A lei da tutela administrativa tinha de ser revista; havia bastado o Ministério Público ter adquirido mais confiança para começar a “fazer desgraças” nas Autarquias; eu deveria apresentar uma proposta de lei correctora das situações que estavam a ocorrer.

\*

Já me referi à celeuma que levantou, em algumas partes do país mais desprotegidas de meios, a questão da extinção dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), que tão bons serviços haviam prestado. Mas a prosperidade tinha levado muitas Câmaras a guarnecerem-se com os seus próprios técnicos e algumas empresas foram buscar profissionais que achavam bem-preparados para guarnecer os seus quadros. Em resumo, tinha havido um “esvaziamento” dos GAT, pondo-se o problema de os revitalizar ou de constatar a sua ultrapassagem pelas circunstâncias. Por isso me reuni com o Secretário de Estado, com o Secretário-geral, com os Presidentes das Comissões de Coordenação Regional e com o Director-geral da Administração Autárquica para fazer uma avaliação da situação.

Na Região do Norte, o GAT de Riba d’Ave já estava extinto (servia três Concelhos ricos: Guimarães, Santo Tirso e Famalicão). O de Valença era instrumental para a concretização do INTERREG, mas a própria Comissão poderia assegurar essas funções. O de Amarante estava a recuperar umas instalações antigas e apoiava uma área com fraca acessibilidade (a auto-estrada ainda lá não havia chegado), aliás com resultados excelentes: custava um sétimo do valor dos serviços prestados! A dificuldade de recrutamento de jovens técnicos estava a ser crescente; em algumas profissões vivia-se uma situação de pleno-emprego (era mesmo zero a taxa de desemprego). Na Região do Norte havia 106 milhões de contos de obra de projectos comunitários que tinham sido apoiados, de forma competente, pelos GAT. O Presidente da CCRN defendia a reestruturação, mas não a extinção dos GAT. O mesmo defendia o Presidente da CCR da Região do Centro. Havia novas competências que lhes poderiam ser atribuídas, nomeadamente nos domínios do ordenamento do território e da modernização da Administração Pública. Os de S. Pedro do Sul e de Santa Comba Dão praticamente estavam sem técnicos; admitia ser possível também extinguir os de Pinhel e de Arganil.

As coisas eram mais simples numa boa parte da Região de Lisboa e Vale do Tejo onde havia mais facilidades de recrutar profissionais para as Câmaras. Mas o Concelho da Região tinha-se reunido e aprovado uma moção reagindo contra a extinção dos GAT. É que, na região, havia ainda Concelhos relativamente isolados; eram esses que protestavam.

No Alentejo o problema maior tinha a ver com a fixação dos técnicos; por não conseguirmos fazê-la, os GAT estavam com uma estrutura de pessoal muito desequilibrada, retendo-se as categoriais profissionais mais modestas, mas não sendo possível fixar os engenheiros; por isso, aqueles não tinham trabalho. Dos nove GAT que existiam, a maior parte deles apresentava problemas de guarnecimento difíceis de ultrapassar; tinha de se ser realista.

No Algarve, o GAT de Silves tinha um técnico superior e nove outros funcionários; o primeiro era o director; não tinha “oficiais”...

Era preciso ser realista. O irónico da situação é que havia sido eu a “inventar” os GAT!... Agora estava na posição de ser eu a ter de propor a sua extinção progressiva apesar dos bons serviços que eles haviam prestado durante mais de quinze anos! Mas não hesitei. A evidência era de que as circunstâncias se tinham alterado e, por isso, deveríamos adaptar-nos aos novos tempos, encontrando soluções para os casos onde ainda se observavam carências.

Nesse dia (10 de Fevereiro) ficou decidido extinguir treze GAT, mantendo os restantes. Os de Amarante e de Viana ficaram suspensos até haver auto-estradas a ligar as sedes dos Concelhos ao Porto; a partir daí o apoio teria de ser prestado de outra forma. Mas o processo geral era inexorável. Tem de se conservar a mente aberta para proceder às mudanças que a evolução das circunstâncias impõe.

\*

Eu era pressionado para libertar as Câmaras Municipais da realização de concursos para obras até 100 mil ou 150 mil contos. Isso estava fora de causa, porque a maior parte desses empreendimentos eram subsidiados por dinheiros comunitários e qualquer “sarilho” nesse aspecto ir-se-ia reflectir em Bruxelas. Para muito pequenas obras (a pintura de uma escola, o arranjo de um jardim,...) ainda se poderia admitir uma escolha baseada na experiência anterior com alguns empreiteiros locais. Além do mais, a realização de concursos limitados com introdução de mecanismos de salvaguarda em relação à prática do “cambão”, não acarretava atrasos significativos. Por isso, eu procurava evitar práticas que pudessem correr o risco de não ser totalmente transparentes.

\*

Eu não estava totalmente satisfeito com a acção desenvolvida pelo CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica). Disponha de boas instalações e podia recrutar os melhores professores, mas não conseguia atrair discentes. As razões invocadas estavam todas relacionadas com as condições proporcionadas aos formandos. Eles teriam de ir para Coimbra durante alguns meses; não tinham garantias de que seriam promovidos automaticamente; não haviam sido fixadas ajudas de custo que fossem suficientemente atraentes; enfim, achavam o estágio um incómodo sem benefícios potenciais expressivos.

Pedi ao Presidente para elaborar com o seu conselho alargado, composto por Autarcas, um estudo estratégico que permitisse encontrar uma solução para o problema. Era preciso formação, mas os formandos não se apresentavam. Os Autarcas, os principais beneficiários da acção dos técnicos administrativos municipais, estavam na melhor posição para contribuir para a definição de uma orientação estratégica. Mas foi-me logo dito: como eles não pagam nada, aprovam tudo. Não darão um passo para produzir um documento com sugestões praticáveis. Percebi que teria de ser o Ministério a fazer sugestões que, pelo menos formalmente, fossem avalizadas pelos Autarcas.

Nesse sentido, em 1 de Março pedi ao Secretário de Estado para, em colaboração com as CCR, elaborar um inquérito que nos permitisse conhecer as necessidades de formação do pessoal administrativo das Autarquias que seria endereçado aos Presidentes de Câmaras Municipais. A Direcção-geral da Administração Autárquica ficava com o encargo de afinar a versão final que seria enviada, recolher os dados, tratá-los e apresentar uma súmula das recomendações feitas. A auscultação também devia definir as condições desejáveis e possíveis para assegurar que os participantes no curso se deslocassem para Coimbra cinco dias por semana, durante alguns meses. Contudo, não tive êxito na minha diligência. Só com condições muito especiais é que os formando se deslocariam. Uma vez pedi uma informação com o raio de influência espacial do CEFA. Ia até Cantanhede!...

Os Portugueses não estão correntemente disponíveis para melhorar a sua formação se isso perturbar muito o seu conforto, mesmo que este seja mediano ou medíocre. A vida é doce como está ou o esforço torna-se insuportável?

\*

No princípio de Março tive a notícia de que a nova Lei de Bases do Ordenamento do Território teria, muito em breve, uma primeira versão. O articulado estava concluído, mas a introdução ainda precisava de algumas afinações.

Aconteceu-me, com esta proposta de lei, uma coisa semelhante ao que me havia sucedido com o decreto-lei da carreira docente universitária, quando saí em 1979 do Ministério da Educação. Demorou tanto tempo a discussão, a reformulação, a afinação, o acolhimento de uma nova sugestão que, quando tudo ficou pronto, estava-se já tão próximo do período eleitoral que não era conveniente avançar. Fiquei triste!

\*

Em 9 de Março tive uma reunião com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa e com o Secretário de Estado da Administração Local. A minha preocupação constante era insistir na formação, fosse de quem fosse. Neste caso era do pessoal autárquico. No novo QCA estava prevista uma verba de 1,5 milhões de contos para 6 anos. A Secretária de Estado achava pouco para as necessidades detectadas. Tinha, seguramente, razão.

Havia meios de formação nas CCR que eram muito apreciados, porque respondiam a solicitações muito específicas e visavam responder a necessidades detectadas pelos técnicos das Comissões. Mas eu insistia na coordenação entre os dois níveis, até para se perceber se havia diferenças regionais em matéria de necessidades e a que é que isso correspondia.

As Câmaras Municipais habitualmente não pagavam nada. Eu não achava isso bem, porque o apoio prestado desse modo nunca seria suficientemente valorizado.

O CEFA, em Coimbra, também fazia alguma formação, mas não estavam as coisas articuladas umas com as outras. Era preciso haver mais coordenação. Eu não queria que ela fosse feita pelo MPAT; mas o que me parecia inconveniente era que não fosse realizada, de todo. Combinámos que avançaríamos nesse sentido. Impunha-se aproveitar todos os meios adequadamente.

\*

Em 1994 ainda era apetecida pelas Autarquias Locais a colaboração com a Engenharia Militar para a construção de caminhos rurais e outras obras de terraplanagem nas quais os instruendos militares ganhavam prática e os Municípios conseguiam melhorar a acessibilidade a lugares remotos. Em 14 de Março vi a longa lista de obras que seriam objecto de um protocolo a assinar com o Ministro da Defesa Nacional. As primeiras realizações já tinham, nessa ocasião, mais de quinze anos!

\*

Como o Leitor já deu, seguramente, conta, as Finanças Municipais preocupavam-me particularmente. Por um lado, ainda havia numerosas Câmaras que dependiam fundamentalmente das verbas transferidas sob o título do Fundo de Equilíbrio Financeiro; por outro lado, eu não as via suficientemente envolvidas no estímulo da base económica dos seus Concelhos para que dela pudessem vir a assegurar uma cobrança fiscal baseada na riqueza criada. A minha ambição era caminhar no sentido de haver uma parcela crescente de impostos locais, muito ligada à forma como cada Autarquia desempenhava as suas funções; seria importante que os Municípios ligassem o que pagavam aos serviços que recebiam em troca e à qualidade dos mesmos. Quando eu falava com conhecidos meus suecos ou holandeses, eles cotejavam correntemente o que recebiam da Autarquia com o que para ela pagavam e, ao fazer isso, contribuía para a melhoria permanente da relação que se estabelecia com as Autoridades Locais.

Havia uns tantos Presidentes de Câmara que haviam sido funcionários das finanças e que, por isso, estariam em posição de fazer sugestões fundamentadas acerca daquilo que se poderia lançar para melhorar a situação neste domínio. Eram eles, nessa ocasião, os Presidentes das Câmaras de Marvão, Paredes e Bombarral e um Vereador da Câmara de Vila Real de Santo António. Convidei-os para almoçar no dia 15 de Março. Disse-lhes qual era o teor dos comentários que me ajudariam a melhorar a situação, por via do lançamento de iniciativas legislativas e administrativas fundamentadas na experiência que eles tinham e me quisessem transmitir. Resumirei que disseram:



O Distrito do Porto era especial, em matéria de contabilidade e impostos. A fiscalização estava agregada por Concelhos. Os prédios urbanos não estavam a ser fiscalizados (e, portanto, não geravam receita...); havia já a possibilidade do Chefe das Finanças mandar proceder a avaliações, mas poucos tomavam iniciativas nesse sentido (Era mais fácil contar com a transferência de meios a partir do Governo e não ter de suportar os protestos dos Cidadãos menos favoravelmente tratados).

Mas a fiscalização concelhia praticamente não existia, porque os fiscais não dispunham de tempo para a fazer. O Autarca que dava esta informação disse que havia tentado fazer uma fiscalização paralela através dos serviços que eram prestados; por exemplo, só estabeleciam as ligações de água, da electricidade e dos telefones se o prédio estivesse registado na matriz; mas isso só respeitava aos novos prédios, porque havia velhos em relação aos quais nada constava. Os requerentes enviavam para os Serviços de Finanças os verbetes de requisição dos respectivos serviços, mas ninguém tratava a informação recebida. Razão tinha eu para querer transferir esta competência para as Câmaras.

Um deles achava que o que havia feito perder receita tinha sido a fixação de limites para as avaliações; citou casos em que só havia dinheiro para custear meio ano de avaliações; esgotada essa verba, não se fazia avaliação nenhuma, nem os serviços centrais se preocupavam com isso. Se as Câmaras fossem buscar receita a este sector, seguramente que as avaliações seriam feitas zelosamente.

As Câmaras Municipais poderiam executar um papel de fiscalização ou, pelo menos, de colaboração na fiscalização exercida sobre o património construído, de tal modo que a contribuição predial (receita dos Municípios) pudesse vir a aumentar significativamente. A minha preocupação era, exactamente essa: fazer com que houvesse uma fiscalização que contribuísse para o aumento da receita. Havia contribuintes que chegavam ao ponto de se gabar de que não eram fiscalizados e que, por isso, nada pagavam. Não chegavam ao ponto de denunciar qualquer acção perversa sobre os fiscais. Mas ficava-se com uma ideia de que a falta de rigor na fiscalização conduzia, seguramente, a situações menos claras. Tem que haver, sempre, um incentivo à cobrança.

A centralização dos procedimentos havia feito atrasar as transferências. Foi sugerida uma inspecção mais atenta aos custos das empresas construtoras, como adjuvante da detecção das contribuições devidas.

Foi feita a sugestão de acelerar a informatização das repartições de finanças. Ela estava, em 1994, muito atrasada e isso fazia perder vultuosas quantias de impostos. Entusiasmaram-me a que fizesse avançar o Código das Avaliações; não era matéria que fosse da minha responsabilidade directa, mas o sector da Administração Local, que eu tutelava, beneficiaria muito com uma actualização de procedimentos naquela matéria.

Num dos Concelhos presentes havia cerca de 2.000 prédios por avaliar e, por isso, sem pagar o imposto devido. Era urgente o estabelecimento de uma cooperação forte entre as Câmaras e as Finanças; mas havia dificuldades no que tocava ao recrutamento de pessoal devidamente habilitado no campo das avaliações. As Repartições de Finanças haviam sido esvaziadas de conteúdo por via da centralização da maior parte das operações; isto tinha consequências nefastas nos domínios da fiscalização e da avaliação.

O imposto municipal sobre veículos poderia ser imediatamente transferido para as Autarquias, no quadro de uma legislação geral que a regulamentasse. Viam como complicada a transferência da contribuição autárquica e da sisa para as Autarquias. Ela só seria praticável quando a inscrição patrimonial estivesse em dia. O Secretário de Estado da Administração Local participou na conversa. Pedi-lhe que analisasse com o seu Colega do Tesouro como se poderia agilizar toda esta questão. O meu propósito era fazer com que as Câmaras fossem progressivamente mais autónomas, em matéria de recursos e que os Cidadãos vissem de perto onde eram aplicados os seus impostos.

\*

No dia 17 de Março fui à Assembleia da República para discutir o tema dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, sempre muito reclamados, mas frequentemente criticados por causa da nova disciplina que impunham à ocupação do solo. Tratava-se de apreciar uma proposta de autorização legislativa para regulamentar a sua elaboração. Por um lado queria-se mais rigor; por outro lado,

aborreciam as regras instituídas. Tudo muito português!... Intervieram os Deputados Nogueira de Brito, Silva Pinto, Luís Sá, Fialho Anastácio, Manuel Moreira, Luís Filipe Madeira, Hasse Ferreira, José Manuel Maia e Júlio Henriques. Resumirei o que disseram:

Houve um que começou por criticar a minha “mentalidade planeadora”, que estava a impor demasiadas regras ao ordenamento do território. O pedido de autorização legislativa era mais um regime sancionatório da violação dos planos regionais de ordenamento do território do que de outra coisa qualquer. Ele via os PROT como uma categoria intermunicipal dos planos. Entendia (e pressupunha bem...) que eu queria que eles fossem vinculativos para todas as autoridades com obrigações de planeamento, mesmo até entidades particulares. Havia conflitos potenciais entre os diversos tipos de planos.

Outro achava que o projecto de diploma que, naturalmente, acompanhava o pedido de autorização legislativa, era “inqualificável”... (Eu não estou nada de acordo com o uso deste tipo de adjectivos... Gosto de qualificativos mais objectivos...). Iria prejudicar a confiança do Cidadão (Eu pensava exactamente o contrário...). Eu estava a visar, especialmente, as Autarquias Locais (Era verdade, na medida em que elas é que tinham as responsabilidades a regulamentar...).

Um outro protestava por não ver avançar a regionalização. Queria saber que sanção é que o Governo se propunha aplicar a si próprio quando violasse os PDM ratificados por si em Conselho de Ministros (Devo dizer que não sabia qual era o caso que o Deputado tinha em mente. Mas havia, seguramente, uma situação à qual ele achava que o “indisciplinador” tinha sido o Governo... Mas não a revelou...). Preocupava-o a situação das entidades concessionárias (água, gás e electricidade); teriam as Autarquias Locais o poder de ordenar fosse o que fosse a esses entes?

Dizia um outro que eu estava a querer intimidar as Autarquias Locais. Por isso a Comissão Parlamentar do Poder Local já havia consultado a ANMP (Eu também já o havia feito). O PROTAL interferia nas áreas de responsabilidade dos Municípios; era rígido e limitativo; a prosperidade do País não se promovia com tecnocracias, burocracias e inconstitucionalidades. Os planos de ordenamento deveriam ser menos normativos. Os Municípios estavam espartilhados pela tutela. As Regiões há muito que deveriam estar dotadas com os seus

órgãos próprios. Parecia-lhe que estávamos a atentar contra o princípio da autonomia administrativa do Poder Local.

Um outro queria que eu dissesse se, de facto, havia ou não uma anarquia urbanística no Algarve ou se se estava somente diante de uma calúnia. Era verdade que eu achava que havia necessidade de uma coordenação do planeamento a nível intermunicipal?

Os Autarcas eram a favor do planeamento e desejavam-no. Era escusado eu ser muito insistente e estar a propor medidas como as que constavam da proposta de diploma em apreciação.

A proposta inculcava uma subordinação hierárquica das Autarquias ao Governo, o que era intolerável!... Para quando as regiões administrativas? O Governo até então podia embargar; agora passaria a poder demolir! Isso era causa da maior insegurança. Por que é que, nessas circunstâncias, o Governo não chamava a si a competência de tudo ordenar? Com tanta intromissão do Governo a julgar, a fiscalizar e a executar, a proposta em apreço representava um atentado gravíssimo ao Poder Local. O Governo estava a comportar-se de forma “inquisitorial”...

Como se conjugavam os PROT e os PDM nas zonas em que coexistissem? O planeamento regional era necessário e a articulação com os planos municipais revelava-se indispensável. Mas a minha proposta era própria de um centralismo autoritário exagerado. As Autarquias Locais não eram demónios ameaçadores. Os PDM haviam arrancado tarde de mais; se já existissem, a nossa vida estaria melhor. O planeamento era importante mas tinha de ser democrático.

O que eu propunha para o licenciamento era, simultaneamente, liberal e ultra-centralista. Eu estava a esvaziar de poder os Municípios. Em vez de um pedido de autorização legislativa, um Deputado estimava mais que tivesse sido uma proposta de lei material que pudesse ser discutida com vagar e, eventualmente, modificada pela Assembleia.

Não descrevi em pormenor o que foi esta sessão de “malhação”... Registo que os Deputados do partido do Governo assistiam sem grandes ansiedades a toda a discussão. Eu é que deveria sustentá-la.

Não estava nem estou nada de acordo nem quanto ao conteúdo das críticas nem quanto ao estilo. Cheirava tudo muito ao século XIX ou à 1ª República. Não se fazia

uma sugestão construtiva. Passou-se o tempo a destruir sem contemplação, porque se sabia que a proposta iria ser aprovada; talvez por isso os Deputados afectos ao Governo não se sentissem estimulados para intervir. Eu tinha a certeza de que a proposta poderia ser melhorada; mas não o era, seguramente, com as manifestações de “bota-abaixo” que se sucederam. Como de costume, no final alguns vieram felicitar-me pela minha tenacidade...

\*

Eu dou muita importância à sinalética e digo, sem hesitações que os Portugueses não são muito bons neste domínio. Tive numerosas reuniões com os sucessivos Secretários de Estado que tutelavam a Junta Autónoma de Estradas, porque ia acumulando exemplos de faltas, neste domínio, que achava que deveriam ser corrigidas. A mais comum era a interrupção da informação, deixando o utente perante uma indefinição que poderia ser fatal para o prosseguimento da sua viagem.

Mas havia muita mais informação que eu entendia que deveria ser facultada ao viajante: a existência de monumentos nas proximidades, ou de locais históricos ou de paisagens fora de comum ou de áreas protegidas ou de regiões invulgares... todos merecedores de uma visita. Por isso me reuni com o Secretário de Estado e com um profissional do ramo que me havia sido apontado como muito competente e que logo se tinha disponibilizado para conversar comigo sobre o tema, sem qualquer compromisso de trabalho. Eu logo lhe disse que fosse o que fosse que viesse a ser feito teria de ser sujeito a um concurso público.

A sinalética que eu pretendia respeitava, naturalmente, às Autarquias Locais, mas teria de ser montada em suportes colocados nas vias de comunicação e, também, nos muitos mapas que se produzem para grande variedade de propósitos. Ele foi logo dizendo que qualquer logótipo que se viesse a usar representava unicamente o “pinguim em cima do iceberg” constituído por uma massa enorme de trabalho preparatório que deveria responder aos objectivos que fossem fixados. Eu pretendia que fossem estabelecidas normas gerais para haver uniformidade na informação (cores, tamanhos, tipos de letras, sectores, etc.). E, se houvesse normalização europeia, em qualquer domínio, deveriam as suas regras ser transpostas para nós porque éramos cada vez mais visitados por turistas motorizados que conviria que

se encaixassem, sem nenhum esforço, nas regras de informação às quais já estivessem habituados. Mas não havia normas nenhuma! Eu propunha-me animar um esforço para produzir uma normalização da sinalética municipal. Isso teria de ser feito, obviamente, em parceria com a ANMP. Mas a indicação de edifícios públicos, ou museus, ou castelos ou outros motivos de interesse deveria assumir formas idênticas em todo o País.

Havia uma coisa que me dava alguns cuidados, por ter implicações conhecidas sobre a segurança rodoviária e que respeitava à publicidade feita “na paisagem”. Algumas vezes ela fazia distrair perigosamente da condução; na maior parte dos casos desfeava a dita paisagem. Devo dizer que não consegui grande coisa, porque os Portugueses são muito individualistas e costumam reagir com determinação a qualquer esforço de normalização. O resultado pode ser apreciado em alguns livros de humor finíssimo do meu Amigo Álvaro Domingues (1) que, como bom geógrafo, anda com os olhos abertos e máquina fotográfica, registando acumulações de informação inacreditáveis ou formas berrantes de a dar. Ora, a regra a seguir deveria ser sempre a da sobriedade acompanhada da simplicidade das formas gráficas a que se recorre.

\*

No dia 22 de Março veio visitar-me o Presidente da Câmara de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio, acompanhado da Directora Municipal do Gabinete de Estudos e Planeamento. O tema principal era o PDM da capital, mas os assuntos foram-se sucedendo. Na fase da discussão pública, este havia suscitado cerca de setecentas questões, mas a maior parte muito circunscritas, como era hábito, aliás.

Haviam elaborado um estudo especial sobre acessibilidade e ambiente. Como se compreende, atribuía muita importância às duas coisas e tinham de negociar com o Ministério das Obras Públicas as prioridades a atribuir a alguns eixos de atravessamento, tangentes ou radiais.

Lamentou que, no Ministério das Finanças, não se estivesse a fazer quaisquer inscrições matriciais. Uma coisa tão conspícua como o Hotel Meridien ainda não havia sido registado. Isso causava-lhe problemas manifestos, porque nem a actualização de 4% do valor dos imóveis, que deveria ser automática, estava a ser processada.

Ainda bem que veio a informatização dos serviços e o recurso a programas que fazem tudo sem o comando humano directo. Era conhecida a prioridade dada no Tesouro aos impostos que ele próprio encaixava; a sisa e o imposto predial que constituem receitas das Autarquias ficavam para quando houvesse tempo...

A acessibilidade que mais preocupava o Presidente era a regional e a urbano-regional, portanto aquelas que há pouco referi. Em matéria de ambiente, o adutor Alcântara/Algés estava praticamente concluído; havia, agora, que atender às ligações secundárias, mas ele precisava de grandes ajudas, porque o investimento era vultuoso.

Falámos muito do Casal Ventoso que reclamava uma grande operação integrada com componentes de habitação, de reabilitação urbana e de intervenção social. Ele sabia que eu tinha estado no local com o Comissário Millan e que havia encedado uma colaboração com uma espécie de associação local cujo presidente era muito dinâmico, mas que deveria saber muito mais do que aquilo que nos dizia. De qualquer forma revelou ser uma ajuda preciosa.

\*

Os técnicos dos GAT e das Comissões de Coordenação eram uns candidatos muito apetecíveis para os partidos para ocuparem posições de eleitos locais, porque conheciam muito bem os Concelhos e a Região e sabiam bastante acerca das soluções a que poderiam recorrer para ultrapassar os problemas que se punham. Não havia, contudo, legislação que definisse o estatuto dos funcionários e dos eleitos. Mas a promiscuidade entre as duas carreiras não me parecia adequada. A questão foi levantada por um funcionário da CCRC que havia sido eleito como vereador de uma Câmara Municipal importante da Região. Estava fora de causa que acumulasse as funções (e os vencimentos...). Mas tinham de ser definidas regras que estabelecessem o modo como as coisas se haveriam de processar. Eu era a favor de uma distinção absoluta entre as duas carreiras; mas havia gente a defender a posição contrária, invocando nomeadamente, a falta de preparação de muitos candidatos apresentados pelos partidos para ocuparem posições autárquicas com responsabilidade. Ficou decidido que o Secretário de Estado elaborasse, em cooperação com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, uma proposta a apresentar

à ANMP para definir como proceder nestas situações. O ideal seria dispor de estatutos próprios para os eleitos e para os funcionários; mas como isso demoraria, seguramente, muito tempo, conviria atacar logo aquele problema antes de eles começarem a tomar decisões em relação às próximas eleições.

\*

Quando foram elaborados os Planos Regionais de Ordenamento do Território e devidamente aprovados, surgiram casos que invocavam direitos adquiridos por terem na mão alvarás de construção emitidos anteriormente, mas não concretizados. Queriam ficar com a possibilidade de os aproveitar ao arrepio do que, entretanto, havia sido aprovado. Os advogados gostam imenso deste tipo de situações!

O caso, como se compreende, aplicava-se especialmente ao Algarve, onde o território estava cheio de licenças passadas pelas Câmaras Municipais sem nenhuma referência a planos que fossem posteriormente elaborados, discutidos e aprovados. Era preciso definir, por lei, que nos casos em que fosse reconhecida uma incompatibilidade manifesta com o PROT aprovado, o promotor não poderia construir com base num alvará anteriormente concedido. Poderia haver recurso para uma comissão que analisaria cada situação à luz dos critérios definidos previamente. Dar-se-ia aos recursos um tratamento especial, nomeadamente em termos de tempo. Só seriam atendíveis os casos em que houvesse direitos adquiridos devidamente comprovados. A comissão referida teria de fundamentar e publicar os critérios que havia aplicado para fundamentar a sua decisão. Porém, era certo que estes casos iriam fazer correr muita tinta... Mas acabaram por não surgir tantos como se temia. Nem houve grandes questões a dirimir.

\*

A insistência de alguns partidos (especialmente do PCP) em que alguns presidentes de Junta de Freguesia fossem remunerados era enorme. Isso só se justificaria nos casos em que eles passassem muito tempo a desempenhar as suas funções. Sobre tal, ocupei-me, com o Secretário de Estado, a definir uma série de critérios para restringir o contingente ao mínimo possível. Conseguimos, com racionalidade, definir um conjunto, à volta de centena e meia de casos (as Freguesias eram,



nessa altura cerca de 4.300!). Os novos encargos teriam de sair dos cofres das próprias Freguesias e ser aprovados pelas Assembleias de Freguesia. Havia que fixar o valor máximo até onde poderia ir esse vencimento. Entendemos que ele deveria ser uma percentagem (80%) do valor do vencimento de um vereador do Município em causa.

Eu gostaria de ver mais voluntariado cívico e menos “funcionarização”. Mas traziam-me exemplos dos casos em que a remuneração seria justíssima... A maior parte deles estavam localizados no Alentejo e no Interior; mas aí também havia pouco que fazer... Por isso eu ia resistindo... Devo dizer que até me parecia mais justificada a remuneração em zonas urbanas ou peri-urbanas densas ou em expansão. Mas não era em relação a essas que as insistências surgiam...

\*

Continuava, em Abril de 1994, a nossa tentativa para transferir para os Municípios as competências que fossem mais bem desempenhadas ao nível local do que ao central. O Secretário de Estado da Cultura queria transferir quase 80% dos imóveis classificados para as Autarquias Locais. Mas estes reagiam por causa dos custos de manutenção apesar de, na altura da transferência, eles irem totalmente restaurados. Havia alguns Municípios que tinham funções que seriam alojadas dignamente nesses imóveis, mas outros não as tinham e, por isso, se desinteressavam por ficarem com construções dispendiosas. Os recintos desportivos apresentavam um melindre especial por causa das questões de segurança que implicavam; por isso, eram pouco atractivos para a transferência.

Estávamos a insistir na passagem para os Municípios das residências para estudantes de nível não superior, da distribuição do chamado “leite escolar”, dos apoios socio-educativos, do transporte dos alunos deficientes do ensino básico (eram cerca de 200.000!). Eu insistia em competências que fossem susceptíveis de ser mais bem-geridas a nível local, sem introduzir disfunções.

O Secretário de Estado e eu promovíamos conversas frequentes com os Ministros ou Secretários de Estado para ver quais as competências que poderíamos acrescentar à lista, porque seríamos nós a ter de negociar caso a caso com a ANMP. Havia coisas desgarradas, como o licenciamento dos telefones, que interessavam pouco. O melhor seria deixar como estava.

No sector da Indústria havia a metrologia como área possível. Muitas Câmaras dispunham já de dispositivos para a aferição de instrumentos e de meios de medida. Mas havia algumas que não os tinham e seria certo que iriam querer que lhos pagássemos. O licenciamento dos postos de abastecimento de garrafas de gás fazia sentido que fosse transferido; havia um regulamento já definido e a operação dava lugar à cobrança de taxas. O licenciamento de estabelecimentos industriais das classes D e C talvez pudesse ser transferido com vantagens para todos. Em relação às pedreiras, só se elas fossem pequenas (até profundidades de menos de 30 metros) é que não haveria problemas; para unidades maiores eram reclamados meios de apreciação técnica que não era natural que existissem nas Câmaras.

A cobrança voluntária ou coerciva de impostos, como a sisa ou a taxa de circulação automóvel, poderia ser transferida com vantagem para as Autarquias. Mas estas não as queriam, por temerem o trabalho que isso daria e, seguramente, uma relação menos cordial com alguns Municípios-contribuintes. Ainda faltavam alguns sectores com cujos Secretários de Estado o Secretário de Estado da Administração Local tinha trabalhado. Este era um exercício de paciência interno e, posteriormente, externo.

\*

Depois de afinada a minha proposta para remuneração dos Presidentes de Juntas de Freguesia havia que discuti-la com os meus Colegas, porque se tratava de um tema altamente sensível, politicamente. Sobre este assunto, muitos pensavam como eu: era preciso fomentar o espírito do serviço cívico que andava um tanto arredado das lides autárquicas. Ninguém fazia vida de Presidente de Junta! E porque não remunerar os secretários das Juntas que tinham, seguramente, mais papelada para tratar? Mas havia outros que entendiam que deveriam ser remunerados os que exerciam as suas funções a tempo inteiro; esses não eram seguramente os das Juntas de Freguesias com menos de 9.500 fregueses, que eram aqueles que faziam mais pressão. A maior parte pendia para não se profissionalizar uma função que havia sido sempre exercida “pro bono”, nunca se tendo manifestado escassez de concorrentes. Eu próprio havia estado em algumas sessões de apresentação de candidatos, em campanhas eleitorais, no distrito de Vila Real

e ficara realmente impressionado com a personalidade dos candidatos; eram os “homens-bons” prontos a servir os seus conterrâneos, para todos usufruírem de uma vida melhor. Por isso eu reagia à remuneração sistemática dos Presidentes de Junta de Freguesia e compreendia os meus Colegas que pensavam o mesmo. Todavia, havia Freguesias urbanas ou suburbanas nas quais os presidentes passavam muito tempo a resolver problemas complicados. Logo, era difícil encontrar uma solução justa. Além do mais, tínhamos a certeza de que se se fizesse um corte com a tradição do voluntariado seria muito complicado voltar atrás; tudo passaria a ser pago. Era evidente que havia a solução do corpo técnico ou administrativo, composto por funcionários pagos para desempenharem as suas funções, deixando aos eleitos a tomada de decisões. Mas, a partir de que número de Fregueses se justificava guarnecer o corpo técnico-administrativo das Freguesias? Adiantaria pouco munirmo-nos do parecer da ANAFRE. Ela recomendaria, sem hesitação, o pagamento de quem quer que fosse. Esta decisão podia parecer simples, mas não era, porque se tratava de acabar com uma tradição secular, passando a pagar, ou mantê-la, sujeitando-se a uma campanha muito audível...

\*

Já me referi, algumas vezes, ao dinâmico Presidente da Câmara Municipal de Castelo-Branco, César Vila-Franca, o qual me visitava com frequência, sempre para expor o que já havia feito desde a nossa última entrevista e para reclamar mais ajudas para prosseguir na sua acção. Havia gente que o considerava um tanto insistente; mas eu estimava a sua persistência aliada, aliás, a um dinamismo patente. Desta vez, vinha comunicar-me que, na ante-véspera, a sua Assembleia Municipal havia aprovado o PDM e que pretendia que a sua homologação fosse rápida. Queria construir uma nova ETAR, para servir uma zona do Concelho ainda não abrangida. Estava a tratar de negociar com cinco Municípios vizinhos a construção de um aterro sanitário que a todos servisse. Pretendia melhorar as instalações do Cine-Teatro Avenida, porque a população se queixava de falta de dinamismo cultural apesar de haver uma excelente escola de música; mas esta não chegava. Faltava equipamento desportivo; propunha-se construir um conjunto de instalações na proximidade da Escola Superior de Tecnologia e Gestão

de modo a assegurar uma exploração adequada das mesmas. No sector, queria construir, ainda, um complexo de piscinas cobertas. Interessava-se pelas instalações do NERCAB a quem faltava um pequeno pavilhão de exposições; ele iria facultar-lhes uma área de 5 hectares para o construir. Disse-me que teria pronto, daí a dois meses, o plano estratégico em que sabia que eu estava sempre a insistir. Estavam a discutir a sua proposta.

Tinha definido a vocação de Castelo-Branco como “capital do frio”. Queria congelar tudo o que fosse susceptível de o ser. Para isso tinha negociado com o Instituto de Soldadura e Qualidade a instalação de um túnel termo-dinâmico a instalar na zona industrial e com apoio do programa PRISMA.

Era evidente que o enunciado de todo este rol de iniciativas não era só para me manter informado ou para me impressionar. Cada coisa tinha sempre na ponta um pedido de subsídio. Mas todas as coisas de que ele falava tinham regras de candidatura a programas já existentes. De maneira que a resposta era sistematicamente, um roteiro do que ele deveria fazer para ter acesso aos concursos públicos já definidos, Mas esse enunciado que eu, aliás, fazia com gosto, dava-lhe conforto moral e alimentava-lhe o entusiasmo. Eu considerava isso como parte das minhas funções.

\*

O Esquema de Ordenamento do Território Europeu era um documento muito apetecido por todos, mas, também, muito difícil de elaborar. Deveria contentar-se em definir orientações gerais e alguns elementos comuns condicionadores da ocupação do espaço europeu, como eram as redes-transeuropeias de comunicações multi-modais, sobre as quais já se falava em 1994, mas que só vieram a ser fixadas em 2013 (Quase vinte anos depois!...).

Em 19 de Abril trabalhei com o Secretário de Estado no sentido de ser organizada a nossa contribuição que, para mim, era uma espécie de ponto de honra, porque eu tinha sido, ao longo dos anos, um entusiasta insistente para que o tema fosse discutido; deveriam ser fixadas orientações gerais, tendo em vista uma harmoniosa ocupação do espaço que assegurasse boa qualidade de vida aos Europeus. Tratar-se-ia, sobretudo, de um enunciado de princípios que traduzissem uma estratégia acompanhado de um mapa com indicações muito genéricas.

O que havia sido decidido a nível europeu era que se incumbisse a “troika” (o país que assegurava a presidência mais o seu antecessor e o seu sucessor) de seguir o processo, contribuindo os Estados-membros como pudessem. A nossa contribuição, decidimos nesse dia, seria elaborada por uma outra “troika”, desta vez nacional: o GAERE (Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas) mais a DGOT (Direcção-geral do Ordenamento do Território) e a DGDR (Direcção-geral do Desenvolvimento Regional). Deveríamos insistir em que fosse adaptada uma metodologia de preparação gradual dos diversos documentos, com ampla discussão de cada passo. Este era, verdadeiramente, um Esquema (Schéma) para ir fazendo e não para ser preparado de afogadilho. Todos tínhamos a consciência da utilidade que teria, mas também da dificuldade que envolvia.

No mesmo dia fixei os termos, da minha parte, que teria um protocolo de colaboração entre o Instituto Geográfico do Exército e o Instituto Português de Cartografia e Cadastro. Depois de afinada a nossa proposta, ela teria de ser apresentada ao Ministro da Defesa Nacional, para análise e convergência até uma versão conveniente para as duas partes. Era preciso procurar todas as sinergias entre os centros de competência nacionais.

\*

O Presidente da Câmara de Vila Nova de Ourém visitou-me no dia 20 de Abril com uma larga agenda: Havia em curso o restauro do Castelo e a construção de uma pousada nas proximidades. O plano de ordenamento de Fátima, o qual tinha sido feito com urgência e mobilizando meios extraordinários, estava a sofrer pressões vindas de todos os lados e ele encontrava-se com dificuldade para resistir-lhes (Recomendei-lhe firmeza, como não podia deixar de ser!...). Com base nesse plano, estava a ser elaborado um plano de urbanização que ficaria pronto daí a um mês (Donde as pressões que ele estava a receber...). Mas já recorria ao plano actual e não ao de 1956 para licenciar as construções novas; todavia, isso suscitava as críticas da oposição que se mostrava muito legalista para (segundo ele...) atrasar o desenvolvimento. O problema da água, que tanta ansiedade havia causado, estava resolvido a contento. A firma que lhe estava a elaborar o PDM falira, de modo que ele tivera de fazer um outro concurso para seleccionar uma nova; queria que

isso não o impedisse de ter acesso aos fundos estruturais; tal não era possível: a regra era geral. Queria construir um novo edifício para os Paços do Concelho deixando o antigo para casa da cultura; como o projecto ainda não estava elaborado recomendei que ele fosse o mais simples, austero e funcional possível; já não fui eu a inaugurá-lo; mas fui eu a definir os montantes de ajuda com que o Presidente poderia contar e qual o valor da contrapartida local que ele deveria assegurar. Nessa ocasião, estava na moda fazerem zonas industriais onde se localizassem as novas empresas ou as antigas que quisessem mudar de implantação; para isso ele pretendia recorrer ao PEDIP I; mas as verbas desse capítulo parecia que já estavam esgotadas; como ultrapassar a dificuldade?

Refiro esta conversa com pormenor para que daqui a umas décadas, os nossos vindouros fiquem a saber as prioridades da atenção de um Presidente de Câmara e o teor das conversas que mantinha com o ministro da tutela.

\*

O Ministro do Mar comunicou-me, em 11 de Maio, que iria apresentar, em Junho, o “master plan” do porto de Lisboa. Queria dar ao acontecimento a maior projecção, mas pretendia assegurar que tudo estava correcto, no que tocava ao ordenamento do território. Seguir-se-ia uma fase de debate público. Pretendia dinamizar uma coisa semelhante em relação ao Douro, na sequência da produção de um relatório intitulado “Do Inha ao Atlântico” que abordava a parte terminal do rio. Debruçava-se sobre a navegabilidade e sobre a própria foz cujos novos molhes haveriam de fazer correr tanta tinta poucos anos depois.

\*

Em tudo quanto se propunha em matéria de transferência de estradas para a esfera de responsabilidade das Autarquias Locais tínhamos apoio de um técnico da Junta Autónoma das Estradas, o Eng. Ferreira do Nascimento, de cuja competência profissional conservo uma grande recordação. Propunha soluções sensatas, depois de estudar a fundo a situação de cada Concelho ou de um conjunto de Concelhos.

\*

Em 17 de Maio recebi um especialista silvicultor por quem aprendi a ter muita consideração profissional, o Eng. João Soares. Vinha alertar-me para o facto de a legislação relativa aos Planos Directores Municipais e aos Planos Municipais de Ordenamento do Território ter permitido demasiada discricionariedade na definição das áreas agrícolas. Os gabinetes privados que elaboravam os projectos exorbitavam muitas vezes na sua mobilização. Mas, por outro lado, havia por parte do Ministério da Agricultura um zelo anormal em relação ao mesmo assunto, afirmando que o uso florestal era antagónico do uso agrícola, sendo muito entusiasta a proibir o primeiro em zonas que haviam sido classificadas como aptas para o segundo. Ora, a verdade é que muitas parcelas que noutro tempo haviam sido mobilizadas para a agricultura, já não apresentavam interesse em sê-lo de novo. A sua orientação para a floresta era até muito indicada. A Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP) já tinha feito um protocolo formal sobre o assunto. Ele queria o meu apoio para que fosse criado um mecanismo administrativo que permitisse alguma versatilidade do tipo de ocupação do solo não impondo a exploração agrícola em terrenos marginais que haviam, antigamente, sido mobilizados para esse efeito, sendo, todavia, nos nossos dias mais adequados para a floresta. Hoje há muitos especialistas a recomendar a orientação para a silvicultura desses mesmos terrenos.

\*

No Conselho de Ministros de 19 de Maio foi analisada uma nova fatia da transferência de competências para os Municípios. Era um tema recorrente, Evidentemente que, antes de ir a Conselho, tanto eu como o Secretário de Estado havíamos passado horas com os Colegas responsáveis pelos diversos sectores. Em Conselho procedeu-se a algumas melhorias ou precisões de redacção e à adição de uma ou outra competência. Um dos meus Colegas disse que, no seu sector, não era o desejável, mas o possível que se transferia.

Surpreendeu-me que a fixação dos locais de estacionamento de táxis, até àquela data fosse uma competência central. Passou para o nível local, naturalmente. O mesmo sucedeu à desobstrução de linhas de água e sua limpeza; era, também, uma atribuição “esquecida” do poder central.

Sou de opinião de que se revise este tema de tempos a tempos. Estou seguro de que se encontrará sempre uma competência que melhor será desempenhada a nível local. Isso justifica-se pelo centralismo absurdo acumulado ao longo da história. Mas acautelemo-nos: a tendência permanece endémica e escondida. A Administração Central inventará sempre novas atribuições para justificar a sua existência e para se robustecer.

\*

Em 23 de Maio trabalhei com o Secretário de Estado na definição da lista de atribuições e competências das futuras regiões administrativas. Era um longo rol que precisava de coordenação supra-municipal e, simultaneamente, de descentralização, a partir de Lisboa. Já tinha havido um trabalho elaborado com as Comissões de Coordenação Regional para ajuizar da sua experiência sobre o desempenho de cada uma delas. Entendi como prudente distinguir essas competências entre definitivas e transitórias. Estas seriam as que reclamariam meios de acção adicionais a definir posteriormente.

Nesse dia acrescentei ao conjunto as estradas desclassificadas que fossem de importância inter-municipal sem a terem a nível nacional e a colocação de professores que, já nessa ocasião, constituía uma operação delicada, sem ter ainda o dramatismo que a escala (e alguma incompetência...) determinaram uns anos depois. Ao mesmo tempo, conviria produzir uma lista das funções desconcentradas que deveriam permanecer sob a tutela central, embora exercidas a nível regional por responsáveis regionais bem identificados. Estas funções desconcentradas, da responsabilidade de diversos sectores, deveriam ter um coordenador regional a que se daria a designação de governador regional (semelhante ao “préfet” coordenador de região, em França) ou, como alguns preferiam, a de alto-comissário para a região; eu achava a primeira menos pomposa. Porém, como se sabe, todos estes exercícios foram inconsequentes. A seu tempo tratarei do tema, em conjunto.

\*

O Eng. Daniel Branco (PCP), Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e, também, o Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa (E um bom Pre-



sidente!), veio ver-me no dia 27 de Maio. Começou, como era hábito, queixando-se da falta de verbas. Queria mais dinheiro, porque havia muitos projectos sem cobertura financeira. Tinha dúvidas acerca da legalidade da cobrança de tarifas relativas à recolha e tratamento de resíduos sólidos por via da sua inclusão no recibo da água. Era preciso esclarecer o assunto. Não lhe agradava ter de instalar um novo serviço só para esse efeito, mas não queria também que houvesse um utilizador a levantar a questão judicialmente ou nos jornais. Era preciso fazer as coisas pelo seguro.

Não havia interessados na recolha de papel usado resultante da selecção do lixo. Recomendiei-lhe que abordasse directamente uma empresa papeleira; tratava-se de muitas toneladas de papel!... Na época, estava em formação uma agência de desenvolvimento para a Área Metropolitana de Lisboa, a AMBELIS. Sugeri-lhe que além da Junta Metropolitana lá estivessem representados o ICEP, o Ministério da Indústria, o Fundo de Turismo, as Associações Empresariais e outras entidades. O que importava era promover sinergias.

Iriam realizar em Lisboa um encontro sobre o funcionamento das Autarquias. Queria a minha participação. Pretendiam abordar situações muito específicas como as ilegalidades frequentes na área do pessoal, os contratos de prestação de serviços e a questão do visto-prévio do Tribunal de Contas, a celebração de contratos para obras pequenas, o seu ajuste directo, a situação do pessoal operário, etc.

Achava que se deveria fomentar a criação de pequenas empresas municipais para a prestação de serviços: jardinagem, pequenas reparações, etc. Disse-lhe que era melhor anunciar as encomendas e deixar que o sector privado respondesse. Mas ele propendia para a municipalização... Eu não tinha hesitações em contrariá-lo! Queixava-se em relação a vários estrangulamentos burocráticos municipais. Queria que eu promovesse, para esse efeito, uma reunião com a ANMP e com as Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Encarreguei o Secretário de Estado de a organizar.

Ele trazia sempre os assuntos bem preparados de modo que não se perdia tempo em divagações.

\*

No dia 27 de Maio veio ver-me uma delegação da Associação de Municípios da Alta Estremadura. Tinham a ambição de levar a cabo um grande projecto de saneamento básico que envolvia a construção de sete ou oito ETAR e de algumas dezenas de quilómetros de colectores. O Ministério do Ambiente estava a preparar o concurso para o estudo final, mas eles debatiam-se com a falta de meios para a construção. Queriam ter a acesso ao Fundo de Coesão (co-participação de 85%). Afligia-os muito as redes urbanas de ligação aos colectores gerais, porque estes poderiam ser incluídos no projecto, mas aquelas eram da sua inteira responsabilidade e eles não tinham meios. Queriam que eu lhes desse a solução (Leia-se o dinheiro...).

Havia o problema da despoluição da área de Mira d’Aire e de Minde. A principal causa da poluição vinha dos suinicultores que não se chegavam à frente para resolver os estragos que causavam. Precisavam de 13 milhões de contos para lançarem as duas redes, uma em alta e outra das ligações às unidades. Recomendai-lhes que começassem por abordar os suinicultores e outros empresários, estabelecendo parcerias para atalhar um problema que, afinal, a todos respeitava.

\*

Também em 27 de Maio recebi uma delegação da Associação de Municípios do Norte Alentejano. Vinham dizer-me que o grande investimento no Alqueva acabava por os prejudicar, porque, no bolo global, os meios orientados para aquele grande empreendimento acabavam por não deixar muito para eles. Tinham de ser compensados. Devo dizer que tive de me conter para não dizer nada de imprudente.

Comecei por perguntar quais eram os projectos que eles tinham para o desenvolvimento da sua área. Referiram-se àqueles que eu já sabia e que estavam já dotados ou em preparação para o ser.

A inveja é – todos o sabemos – um sentimento muito português. Mas levar as coisas a este extremo, para mim era intolerável!...

Pedi-lhes para me visitarem de novo com uma lista dos projectos que tivessem para mudar a sua terra.

\*

No dia 30 de Maio reuni-me no edifício do GAT de Chaves com os Presidentes das Câmaras Municipais do Alto-Tâmega. Falaram todos eles. Resumirei o que disseram: Era importantíssimo ligar o IP3 ao IP4; já o IC25 tinha que ser em auto-estrada. Era urgentíssima uma nova ponte urbana em Chaves. Iria haver a doação de uma quinta ao Ministério da Educação; ela deveria ser aproveitada para lá instalar um polo da Universidade de Trás-os-Montes. No forte de S. Francisco iria ser construída uma pousada de cinco estrelas; beneficiava do SIFIT em 40%; mas era preciso, agora, recuperar o forte de S. Neutel para fazer nele um auditório aberto com fundos do programa LEADER. O balneário das termas de Chaves reclamava melhorias urgentes. A barragem da Nogueirinha já dispunha de projecto; queriam lançar as obras ainda em 1994. O açude no Tâmega em Chaves estava orçado em 250.000 contos; mas era fundamental para a cidade. A Repartição de Finanças de Chaves estava instalada no Edifício da Câmara Municipal, pagando uma renda ridícula; queriam ver-se livres dela. O Presidente de Chaves queria promover, lá para o fim do ano, um grande seminário com representantes de todos os flavienses espalhados pelo mundo; precisava de verbas do PROSIURB que pretendia que eu agilizasse.

A estrada nacional n.º 206 (Vila Pouca – Valpaços – Bragança) precisava de melhorias imediatas, bem como a EN 103 (Chaves – Valpaços – Mirandela). Novamente as estradas como prioridade. Era preciso remodelar os Paços do Concelho de Valpaços. Havia duas barragens que contribuiriam para o desenvolvimento do Concelho: uma no rio Limões, com 18 metros de altura e, também, com objectivos agrícolas, e a de Rebordelo com 80 metros de altura, mas que custava mais de dez milhões de contos. A escola (C+S) tinha cerca de 1.000 alunos e estava em muito mau estado; precisava de obras urgentemente.

Novamente a auto-estrada que ligava o Vale do Ave ao Vale do Tâmega e a EN 103. Estava em restauro a aldeia barrosã de Vilarinho Seco; seria interessante para o turismo. A ETAR de Boticas nunca havia funcionado, embora estivesse pronta há 18 anos; a reabilitação custava 25.000 contos; era urgente. Queriam ter na Câmara um laboratório para análise das águas do Concelho. Havia o projecto de construção de um aterro sanitário que servisse vários Municípios. A rede de escolas primárias era uma dor-de-cabeça; precisavam muitas de recuperação, mas havia

algumas com pouquíssimos alunos; era a ocasião para se proceder ao reordenamento escolar, reabilitando apenas os edifícios que integrassem o novo plano, mas fazendo-o com ambição. Também havia problemas de exclusão social no mundo rural; não era exclusivamente nas zonas urbanas; revelavam-se até mais difíceis de tratar; uma cooperação entre a Câmara e a Segurança Social poderia começar por atacar o problema da habitação que era o mais urgente. Situado numa grande mancha florestal, o Concelho precisava de dispor de um parque para a colocação de material lenhoso e para tratamento de madeiras de pequenas dimensões; mas o tema não estava a interessar nenhum promotor privado; aconselhei a que consultassem o BIC (Business Innovation Centre) e o NERVIR (Associação Empresarial de Vila Real) para ver se se formava uma pequena unidade para o efeito; eu não era a favor da constituição de uma empresa municipal com esse propósito. A escola (C+S) de Cerva representava um equipamento importantíssimo para cobrir uma zona desguarnecida. Novamente o problema habitacional em zonas rurais. Havia recursos interessantes em matéria de energia eólica.

No domínio das finanças locais as Câmaras do Interior estavam em má posição; não tinham receitas próprias, o que as tornava totalmente dependentes do FEF. Os prédios rústicos e urbanos tinham de ser reavaliados para ver se se conseguia mais receitas. No Concelho de Montalegre estavam localizadas cinco albufeiras; pois só recebia 16.000 contos por ano por esse facto; tinha de se retomar a negociação relativamente aos centros electro-produtores. A moda das centrais “mini-hídricas” estava em expansão; havia uma com perspectivas excelentes, mas localizava-se no Parque Natural; tratava-se, todavia, de só construir uma conduta forçada, porque o resto não precisava de grandes obras. O granito vermelho de Montalegre era comercialmente estimado; mas a grande pedra estava localizada no Parque; como proceder para não deixar o recurso por aproveitar? Queriam fazer um parque urbano de 14 hectares na Casa do Serrado, mas precisavam de apoio financeiro.

Num outro Concelho havia uma nova barragem a construir e uma profunda remodelação a fazer no velho edifício dos Paços do Concelho.

Havia, manifestamente, energia e ideias. O problema, no fim de contas, era sobretudo financeiro.

\*

O “novelo” da transferência de novas competências para os Municípios nunca mais acabava de se desenrolar. Havia reuniões com Secretários de Estado e outras de nível técnico com os Directores-gerais. Mas, para avançar qualquer pequeno passo, tinha de ser o ministro a promover encontros com a Associação Nacional de Municípios Portugueses; e, mesmo assim, sobressaíam unicamente as dificuldades. A aproximação das eleições legislativas contribuía também para isso... Sobre este assunto, tive uma nova reunião em 14 de Junho, na qual participaram alguns Secretários de Estado.

O dos Assuntos Fiscais disse que estava aberto à transferência da liquidação de impostos. Em relação à sisa havia a dificuldade de o processo das matrizes ainda ter de passar pelas repartições de finanças, onde elas estavam, mas poderia contemplar-se uma forma progressiva de transferência das mesmas; a base de dados municipal que as acolheria ficaria ligada à base informática geral. A aproximação destes domínios aos Cidadãos era o que mais nos interessava. Era preciso fazer a avaliação dos meios humanos e financeiros de que as Autarquias necessitavam para desempenhar a função e formá-los devidamente.

A ANMP estimava o contacto directo com os Secretários de Estado. Queixou-se de que as repartições de finanças não haviam colaborado no combate às fugas (isso queria dizer algo...) nem na informação acerca dos valores da sisa aplicada a cada transacção. Como já disse noutro lado, para contrariar a fraude, tinha-se posto a hipótese de dar às Câmaras um período de seis meses para tomar a opção de compra de imóveis cujo valor declarado fosse suspeitosamente baixo.

O Secretário de Estado do Comércio em relação ao licenciamento dos estabelecimentos comerciais quis excepcionar o caso das farmácias por se lhes aplicar um regime especial.

O Secretário de Estado dos Recursos Educativos invocou a larga experiência que já existia de estabelecimento de parcerias entre o seu Ministério e as Autarquias. Queria evitar a dupla tutela nas escolas e propunha uma forma de aproximação gradualista. O “leite escolar” passaria para as Autarquias sem prejuízo da assistência necessária na realização dos concursos. A gestão das residências para os estudantes do ensino secundário ficaria limitada às que tivessem menos de 60 re-

sidentes; para mais do que isso não dispunham de pessoal devidamente formado. A colaboração bilateral com o Ministério da Educação havia corrido muito satisfatoriamente. Os grandes problemas que subsistiam respeitavam ao pessoal; queriam, para isso, que fossem elaborados ratios, porque havia numerosas escolas com excesso de pessoal não-docente (Este havia sido admitido sem critério nos anos de 1974 e 1975, especialmente). A educação pré-escolar precisava de mais amadurecimento e, provavelmente, da oferta de incentivos à criação de escolas para esse estrato, da responsabilidade municipal ou particular.

O Secretário de Estado da Indústria queria passar tudo quanto respeitasse à metrologia e à lei de minas e explorações a céu aberto com alturas limitadas.

O Secretário de Estado do Turismo gostaria de transferir o licenciamento da instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos; o projecto do diploma que o faria já estava feito.

Tratámos, ainda de outras coisas: queriam que fossem solicitados estudos sobre as finanças locais a universidades com competência firmada nessa área; queixaram-se de que as transferências da contribuição autárquica para os Municípios estavam atrasadas; em matéria de burocratização informaram que o Tribunal de Contas naquele ano estava a ser mais interventivo do que nunca; pretendiam que houvesse legislação específica sobre a gestão dos recursos humanos que se estava a revelar complicada; em relação às empresas intermunicipais, municipais e mistas queriam avançar, tendo-lhe nós anunciado que o projecto de diploma já estava pronto. Em relação aos Planos Directores Municipais fizeram uma grande declaração que eu registei: eram eles os primeiros a querê-los! Mas não gostavam nada de ter o “cliente” em cima deles (O cliente era o impedimento de terem acesso aos fundos comunitários se não dispusessem de PDM para os seus Concelhos; eu sorri-me, sem me comprometer a aliviar nada...). Parecia ter de haver um despacho de esclarecimento em relação à aplicação de normas provisórias dos PROT quando já houvesse PDM em vigor; fiquei de o fazer. Queriam dispor de um lista das Câmaras que seriam penalizadas por não disporem de PDM e recomendaram que se fixasse um prazo de um ano como tolerância (Eu já havia sido tolerante várias vezes!...). E sem resultados encorajadores. O melhor seria manter mesmo a decisão. Gostaram dos elementos que lhe haviam sido enviados em relação à des-

classificação das estradas; estavam em posição de ter uma reunião com o Secretário de Estado das Obras Públicas, mas apreciariam que fosse feito, antes disso, um rol dos critérios que haviam enformado a proposta feita pelo Governo (Isso já estava definido, desde o princípio do processo).

\*

No dia 20 de Junho recebi uma delegação da Associação Nacional dos Autarcas Sociais-Democratas (ANASD). A transferência de competências para os Municípios estava a experimentar avanços e recuos, enrolando-se as questões. Havia reuniões em que, parecia, avançar-se bastante, mas outras em que voltava tudo atrás. Manifestamente, não era a bondade das propostas feitas que estava em jogo; tratava-se antes de uma manobra política que visava atrasar tudo até às eleições seguintes. Todavia, na ANMP havia, também, autarcas sociais-democratas; mas estavam em minoria e não queriam expor-se concordando com as propostas de Governo, quando os seus pares em maioria lhes deveriam dizer que, empatando o processo, conseguiriam seguramente que lhes fossem dados mais meios por cada competência transferida. Por isso eu os quis ouvir. Vieram nomes “pesados”!... Começaram por dizer que a tentativa feita dois anos antes é que vinha no tempo certo, mas que as propostas de decreto-lei apresentadas eram imperfeitas, porque não esclareciam suficientemente o tema quente das compensações a receber. O Governo havia recuado diante da pressão das Misericórdias e das IPSS (Não era verdade!). Esclareci que não se tratava de nenhum presente envenenado, mas de uma proposta séria. Responderam que os diversos Secretários de Estado dos diferentes sectores não tinham especificado cabalmente qual era o custo dos serviços a transferir (Desculpas!...). Acrescentaram que a direcção da ANMP se iria aplicar para encontrar pretextos para inviabilizar a transferência de competências. A razão era política e tinha pouco a ver com a relevância da proposta. Eu deveria ajudá-los a empurrar o assunto, estabelecendo com rigor a “mochila” financeira que deveria acompanhar cada função a transferir; tinha, ainda, de apresentar os valores de quanto custava cada uma à Administração Central. E isso deveria ser feito desagregando nessas verbas quanto se gastava com os funcionários. Duvidavam que os Secretários de Estado soubessem estes valores com a precisão

desejada. Em relação ao sector da Educação era preciso esclarecer quantos eram os utentes actuais dos serviços prestados e os estimados para o futuro; a transferência correspondia aos funcionários que lá estavam ou aos que deveriam estar? No domínio da Administração Interna, achavam que o PS estava a exagerar, por excesso, no que reclamava para as polícias municipais; a própria regulação do trânsito deveria ser da sua responsabilidade e não da PSP ou da GNR; os guardas “preferiam o estacionamento ao crime”... No sector das Finanças não queriam ficar com a cobrança e liquidação dos impostos fixados pelo Estado; a sisa deveria ser fixada por cada Município; não se deveria “passar o odioso” para as mãos dos Autarcas; para desempenharem bem as funções desta área teriam que admitir mais umas dezenas de funcionários e isso custava dinheiro. No que respeitava aos licenciamentos das pedreiras não se poderia concedê-las quase “ad eternum”, até ao esgotamento das reservas; isso teria de ser fixado...

Aquilo que estivesse a funcionar bem ao nível da Administração Central não deveria ser mexido. Só se deveriam transferir as competências que, presumivelmente, fossem mais bem desempenhadas ao nível local.

Queixaram-se de que a informatização do Ministério das Finanças na área dos impostos locais havia sido mínima (Insinuava-se que o progresso nesta área os havia segregado...). O que o Governo havia proposto era a transferência das competências ingratas... Queriam polícias municipais fardados, mas desarmados. No âmbito das Finanças, o que era mais grave verificava-se ser o problema das isenções parciais ou totais de alguns impostos feitas pelo Governo, sem o acordo prévio dos Municípios.

Os funcionários só seriam transferidos se as Câmaras Municipais os quisessem. Concordavam que eu estava a penar por, dez anos antes, se terem transferido os transportes escolares, sem as verbas prometidas os terem acompanhado. Todavia, a verdade era que, na reunião do Conselho Geral recentemente celebrada, toda a gente havia saudado a transferência de competências. Mas queriam negociá-la! Percebi, pela reunião, que não ia haver transferência nenhuma. Estavam todos unidos para fazer exigências despropositadas ao Governo. Quando já não tinham argumentos, diziam que as contas estavam mal feitas.



A verdade é que ainda hoje (2017) se está a tratar da transferência de competências. Oxalá, venha a ter sucesso. Apesar da minha paciência e insistência, todos já haviam decidido que ela não iria ter lugar. Forçoso era admitir que não iria haver acordo nenhum.

\*

Já me referi à frequência com que recebia o Presidente da Câmara de Castelo-Branco, César Vila-Franca. Ele era um Autarca com uma actividade incessante e grande imaginação. E, como eu o ouvia com deferência, vinha muitas vezes a Lisboa expor-me as suas ideias. Assim aconteceu no dia 20 de Junho.

Queria candidatar a sua Câmara ao PROSIURB; a cidade tinha importância nacional, regional e raiana e isso justificava um tratamento especial. Estava disposto a recorrer a um empréstimo desde que isso não contasse para o seu tecto de endividamento, o que, manifestamente, estava fora de causa.

Havia entregue a sua proposta de PDM para ser apreciada pelas diversas instâncias centrais que sobre ela se deveriam pronunciar. Queria que eu telefonasse a todas elas para agilizar o processo.

Ele fazia parte dos Autarcas portugueses que integravam o Comité das Regiões e, nesse âmbito, fazia parte de uma comissão de políticas urbanas. Só lhe interessava abordar temas que fossem relevantes para a sua terra. Por isso estava a animar um grupo que pretendia definir políticas de revigoração das cidades médias (com mais de 100.000 habitantes). Queria perguntar-me se eu o apoiaria nessa acção (Em matéria de estudo, obviamente que sim). Mas o problema dele eram as finanças locais! Estava quase em ruptura financeira. Lamentava-se da sua penúria, contraposta à situação dos Municípios rurais que “nadavam em dinheiro”... A primeira área industrial de 120 hectares já estava feita. Propunha-se partir para a segunda, de 200 hectares, mas não dispunha de meios... Em ligação com ambas estava uma proposta de construção de um gasoducto que seguisse o traçado do IC8 (Monte Redondo/Leiria/Campo Maior). E depois uma outra que acompanhasse a linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa (Castelo-Branco/Alcains/Covilhã/Fundão/Guarda), todas elas povoações com alguma indústria que beneficiaria enormemente com o abastecimento de um combustível mais barato.

Eu admirava a imaginação do Presidente. Aquela cabeça não parava de conceber novas iniciativas e de sonhar... Ficava impaciente quando eu elaborava sobre esquemas de “engenharia financeira” a que os seus meios não podiam aceder. Mas era de uma dedicação imensa à sua terra! Um inconformista irredutível!

\*

Em 21 de Junho tive a informação de que 99 PDM ficariam prontos até ao final do mês. Os restantes continuariam a ser elaborados; no entanto, havia quatro com grandes problemas a que era preciso dar atenção. A persistência estava a compensar!

\*

Em 24 de Junho tive, em Vila Real, uma reunião com os Autarcas da parte sul do distrito para ver como ia a preparação de candidaturas de projectos a serem contemplados no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio. Como era hábito, nunca se limitavam a dizer o que iriam fazer; antes disso tinha que haver um período antes da ordem do dia reservado às “queixas”. Sem estas não haveria reunião!... Falaram todos os presentes. Resumirei o que disseram:

Tinham sido prejudicados em relação ao litoral, na distribuição de verbas. Eu deveria abrir uma excepção para os Municípios que não haviam apresentado PDM por causa dos atrasos da RAN; não poderiam ser penalizados por situações que os ultrapassavam. Havia um contencioso com a CP por causa de uma das estações ferroviárias. O Agrupamento queria tratar os seus resíduos sólidos; estavam hesitantes entre a construção de uma central de incineração ou o recurso a vários aterros sanitários; a localização destes estava a ser difícil (Tratava-se de um problema técnico e de gestão que deveriam sopesar; seria bom munirem-se do parecer de um consultor competente e que não estivesse ligado a nenhuma empresa com interesses em qualquer tipo de solução). Queriam dispor de um laboratório para análise das águas (Sugeri-lhes a celebração de um contrato com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que já dispunha de bancas e de analistas para a fazerem). O GAT de Vila Real havia sido dotado de meios para desenvolver a informação cartográfica de que precisava, agora em versão digital; era preciso

assegurar a formação da rede municipal que haveria de gerir os PDM com auxílio do novo instrumento que lhes era facultado, depois de “carregar” o sistema com a informação respeitante a cada PDM. Estavam preocupados com a modernização administrativa; tinham-se candidatado a um programa que existia para esse fim. Queriam dotar-se de um arquivo óptico com microfilmagens; precisavam de auxílio financeiro; propus-lhes que vissem se, no âmbito do RECIT, isso poderia ser conseguido. Pretendiam apoio para a constituição de uma empresa de gás canalizado para abastecimento doméstico; já haviam contactado com uma empresa de Bordéus que tinha experiência na matéria, usando gás propanado; já lá tinham ido ver como era; recomendei-lhes que elaborassem um estudo económico, porque eu sabia que o consumo seria pequeno e disperso, portanto com muitos custos; o projecto só seria viável se dispusesse de muitos incentivos ou se eles se contentassem com uma versão limitada aos centros urbanos onde houvesse uma razoável concentração de consumidores. Queriam uma grande melhoria da estrada Mesão Frio – Régua, mas a Junta Autónoma das Estradas não atribuiu prioridade à ligação e eles não conseguiam entender-se, em termos intermunicipais, para dividir os custos que eram muito elevados. (Mesão Frio acabou por avançar no que dizia respeito à solução que a desafogava do atravessamento de uma corrente de tráfego muito intenso).

Havia projectos ligados ao turismo em zonas ribeirinhas. Mas eram tudo melhoramentos locais.

No processo de “overbooking” que eu tinha autorizado, verificava-se ter havido “mais olhos que barriga” e, agora, estava-lhes a custar passar para o segundo QCA o que havia sobrado sem cobertura, do primeiro, tal como constava das regras do jogo. O FEF para 1995 seria expressivamente melhor do que o de 1994?

Um deles queria ajuda para alindar a praça do Município, outro para fazer uma casa da cultura, outro um pequeno loteamento industrial e um outro uma barragem para abastecimento de água. Haveria meios suplementares? Pedi-lhes para tomarem decisões em relação às prioridades e afectar, de acordo com isso, os meios de que dispunham. Em relação às pequenas barragens para abastecimento de água, talvez se conseguisse mobilizar algum auxílio por parte do Fundo de Coesão; o problema é que não havia nem ante-projectos e, portanto, não se sabia

de quanto é que estávamos a falar. Encontrava-se em conclusão uma barragem no rio Sordo; seria possível a partir dela abastecer partes dos Concelhos de Vila Real, Santa Marta de Penaguião e Régua; era preciso, contudo, elaborar os projectos das respectivas redes e ser tudo apreciado no seu conjunto.

Havia uma ETAR para construir, mas não sabiam onde ir buscar o financiamento; pedi par se juntarem alguns Concelhos.

E, novamente, as estradas: faltavam numerosas ligações ou era necessário melhorar as que já se mostravam saturadas com tráfego (o que era verdade!...).

Algumas povoações importantes não dispunham de água tratada; a que era fornecida vinha directamente de cursos de água importantes como o Douro, mas era distribuída tal como vinha do rio!...

Recomendei que não apresentassem novas candidaturas se não depois das férias e após terem pensado muito no escalonamento das prioridades. Afinal, feitas bem as contas, a capitação do FEDER em Trás-os-Montes era maior do que no Litoral!... O Autarca que protestara havia-se esquecido de alguns outros programas do FEDER, que também contavam, evidentemente.

\*

Estava em reformulação a lei orgânica da Direcção-geral do Ordenamento do Território (DGOT). Tanto eu como o Secretário de Estado gostaríamos de conferir maior visibilidade à sua acção por via do reforço das suas funções. Havia a hipótese de a transformar em Instituto de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, conferindo-lhe maior autonomia de acção. Mas os tempos não iam no sentido de desencadear um longo processo de persuasão do Ministério das Finanças, dado que este não gostava nada dessas “modernices”. Mas era preciso alargar o seu escopo de acção! Ficou, assim, transformada em Direcção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) tendo a CEUR (Comissão de Estudos Urbanos e Regionais) como conselho consultivo. Esta decisão foi tomada no dia 30 de Junho de 1994.

\*

O Instituto Português de Cartografia e Cadastro possui um espólio notável tanto de aparelhos como de cartas das mais diversas escalas. Se não se estruturasse um museu formalmente constituído acabaria por haver dispersão dos seus valores. A colecção já estava, em larga medida, constituída. Era só preciso formalizar a existência do museu, encontrar-lhe um alojamento condigno nas novas instalações e contratar os serviços de um museólogo que colaborasse na definição da forma como tudo seria exposto. Depois, haveria que estabelecer um programa de actividades, mas isso já seria tarefa para o seu presidente que se rodearia de quem entendesse para o elaborar.

\*

As Finanças Locais eram sempre tema de grandes discussões e mesmo de alguma tensão, porque o montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) nunca era suficiente e os Autarcas estavam pouco abertos a definirem os seus impostos e a cobrarem-nos, além de que não gostavam nada de ouvir falar na transferência de novas competências. Como tal, era preciso dispor de um quadro de referência geral para a questão das Finanças Locais, onde se definissem os princípios e deles fossem deduzidas as formas de proceder. Em 5 de Julho decidi, com o Secretário de Estado, encomendar um estudo que viesse a proporcionar uma base para enquadramento do que se viesse a fazer no futuro; isso reclamaria a elaboração de um plano de acção, pluri-anual, mas tudo seria feito num quadro de propósitos e de princípios de todos conhecido.

Deveria o trabalho ser elaborado por um grupo de académicos ou por uma faculdade ou centro de estudo, mas, antes de lançar um concurso, tornava-se necessário definir os seus termos de referência. Não seria conveniente que estes não fossem, logo à nascença, objecto de um acordo com os Autarcas. Por isso pedi ao Secretário de Estado para encarregar a Direcção-geral da Administração Autárquica de elaborar um “borrão” do conteúdo da encomenda e que o discutisse com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. O objectivo era dispor de um único caderno de encargos. O diagnóstico deveria ser breve, a parte dos princípios em que tinha de assentar o sistema de financiamento local teria de

ser robusta e muito justificada e, numa terceira parte, deveria ser feita menção a numerosas sugestões praticáveis.

Eu não estava muito seguro de que eles quisessem associar-se para produzir um só estudo com termos de referência acertados entre as duas partes. Poderia ser que preferissem dispor de dois estudos, um com o nosso ponto de vista e outro com o deles, de modo a basearem a sua acção junto do Governo em pressupostos distintos. Por isso eu estava a avançar com muitas cautelas, não aparecendo eu próprio a fazer a proposta para deixar os interlocutores completamente à vontade para reagir com entendessem. De qualquer forma, nós mandaríamos elaborar um estudo de fundo sobre o assunto.

\*

O processo de classificação do Douro como património mundial (UNESCO) vem de longe. Logo que surgiu a oportunidade para o fazer, eu ofereci todo o apoio da Comissão de Coordenação da Região do Norte para apoiar o trabalho preparatório. Era preciso juntar muita documentação de apoio e o melhor era encarregar disso quem a tinha ou sabia onde ela estava.

No dia 5 de Julho tive a descrição do que havia sido a viagem do Senhor Van Dros-te, acompanhado de quase uma vintena de especialistas que olharam para tudo, fazendo comentários sobre os pontos menos favoráveis. O chefe da missão era, manifestamente, uma pessoa culta, perspicaz e muito habituada a fazer aquele género de exercícios. Quando perguntei como havia decorrido a missão, o cômputo geral foi positivo. Mas apontaram aspectos críticos:

Como é que o futuro iria “entrar” naquela paisagem? Como é que o Porto estava separado de Gaia na candidatura que havia sido apresentada? (Não conheciam as idiossincrasias locais...). No Pocinho a paisagem tinha sido muito ferida; não se haviam rodeado dos indispensáveis cuidados técnicos durante a construção da barragem; tudo tinha sido feito um pouco à bruta! A lixeira da Régua constituía uma “ferida” evidente! (Já não existe há muito tempo). A extracção de areia no Pinhão também estava a adular a paisagem.

Deveríamos constituir um pequeno núcleo técnico, com um conselho consultivo, para dar resposta às perguntas que nos iriam colocar e para sugerir prio-

ridades de acção naquilo que se fosse a tempo de corrigir. E isso deveria estar sediado na CCRN.

Tudo acabou bem, mas a primeira pergunta deve representar uma preocupação permanente. Classificar uma paisagem como património mundial não significa pô-la sob uma redoma. Tem de se assegurar que ela continúa a viver e a prover sustento para quem nela habita. Mas como é que tudo evolui assegurando-se, simultaneamente, que há progresso e que continua a haver património? Porque, se as coisas evoluírem mal, poderá ser retirada a classificação um dia concedida.

Daí o grande cuidado que se tem de manter em relação à evolução que uma área destas experimenta.

\*

A Protecção Civil dispunha de serviços, mas não estava estruturada como nos dias de hoje (2017). Foi a 14 de Julho de 1994 que houve uma reunião do Conselho Superior de Protecção Civil para aprovar o seu próprio regimento e o Plano Nacional de Emergência que articulava três níveis de intervenção: o municipal, o distrital e o nacional. Foi então que passou a haver um Vereador especificamente encarregado, a nível concelhio, das questões ligadas à protecção civil. Os serviços municipais deveriam proceder a um levantamento sistemático dos riscos que fossem prováveis nos seus Concelhos e, também, dos meios de que dispunham para lhes fazer face. A iniciativa tinha tido uma grande adesão, de modo que já havia, nessa ocasião, 116 serviços municipais de protecção civil. Mas era preciso estendê-los aos 305 Municípios que existiam nessa altura.

O País é que não dispunha de um plano nacional de emergência. Tínhamos um documento que considerávamos de “arranque” e que estaria em permanente actualização. Haveria planos de emergência àqueles três níveis. Deveriam atender à informação e à formação e debruçar-se sobre sismos e outros acidentes. Mas haveria, em breve, uma versão mais consolidada do que a que existia e que teria de ser aprovada em Conselho de Ministros; teria a designação de Plano Nacional de Emergência mas deveria ser considerado um instrumento dinâmico, em contínuo aperfeiçoamento.

Eu achava que deveriam ser produzidos manuais da protecção civil a difundir pelos Municípios para instrução ou informação de funcionários e eleitos. Deveria haver uma campanha de sensibilização para esta área que era nova nas preocupações dos Municípios.

\*

Tínhamos feito um pedido de autorização legislativa para produzir um novo decreto-lei que substituísse o então vigente sobre licenciamentos. O novo diploma tirava muito peso administrativo ao processo, aligeirando este da carga das vistorias e responsabilizando muito mais os técnicos autores dos projectos.

No diploma estabelecia-se como causa de indeferimento a inexistência de infra-estruturas ou a sua insuficiência. No novo, permitíamos o deferimento, sob condição do promotor executar essas infra-estruturas; para aumentar a transparência tornámos obrigatório que isso fosse publicitado. Esta condição fazia parte do nosso esforço para acabar com as contrapartidas que, em meu entender, eram generalizadamente fonte de combinações pouco claras.

As alterações ao projecto de arquitectura, estava previsto, tinham de ser feitas pelo mesmo autor ou com sua autorização. Isto era para proteger os direitos do autor, aliás constante do código respectivo. A repetição do preceito era para tornar clara essa obrigação, não tendo quem questionasse por ser obrigado a propor um processo invocando aquele código.

Eu insisti muito para que a nova versão do diploma fosse aprovada antes de férias. Tinha havido demoras não justificadas na apreciação por um ou outro ministério. É preciso fazer o acompanhamento das coisas todos os dias.

\*

Havia muitos Municípios com dívidas ao fisco e à segurança social. Em fins de Julho de 1994 as Câmaras deviam ao primeiro cerca de 10 milhões de contos. Comparada com a dívida total – cerca de 700 milhões – isso era insignificante. Mas não deveria ser nenhuma dívida! Aquele montante astronómico correspondia a 1.300.000 processos! Alguns deveriam ser, naturalmente, muito pequenos; mas engrossavam o caudal... Eu era pressionado para gizar medidas que proibissem o acesso a sub-



sídios nacionais ou comunitários de quem tivesse dívidas; sabia que isso me iria custar mais algumas alfinetadas, mas não podia deixar de apoiar a medida.

\*

Numa das suas habituais visitas recebi, no dia 22 de Julho, o Presidente da Câmara de Castelo-Branco. Começou por fazer o que ele designou como uma “visão macro” do seu Concelho para justificar por que era indispensável a construção até lá de um ramal do gasoducto que ia de norte a sul junto do litoral. Além do critério de rentabilidade económica, que afiançou estar garantido, havia o aspecto social e a perspectiva estratégica que impunham a construção; o gasoducto poderia seguir o traçado da plataforma do caminho-de-ferro. Insistiu nas estradas: o IC8 e o IP6, mais a ligação de Castelo-Branco a Monfortinho que era fundamental. Por outro lado, o regadio da Cova da Beira não poderia ser atrasado. A barragem do Sabugal era fundamental! (Veio a ser construída, logo de seguida). Era um homem imensamente devotado à sua terra!

\*

A questão da transferência de novas competências para os Municípios continuava. No dia 26 de Julho recebi a Associação Nacional de Municípios Portugueses para uma nova ronda, com a pretensão de ainda vir a incluir qualquer coisa no Orçamento para 1995.

Comecei por rememorar as vantagens da descentralização, com as quais os meus interlocutores estavam de acordo; a falta deste respeitava somente a dinheiros... Só queriam reter, disseram, as competências com efectivas vantagens para as populações e não aquelas que acarretavam “desvantagens burocráticas”. Por exemplo, o leite escolar seria inconveniente, porque o seu preço iria subir por via da multiplicação dos concursos; lembrei-lhes que se poderia fazer um concurso único e distribuí-lo consoante as necessidades; ou, então, concursos regionais... O que não queriam, de facto, era que houvesse mudança do “status quo”...

Queriam fazer um ensaio com uma amostra de 15 Municípios para a transferência de competências do Ministério das Finanças. Havia coisas inaceitáveis como era o caso dos monumentos nacionais. Em relação à Indústria já havia mais de

cem Câmaras que estavam dotadas de serviços de Metrologia; talvez se pudesse generalizar; dependia da verba que acompanhasse a operação. O licenciamento industrial das unidades mais pequenas também poderia passar para as Câmaras; queriam novos esclarecimentos relativamente às condições em que se processavam os licenciamentos. Os parâmetros deveriam ser controlados pelas próprias Câmaras; eu não via inconveniente nisso...

E assim fomos percorrendo, de novo, todas as competências que estavam em causa... Pela enésima vez!... Não cheguei a perceber se estavam vacinados pelo que lhes havia acontecido com os transportes escolares, doze ou treze anos antes ou se já estavam a pensar nas eleições legislativas de 1995... A verdade é que, ainda hoje (2017), se ouve falar em transferência de competências da Administração Central para a Local.

Nessa reunião foi decidido constituir um novo grupo de trabalho só para analisar as transferências no âmbito do Ministério das Finanças; ele seria constituído por um representante da Direcção-geral da Administração Autárquica, dois Directores de Serviços do Ministério das Finanças e três elementos da ANMP; ele produziria um relatório de progresso de dois em dois meses; o primeiro ser-me-ia presente a 15 de Outubro, portanto já sem possibilidades de ser incluído na proposta de Orçamento.

Tudo tinha de se passar com a maior das cautelas. Devo dizer que eu estava genuinamente interessado no reforço do Poder Local. Mas fiquei com a sensação de que os meus interlocutores mantinham, em relação às minhas propostas, uma desconfiança persistente... Não havia razões para isso; eu nunca faria nada que os pudesse colocar em má posição.

\*

Em 28 de Julho foi visitar-me o Presidente da Câmara Municipal de Lamego. Havia sido ratificado o seu PDM. Estava, agora, ocupado na elaboração do PGU e de um plano de pormenor para o centro histórico. Quem visita hoje a cidade vê bem os benefícios que ela retirou de saber, com tempo, o caminho que queria trilhar. Aliás, ele referiu, especificamente, que queria dar muita atenção à requalificação urbana. As estradas tinham que vir à conversa. Estava satisfeito com a construção do IP3,

mas dos dois nós (norte-sul) dava prioridade ao primeiro. Isso adiantava pouco, porque eles iriam ficar prontos praticamente ao mesmo tempo.

Falei com ele acerca da distribuição de equipamentos entre Lamego, Régua e Vila Real. Com a auto-estrada nova, os dois polos das pontas ficariam a menos de meia-hora um do outro, tanto como da Foz do Douro ao centro do Porto!... Seria bom que conversassem os três Autarcas relativamente aos equipamentos (caros) que distribuiriam entre si. Não fazia sentido multiplicar por três todos eles, nem havia dinheiro para isso, nem tempo para entrar em guerras de campanário. Entendeu, perfeitamente, a minha linha de argumentação.

\*

Em 29 de Julho recebi, no Porto, os Governadores Civis de Bragança e de Vila Real acompanhados por sete Presidentes das Câmaras dos seus distritos para me darem nota do seu descontentamento sobre a forma como decorria a aplicação dos fundos estruturais nos seus Concelhos. Os dinheiros estavam divididos em dois programas A e B; quanto ao A não tinham observações a fazer, mas quanto ao B queriam a minha intervenção.

Estavam a contar com uma dotação maior do que a que acabou por vir. Mas gostariam de ter valores indicativos para investimento nos seus Concelhos, porque na ocasião em que votavam no Conselho Regional eles eram 36 do Interior contra 38 do Litoral e estes dispunham de mais meios para apresentar candidaturas do que eles e ganhavam sistematicamente; eu tinha de definir balizas!... (Os tais valores indicativos). Disseram mesmo que havia projectos no Litoral que não respeitavam os critérios de elegibilidade, enquanto os do Distrito de Bragança, o faziam todos. As estradas nacionais a desclassificar não poderiam ser financiadas pelo sub-programa B. Não estavam a ter notícias de nenhum projecto apoiado pelo Fundo de Coesão no Interior. Mas ouviam-nas muitas vezes em relação ao abastecimento de água às Áreas Metropolitanas... Não queriam dinheiro para fazer piscinas... Quase todo o sub-programa A iria ser aplicado em saneamento básico e em vias de comunicação.

Os projectos do sub-programa A eram decididos por cada Município. Por isso não havia queixas. Os do sub-programa B concorriam entre si. Esta divisão tinha

vários objectivos: forçar as Câmaras a juntarem-se em torno de projectos com dimensão; e, especialmente, fazê-los tomar decisões em conjunto, antecipando dessa forma o funcionamento de um órgão decisor regional. Em ambos os domínios as coisas estavam “verdes”... Eles queriam projectos à dimensão dos seus Concelhos; por outro lado, não sabiam opor-se aos Colegas mais ousados do Litoral; poderiam fazê-lo, unindo-se em torno de projectos com alguma expressão, mas não conseguiam, porque apareciam sempre separados.

O desenvolvimento e a autonomia de decisão são também processos de aprendizagem! Temos de dar tempo a que se exercitem na prática de instrumentos de decisão que nunca haviam utilizado. Mas não se deve ceder e tomar decisões por eles. Tal como em qualquer outro processo de aprendizagem...

\*

Em 2 de Agosto recebi, com o Secretário de Estado, o Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) – antecessora da Ordem dos Arquitectos – Arq. Pedro Brandão, o qual me disse que se estava a verificar uma grande apetência pelos cursos de Arquitectura e que, dentro de poucos anos, teríamos profissionais competentes para guarnecer todos os lugares que os exigissem. Ele sabia que eu acreditava que só com arquitectos bem-formados poderíamos dar o ambicionado salto de qualidade que pretendíamos na construção de edifícios e no planeamento urbano. Assim tem vindo a verificar-se (2017).

Justifiquei a razão pela qual não gostava nada dos concursos de concepção-construção; por um lado eles são, compreensivelmente e por sistema mais caros; por outro, nós temos excelentes profissionais tanto na concepção como na construção que podem fazer valer os seus méritos separadamente. Acredito que, em países situados nos estádios mais baixos do processo de desenvolvimento, se justifique recorrer à modalidade. Mas esse não é, felizmente, o nosso caso.

Falámos muito sobre concursos que ele sabia eu defender, de resto, um domínio em que ele estava particularmente à-vontade. Tanto em França como na Alemanha havia legislação abundante sobre a realização de concursos. Por outro lado, existia uma directiva sobre a encomenda de serviços públicos que estava em vias de ser transposta. Era evidente que teria de haver proporção entre os concursos

públicos genéricos e os concursos limitados em relação aos quais fossem especificados os requisitos exigidos aos concorrentes. Era minha intenção impulsionar a elaboração de um regulamento para o concurso público de serviços de arquitectura; isso interessava à classe, obviamente, e por isso prometeu enviar-me algumas achegas, resultado da sua experiência.

Um tema recorrente nas nossas conversas era, como disse, a qualidade da arquitectura praticada. Em França tinha havido uma missão interministerial cujos resultados teriam sido bons; mas havia “desembocado” numa nova direcção-geral e isso repugnava-me... Creio que o caminho árduo da formação e da selecção por via da educação do gosto é uma via mais consistente e de resultados mais duradouros...

\*

Eu continuava a trabalhar no “dossier” regionalização.

Havia que decidir sobre as competências então desempenhadas pelas Comissões de Coordenação Regional que passariam para as instâncias das Regiões Administrativas e para o Alto-Comissário para a Coordenação Regional; porque havia das duas... A parte mais complicada respeitava ao pessoal; alguns funcionários desempenhavam funções desconcentradas, mas outros estavam muito mais vocacionados para integrarem o “staff” de um presidente da Região Administrativa. Ocupávamo-nos deste tipo de pormenores que, realmente, correspondiam a uma fase final do lançamento das regiões administrativas tal como estava na Constituição e como vínhamos trabalhando desde 1985.

\*

Em 4 de Agosto soube que a ANMP tinha encomendado à Universidade Católica Portuguesa um estudo sobre a redefinição do sistema de financiamento das Autarquias Locais. Combinei com o Secretário de Estado que fizéssemos um exercício semelhante, por exemplo com o Instituto Superior de Economia e Gestão, para o contraponto não ser baseado somente na perspectiva da Direcção-geral de Administração Autárquica que estava, naturalmente, muito enformada pelas orientações que lhe havíamos dado ao longo de nove anos e que se sobrepunham às posições acumuladas ao longo de mais dez. Sou sempre favorável à discussão de perspecti-

vas novas baseadas nas reflexões de especialistas que não fazem da Administração Local a sua vida de todos os dias, mas que, para responder a uma encomenda como esta, devem começar por olhar para fora e ver quais as soluções praticadas pelos outros que são susceptíveis de serem enquadradas no nosso sistema. Eu só era teimoso em relação aos objectivos; e estes consistiam no reforço do Poder Local e na responsabilização crescente dos seus agentes; tudo o resto poderia ser adaptado. Nesse dia soube, também, que o Ministro das Obras Públicas angolano viria a Lisboa na semana seguinte e que gostaria de ouvir uma circunstanciada exposição acerca dos Planos Directores Municipais, seu conteúdo e forma, seus agentes de execução possíveis e seu modo de concretização. Sempre me surpreendeu verificar como os responsáveis angolanos seguiam de perto a nossa produção legislativa, querendo informações suplementares sobre os temas que pensavam poder vir a ter interesse para eles.

\*

Em 6 de Setembro soube que havia 103 PDM já ratificados, 20 já aprovados nas respectivas Assembleias Municipais e em vias de ratificação e 22 em processo de aprovação pelas Assembleias. Tínhamos assim 145 PDM prontos ou praticamente prontos, mas isso ainda significava menos de 50%. Era importante manter o banimento de acesso aos fundos estruturais para quem não dispusesse deles ou, como eu dizia nessa ocasião, para quem não definisse o que queria que as suas terras fossem...

\*

No dia 7 de Setembro tive uma reunião com os Autarcas do Oeste. Estavam reunidos numa Associação. Falaram os Presidente das Câmaras das Caldas da Rainha, de Óbidos (também Presidente da Associação de Municípios do Oeste), de Alcobaça, de Alenquer, de Arruda dos Vinhos, do Cadaval, da Lourinhã, da Nazaré, de Peniche, de Sobral de Mont'Agraço, de Torres Vedras e do Bombarral. Resumirei o que disseram:

O problema do assoreamento da Lagoa de Óbidos estava a tardar a ser resolvido. Havia problemas relativamente às obras que transitavam do QCA I para o QCA II.

Preocupavam-se, especialmente, com a rede viária, o saneamento básico, a criação de áreas industriais e o equipamento de apoio à fruição dos tempos de lazer. Havia a ideia de que a região do Oeste era rica, mas isso não era exactamente verdade, porque o principal sector da economia, a agricultura, estava a ter de enfrentar muitos problemas. O turismo representava um sector promissor. Mas o património histórico estava em degradação evidente, a que havia de se pôr um alto. Concordavam que muito se havia feito ao longo dos últimos anos. Além da Lagoa de Óbidos, queriam que se fizesse, também, o desassoreamento da Concha de S. Martinho do Porto.

Um deles afirmou que esta reunião que comigo celebravam era para ele um compromisso de honra relativamente às acções que promoveriam o desenvolvimento do Oeste. Tratava-se de assegurar a melhoria das condições de vida das populações. Os grandes eixos rodoviários constituíam uma preocupação; achavam que não dispunham da acessibilidade necessária.

Alguns tinham tido dificuldades em relação às equipas técnicas a quem haviam incumbido de elaborar os seus PDM. Daí os atrasos... (Eu fingi que acreditei...).

A legislação sobre depósitos de sucata revelava-se urgente, porque ela era depositada de qualquer maneira, sem grandes hipóteses de controlo (A questão só veio a ser resolvida quando se descobriu que a sucata representava uma matéria-prima possível para a produção de aço...).

Havia alguns Concelhos satisfeitos com a produção de pêra-rocha, mas preocupados com a do vinho (Anos depois, com o embargo das exportações para a Rússia, ficaram com excesso de pêra; daí a obrigação de diversificar as produções e os mercados).

O regime jurídico dos Autarcas era severo; tinham de assumir a negligência eventual dos funcionários em actos administrativos. Queriam uma precisão maior das suas responsabilidades que obviasse incorrerem em penalizações por causa das faltas dos outros. As inspecções deveriam ter um carácter mais pedagógico, porque havia muita ignorância que convinha ir apagando (A Inspeção-geral tinha instruções para o fazer sem prejudicar naturalmente, a averiguação do que tivesse sido mal feito com intenção...).

Queriam uma decisão acerca da localização do novo aeroporto de Lisboa. Sempre seria na OTA? É que isso revelava-se muito importante para a tomada de decisões a nível concelhio.

Quase três quartos de um dos Concelhos integrava a Reserva Ecológica Nacional! O que é que se poderia fazer com tantas limitações? Uns testemunharam os benefícios que tinham extraído do PRODIATEC; queriam mais!

Os centros históricos preocupavam-nos; queriam alindá-los porque, por um lado isso era importante para a memória das terras e, por outro, contribuiria para fazer aumentar o turismo.

Em relação à regionalização, achavam que deveria haver uma instância de decisão acima dos Municípios e abaixo da Administração Central. Não gostavam de estar divididos em dois distritos, o de Lisboa e o de Leiria; queriam abordar os seus problemas em conjunto, como estávamos ali a fazer.

Deveria proceder-se à despoluição da albufeira da barragem de S. Domingos (perto de Atouguia da Baleia) que estava quase concluída; para isso era preciso tratar os esgotos que para lá escorriam e a lixeira da Lourinhã. Aliás, havia numerosas bacias que precisavam de um tratamento semelhante. Daí terem enunciado o saneamento básico como sector prioritário.

Havia as zonas das praias que, no verão, duplicavam a população com as exigências correspondentes.

O tratamento dos resíduos sólidos tinha urgência. Mas não sabiam por que solução optar. Quem poderia fazê-lo? Eles viam-se submersos em solicitações que não lhes deixavam tempo para pensar. Quem alvitrava eu que pudesse aconselhá-los sem suspeitas de estar a vender a “sua” solução?

Em grande parte do Oeste a falta de água constituía um problema severo. Queriam uma resposta geral, tanto para o abastecimento doméstico como para o regadio, especialmente de pomares que estavam a provar ser um bom investimento. Estava já decidida uma barragem no Arnóia, perto de Óbidos, mas não chegava para as necessidades.

O Presidente de Peniche achava que estava demasiadamente dependente do sector das pescas. Queria diversificar a sua base económica. Eu apoiei-o. Tinham, no Concelho, uma nova zona industrial; queriam atrair investidores. O Concelho dispunha de um pinhal municipal com 417 hectares; mas ele era a única zona verde que existia na zona; queriam mais!



Um dos Concelhos era atravessado pela nova auto-estrada, mas não tinham acessos à mesma! Era um contra-senso. O que poderia eu fazer para corrigir a situação? A verdade é que se via um empenhamento generalizado nas acções que melhorariam a vida nas suas terras. Tenho-o afirmado muitas vezes: sem a contribuição do Poder Local, o desenvolvimento do País não haveria sido tão rápido e tão expressivo. Há, naturalmente, ainda muito para fazer (sempre haverá!...); mas, sem a contribuição dedicada dos Autarcas, a almejada mudança não teria ocorrido.

\*

O Presidente da Câmara de Viseu, o Eng. Engrácia Carrilho, visitou-me no dia 7 de Setembro.

O novo hospital da Cidade, com 600 camas, estava em avançado estado de acabamento; seria entregue em finais de 1995, mas já tinham começado as pinturas. Todavia, era preciso assegurar que os acessos ao hospital estivessem prontos e eles eram da responsabilidade da Câmara Municipal. Tratava-se somente de cerca de um quilómetro de via, mas era preciso fazê-la. Queria ver comigo qual o programa financiado pelos fundos estruturais onde ele se encaixava melhor; queria fazer logo as redes de água, electricidade e esgotos por baixo da estrada. Estávamos a falar de um montante de cerca de um milhão de contos. Foi para o que era designado como sub-programa B do FEDER para as Autarquias.

Queixou-se, muito justamente, de que a Comissão de Coordenação da Região do Centro tinha demorado um mês a dizer-lhe que eram precisos doze exemplares do PDM. Tinha entregue um e no momento ninguém o havia avisado de que eram precisos mais onze. Era evidente que isso não era competência do Presidente. Deveria ser uma reacção imediata de quem recebeu o primeiro exemplar. Os quadros intermédios da Administração, em Portugal, na maior parte dos casos, desempenham as suas funções sem qualquer empenhamento. Excesso de zelo vê-se sempre nos funcionários das Finanças ligados à cobranças das receitas... A maior parte dos outros arrasta-se com um enorme enfado pelos lugares que ocupa. Que se há-de fazer para os motivar? Lembro-me de ouvir dizer, na minha juventude e para caracterizar estes casos: “tal trabalhito, tal dinheirito!”... Mas, para melhorar o dinheiro é preciso mostrar mais trabalho. Devo dizer que tinha de fazer um esforço grande para me moderar na reacção, quando me vinham contar casos como este.

Queria concorrer ao PROSIURB. Convidou-me para visitar a Cidade para me expor, “in loco”, as suas ideias a este respeito. Também queria o apoio do PRODIA-TEC para recuperar o Teatro Viriato, uma sala com grandes tradições em Viseu. Era candidato ao PEDIP para o parque industrial. E sabia tudo acerca do PRO-DAC e do “jogo do empurra” entre a Junta Autónoma de Estradas e a Comissão de Coordenação Regional, a respeito da verba de onde iriam sair os apoios para a reabilitação dos eixos rodoviários inter-municipais. Eu já não ficava espantado relativamente à competência que os Autarcas haviam adquirido em relação aos auxílios comunitários e às formas como os poderiam mobilizar..

A construção da barragem de Fagilde (concluída em 1984) era muito importante para o abastecimento de água a todo o Concelho. Naquela ocasião o problema estava na construção da estação de tratamento de água.

\*

A questão da transferência de competências para as Autarquias Locais continuava a ser debatida. Era importante chegar a decisões antes de fechar o Orçamento de Estado para o ano seguinte. Por isso, me reuni com os Secretários de Estado dos diversos ministérios interessados, em 12 de Setembro. O resumo daquilo que já estava acordado era o seguinte:

No Ministério da Administração Interna poderiam ser transferidas a aplicação de multas de estacionamento e a concessão de licenças várias. No das Finanças havia impostos que poderiam passar a uma fase regulamentar. No do Ambiente estavam algumas funções ligadas ao estabelecimento de certas actividades económicas e numerosas licenças, matérias ligadas ao ruído e à protecção do consumidor. No Ministério da Educação continuavam as hesitações relativamente ao leite escolar (que passaria a custar 3 milhões de contos em vez de 2 (!), a menos que os Municípios se associassem...); passaria o transporte escolar dos deficientes e as residências para os estudantes ou sua gestão ou as duas (eram cerca de sessenta as residências). No Ministério dos Transportes passariam as competências relacionadas com os táxis.

Vendo, hoje (2017), estas dificuldades na efectivação das transferências, pode apreciar-se como o País ainda estava tão centralizado nessa altura (1994) e com-

preende-se, com dificuldade, como é que havia responsáveis centrais que hesitavam em relação à operação e outros locais que só o fariam se fossem bem compensados por isso.

\*

O processo da transferência de competências para as Autarquias Locais continuava a ser objecto de discussão.

Em 14 de Setembro recebi a Associação Nacional de Municípios Portugueses que me veio comunicar as suas últimas deliberações: queriam maior descentralização na área do Ambiente; no sector da Indústria constatavam que o que tinha sido prometido acontecera e, por isso, aceitavam as novas funções que lhes havíamos proposto; no domínio das Finanças já tinham seleccionado os 15 Municípios onde se iria fazer um ensaio-piloto; a transferência de museus e de monumentos teria de ser feita caso a caso; na área da Educação, afinal, não queriam o leite escolar porque o cômputo geral era negativo. Ao fim de meses de negociações, não era muito, mas havia-se quebrado o tabu. Era preciso continuar a fazer propostas com abertura e, sobretudo, com muita paciência.

Aproveitaram para se queixar, novamente, em relação às dificuldades de realização dos PDM. Achavam que havia alguns gestores de Programas Operacionais que não gostavam de dialogar; parecia-lhes que estes se permitiam algumas "manifestações de personalidade"... Na realidade, neste tipo de tarefas, tem de se mostrar abertura para explicar uma vez e outra e dar tempo a que os interlocutores adiram às propostas que se lhes fazem; qualquer manifestação de pressa ou de impaciência pode deitar tudo a perder.

\*

Em 26 de Setembro de 1994 recebi o Prof. Paulo Correia, nessa ocasião docente no Instituto Superior Técnico, que vinha comunicar-me que partia no dia seguinte para Montevideu, para participar no 6º Congresso Ibero-Americano de Urbanismo. Tratava-se de um encontro de especialistas que se realizava de dois em dois anos e que, dessa vez, abordava o tema "A Participação dos Cidadãos". O congresso tinha a reputação de estar demasiadamente "politizado"; o tema não podia ser mais político!...

Daí a dois anos, ele reuniria em Pamplona para tratar de “A Região e a qualidade urbana”. Eu já não estava no Governo, mas participei na minha qualidade de académico. Lembro-me de que, na sessão de encerramento, Eusébio Leal, encarregado da reabilitação do centro histórico de *La Habana* fez uma exposição inolvidável. Ele tinha dotes histriónicos excepcionais. E, por isso, despertou-me uma curiosidade enorme de ver o seu trabalho “in loco”. Lá fui uns anos depois e não dei por mal-empregado o meu tempo; ele realizou uma obra escrupulosa, acompanhada de um estudo rigoroso; como dispunha de poucos meios teve tempo para pensar! Algumas vezes, a falta de meios contribui para o acerto das realizações. Foi, seguramente, o que aconteceu em *La Habana*... Se ele estivesse cheio de dólares, teria tido pressa em gastá-los e o resultado seria seguramente menos interessante. A razão de ser da visita do Prof. Paulo Correia era saber se teria o apoio do Governo Português para que o 8.º Congresso (1998) fosse no Porto. Era preciso anunciá-lo com quatro anos de antecedência. Logo assegurei que o teria, embora fosse pouco natural vir a ser eu o ministro. Ele debruçar-se-ia sobre o tema “A re-estruturação urbana e a coesão territorial”. Nele participei como académico.

\*

Na sequência das minhas intervenções nos Conselhos Informais dos Ministros do Ordenamento do Território, o meu colega alemão decidiu incumbir o seu Director-geral do sector (“Raumordnung”) de vir a Lisboa falar comigo com vista a apresentarmos uma proposta conjunta de programa de acção. Ele estava particularmente interessado no assunto por causa da tarefa imensa que tinha diante de si, respeitante aos Länder recentemente integrados, onde os problemas eram imensos e gravíssimos, particularmente no que tocava ao impacto ambiental de numerosas medidas que, pura e simplesmente, não havia sido considerado. Lembro-me de, uns anos depois, já no âmbito de outras funções que desempenhei, ter visitado, perto de Leipzig, uma zona imensa do que havia sido uma exploração de turfa pobre, a única fonte de energia de que dispunham. A paisagem parecia “lunar”!... Tratava-se, nessa visita, de ver como proceder à recuperação da paisagem que se estendia por dezenas de quilómetros; a solução era a sua florestação; mas isso implicava caríssimos movimentos de terra e esquemas complexos de gestão da água.

No dia 17 de Outubro recebi Herr Krautzenbergen que pretendia ouvir-me, em linhas gerais, sobre a Política Regional e sobre o papel da Comissão nessa área, ao abrigo do Tratado de Maastricht. Como é que nele se encaixava o planeamento espacial? Temia que não tivesse tido até então uma grande intervenção. E, todavia, ele achava que a Comissão iria ser confrontada com cada vez mais problemas que cruzavam aquele domínio e que deveriam ser considerados no quadro vasto da Política Regional. Como é que nós fazíamos?

O documento “Europa 2000+” era interessante, mas sofria de um pecado grave: havia sido elaborado totalmente pela Comissão, sem esta ter feito qualquer esforço para assegurar a participação dos Estados-membros. Ora, esse envolvimento dava trabalho e era complexo, contudo, revelava-se indispensável. De qualquer modo, considerava que, no plano da análise, a Comissão tinha desenvolvido um bom trabalho; o que estava mais em falta dizia respeito à elaboração das propostas de acção. A parte de “policy making” não representava somente incumbência da Comissão; também deveria envolver os Estados-membros.

Partilhávamos ambos sentimentos idênticos em relação aos “burocratas de Bruxelas”!... Não se podia deixá-los à solta!... A alternativa estava entre conferir abertamente mais poderes a Bruxelas ou fazer mais “trabalho intergovernamental”. O que não poderia acontecer era as decisões irem para um lado e a responsabilidade para o outro.

Haverá continuamente esta disputa em relação à qual eu sou partidário de um grande envolvimento dos Estados-membros; quando se cede poder de decisão para Bruxelas, têm de ser definidos os mecanismos de prestação de contas e de clarificação das responsabilidades de cada parte.

\*

Havia uma grande pressão, especialmente por parte do PCP, para se permitir o regime de permanência dos Presidentes da Junta de Freguesia. Eles tinham bastantes no Alentejo que, correntemente, não desempenhavam outras tarefas e isso seria uma forma de os compensar. Para mim, fazia mais sentido que fossem os das grandes freguesias urbanas (Benfica em Lisboa e Paranhos no Porto) a beneficiar dessa prerrogativa. Mas, como havia também o problema da transferência po-

tencial de competências dos Municípios para as Freguesias, eu resolvi ouvir um Presidente de Junta em quem tinha confiança, porque era um homem sensato e estava há muitos anos no seu posto. O Presidente da ANAFRE era o Presidente da Junta de Freguesia da Caparica, mas mostrava-se sempre muito “corporativo”, reclamando tudo e mais alguma coisa para os seus pares, com alguma impaciência dos Presidentes das Câmaras que, geralmente, o consideravam excessivamente reivindicativo... (Se calhar foi por isso que o elegeram para o lugar...).

O meu interlocutor era de opinião de que, na maior parte das Juntas, não se justificava um presidente a tempo inteiro, nomeadamente se houvesse pessoal administrativo de apoio. Queixou-se da “guerrilha” existente entre a ANAFRE e a ANMP que o levava a recomendar que a primeira saísse de membro da segunda, o que eu não apoiei. Ele entendia que algumas tarefas, no âmbito do urbanismo e que reclamassem um acompanhamento de perto, poderiam com vantagem ser exercidas pelas Juntas, ao abrigo de contratos-programa a celebrar com as Câmaras; eu achava bem esse tipo de operação que assegurava a coordenação da instância superior com a proximidade da fiscalização. Ele recomendava a celebração de contratos-programa directamente entre o Ministério e as Juntas de Freguesia, mas, aí, eu disse-lhe sem ambiguidades, que não concordava; não me parecia assisado contribuir para a ocorrência de novas fontes de conflito; os responsáveis tinham de aprender a praticar a arte da negociação e a chegar a programas consensualizados. Como sempre sucedia, queria mais dinheiro do FEF a ser canalizado directamente para as Freguesias. Estava fora de causa fazê-lo. Em determinada altura aliviei que, para algumas Juntas, talvez o seu presidente pudesse exercer as suas funções a meio-tempo. Fiquei surpreendido com a prontidão da resposta: “O meio-tempo ninguém lho pedirá!”...

\*

No dia 2 de Novembro recebi o Dr. Jorge Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com quem havia sempre muitas coisas a tratar. Dessa vez, o ponto mais sensível que estava em causa era o Casal Ventoso, zona que o preocupava muito e a mim também. Havia já um plano de acção multi-disciplinar; o pior é que ele montava a 7,5 milhões de contos. O Presidente temia que a Câmara não

tivesse flexibilidade para pegar num tema tão complexo; não eram as obras que o afligiam, mas as acções de natureza intangível. Queria que eu promovesse a declaração da zona como “área crítica”; isso facilitaria a acção. Ele já havia contactado com a Junta de Freguesia que tinha aderido ao plano; o outro parceiro seria o Centro Social do Casal Ventoso, cujo responsável principal conhecia muito bem toda a situação.

Ainda hoje fico angustiado quando relembro as visitas que fiz ao local e as conversas que mantive com quem lá vivia.

\*

Em 7 de Novembro recebi o Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha que vinha-me dizer do seu apoio à construção das barragens de Pinhosão e de Ribeiradio (Esta barragem começou a ser construída em 2010 e entrou ao serviço em 2015) para se poder comandar a água do Vouga, extremamente necessária para o abastecimento doméstico e para a irrigação dos “polders” do baixo vale. O açude do Carvalhal custava 300.000 contos e as autarquias beneficiárias estariam na disposição de o incluir nas obras intermunicipais; foi feito! Também referiu que o edifício dos Paços do Concelho havia sido reabilitado e que estava muito digno; queria inaugurá-lo.

Chamou-me a atenção para dois diplomas que estavam antiquados: a Lei n.º 2110 na qual eram regulados os caminhos municipais e a lei respeitante aos serviços municipalizados, que estava, manifestamente, obsoleta, nomeadamente no que respeitava à gestão do pessoal. Referiu-se, ainda, ao vencimento dos Autarcas que precisava de ser revisto; o chefe da divisão administrativa ganhava mais do que o Presidente da Câmara!...

\*

A Casa dos Artistas, em Lisboa, era uma iniciativa muito meritória que daria apoio aos profissionais idosos que precisassem de se recolher a um lar, além de que tinha a vantagem de pôr em contacto oficiais do mesmo ofício que conheciam bem o mundo do espectáculo e, por isso, teriam aí um acolhimento mais afectuoso. Não pode o Leitor imaginar a dedicação de três actores que não tencionavam

lá acolher-se, mas que lutaram, tenazmente, para que a Casa fosse construída para benefício dos seus pares. Em 7 de Novembro vieram visitar-me. Os projectos estavam prontos e já aprovados pela Câmara Municipal. O programa do concurso estava também concluído e iriam entregá-lo na Direcção-geral do Ordenamento do Território no dia seguinte (Por isso me visitavam). A realização era uma “joint-venture” apoiada pelo Ministério do Planeamento (Equipamento Urbano), pelo Ministério do Emprego e Segurança Social e pela Secretaria de Estado da Cultura. A Fundação Calouste Gulbenkian arcaria com o custo dos equipamentos. A construção levaria cerca de dois anos a erguer-se.

É evidente que quase tudo foi feito com dinheiros públicos. Mas o que eu retenho na memória foi a incansável dedicação daqueles três Colegas que não regatearam esforços para assegurar um local digno e tranquilo aos antigos actores idosos com necessidades. Faziam-no sempre com alegria e sem esmorecimento. Admirável!

\*

O Presidente da Câmara de Mação veio ver-me. De acordo com a definição das NUT eles pertenciam ao distrito de Santarém e, por isso, tinham sido agregados à Comissão de Coordenação da Região do Centro. Não queriam! Pretendiam conservar-se no distrito de Santarém, mas integrar a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Expliquei-lhes todas as implicações da sua pertença a uma ou a outra região. Não interessava. O importante era manterem-se no distrito, mas dependerem de Lisboa! Por um lado, a tradição tinha muita força, mas o “magnete” de Lisboa não era despiciendo...

\*

Eu via o menos possível o Inspector-geral da Administração do Território. Tinha definido as linhas gerais para a sua actuação, mas insistia em não interferir com a sua acção no dia-a-dia. Mas cumpria-me estar informado, a posteriori, acerca do seu trabalho e das inspecções que tinha promovido.

Em 8 de Novembro soube que, em 1994 e até àquela data, tinha havido 90 acções inspectivas nas quais se incluíam autarcas – presidentes ou vereadores – que se arriscavam a perder os seus mandatos. Não havia uma incidência particular num



dado partido; as prevaricações estavam distribuídas por todos eles. Por outro lado, tinham-lhe chegado numerosas queixas que ele entendia merecerem averiguação. Insisti em que a decisão fosse dele.

As ilegalidades mais graves em matéria de ordenamento do território respeitavam ao litoral. Em relação aos fundos comunitários havia queixas, mas ele ainda não possuía uma panorâmica geral.

Eu tive a sorte de ter como Inspectores-gerais, juristas de grande qualidade profissional e moral. Uns anos depois fundiram as Inspeções com o pretexto de que a que havia estado na minha tutela se havia “politizado”. Eu só posso depor o contrário. Foram sempre de grande rigor e independência, na sua actuação.

\*

No dia 9 de Novembro recebi o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre que me vinha convidar para participar nas cerimónias que assinalariam o dia 23 de Maio do ano seguinte, Dia da Cidade, que ele queria assinalar de forma muito especial. Aceitei imediatamente, mas ele aproveitou para se queixar acerca do esquecimento a que, parecia, todos o votavam. Não era verdade, mas talvez resultasse...

Não lhe tinha cabido nenhuma realização do INTERREG, o que ele atribuía ao facto de o representante eleito para o conselho respectivo ter sido um seu adversário político conhecido. O seu FEF só havia crescido 7,1%; isso chegava para pouco! Não lhe tinha sido atribuído nada no âmbito do PROSIURB, todo ele absorvido por outras cidades alentejanas. Isto apesar de já ter sido ratificado e publicado o seu PDM. Só havia conseguido celebrar um contrato-programa, o que não era nada para satisfazer os seus objectivos. Teria de aumentar as rendas das habitações sociais municipais, porque elas tinham valores ridículos; o seu antecessor nunca havia feito nenhuma actualização e a situação torna-se insustentável. A Câmara tinha 550 funcionários e só uma arquitecta; desde 1974 haviam sido admitidos numerosos elementos sem qualquer espécie de qualificação que lhes pesavam enormemente no seu orçamento; via-se na obrigação de dispensar cerca de cem por não contribuírem em nada para o funcionamento da casa. Tinha três projectos na área do ambiente: uma ETA, uma ETAR e um aterro sanitário; pedi-lhe para

ver com a Comissão de Coordenação se tudo estava bem instruído de maneira a assegurar financiamento por fundos comunitários.

Era um homem de uma dedicação admirável. Mas pensava que não havia mais concorrentes aos fundos a que se candidatava. E a concorrência era a regra tanto cá, como em Bruxelas... Pedi-lhe para apresentar candidaturas a todos os programas que havia e para se esforçar por assegurar escala aos seus projectos por via da cooperação com Municípios vizinhos; dentro da Câmara tinha que haver técnicos que dominassem as regras dos concursos!...

\*

Em 15 de Novembro recebi o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém. Estava a elaborar o novo plano de urbanização de Fátima, mas as instâncias centrais que se deveriam pronunciar estavam a demorar muito as respostas e ele queria a minha intervenção para as levar a fazê-lo. As pressões para ocupação do solo eram muitas e ele já estava a aprovar coisas de acordo com o novo plano, na presunção de que seria aprovado. Mas não queria ser objecto de uma inspecção que lá fosse dizer-lhe que estava a actuar sem base legal. Tudo isto decorria da falta de sentido de urgência de muitos organismos da Administração Central.

Queria celebrar um contrato-programa para a elaboração do plano de pormenor da zona de Aljustrel que era aquela onde teria ocorrido a “visão mística” dos pastorinhos (como agora – 2017 – se diz).

Os parques de estacionamento eram urgentíssimos. Mas ele não dispunha dos 500 mil contos necessários para adquirir os terrenos. Eu sugeri que ele fizesse a concessão do estacionamento. Mas ele não queria perder um rendimento potencial que estimava ser maior do que o de uma concessão que eu, aliás, não sabia se teria receptividade. Sugeri-lhe, então, que negociasse com o Santuário a propriedade dos terrenos; este adquiri-los-ia e a concessão seria feita à Câmara.

Como se pode imaginar, havia numerosos problemas com a Reserva Ecológica Nacional. Era preciso agilizar a aprovação das diversas situações junto do Ministério do Ambiente.

Tinha havido uma auditoria externa à gestão do Município. Ele ainda não sabia os resultados mas temia ser penalizado por não ter o Plano Director Municipal devidamente homologado e publicado. Queria prevenir-me “just in case”...

Pretendia ter uma escola profissional “em condições”. Recomendiei-lhe que fizesse uma parceria com a Batalha, de modo a dispor de uma população discente com dimensão que assegurasse a leccionação de um leque variado de profissões, tal como ele pretendia.

Reiterou o seu interesse no processo de modernização administrativa, lembrando-me que a Câmara de Ourém havia sido a primeira a candidatar-se. Eu apoiava muito este tipo de operações porque sabia que muitas das Câmaras precisavam de uma profunda remodelação. O caso de Ourém era muito especial: ter no seu território uma concentração espacial e temporal de actividades, como é o caso de Fátima, introduz dificuldades de gestão que não são de somenos.

\*

No dia 16 de Novembro fui à Comissão Parlamentar do Poder Local para responder às perguntas dos Deputados que a integravam, ao abrigo do Art.º 110, n.º 3, do Regimento da Assembleia da República, que regulava a chamada “convocatória directa”. Perguntou o Deputado Silva Pinto, logo no início da sua intervenção: “Teria o ministro a capacidade de ser convencido?”... Era evidente que sim, desde que me dessem razões para o fazer... Intervieram os Deputados Maria da Conceição Rodrigues, José Manuel Maia, Silva Pinto, Leonor Coutinho, Duarte Pacheco, Mendes Bota, Jorge Lação e Luís Martins. Resumirei o que disseram:

Queriam que o Parlamento tivesse maior protagonismo no domínio das Finanças Locais. Lembraram que as Câmaras Municipais não dispunham de nenhum aparelho tributário, o que implicava que o Ministério das Finanças assegurasse a cobrança, durante uns tempos; mas as Câmaras deveriam montar as suas estruturas nesta área, incluindo os seus tribunais fiscais; a este respeito eu manifestei as minhas dúvidas acerca da escala em que tudo isso se deveria processar.

Havia um pretenso júbilo nas Autarquias; mas o que se tinha passado era somente o cumprimento da lei; o aumento do IVA havia sido meramente o aumento de um imposto e nada mais. Para quando a criação do IVA social? Queriam opinar acerca dos critérios de distribuição do FEF, nomeadamente sobre o indicador de acessibilidade. E, também, sobre as compensações e isenções fiscais dos Municípios. A escolaridade obrigatória havia passado dos seis para os nove

anos. O que é que isso implicava em matéria de transportes escolares, leite e fruta? Que repercussões financeiras arrastava? Quais eram as Autarquias que gastavam 20% em despesas correntes e quais as que precisavam de 60% para assegurar essa mesma despesa? Que indicadores poderia eu fornecer para caracterizar a qualidade de vida nas áreas metropolitanas? Estas tinham competências débeis que, apesar disso, não estavam a ser cumpridas.

Como compatibilizava eu a Europa das Regiões que se afirmava cada vez mais, com o desamor que o PSD tinha passado a ter pelas regiões? Seria nos Municípios que o Governo iria compensar a sua “distracção “ em relação às Regiões? E as áreas metropolitanas: que estatuto é que teriam? Em Oeiras haviam sido aprovados por unanimidade o Plano e o Orçamento Municipais, tendo sido dada prioridade à Educação e ao Ambiente; tinham tido a coragem de fazer escolhas! Deixaram de lado, mesmo o que, sendo importante, não era prioritário. Tanto num sector como no outro queriam mais educação cívica. O orçamento tinha sido de rigor, tendo resistido à tentação de ir atrás de subsídios que não correspondessem às suas prioridades.

O IVA tinha a ver com o crescimento da actividade económica. Estava, por isso, em causa afectar o fruto da taxação dessa actividade. Parecia, a esta Deputada, que ele deveria ser afecto à Segurança Social. Gostaria de ver maior clarificação dos critérios de distribuição do FEF. Para efeitos de análise, só lhes interessava o PIDDAC regionalizado e não os seus valores globais (Eu sabia isso muito bem!...). Estava de acordo com as reflexões que eu havia feito em relação às competências a transferir para as Autarquias Locais; era pena que eu não tivesse anunciado os valores financeiros que acompanhariam essa transferência. Apesar de os valores das Finanças Locais terem vindo a subir, a verdade era que Portugal ainda permanecia num escalão baixo, no âmbito da União Europeia; deveria ser fixado como objectivo alcançar, nesse domínio, a média comunitária. O Governo parecia que gostava de transferir competências sem dar os meios necessários (Isso não correspondia à verdade! Tinha sido eu próprio a usar o termo “mochila financeira” para designar os montantes que haviam de ser, também, passados para a Autarquias). As derramas significavam, para muitos Concelhos, uma diminuição efectiva das receitas. Havia preocupação relativamente à hipótese de se transfe-

rirem receitas directamente para as Freguesias; isso implicava diminuir as dos Municípios? Ou haveria um adicional ao valor do FEF para os acomodar?

A Comissão Parlamentar do Poder Local tinha recebido a ANMP e a ANAFRE para tratar da questão da transferência directa de meios para as Freguesias; estavam, assim, informados acerca do seu entendimento sobre o tema. A redução da contribuição autárquica representava um abrandamento da carga fiscal dos contribuintes.

O que estava previsto para o Alqueva não se encontrava nem no capítulo 50, nem no 60, do Orçamento do Estado! (Estava, de facto, no 60, como deveria estar). Eu havia dado mostras do meu empenhamento com a regionalização; como reagia à “mudança” que tinha ocorrido; a lei-quadro da regionalização havia sido aprovada por unanimidade! O argumento invocado tinha sido a necessidade de redução das despesas; corroborava eu tal justificação? As receitas das Autarquias Locais haviam aumentado quatro vezes, enquanto que as do Estado tinham crescido cinco vezes; onde estava a solidariedade? Qual havia sido o teor das conversas entre o Ministro das Finanças e a ANMP, a propósito do FEF? Para onde é que iria o excesso das receitas da harmonização fiscal? Era preciso assegurar a distribuição equitativa das mesmas. Impunha-se revogar, pelo menos, uma parte da Lei das Finanças Locais, para assegurar essa equidade; isso reclamava coragem política! A receita da taxa sobre a primeira venda do pescado tinha perdido sentido; o melhor era revogá-la! (Na Idade Média, toda a pesca, marítima ou fluvial, pagava imposto!...) Quando estimava eu que estivesse concluído o novo Código das Avaliações? Tinham pressa em aprová-lo. A liquidação e a cobrança dos impostos reclamavam uma máquina complicada; como tencionava eu resolver a questão? Temiam que os recursos comunitários postos à disposição das Autarquias não duplicassem nos anos seguintes; queriam assegurar que a parcela das pequenas obras (grupo A) o fizesse (Eu preferia que fosse a do grupo B, das obras intermunicipais... Aí, não nos entenderíamos!... De qualquer forma, a duplicação respeitava ao total nacional e não a cada parcela, de “per si”. Aliás, as recomendações iam no sentido de afectar mais dinheiro ao reforço da base económica e não tanto às obras, fossem elas nacionais ou locais). Queriam que os fundos europeus também fossem orientados para a construção de escolas primárias e não apenas para as escolas (C+S) (Estava

fora de causa fazê-lo; aliás, o futuro se encarregaria de me dar razão!...).

Um Deputado achava que não era boa ideia fazer uma discussão sobre a regionalização, porque se estava no final da legislatura; ela deveria ocorrer a seguir. As competências que o Governo se propunha transferir para as Autarquias eram menores; e isso marcava a diferença entre o Governo e a Oposição. Queria muito maior desagregação das receitas e, em geral, uma informação muito pormenorizada tanto em relação a elas como às despesas, tanto ao nível central como ao local. Os Municípios com zonas protegidas haviam enviado uma delegação ao Parlamento para expor as condicionantes que sofriam; como entendia eu atribuir-lhes um “apoio reforçado”, por terem de zelar por uma parte do património nacional, nomeadamente a Reserva Ecológica Nacional? Havia, por outro lado, alguns Municípios muito urbanizados que estavam “esganados”! Como tencionava eu resolver a questão? (Enfim, queriam mais dinheiro para todos, os urbanos e os rurais, os que viam aumentar as suas receitas e os que perdiam, devendo por isso ser compensados... Coisas de quem está na Oposição e que pensa que, se for Governo, já ninguém se lembrará das suas reivindicações!... Alguns chamam a isto “fazer política”...).

As estradas desclassificadas haviam-no sido pelo PS e, nessa ocasião, não tinha havido compensações; por que a pediam naquela altura? Os valores da taxa do imposto automóvel e da sisa deveriam ser definidos pela Assembleia da República; assim se asseguraria uniformidade de condições. Este Deputado queria listas de tudo: do FEF, dos impostos, dos fundos europeus e de outras receitas! De tudo! Respondi, objectivamente, àquelas perguntas em que o poderia fazer. A maior parte das outras eram só retórica! Havia algumas, contudo, que eu passei à frente, porque não podia abrir fissuras na posição do Governo. E tinham sido feitas expressamente para isso.

\*

O programa inicial para a Herdade da Comporta era inaceitável. Desenvolvia-se em cima da primeira linha das dunas, com consequências ambientais catastróficas. A alternativa era entre reprovar, pura e simplesmente, ou negociar uma solução praticável que, em qualquer caso, não se poderia desenrolar a menos de um quilómetro da costa. O problema é que os promotores não queriam negociar.

Ora, o projecto tinha interesse para o desenvolvimento do turismo na área. Mas, de modo nenhum, nas condições propostas. Sugeri a constituição de uma comissão especial, presidida pelo Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo para fixar os parâmetros que não poderiam ser ultrapassados. Se se encaixassem neles, o projecto seguiria em frente. Se insistissem em não conversar ele seria reprovado.

Na sequência deste caso, sugeri a criação, por decreto-lei, de uma comissão para aprovação de grandes empreendimentos turísticos que fossem importantes para a economia nacional.

\*

O Algarve e o turismo que nele se praticava continuava a merecer-nos grande atenção. No dia 6 de Dezembro reuni-me com os Ministros do Turismo e do Ambiente, com os Secretários de Estado da Administração Local e do Turismo e com o Presidente da Comissão de Coordenação de Região do Algarve, para fazermos o ponto da situação.

Havia projectos que já se inseriam, patentemente, no espírito do Plano Regional do Turismo para o Algarve; eram oito os projectos de alta qualidade que exibiam uma natureza estruturante. O PROTAR estava a ter os seus efeitos, nomeadamente no que respeitava à generalização da elaboração de estudos de impacto ambiental; havia, todavia, a propensão destes para serem de tendência “fundamentalista”, o que punha os promotores imediatamente contra as propostas que eles faziam. A velha dificuldade de conciliação da RAN e da REN com as áreas de interesse turístico continuava a verificar-se: a razão estava na sua atractividade, obviamente. Nos projectos em curso estava a privilegiar-se um processo interactivo, o que se revelava útil. Mas os casos passados estavam “encalhados” e era preciso encontrar para eles uma solução. Invocava-se o exemplo de Cascais e de Sintra em que se tinha limpo todo o acumulado, em dois anos; de forma clara e definitiva e com grande satisfação dos promotores; o processo usado foi a constituição de um grupo que se reunia semanalmente, com a determinação de resolver todos os casos. Queríamos adoptar um procedimento idêntico para o Algarve. Mas havia casos bem encravados! Só um deles já tinha merecido 12 reuniões durante

1994 sem sair do mesmo ponto: a RAN e a REN... Era evidente que nós estávamos preparados para aceitar condições de excepção em relação a projectos de grande nível, dos tais que seriam exemplares; mas deveriam também sê-lo no que respeitasse à sua fase de projecto e construção. Mas existiam, em todos os PROT, mecanismos de excepção que poderiam ser usados “excepcionalmente”... e não sem as adaptações que as circunstâncias impunham.

Passámos em revista cerca de duas dúzias de grandes projectos. Tratava-se de mais de 200 milhões de contos de investimento!

\*

O Secretário de Estado havia visitado Aljezur por causa da elaboração de um plano de intervenção na zona da Costa Vicentina. Ocorriam muitas pressões para ocupação com coisas que estragariam o que representa uma das nossas joias paisagísticas. Era fatal que a protecção da paisagem que nós queríamos assegurar teria de ser feita em articulação com o Parque Natural que já estava estabelecido. Mas, se não houvesse uma cooperação muito eficaz com as quatro Câmaras Municipais – Aljezur, Vila do Bispo, Odemira e Sines – nada seria solidificado. Por isso recomendei que ele se reunisse com elas no próprio local.

\*

A existência de serviços de apoio sempre preocupou as pequenas povoações. Eu lembrava-me dos tempos em que havia carteiros que distribuíam (e recolhiam) correspondência, percorrendo de bicicleta extensas áreas rurais. Mas isso havia acabado há muito tempo! As Freguesias rurais ofereciam as instalações das respectivas Juntas para assegurar o serviço. Para ver em que termos poderíamos ajudar a quebrar a sensação de isolamento dessas povoações mais remotas, tive um encontro com o Dr. Alarcão Troni, ao tempo administrador dos CTT. Era preciso começar por fazer o levantamento das Juntas de Freguesia que não dispunham do serviço. As adaptações necessárias eram pequeníssimas e os CTT estavam na disposição de suportar 50% do investimento necessário; o resto teria de ser da própria Junta ou da Câmara Municipal. O que me preocupava era a quebra do isolamento.



As Câmaras Municipais temiam que os Correios fechassem estações que se revelassem muito pouco rentáveis, o que correspondia à generalidade dos casos nos meios rurais. Os CTT haviam elaborado os seus estudos e chegado à conclusão de que, com 600 sedes de Correios, cobririam adequadamente todo o território; mas as Freguesias, nessa ocasião (1994) eram 4260! Tirando os casos que dependiam de estações de correio, as necessidades seriam, pelo menos, seis vezes maiores do que a proposta!...

Havia, nessa ocasião, cerca de 1.000 estações do Correio; mas, dessas, 600 eram responsáveis por 98% do tráfego, as restantes 400 absorvendo unicamente 2%. Das 600 propostas, 304 estavam nas sedes dos Concelhos; as restantes concentravam-se, sobretudo, no Litoral. A despeito disso, o Oeste era considerado como mal coberto.

O Dr. Troni prometeu-me que me mostraria o plano para os próximos três anos, logo que ele estivesse elaborado. Havia já 50 casos em que se estava a tentar o modelo proposto; o esquema era simples: uma sala para atendimento e outra para arrecadação; e a primeira poderia ser compartilhada com outras utilizações.

Esta questão dos serviços corresponde a uma parte essencial da mudança que, nos nossos dias, se tem vindo a acelerar. O caso recente (2017) da delegação da Caixa Geral de Depósitos em Almeida corresponde apenas a um exemplo das alterações propostas a que iremos assistir na nossa vida colectiva. Cruze-se o carácter remoto de muitas partes do território com o envelhecimento das suas populações e temos uma combinação desastrosa que induz sentimentos de isolamento, de falta de protecção e de vulnerabilidade por gente que está em más condições para a suportar; tudo isto misturado com uma evolução tecnológica galopante que põe muita gente anómica.

\*

Em 28 de Dezembro recebi um novo Presidente de uma Câmara do Alentejo que havia recentemente mudado de cor partidária. O Autarca estava quase desesperado. Começou por dizer que tinha apanhado com o resultado de uma “turbulência” com vinte anos de duração em que só haviam tido lugar disputas político-partidárias. Não dispunha de um único funcionário em quem confiasse; todos

tinham sido admitidos, por critérios partidários, pelos seus antecessores. E eram em número tal que os compromissos fixos excediam as receitas correntes!... Havia uma Junta de Freguesia que se suspeitava ter desviado mais de 100.000 contos!... Mas alguém fizera uma denúncia; logo puseram fogo à sede da Junta para destruir qualquer prova... Tudo isso tinha conduzido a uma participação formal do sucedido, aguardando-se o resultado das averiguações. Mas, apesar desta confusão generalizada e de ele me dizer que não podia contar com ninguém, pese embora ter o quadro de funcionários completo, o nosso Presidente já havia conseguido ver aprovado o Plano Director Municipal na Assembleia Municipal e estava preocupado com o desenvolvimento do seu Concelho.

O maior cuidado era com o desemprego feminino; não havia emprego para as mulheres! Havia uma pequena zona industrial aprovada no PDM e com dois candidatos firmes. A horticultura para exportação estava a afirmar-se. Queria fazer uma associação com três ou quatro Municípios vizinhos para estimular o turismo. Tinha uma grande esperança na promoção de produtos alimentares locais como os queijos e os enchidos. Já havia estabelecido contactos para valorizar o artesanato, concentrando a produção numa única aldeia do Concelho. Contudo, para projectar o Município queria mudar a sua imagem, para o que se revelavam indispensáveis os serviços de um GTL e uma grande melhoria do edifício dos Paços do Concelho. Referi este caso para ilustrar o que se passou, em matéria de guarnecimento de funcionários, com algumas Autarquias dominadas por um única força partidária e como foi difícil ter de conviver com ela quando a sorte das eleições fez mudar o ciclo político. Estes temas devem ser objecto de discussão permanente e, definitivamente, os funcionários têm de ser admitidos por concurso e tendo em conta os seus méritos sem qualquer interferência de outra natureza. E isto aos níveis central, regional e local!...

\*

Nós tínhamos em preparação uma proposta da Lei de Bases do Ordenamento do Território que havia avançado muito com o auxílio de um ou de outro Secretário de Estado e com consultores especialistas em Direito Administrativo e em Urbanismo. Em 3 de Janeiro foi-me apresentada uma versão que logo critiquei por

ser muito longa. Eu gostaria de uma lei que fosse lida pelos destinatários e não só discutida nas faculdades. Pedi para se retirar para outros diplomas – decretos-leis, decretos ou portarias – algumas das coisas que aprofundavam o tema, mas sobrecarregavam em demasia o que deveria representar uma Lei de Bases cujo primeiro mérito deveria ser uma afirmação de princípios; além disso, eu esperava que ela durasse muito. Ora, para durar não poderia entrar em pormenores. Por outro lado, a parte do regime urbanístico estava mais desenvolvida do que o resto, o que reflectia muito as preocupações dos intervenientes. Pedi, por isso, para passar logo para um projecto de decreto-lei tudo quanto respeitasse às normas gerais para a ocupação do solo e para a construção. Eu não gostava nada de estabelecer paridade entre as Câmaras e os agentes privados como promotores da ocupação do solo; eram as primeiras que deveriam ficar com o privilégio.

O trabalho acabou por se arrastar demasiadamente. À força de se querer alcançar a perfeição, perdeu-se a oportunidade política. Quando as coisas, finalmente, estiveram prontas já a segunda tinha passado; estava-se em cima da campanha eleitoral e esta não é boa ocasião para se fazer reformas de fundo.

\*

No dia 11 de Janeiro soube que estavam quase prontos os Planos Regionais de Ordenamento do Território do Alto Minho, do Litoral Centro e da Área Metropolitana de Lisboa. As pessoas não imaginam a quantidade de horas de reuniões que cada uma deles representava. Tinha havido numerosas arestas que foram limadas e muitos compromissos que se conseguiram celebrar. Tratava-se de exercícios complexos em que a arte da negociação do moderador tinha sido posta à prova.

No Algarve havia projectos especiais em curso. O Secretário de Estado tinha nomeado uma excelente técnica do seu gabinete para os coordenar. Naquela data estavam já analisados os projectos de Vila Moura, da Herdade do Reguengo de Castro Marim (Almada de Ouro), do Algarve Lux (Castro Marim), da Quinta de Baixo e da Quinta de Cima. E havia mais oito quase prontos. Isso significava que estava agarrado o programa das grandes intervenções que nós havíamos encontrado em 1985 completamente descomandado. Na maior parte dos casos, as dificuldades estavam ligadas à desclassificação de parcelas da RAN e da REN.

Agradava-me ver que o extremo Sotavento (Castro Marim) começava a emergir como zona cobiçada.

\*

Tínhamos pressões de várias origens para produzir um diploma que desse o direito de preferência às Câmaras Municipais na aquisição de terrenos para fins de construção de habitação social. O problema era politicamente delicado. Uma consequência potencial era o congelamento do mercado fundiário por se temer a invocação desse direito sempre que o terreno fosse bom. Mas a medida configurava uma interferência no direito de propriedade, o que estava liminarmente fora de causa. Em França, na Alemanha e na Itália havia essa preferência das Câmaras Municipais. Mas, em França, por exemplo, ela só existia quando estava explicitamente referida nos próprios planos de urbanização, esclarecendo se toda a área abrangida por esse plano estava ou não sujeita à preferência. Entre nós, se houvesse um plano de pormenor e ele estipulasse que havia esse direito de preferência, ela existia; se não mencionasse nada, ela não existia.

Punha-se-nos uma alternativa difícil: ou conferíamos às Câmaras Municipais poderes de intervenção ou iríamos ter as operações urbanísticas comandadas por promotores gananciosos e pelos maus loteamentos que eles costumavam fazer. Ora nós afirmávamos ser nossa prioridade a qualificação dos espaços, o que nos aconselhava a dar às Câmaras o direito de preferência. Teríamos contra nós os “patos-bravos” e os “ultra-liberais”. Por isso pendíamos para um intervencionismo justificado das Câmaras que orientasse a ocupação do espaço. Estava fora de causa qualquer medida que inculcasse a municipalização dos solos. Pedi para se fazer um resumo da legislação comparada sobre o exercício da preferência.

\*

Em princípios de 1995 havia 127 Câmaras Municipais que nunca haviam sido objecto de uma inspecção ordinária! Fixei como prioridade que o fossem.

As pessoas olhavam sempre com desconfiança para as inspecções, mesmo que elas fossem ordinárias. Por isso se tinha de actuar com equilíbrio, em proporção com a distribuição partidária geral. Assim não seríamos acusados de estar a penalizar qualquer grupo em particular.

\*

No dia 23 de Janeiro recebi o Presidente da Câmara de Castelo de Paiva. Estava com grandes preocupações relativamente ao seu Município, porque não dispunha de meios para concretizar as numerosas estradas que tinha em mente: era a saída da sede do Concelho para a ponte de Entre-os-Rios, era a ligação até Corga de Lobão, era a ligação entre Pedorido e a Cruz da Carreira... Nunca mais acabava o rol! Algumas dispunham de projecto, outras não. O Município beneficiava do RECHAR, mas este estava quase todo afectado. Restava a celebração de um contrato-programa apoiado por um empréstimo...

Refiro isto para sublinhar, mais uma vez que, nas conversas com os Autarcas, o tema obrigatório, se não mesmo dominante, eram as estradas.

\*

No dia 7 de Fevereiro recebi a Presidente da Câmara Municipal de Almada que me queria expor vários assuntos ligados ao desenvolvimento do seu Concelho. Começou por afirmar que a administração urbanística do seu Município era a mais moderna do país; tinha um serviço de 24 horas por dia para entrega de documentos. Eu gosto deste género de introduções!...

Tinha-se associado ao Seixal para construir uma Estação de Tratamento de Águas Residuais comum. Havia custado 1,5 milhões de contos e a Câmara estava a fazer um teste para assegurar directamente a sua gestão.

Tinha comprado a Casa da Cerca para nela montar um centro de arte contemporânea de onde se disputava a melhor vista sobre Lisboa. Tratava-se de um projecto municipal realizado no âmbito da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Felicitei-a porque não era habitual, que num programa destes incluir-se um equipamento de índole cultural.

Convidou-me para fazer uma visita no Concelho, mas só depois de estar ratificado o Plano Director Municipal. Estava a demorar muito a sê-lo e os atrasos tinham a ver com a RAN e com a REN (Como era costume...); já lá iam 18 meses! O plano estratégico, que eu havia recomendado, tinha sido instrumental para manter os projectos em dia.

Estavam em curso vários projectos de loteamento: o da Quinta de S. Simão que era da iniciativa do proprietário e outros. Em construção estava também a Igreja de Nossa Senhora de Fátima e o Centro Social anexo. Mas a DGOT tinha dado parecer negativo em relação ao loteamento; havia que ver porquê... Parecia tratar-se de questões jurídicas e de contagem do tempo dos prazos a cumprir. Haveria que encaixar-se na lei.

Finalmente, tinha sido por isto que ela havia insistido na audiência. Mas começou bem, dizendo-me o que estava a passar-se de bom no seu Concelho... Por alguma coisa, ela ficou lá tantos anos!...

\*

Afinal, depois de vistas as coisas, o PDM ainda não fora ratificado, porque a REN de Almada só tinha sido aprovada há um mês.

O loteamento da Quinta de S. Simão era um grande loteamento com torres de doze pisos e que excedia os parâmetros do próprio PDM. Tanto a volumetria como a densidade eram excessivas. A Câmara de Almada deveria começar por analisar internamente esses mesmos parâmetros e, como ainda ia a tempo, incluir ou não os novos valores no PDM. Mas isso teria de passar pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

Nunca nos podemos comprometer com qualquer decisão sem ver o que está por trás de uma exposição mesmo quando ela é habilmente feita.

\*

Em Fevereiro de 1995 foi organizada no IPCC uma exposição de cartas topográficas elaboradas por Filipe Folque. Que maravilha, tanto em técnica como plasticamente! Estamos cheios desses tesouros. Convinha mostrá-los aos jovens para se cultivarem e para se orgulharem do trabalho dos seus maiores. Nessa época ninguém fazia aquele trabalho melhor do que nós!

Por isso eu queria tanto acabar as novas instalações do IPGC na Rua de Artilharia e incitar a sua administração a manter uma exposição permanente da sua colecção.



FIG. Visita à Exposição de cartas de Filipe Folque.

\*

Em 21 de Fevereiro recebi o Arq. Eduardo Porfírio que me veio falar da zona antiga do Barreiro. Ela estava a degradar-se de forma acelerada e a ser ocupada por marginais. Tinham iniciado algumas pequenas obras de recuperação, mas era preciso uma actuação de muito maior fôlego. Queriam, por isso, que fosse instalado no local um GTL (Gabinete Técnico Local) cujo tipo de trabalho tinha conduzido a tão bons resultados noutros lados. Entretanto, pretendia começar a fazer algumas reabilitações que se focavam quase exclusivamente em habitações. Mas não tinham dinheiro para nada! Aconselhei-o a apresentar urgentemente uma candidatura só para as obras urgentes ao programa PRAUD. O resto viria depois.

\*

No dia 23 de Fevereiro tive uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Local e com o Presidente da Comissão de Coordenação do Algarve para fazer o ponto de situação sobre os grandes projectos turísticos do Algarve. Eram eles os seguintes: i) Praia Grande (Silves); ii) Herdade dos Salgados (Albufeira); iii) Quinta do Guadiana (Castro Marim); iv) Herdade do Reguengo (Portimão); v) Almada de Ouro (Castro Marim); vi) Verde Lago (Castro Marim); vii) Vale do Lobo 3 (Loulé); viii) Golf da Ria – Quinta de Baixo e Quinta de Cima (V.R. Stº António e Tavira). Nem todos estavam em fase que permitisse a sua aprovação. Havia, mesmo, alguns que se revelavam muito complexos em termos ambientais. Estavam anunciados mais dois: ix) o da Quinta da Rocha (Portimão) e x) o da Corte Velha (Castro Marim).

Como se pode ver, eles estendiam-se ao longo de toda a costa, mas com uma novidade: o aparecimento de iniciativas importantes no extremo leste, especialmente em Castro Marim.

Algumas Câmaras estavam hesitantes em tomar decisões por causa da distribuição de camas. Eu insistia para que se avançasse com determinação na conclusão dos Planos Directores Municipais para evitar as decisões casuísticas tradicionais; era evidente que empreendimentos tão grandes como os que estavam em análise teriam um grande impacto sobre o sector e sobre a prosperidade de cada um dos Municípios onde eles estavam localizados.



Por haver alguns Municípios com atrasos na aprovação dos seus PDM, sugeri ao Presidente da Comissão para organizar um seminário com todos eles para trocaram impressões acerca das dificuldades que tinham de ultrapassar e das soluções que os que já os haviam concluído haviam adoptado. Tudo isso com a presença e a desejável intervenção de dois ou três técnicos experientes. Eu queria que as decisões fossem deles, mas tomadas num quadro de ordenamento de cada Concelho pelo qual cada um fosse responsável. Apesar das pressões dos promotores sobre mim próprio e sobre os meus Colegas do sector do turismo, eu não queria tomar ou contribuir para que fossem tomadas decisões desgarradas. Por isso, a minha insistência na definição de quadros de referência. As dificuldades eram as mesmas de sempre: a RAN e a REN haviam sido definidas com largueza e os promotores tinham uma apetência muito explícita pelos solos classificados sob aqueles títulos. Aliás, já havia um PROT aprovado para o Algarve. Era preciso verter em cada PDM as orientações gerais contidas no plano regional. Hoje as pessoas acham natural haver PDM; mas, naquela ocasião, cobrir o país com eles representou uma batalha da persistência...

\*

No dia 24 de Fevereiro recebi o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra para tratar de problemas do seu Concelho. Estava já aprazada uma assinatura de um contrato-programa importante no âmbito do PROCENTRO. Ele respeitava a uma grande obra de saneamento com três ETAR e muitos quilómetros de conduta. Tudo montaria a mais de 1,6 milhões de contos e tinha um prazo de execução apertadíssimo: sete meses!

Falámos do Choupal. Queixou-se muito relativamente aos técnicos do Ministério do Ambiente que haviam levado imenso tempo a estudar o assunto, mas que ainda não tinham plantado uma única árvore... Ele precisava de crédito do BEI canalizado através da Caixa Geral de Depósitos; havia aspectos técnicos do contrato para os quais solicitava o apoio de especialistas da Direcção-geral.

Em relação ao programa URBAN ele queria apresentar uma candidatura respeitante à “Baixinha” de Coimbra, na zona do Terreiro da Erva e áreas adjacentes. Tinha-se candidatado também ao PROCOM para assinar um protocolo com os co-

merciantes que se propusessem modernizar os seus estabelecimentos. À Câmara competiriam as obras das ruas, da condução das águas pluviais e da iluminação pública. Ele propunha-se coordenar tudo numa experiência-piloto que seria demonstrativa da possibilidade de se fazer uma acção integrada. A candidatura montaria a 200.000 contos. Queria que eu lhe dissesse alguma coisa acerca da possibilidade de ela ser aprovada. Acrescentou que a operação envolvia mais de 400 estabelecimentos comerciais e tocava mais de 900 pessoas. Repousava muito nas virtualidades do cruzamento de programas para provocar sinergias. Encorajei-o a apresentar a candidatura, mas lembrei-lhe que ela teria de concorrer com algumas outras e que o júri do programa é que as iria ordenar; depois iríamos até onde houvesse meios. Mas, evidentemente, tinha de lhe dar palavras de alento.

\*

Em 2 de Março recebi o Presidente da Câmara de Alcácer-do-Sal que me vinha dizer das suas intervenções para o desenvolvimento do Concelho e colher sugestões para o respectivo financiamento. Começou por dar a informação de que a construção da nova pousada no perímetro do antigo Castelo estava em bom andamento. Foi acabada poucos meses depois.

Queria lançar um plano de desenvolvimento turístico para o seu Concelho. Havia já dois projectos candidatos ao SIFIT com 400 camas cada um e com instalações para aprendizagem de golf e de equitação.

Parecia-lhe indispensável instalar uma zona industrial ao lado da auto-estrada que passava encostada à vila. As obras já tinham começado e os primeiros candidatos também; eram unidades metalo-mecânicas atraídas pela proximidade de Setúbal, onde havia uma grande tradição do sector. A primeira fábrica era de contentores para a reciclagem de lixos urbanos. A Câmara queria tanto diversificar o seu tecido produtivo que se tinha comprometido a arcar com os custos da formação profissional necessária. Mas era evidente que tudo isto custava dinheiro!... A primeira fase estender-se-ia por cerca de 20 hectares, mas custava mais de 300.000 contos; começariam por uma ETAR para o tratamento prévio dos efluentes, antes de os verterem na rede geral. Não seriam vendidos os lotes, mas

cedidos os direitos de superfície por cinquenta anos. Não poderiam ser os custos totalmente suportados pela Câmara; por isso tinha proposto que a obra fosse de natureza intermunicipal ao que os seus Colegas haviam acedido. Solicitava que eu recomendasse urgência à Comissão de Coordenação, em cujo âmbito funcionava a respectiva unidade de gestão.

Estava a Câmara a elaborar o plano estratégico para o Município. Mas ela não se sentia tecnicamente preparada para se abalançar a uma tarefa tão fora da rotina. Precisava que eu o apoiasse, pelo menos na informatização dos seus serviços. Mas também queria a celebração de um contrato-programa para a reabilitação dos Paços do Concelho e edifícios laterais que iriam todos ser ocupados por serviços municipais. A repartição de Finanças que lá estava alojada já tinha saído. Queria instalar as oficinas e os estaleiros no parque industrial, os serviços técnicos municipais na antiga abegoaria e o museu municipal. Eram assim quatro os contratos-programa que queria celebrar com o Ministério. Por outro lado, também queria candidatar-se ao PROSIURB para recuperar o centro histórico e a zona ribeirinha. Isso foi feito com manifesto sucesso, como se pode ver hoje.

Estas conversas eram, para mim, muito instrutivas. Percebia-se imediatamente a “fibra” do Autarca. Já tinha pensado em tudo e sabia onde deveria ir buscar as respostas. Tudo quanto falámos, durante essas conversas, foi realizado em poucos anos. Não fiquei admirado quando o vi ser reeleito em sucessivos mandatos!...

\*

Nós tínhamos propostas insistentes para criar Sociedades Municipais de Economia Mista para resolver alguns problemas causados pelas regras muito rígidas da administração pública. Pensavam os proponentes que, por essa via, geririam alguns sectores de forma mais eficiente. Mas, antes de dar qualquer passo, ouvi alguns juristas de confiança. Isso representava, seguramente, um grau de flexibilidade acrescido e era certo que os serviços municipalizados assumiriam rapidamente essa forma. Mas elas também poderiam ser usadas para outros fins, nomeadamente para o desempenho de funções que deveriam permanecer no sector privado. Por outro lado, havia o risco de serem criados lugares que viriam a ser ocupados sem qualquer espécie de controlo. Eu odeio as clientelas e conheço

bem os malefícios que elas fizeram ao nosso país, nomeadamente no século XIX e na Primeira República; o Estado-Novo teve outro tipo de clientela; mas também existiu. Pesando as vantagens da flexibilidade com os riscos da perversão clientelar, adiei a decisão, pedindo aos meus consultores que pensassem no tipo de condicionamentos que poderíamos impor para ter as vantagens da flexibilidade sem os riscos da indisciplina.

Uma outra área que alguns queriam ver facilitada era a lei que regulava a realização do “referendum” local. Já havia lei; mas ela estava tão apertada que não se realizava nenhum ... a não ser os chamados “selvagens”. Demos numerosas voltas ao texto, contudo, havia sempre alguém insatisfeito. Resolvemos adiar a elaboração de uma nova proposta.

Eu tinha uma larga experiência da constituição de Associações de Municípios. A primeira vez que as fiz foi para formar os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) que tão bons serviços prestaram e aos quais já me referi no lugar próprio. Depois disso recorri à fórmula muitas vezes, para resolver problemas de águas, de esgotos, de lixos e de equipamentos que precisavam de uma escala maior do que a de um Município para prestar serviços viáveis e competentes. Mas as coisas complicavam-se na altura em que se queria formalizar muito a questão dos quadros. Tudo era fácil quando as Câmaras integrantes da Associação destacavam o pessoal ou quando o Estado assumia como seus os funcionários contratados. Mas começou a haver dificuldades em relação à primeira via e impossibilidades absolutas em relação à segunda. Foram analisadas as implicações da existência de um quadro de funcionários da Associação, o qual só poderia ser formado por funcionários públicos ou por funcionários municipais destacados para o efeito, mas sempre com a possibilidade de retornarem à sua posição original. Em matéria de competências era também necessário definir a forma como os Municípios poderiam delegar funções suas para serem desempenhadas por um órgão com âmbito espacial mais alargado. Quando se quer dar generalidade a uma fórmula e ser muito específico relativamente às suas competências encontram-se sempre dificuldades insuspeitadas. Mas a verdade é que Portugal, apesar de possuir Municípios grandes, no quadro europeu, para algumas funções eles são pequenos... Irá ser difícil promover um novo arranjo das suas fronteiras...

\*

Ainda hoje (2017) se fala na transferência de competências para as Autarquias Locais. Num país que as centralizou tanto é natural que a intenção figure nos programas de qualquer governo. A concretização é, contudo, sempre limitada e, por isso, assistiremos ainda durante muito tempo à discussão sobre o que é possível ou não transferir e às condições em que isso se poderá fazer. Durante os dez anos em que tive a tutela do Poder Local, o tema figurou sempre entre as minhas preocupações. Em 8 de Março de 1995 fiz, com o Secretário de Estado da Administração Local, o ponto da situação das nossas diligências. Tinha havido um trabalho infundável com os diversos sectores e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Os Secretários de Estado respectivos já haviam elaborado os diplomas que enunciavam as competências e definiam as condições em que se faria a transferência. Os diplomas seriam tantos quantos os sectores em causa: mas alguns deles eram muito extensos, demonstrando o trabalho árduo que havia sido desenvolvido com a ANMP.

Decidi que só os comunicaria à Associação quando eles tivessem passado na reunião dos Secretários de Estado. Era o mínimo de segurança que eu poderia ter em relação às numerosas versões que cada um deles já experimentara. Assim, só quando todos tivessem passado essa prova seria, então, convocada a ANMP para receber a colecção de propostas de diplomas, que aliás, ela já conhecia. Dar-se-ia um mês para produzirem os seus comentários finais. É que, com efeito, tínhamos um ano para concretizar a autorização legislativa que nos havia sido concedida no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 1995, mas já vínhamos a trabalhar no assunto há muito tempo. Estou seguro de que o tema acompanhará vários governos mais!...

\*

Nós iríamos solicitar autorização legislativa para produzir uma Lei de Bases do Ordenamento do Território. Havíamos optado por essa fórmula por causa do tempo que demoraria o agendamento e discussão de uma proposta de lei substantiva. Mas ela teria de ir acompanhada do texto do decreto-lei que a materializaria. O assunto era tão intrincado e os preceitos seriam tantos e tão pormenorizados que era preciso fazê-lo desse modo; doutra forma não ficariam claras as nossas intenções.

Raramente uma proposta de legislação teve tantas sessões de discussão como esta. Passei horas com o Secretário de Estado e com os técnicos do sector para definir as grandes linhas e afinar os pormenores. Foi tão longa a discussão que, na altura em que a proposta ficou concluída, estávamos quase em cima da campanha eleitoral e era politicamente inconveniente ir apresentá-la à Assembleia. Mas fiquei com pena de não ter dado uma contribuição pessoal para o edifício legislativo desta área. Tanto mais que me envolvi muito pessoalmente. Foi uma preocupação perfeccionista excessiva que fez arrastar a preparação do diploma. Em 8 de Março teve lugar uma das tais discussões. Nela se decidiu como proceder em relação aos terrenos “expectantes”; os quais não poderiam existir, porque só contribuíam para a especulação. Também decidimos suspender a obrigatoriedade de edificar, com a excepção dos terrenos que eram para construção e venda. Mas tudo foi avançando a passos tão lentos que não se chegou à meta...

\*

Como já referi muitas vezes, a extensão dos nossos Municípios é razoável quando comparada com a dos Espanhóis ou Franceses, mas, ainda assim, revela-se pequena para a resolução de muitos problemas correntes. Um deles é o do abastecimento de águas às populações e o do saneamento básico que reclama, por sistema, ser resolvido no quadro das bacias hidrográficas onde os Municípios se inscrevem. Por isso, foi com contentamento que recebi, no dia 15 de Março, os Presidentes das Câmaras da Covilhã e de Manteigas para tratarmos do assunto. Queriam que fosse elaborado um plano de saneamento da bacia do Zêzere no quadro da Associação de Municípios da Beira, desde a nascente do Zêzere até ao Concelho do Fundão. Dispunham de um aterro sanitário não controlado a sul da Covilhã e perto do Fundão; tratava dos resíduos sólidos da Covilhã, Manteigas, Fundão, Penamacor e Belmonte e parte dos do Sabugal e Castelo-Branco. Absorvia os resíduos de cerca de 150.000 pessoas. Mas era preciso melhorar muito a operação, porque não havia um verdadeiro tratamento dos resíduos. Queriam começar por elaborar o levantamento dos recursos hídricos. Depois fazer um plano de localização das ETAR. Havia o problema sério das minas da Panasqueira e de quatro tinturarias têxteis localizadas na Covilhã. Eram dema-

siadas ETAR para setenta freguesias. Estimavam que este projecto viesse a custar entre dez e quinze mil contos e que a obra montasse a mais de cinco milhões. Contavam comigo para o incluir no Fundo de Coesão.

Felicitei-os por estarem a resolver o problema à escala que ele exigia e encorajei-os a andarem depressa com o projecto de modo a ser possível escalonar a sua execução. O Fundo de Coesão era, realmente, o instrumento financeiro adequado; melhor, ainda, porque o sector do ambiente tinha sistematicamente menos candidaturas que o das vias de comunicação. Por isso, lhes recomendei que avançassem com determinação.

\*

Com a aproximação das eleições legislativas começavam as campanhas de reivindicações e as ameaças de greve de um ou outro grupo profissional. Em 23 de Março soube que o STAL (Secretariado Técnico da Administração Local) tinha apresentado um caderno reivindicativo e prometia uma manifestação na rua para o dia 31 de Março. Comecei por pedir ao Secretário de Estado da Administração Local para ir falar ao Secretário de Estado do Orçamento para ficarmos com uma ideia relativamente aos pontos em que poderíamos contar com alguma flexibilidade do Ministério das Finanças e aqueles que, por serem gerais, teriam de se manter firmes, para não se abrir excepções em relação a outros sectores.

As Nações Unidas iriam promover, em Istambul, uma reunião importante sobre o “Habitat”. Este é um tema que ultrapassa largamente a habitação, cruzando áreas desde o ordenamento do território ao ambiente, englobando, naturalmente, aquele sector, mas tendo de integrar muitos outros. Ficou decidido que a representação portuguesa seria chefiada pelo Director-geral do Ordenamento do Território que deveria apresentar uma comunicação de base.

A legislação sobre incompatibilidades estava feita e definida a grande maioria das situações. Mas havia sempre quem gostasse de arriscar. Descobriu-se que um Presidente da Câmara do interior mais profundo tinha homologado uma lista de admissões da qual constava uma sua ex-cunhada. Foi feito um inquérito face aos protestos levantados. Disse que tinha procedido dessa maneira, porque ela já não era cunhada dele e porque não havia mais ninguém com aptidões

para o lugar. Achei que deveria ser a Inspeção-geral da Administração do Território a “descalçar a bota”...

Havia algumas Assembleias Municipais em que um ou outro membro tinha perdido o mandato por faltas. Depois de ter exercido um mandato como Presidente da Assembleia Municipal do Porto, eu compreendo que os Deputados em causa se tivessem fartado das funções...Mas, enquanto o fossem, teriam de as desempenhar com escrupulo. Tinha que se proceder nos termos da Lei, por muito que isso custasse aos partidos.

Havia, ainda, o caso de um vereador que participava numa série de adjudicações em que estava envolvida uma firma da qual ele era sócio-gerente. A actuação deveria ser imediata para se mostrar exemplar.

Uma Câmara de um Concelho pobre do interior tinha 800.000 contos de depósitos à ordem! Era preciso não ter réstia de imaginação para não os aplicar...

Eu lembrava-me da existência da figura de Secretário-geral Municipal, que chefiava a parte administrativa da Câmara e, habitualmente, conhecia a Lei e evitava alguns lapsos por esse facto. Pedi ao Secretário de Estado para gizar um conjunto de competências para o mesmo. Para mim era muito importante que ele fosse o responsável pela elaboração das actas da Câmara que deveriam reflectir com muito rigor o que nas suas reuniões se havia passado. Antes de enviar a proposta para auscultação da ANMP, consultando antes a Secretária de Estado do Orçamento e, a título pessoal e reservado, o Senhor Vieira Dias, presidente da Associação de Técnicos Administrativos Municipais, um modelo de funcionário competente e estudioso cuja opinião contava muito para mim.

Os grandes equipamentos estruturantes, nomeadamente no sector do Turismo, deveriam ser objecto de uma legislação especial que não os obrigasse à cadeia de passos que havia tanta dificuldade em eliminar; instrumental seria, por exemplo, a obrigatoriedade dos sectores reunirem os seus representantes e tomarem, em conjunto, decisões vinculativas. O pior era sempre o cumprimento daquela sequência, dando tempo a cada um para analisar a questão e voltar atrás, quando descobria uma coisa qualquer com que implicar...

Os chamados TNS (Trabalhos de Natureza Simples) eram muito estimados e objecto de uma grande insistência por parte das Autarquias. Em relação ao



semestre anterior (segundo semestre de 1994) tinha havido 870 candidaturas, com 7,2 milhões de contos para empréstimos e 4,3 milhões para subsídios. A popularidade transparecia na pressão que tinha havido para aumentar as verbas; em relação ao primeiro semestre de 1994, a primeira verba tinha crescido 47,5% e a segunda 60,9%. Era para fazer face a pequenas obras que tinham repercussão enorme junto das populações.

Apesar de eu adivinhar que iria ser difícil dispor de uma proposta de Lei de Bases do Ordenamento do Território que fosse a tempo de uma discussão séria sobre o pedido de autorização legislativa, o qual deveria ir acompanhado da respectiva proposta da Decreto-Lei, eu promovia a sua discussão. Alguém iria, seguramente, aproveitar o trabalho feito. Os pontos mais complicados eram os seguintes:

O que respeitava à aplicação dos deveres urbanísticos: tinha de se aplicar o que já estava vertido no Código das Expropriações ou no Regime dos Licenciamentos, mas importava atenuar o carácter excessivamente interventor que estava na proposta.

O carácter não indemnizatório de certas operações: A minha opinião é que só se deveria referir o carácter indemnizatório das que o tivessem, pois isso reduziria o impacto político negativo do artigo correspondente.

A constituição de associações representava uma área complexa: Ela dependia, em primeira linha, do direito privado, mas a forma prevista para proceder a urbanizações programadas apresentava-se com um peso político demasiado. Nós propendíamos para a manter na esfera privada com a Inspeção-geral ou com a própria Câmara Municipal a fiscalizar. Eu achava que a figura da associação deveria permanecer na esfera privada, impondo, no entanto, que qualquer expropriação que fosse necessária deveria ser feita previamente pela Câmara Municipal, seguindo os preceitos que já estavam estabelecidos no Código correspondente.

As limitações do direito de propriedade deveriam ser mínimas e muito justificadas: A intenção era limitá-las para fins sociais; mas isso era complicado de concretizar; ou havia um preceito iníquo ou um campo de aplicação vazio.

O Secretário de Estado queria dispor de mais tempo para discussão e para assegurar coerência interna à proposta. Mesmo com o risco de já não se ir a tempo...

\*

No dia 28 de Março recebi o Presidente da Câmara Municipal de Tondela e a primeira coisa de que me falou foi da aplicação do protocolo celebrado com a EDP, em 1992. Ele achava que a EDP deveria fazer algum pagamento em energia para contrariar a tendência, que ele dizia ser corrente, desta fazer as contas por baixo. No seu caso estava a contar com 79.000 contos de pagamento de rendas; verificou que eram somente 57.000 contos. Aconselhei-o a abordar directamente a EDP e negociar com ela; os Portugueses mostram uma patente aversão a fazê-lo. Eu compreendo que é mais fácil encarregar alguém com mais poder para tratar dos seus negócios. Mas havia sido assinado um protocolo com todas as Autarquias; se alguma se sentisse prejudicada deveria assumir o confronto directamente.

Tondela já dispunha de PDM devidamente aprovado e homologado. Queria construir no antigo edifício da escola secundária um grande “Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional” para apoio a numerosas actividades, à frente das quais estava uma oficina de teatro. A Secretária de Estado da Cultura apoiava, cobrindo metade da componente nacional. Tencionava apresentar a candidatura ao PROSIURB; queria conhecer a minha reacção. Eu disse-lhe que se estivesse dentro dos parâmetros do programa a sua candidatura seria rigorosamente analisada. Recomendai-lhe que redimensionasse o projecto de modo a conter unicamente os aspectos indispensáveis à concretização da sua grande ideia. Eu tinha um medo que me pelava pelas “construções faraónicas”... Ele sorriu-se e comentou que eu lhe estava a recomendar que “transformasse as calças em calções”... Não era bem isso, mas o entendimento servia para o efeito. Pedi-lhe, também, para ver se conseguiria algum mecenato para cobrir parte da contrapartida nacional.

Novamente as estradas: a EN230 entre Tondela e Carregal do Sal precisava de uma profunda remodelação.

\*

No dia 3 de Abril de 1995 estavam ratificados 153 Planos Directores Municipais. Pouco mais de metade do que deveria ser (304), Não se imagina a diversidade das formas de pressão a que se teve de recorrer para levar os Autarcas a fazerem o esforço de porem no papel o que queriam para as suas terras. Não faço qualquer

avaliação qualitativa, porque muitos deles cumpriam formalmente os requisitos da Lei, mas não traduziam nenhuma análise, reflexão ou discussão acerca das melhores opções a tomar. Manifestamente, a auto-disciplina aborrece os Portugueses. Porquê? Por terem sido longamente submetidos a outra, imposta por terceiros? Ou porque não se sabem comandar? Para mim isto é um grande mistério! Procuo explicações para essa aversão, há muitos anos!...

Na esperança de que ainda pudesse haver uma discussão, tomei a decisão de ser apresentado no dia 6, daí a três dias, o pedido de autorização legislativa sobre a Lei de Bases do Ordenamento do Território. Seria o meu último pedido desse tipo. A transferência de competências para as Autarquias Locais continuava a ocupar-nos. Tomámos a decisão de produzir um diploma por sector; se eu estivesse à espera de poder fundir todos num só decreto-lei, não se transferiria uma única função. Naquele dia, verifiquei que estavam prontos para seguir para Conselho de Ministros os projectos de decreto-lei respeitantes aos sectores do Turismo, da Cultura, da Indústria, do Comércio e da Administração Interna. O sector dos transportes havia decidido não apresentar diploma nenhum. O da Educação aguardava a última moda... Do Ambiente só tinha sido possível chegar a acordo em relação ao regulamento do ruído. O das Finanças era o mais complicado; talvez na semana seguinte tivéssemos uma nova versão. O leite escolar ainda constituía um tema pouco pacífico.

No Algarve continuava a assistir-se à apresentação de projectos vindos dos anos 60, em relação aos quais os promotores não haviam feito sequer o esforço de adaptação à legislação entretanto aprovada (30 anos de leis, decretos-lei e regulamentos!...). Por quê tanta arrogância?... Eu não encontrava explicação para a falta de realismo que observava em quem se dizia empresário. Não aceitavam que tivesse havido uma revolução, nem que haviam passado três décadas!...

Já existia uma nova versão da “Norma das Características Técnicas das Estradas Municipais”. Era preciso voltar a discuti-la com a ANMP.

A primeira fase da recuperação das instalações do quartel de Artilharia 1 para lá alojar o Instituto Geográfico-Cadastral estava quase concluída. Era necessário forçar a mudança dos serviços instalados no velho Convento da Estrela.

\*

Eu tive sorte com os Inspectores-gerais da Administração do Território que exerceram funções ao longo dos três Governos em que exerci a tutela do sector. Depois de quase dez anos revelava-se conveniente dispor de uma nova Lei Orgânica. Tinha-se conseguido passar de um quadro de 110 inspectores para um outro de 65 e, por isso, a nova lei não implicava encargos maiores. Curiosamente, estava a haver uma pressão enorme por parte dos Municípios, com alguma folga orçamental, para os inspectores do IGAT optarem por lugares nas Câmaras, mais bem remunerados, como directores-coordenadores de departamento. Eu não poderia opor-me a qualquer transferência.

O novo diploma equiparava a nossa Inspeção à Inspeção-geral das Actividades Económicas. A única coisa nova respeitava a um pequeno aumento do subsídio de risco.

Eu insistia em que se mantivesse a viabilidade das inspeções ao próprio Ministério; isso tinha intenções e efeitos exemplares. A discussão do projecto de diploma com as Finanças anunciava-se complexa. É que, sabia-se, a Inspeção-geral de Finanças detestava que houvesse partilha de encargos neste domínio; para eles, a inspeção deveria ser uma única, naturalmente a deles!...

\*

Foi decidido apresentar o pedido de autorização legislativa para a Lei de Bases do Ordenamento do Território. Mas tive de fazer alguns ajustamentos num texto que eu pensava estar estabilizado por ter sido amplamente discutido e aprovado em reunião de Secretários de Estado. Mesmo assim, tive que atender a uma série de recomendações finais. Em nenhum caso, o pedido deveria ir acompanhado do texto do decreto-lei, porque este ainda teria de ser muito discutido. Em particular, não se poderia mencionar a existência de quaisquer isenções fiscais.

Havia uma redacção que parecia permitir a reedição das associações de moradores e isso tinha de ser salvaguardado. A questão do envolvimento nos custos da urbanização de quem fosse dono de uma parcela e não o quisesse fazer, tinha de ser repensada. Havia muitas coisas que deveriam ver as penalizações associadas a meras contra-ordenações. Convinha definir com mais precisão o que eram direitos urbanísticos e o que era faculdade de urbanizar. Havia coisas que poderiam

ser permitidas aos Cidadãos Portugueses, mas vedadas a estrangeiros e a pessoas colectivas. O Município nunca poderia ser “árbitro e jogador” ao mesmo tempo. Deveria ter-se cuidado quanto ao pagamento de indemnizações por expropriações; não se poderia facilitar a sua fixação. Todavia, a proposta estava correctíssima e não sofria de nenhuma inconstitucionalidade, mesmo quando previa penas fortes. Tratava-se mais de conciliar idiosincrasias do que de fazer correcções. Mas isso faz parte do dia-a-dia de um governante...

\*

Em 7 de Abril soube que o PCP tinha um projecto de lei sobre legalização de construções clandestinas e outro de apoio ao arranjo das zonas de clandestinos. Trabalhavam numa eventual revisão do diploma de 1976; naquela data todas as construções clandestinas criadas depois de 1976 não conseguiam ser legalizadas como, aliás, era o propósito da lei. Nós pretendíamos, realmente, reabilitar as zonas e, por isso, tínhamos previsto no Orçamento de Estado, uma verba de 2 milhões de contos que teria duas componentes; uma linha de crédito para os Municípios e outra linha de reforço do RECRIA. Não queríamos legalizar sem um esforço de reabilitação prévio; seria um sinal errado a dar a quem, com o maior à-vontade se metia a construir sem projecto nem licença. E não queríamos nada adoptar nenhuma medida populista. Por isso tínhamos de andar depressa.

\*

Em 28 de Abril fiz o cômputo dos Planos Directores Municipais e do seu estado de adiantamento. A situação era a seguinte: i) Ratificados 159 PDM correspondentes a 67% da população e a 54% da área. ii) Em processo de ratificação estavam mais 29, correspondentes a 8% da população e a 12% da área. Iii) Em aprovação pelas Assembleias Municipais estavam mais 20 correspondentes a mais, 5% da população e a 8% da área.

Assim o que estava concluído ou no “pipe-line” eram 208 PDM correspondendo a 80% da população e a 84% da área. Ainda faltavam 67 PDM (20% - 10%). Não se poderia desistir!

\*

Eu favorecia, naturalmente, que os responsáveis por partes especiais do território elaborassem planos de ordenamento que fixassem o seu entendimento do espaço e enunciassem o que pretendiam fazer para a sua protecção, exploração ou fruição. Em 28 de Abril recebi o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano, zona impar da nossa paisagem litoral. Mandei analisá-lo. Descobriu-se que ele não estava compatibilizado com o PROT existente para aquela área, sendo mais permissivo, em termos de ocupação. Por outro lado, estabelecia parâmetros urbanísticos que eram matéria própria dos PDM e dos PROT.

É por isso que eu gosto de ver definidos muito claramente os termos de referência dos diversos tipos de planos e insisto na coordenação entre todos os que se debrucem sobre uma dada área. Quando não há compatibilização de planos, o Cidadão fica desorientado e os planos descredibilizados, além de demorar imenso tempo a resolver as dúvidas...

\*

Em 9 de Maio recebi o Presidente da Câmara Municipal de Nisa. Estava preocupado com a queda brutal da população do seu Concelho. Em 1960 eram 20.000; em 1980 estavam reduzidos a metade (10.000) e, em 1990, tinham baixado mais 400 habitantes. A estrutura demográfica estava dominada por idosos. O que fazer para reter a população ou atrair quem havia emigrado?

O seu PDM já estava ratificado há muito tempo. Mas a equipa que o tinha produzido continuava em funções, elaborando um plano estratégico de natureza económica. O que poderiam produzir? Olaria, bordados, queijos... Havia umas termas a 9 km da sede do Concelho e o rio Tejo tinha um trecho de 40 km navegável. Seria o Turismo um sector no qual pudessem apostar?

Vimos que poderia haver apoio do INTERREG e do FEDER, para estimular as ILE (Iniciativas Locais de Emprego) e para algumas acções de formação profissional. Havia uma secção da ANMP que agregava os Municípios com termas. Estava a funcionar bastante bem, produzindo sugestões e trocando experiências.

Era difícil ser Autarca num Concelho tão desprovido de recursos. Mas o Presidente teimava, com obstinação, como devia ser!

\*

Os promotores de algumas obras querem sempre deixar a sua marca, fazendo-as em grande, muitas vezes em muito grande mesmo. No dia 10 de Maio recebi um responsável por uma instituição privada de educação de uma cidade média que tinha a intenção de promover a construção de um pavilhão gimnodesportivo na sua escola. Sabia todos os meandros possíveis para obter o financiamento necessário. Já tinha asseguradas as participações de uma fundação e de uma outra instituição privada e queria agora fazê-lo em relação ao PRODEP, mas o Ministério da Educação tinha enviado para trás a candidatura e com razão. O custo corrente de um desses pavilhões era de 90.000 contos. O nosso promotor queria um que custava 300.000! Foi o cabo dos trabalhos para o fazer acomodar as dimensões do equipamento aos meios de que ele dispunha... Não sei se queria financiar outras coisas, presumindo que a sua candidatura não seria minuciosamente analisada. A verdade é que quase manifestou impaciência em relação às regras que o obrigavam a não se salientar face às características fixadas para o equipamento. Achava que estávamos a contrariar a sua ambição e a não corresponder à sua imensa generosidade... Saiu manifestamente desapontado...

\*

É corrente não haver colaboração entre instituições públicas com competências “adjacentes”. Ocorre mesmo, algumas vezes, alguma rivalidade. Eu reagia sempre mal a essas manifestações e procurava antes a cooperação. Por isso, em 19 de Maio, dei o meu acordo à celebração de um protocolo de colaboração entre o Instituto Hidrográfico e o Instituto Português de Cartografia e Cadastro. Ambos são instituições com uma longa e distintíssima história, devendo-lhes muito o País. Sou a favor de que haja “dias abertos” dessas instituições e se façam programas informativos da televisão acerca das mesmas. Os Portugueses precisam de conhecer o modo como são servidos por profissionais sabedores e actualizados que contribuem dedicadamente para o seu desenvolvimento.

\*

No PRODOURO tudo estava a correr razoavelmente, mas havia o “cancro” da lixeira da Régua para cuja resolução a Câmara não tinha disponibilidades financeiras. Deveria tomar-se em globo a parte do trajecto entre a cidade e a própria lixeira ou, mesmo, até às Caldas de Modelo. Isso reclamava a elaboração de um plano de pormenor em relação ao qual a Câmara estava hesitante, não sei se por não ter meios para o fazer ou se por ter assumido compromissos que lhe dificultavam a acção. De qualquer modo, como a resolução do problema custava 300.000 contos e a Câmara não os tinha, eu poderia insistir com ela para se produzir um plano orientador da ocupação do espaço. As duas coisas tinham de ser resolvidas simultaneamente: a estrada e a lixeira.

S. Martinho da Anta é a terra de Miguel Torga, onde se mantém a sua modesta casa, objecto de numerosas visitas dos seus admiradores. Era preciso assegurar dignidade ao centro cívico respectivo. Foi isso que se conseguiu fazer.

Todas as sedes de Concelho do Vale do Douro-Sul dispunham de planos de ordenamento dos seus centros, elaborados pelo GAT de Lamego. Havia que encontrar meios para concretizar esses planos. Dispunha-se de 10 milhões de contos para obras do mesmo tipo em todo o país. Como sempre, eu defendia que quem dispusesse de planos, mostrando o que queria fazer, deveria ter prioridade. Aquele montante não dava para satisfazer todas as ambições; era preciso ser selectivo, mas isso era bom.

A rede de esgotos de Vila Real dispunha de projecto, mas não tinha dinheiro. Era esta a ordem em que as coisas deveriam acontecer: primeiro definir o que se queria e elaborar o respectivo projecto; depois, procurar obter os meios financeiros necessários.

Nessa ocasião já havia 400 camas para o turismo rural nas quintas do Douro e uma central de reservas. Hoje são mais de mil e quinhentas! (Para ser exacto eram 1683 em 2015...).

\*

Em 30 de Maio reuni com a minha Colega do Ambiente e com o Secretário de Estado da Administração Local para tratar da concretização de um parque situado



na margem sul do Tejo, mesmo junto ao rio. Tratava-se de uma zona sensível que reclamava uma protecção urgente. Pedimos a um geógrafo competente e muito conhecedor da área – Prof. Jorge Gaspar – para identificar a mancha de terreno mais adequada para o fazer. Como seria de esperar, ele apresentou uma “mancha ampla”, muito ampla mesmo... Haveria que expropriar uma área grande. Tinha de ser um gabinete de advogados experiente a fazê-lo; de outro modo nunca mais haveria parque!... Era preciso, todavia, definir os termos em que eles poderiam conduzir as negociações; teríamos de ser nós a fazê-lo. Uma avaliação feita pelo largo indicava que deveriam estar em causa 60.000 contos ou um montante aproximado. Ficou decidido que o Serviço de Parques fizesse a delimitação da zona (o mapa, como nós dizíamos...); encarregámos o Secretário de Estado de elaborar o projecto de diploma que representaria o quadro de actuação dos juristas contratados; a Ministra diligenciaria no sentido de obter as verbas do POA (Plano Operacional do Ambiente) destinadas à aquisição de terrenos e à gestão de santuários naturais.

O que lá está hoje é muito aprazível e revelou-se de uma utilidade enorme, especialmente por se situar nas proximidades de zonas habitadas por Portugueses que não dispõem de grandes meios para custear a ocupação do seu tempo de lazer. Tratámos, também, do desassoreamento da Lagoa de Albufeira. Era aconselhável olhar, simultaneamente, para a melhoria dos acessos às praias e para as questões postas pela vigilância e prevenção de incêndios florestais. Para facilitar a acção deveríamos produzir um diploma autónomo, criando o Parque Florestal da Lagoa de Albufeira.

\*

Havia queixas de alguns Presidentes de Câmara que cometiam incorrecções formais por que não sabiam a lei. Isso, obviamente não era desculpa, mas poderia ser ultrapassado pela participação, em reuniões de Câmara ou sempre que a isso fosse solicitado, de um funcionário sabedor das regras.

Havia a proposta de criação do cargo de secretário-geral municipal, mas isso punha problemas; seria de nomeação central ou da própria Câmara? A primeira solução seria imediatamente suspeita de centralismo; a segunda constituía a porta aberta para a permanência da força política que o designasse.

Sugeri que se ensaiasse a solução de ser um dos directores de serviços – mais naturalmente o director dos serviços administrativos – a assistir às reuniões da Câmara Municipal com o encargo de alertar os seus membros para as eventuais incorrecções legais que pudessem cometer nas suas deliberações ou respectivos processos.

O que não se poderia tolerar era a invocação da ignorância da lei, porque os titulares dos cargos não tinham preparação jurídica!... (Na Alemanha têm de fazer um curso breve, antes de se apresentarem como candidatos!...).

\*

Em 31 de Maio soube que a Liga dos Bombeiros Voluntários tinha apresentado uma candidatura para apoio à construção de uma nova sede. Poucas instituições em Portugal têm uma tradição de mais de seis séculos! Tinha mesmo de se apoiar. O pior era que eles não dispunham de meios para assegurar a sua contrapartida, de acordo com as regras gerais estabelecidas. Mas os casos excepcionais também existem e aí é que o critério do Ministro tem de ser fundamentado e aplicado; está fora de causa que ele se transforme num funcionário que cumpre cegamente essas regras gerais. Por outro lado, ninguém protestaria em relação a uma causa em que a doação dos seus membros à Comunidade é total e nunca discutida.

\*

O acompanhamento do PIDDAC representava uma preocupação em relação à qual eu colhia informações frequentes, relativamente aos diversos sectores em que ele se desdobrava. No dia 31 de Maio soube que estavam em curso 385 equipamentos de âmbito local que tinham participação central. Era, em média, mais do que um por Município. A maioria deles seria concluída durante o ano de 1995.

\*

O tratamento dos resíduos sólidos urbanos representava uma preocupação permanente, porque, em 1995, ainda era corrente vermos nas matas ou nas pedreiras abandonadas ou em locais mais recônditos, depósitos indisciplinados que entravam em putrefacção gerando cheiros insuportáveis ou determinando riscos in-

toleráveis de incêndio ou de conspurcação dos aquíferos. Além, obviamente, de representarem um atentado à paisagem e um perigo para as populações.

Em relação ao território da Região do Centro foi recomendado um estudo que definiu a construção de oito aterros para servir setenta e oito Municípios. Antes de se avançar para soluções mais dispendiosas começar-se-ia pelos aterros sanitários em relação aos quais já havia experiência na gestão. Tudo isso foi feito, naturalmente, em perfeita colaboração com o Ministério do Ambiente. O grande passo que estava a ser dado era a concretização de uma cooperação intermunicipal para explorar devidamente um instrumento que precisava de escala para funcionar adequadamente. Tinha, também, limites: um aterro do tipo dos previstos não acomodaria mais de 600 toneladas de resíduos sólidos por dia; mas até em valor ele poderia ser gerido com eficiência.

Estávamos em fins de Maio quando foi comunicada a conclusão do estudo. Encarreguei o Presidente da Comissão de Coordenação de contactar todos os Presidentes das Câmaras envolvidas para assinarmos o contrato respectivo em Julho, ainda antes de partirmos para férias.

\*

Como já referi, nós ocupámos muito tempo a preparar uma proposta de Lei-Quadro do Ordenamento do Território que reunisse num único documento os princípios e os instrumentos de actuação neste domínio. Dispúnhamos de uma autorização legislativa para o fazer, mas as discussões internas entre os sectores foram-se arrastando de tal maneira que, na ocasião em que foi possível apresentá-la à Assembleia, estávamos praticamente em cima da campanha eleitoral e julgámos mais curial deixar o trabalho feito para o governo seguinte tomar a iniciativa que melhor entendesse.

Quando tudo estava em condições de ouvir peritos externos, eu enviei o texto a uma dúzia e meia de profissionais muito escolhidos para participarem num debate que ajudasse a melhorar a proposta. Este teve lugar no dia 10 de Julho e, como de costume, realizou-se no Instituto Nacional de Administração (INA), em Oeiras, onde passámos todo o dia, sem telefones nem outros instrumentos de interrupção da conversa (nessa ocasião era mais fácil, porque ainda não havia telemóveis...).

Não referirei o nome dos peritos que vinham de sectores diversos: urbanistas, juristas, paisagistas, geógrafos, arquitectos e engenheiros. Era a “nata” das diversas profissões. Depois de analisarem a proposta, disseram o que resume a seguir: A sistemática do diploma deveria referir os princípios logo na primeira parte, seguindo-se os capítulos técnicos (Estávamos a lidar com uma proposta de diploma com mais de 90 artigos!). Qualquer plano urbano era uma síntese, não podendo o planeamento conduzir a hiatos; ou seja, poderia haver sobreposições, mas não hiatos. Também não poderia ser um planeamento administrativo que acumulasse sucessivamente os condicionamentos (primeiro a RAN, depois a REN, depois outra qualquer limitação...) Deveria ficar claro quando eram aplicáveis as medidas supletivas. Um plano representava a lei específica de um dado sítio. O desenho urbano praticado entre nós, naquela ocasião, era considerado deficiente; deveria ser muito melhorado. A participação deveria envolver todos os potencialmente afectados e não apenas aqueles que haviam apresentado o requerimento. À sustentabilidade deveria ser dado maior peso do que à competitividade. As respostas que déssemos aos problemas de ordenamento deveriam ser sustentáveis e de qualidade. Era importante distinguir as acções de ordenamento das que constituíam unicamente um normativo administrativo. As normas técnicas não deveriam constar da lei-quadro.

Deveria evitar-se a tendência para incluir aspectos de pormenor; por exemplo, a lei que regulava os loteamentos deveria ficar à parte. Neste diploma deveríamos assentar só nas regras gerais. Tinha de ser muito clara a forma de intervenção da administração regional, da administração indirecta, das concessões, da EDP, da TELECOM, etc. Deveria evitar-se a multiplicidade de conceitos, fazendo o máximo para simplificar a parte conceptual.

Os princípios invocados eram generalizadamente aceites. A lei deveria dar uma contribuição substantiva para a prática do urbanismo. Conviria evitar ser-se repetitivo. Não se deveria ser muito específico em relação ao uso do solo, não enunciando exaustivamente os predicados que cada classe deveria ter; isso significava conferir elasticidade de uso aos diversos tipos de solos. Deveria olhar-se com atenção para os atritos potenciais entre os diversos tipos de agentes. Por outro lado, a proposta tinha de se circunscrever ao direito urbanístico; o esforço de-

veria incidir, particularmente, nos direitos reais. Era certo que a proposta de lei iria dar uma grande ajuda para resolver o problema da contribuição autárquica. A conflitualidade de competências a que correntemente se assistia entre as diversas instâncias não era de natureza política ou ideológica; ela decorria particularmente das interpretações discricionárias feitas por funcionários periféricos; era isso que importava acautelar nomeadamente por via da clareza dos preceitos fixados. A lei não facilitava a correcção dos planos; deveria permitir fazê-lo; isso não era, todavia, a permissão de proceder a alterações abusivas. Era muito importante ser claro quanto aos conceitos: terreno urbano, terreno não-urbano, terreno urbanizável, etc. O espaço urbano é que estava no cerne da questão mas as outras classes também eram importantes. Deveria ser recuperado o conceito de perímetro urbano, de zonamento e outros que haviam já provado ser úteis. Havia paisagens a proteger e paisagens a alterar; a lei deveria facilitar a alteração do que se impunha que fosse alterado. No País havia, manifestamente, um “espírito anti-urbanístico”; era preciso contrariá-lo, porque se impunha a urbanização de muitas partes, do litoral ao interior.

A administração quase nunca se preocupava com o preâmbulo dos diplomas, mas era neste que deveria referir-se o “espírito da lei”. Naquele caso, o preâmbulo entendia-se perfeitamente, mas havia algumas definições que melhorariam se não estivessem lá e passassem para o articulado. Numa lei-quadro deveria haver a preocupação de remeter o que já estivesse definido na legislação existente para ela própria sem estar a retomar todos os preceitos. Deveria ser-se particularmente cuidadoso em relação aos confrontos e às omissões das leis avulsas existentes. A iniciativa legislativa revelava-se oportuna e útil. Tinha sido seguida a via mais pragmática, pois ela significava uma lei de enquadramento de muitos diplomas que já estavam em vigor; como deve acontecer com uma lei de bases, ela surgiu posteriormente a uma longa prática. Havia muitos aspectos positivos no diploma; o primeiro respeitava à referência ao conteúdo urbanístico da propriedade; mas também o eram a auscultação dos Cidadãos, que não ocorria somente na parte formal do inquérito público, e a menção às indemnizações a pagar. A definição da hierarquia dos planos estava clara, bem como a caracterização de cada tipo. Abordava-se a difícil questão da distribuição equitativa dos benefícios e dos en-

cargos dos planos e previam-se os instrumentos de perequação, naturalmente indispensáveis. A criminalização de algumas actividades indesejadas representava um ponto positivo. O legislador deveria ser mais “contido” a respeito do direito de propriedade e do “jus aedificandi”. Conviria que fosse sublinhada a nossa posição de referir a expropriação como tendo um carácter subsidiário, havendo outros instrumentos a usar antes de a ela recorrer; a justa ponderação e a conciliação dos interesses em presença representaria a norma; a expropriação, a excepção. A distribuição equitativa dos benefícios e dos encargos deveria ser alçada à categoria de princípio. Dever-se-ia sublinhar a importância da participação preventiva do Cidadão e do estabelecimento de um período especificado (15 ou 30 dias) para apresentar sugestões. O Direito do Urbanismo, não poderia, em nenhuma circunstância, ser injusto. Só estava previsto o mecanismo de compensação nos planos de pormenor; deveria também vigorar nos planos de urbanização e, mesmo, nos planos directores municipais; era evidente que ele se revelava mais perceptível nos planos de pormenor, mas também encontrava justificação nos outros. Os instrumentos de perequação não deveriam constar da lei-quadro, mas antes de um diploma posterior. Tinham de ficar muito claras as relações entre os diversos tipos de planos; haviam surgido alguns problemas de articulação, por exemplo, entre os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e os Planos Directores Municipais (PDM); tinham surgido, mesmo, relações de contrariedade; era preciso clarificar a situação; as relações de conformidade eram mais correntes; mas os problemas surgiam quando havia situações de contrariedade. Havia que esclarecer a questão da ratificação dos diversos tipos de planos: os PDM eram ratificados por Resolução do Conselho de Ministros e os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor pelo Ministro do Planeamento e Administração do Território; parecia estar bem. E quem suspendia a aplicação dos ditos? Havia questões terminológicas a apurar.

A proposta de lei de bases era apresentada para dar coerência a tudo quanto havia sido produzido ao longo dos últimos anos. Mas parecia estarmos a enunciar princípios a mais. Deveríamos ser mais comedidos. Era preciso ser muito cuidadoso em relação às lacunas observadas; elas poderiam conduzir a situações de difícil resolução. A questão da participação do público nos diversos procedimentos me-

recia muita atenção; o Código do Processo Administrativo não regulava o processo de participação de massa; por isso, deveríamos explicitar as formas em que isso poderia ser feito. Essa participação teria de ter carácter prévio às decisões e mesmo à ponderação sobre as decisões, para ser útil. Deveria haver uma discussão mais aprofundada sobre o direito a edificar, começando mesmo por questionar se isso era um direito. Na proposta não se tomava uma posição a esse respeito e este meu convidado achava que ela deveria ser inequívoca, nomeadamente porque isso iria ter influência sobre a maneira de calcular as indemnizações. A acção popular tinha de ser regulada, mas isso poderia remeter-se para legislação complementar. A parte relativa à tipificação dos crimes deveria ser muito cuidada, começando por uma clarificação rigorosa de cada um. A expropriação representava, em todos os casos, a última solução; era preciso que isso ficasse claro na proposta. A parte procedimental da lei seria complicada, porque estávamos a tratar de direitos de particulares e da sua defesa.

Deveria ser dado maior relevo às questões ambientais e ao seu impacto; eles representavam um instrumento típico do ordenamento do território. Tinha de se assegurar que o mercado do solo urbanizado funcionasse; isso implicava que se arredasse qualquer forma de “lotaria”. A Administração Pública neste sector tinha de assegurar um apoio técnico da maior competência; não se poderia confiar a gestão de temas tão sensíveis a agentes impreparados. A questão dos centros históricos deveria merecer um grande relevo; a actuação sobre eles não poderia ser feita “pela negativa”, mas sim “pela positiva”, aproveitando todas as suas potencialidades; não se tratava de uma mera preservação, mas de uma real “mise en valeur”. O combate ao povoamento disperso deveria aparecer de uma forma mais clara e determinada.

Nós enfrentávamos uma tensão, entre os profissionais, que oscilavam entre a adopção de novas práticas e o prolongamento de tendências do passado; era inevitável que isso acontecesse; para o ultrapassar deveriam ser realizados numerosos debates e muitas acções de formação. A questão do desenho urbano não era de somenos importância; tinha mesmo, muito peso e começava por reclamar uma formação extensiva e intensiva. A cultura do planeamento tinha de ser socialmente legitimada; daí a importância que assumia a informação em todos os

passos do processo. Era evidente que a participação representava uma boa ajuda para a comunicação dos planos; ela figurava, abundantemente, no processo; deveríamos valorizá-la sempre. As associações existentes numa determinada sociedade deveriam merecer uma atenção especial nesse esforço de informação; mas a equipa de projecto deveria estar presente para ouvir e para se justificar; só esta obrigação levaria cada equipa a fundamentar melhor as suas propostas.

A componente estratégica dos planos deveria ser mais destacada. A perequação de custos tinha de ser muito cuidada, porque a experiência, em muitos outros lados, não nos deixava tranquilos a esse respeito. Os planos de pormenor poderiam constituir um “buraco” muito difícil de resolver no futuro; por isso não se deveria ser muito rígido quanto aos instrumentos utilizados; a elasticidade continha a chave de um potencial sucesso. Os objectivos fixados para um plano eram sempre encantatórios... Mas revelavam-se sempre conflituosos entre si. O crescimento tinha de ser, simultaneamente, sustentado e sustentável. Em relação aos objectivos, nem sempre era fácil harmonizá-los. Quem é que pagava a urbanização? E de que forma? Eram os dinheiros públicos ou os ocupantes do espaço urbanizado? Esta questão de se saber quem pagava deveria figurar no plano dos princípios, porque isso iria afectar toda a acção. O habitual, quando se falava em dinheiro, era fugir ao tema; mas tornava-se obrigatório ser muito claro a esse respeito. Costumava dizer-se que o disperso era mau e o concentrado era bom; mas ambas as situações tinham as suas virtudes. Era certo que não havia consenso, entre os técnicos, sobre a definição das especificações e das receitas. Este convidado entendia que, em Portugal e naquela altura, deveria pender-se muito mais para o lado do fomento do que para o da “polícia”... Mas a tendência verificava-se estar a ir para o lado do segundo. O País não poderia ser todo coberto por planos de pormenor; por isso, eram importantes os planos de hierarquia superior, embora houvesse, nessa altura e na Europa, quem contestasse a relevância de se definir uma hierarquia de planos. Os loteamentos constituíam um bom instrumento do planeamento, porque permitiam fazer coisas concretas de forma integrada. Era bom que tivéssemos a consciência de que certos Planos Directores Municipais estavam a servir mal as populações a que eles respeitavam, sendo as causas disso muito variáveis. Uma delas resultava de se ter olhado para eles debaixo de um ponto



de vista meramente formal, sem participação, nem discussão, nem definição de objectivos, nem avaliação das suas consequências. Deveria ser dada grande prioridade à elaboração do cadastro. Era costume definir objectivos de obrigações sem falar nos objectivos dos recursos; e, todavia, estes eram indispensáveis. As normas deveriam ser distinguidas entre imperativas e orientadoras; não tinham todas o mesmo valor. A nossa capacidade de previsão estava em perda e o aproveitamento de oportunidades em alta; mas isto poderia conduzir a um caminho discricionário conducente a situações pelo menos indisciplinadas, se não mesmo caóticas. A contratualização deveria ser mais praticada; para isso tinha de haver normas devidamente estabelecidas. Convinha ser modesto em relação às potencialidades do planeamento; não havia nenhum plano “certo”; todos eram variações de uma forma que se impunha otimizar. O projecto de diploma deveria fazer a distinção entre promoção imobiliária e especulação imobiliária; a primeira era desejável e a segunda intolerável. Insistiu muito em que fosse definido quem pagava a urbanização.

Deveria regular-se com maior precisão a colaboração entre as diversas instâncias da Administração, de modo a evitar conflitos e a tornar fluído o desempenho das diversas obrigações por parte de cada sector. Conviria que houvesse, no diploma, um artigo a especificar a legislação que ele revogava. Não se falava nada sobre as áreas de construção clandestina e, todavia, elas eram numerosas, pesando muito em certas aglomerações.

Deveria ser previsto um mecanismo de produção automática de normas supletivas, porque elas iriam ser necessárias, especialmente no campo das ligações a outros sectores, nomeadamente no fiscal. Deveria haver referência à questão das mais-valias. Conviria estabelecer uma distinção muito clara entre instrumentos de política do sector e sistemas de execução. Tornava-se essencial esclarecer o Cidadão comum acerca dos diversos planos que orientavam a sua acção. Era patente que a proposta partia do pressuposto que incumbia sempre à Administração (local, regional, ...) elaborar os planos; e se ela não os fizesse? Como seria ultrapassado o impasse? Os planos tinham de ser bem feitos e, para isso, ajudaria muito conhecer publicamente o nome dos seus autores. Verificava-se, nessa altura, (já o disse noutra lado) que os planos eram frequentemente copiados uns

dos outros (Eu havia-me insurgido contra alguns PDM do Alentejo elaborados em conjunto, por um gabinete técnico de Lisboa e todos com a mesma “lenga-lenga”; por isso eram perfeitamente inúteis; os Autarcas foram alertados para o facto!...). A proposta continha muitas coisas boas, mas deveríamos estar mais bem preparados para as situações de conflito e para a intersecção de numerosos sectores. A hierarquia de planos que estava definida era lógica, mas contribuía muito para a rigidez do sistema. O processo facilitava deixar-se para trás as decisões contraditórias, não lhes dando resposta, o que conduzia ao encaminhamento das decisões para os tribunais que não estavam devidamente preparados para dar tratamento homogéneo às questões. E a aleatoriedade das decisões era sempre muito negativa. Os objectivos a alcançar eram facilmente consensuais; mas, sem dispor de mecanismos de articulação e de participação, os instrumentos de actuação facilmente conduziam a situações de conflito. Ora a harmonização revelava-se sempre difícil. As relações entre o ordenamento do território e o ambiente eram, correntemente, estabelecidas “à posteriori” por via das avaliações de impacto ambiental; ora seria bom que essa avaliação fosse feita “par e passo”, no quadro do próprio processo de planeamento. Os planos de pormenor poderiam representar um instrumento precioso, desde que fossem elaborados com a participação das populações e dos promotores e, ainda, num contexto de realização imediata. Nessas circunstâncias eles captariam muitas oportunidades de desenvolvimento. Deveria procurar reabilitar-se a figura do loteamento, porque, em muitos casos, ele havia sido bem feito; além do mais, um plano de pormenor poderia coincidir com um loteamento, consoante a entidade que o promovesse. A figura da associação entre agentes privados e públicos deveria ser mais explorada. Deveria, aliás, no próprio preâmbulo, fazer-se referência a um espírito novo de colaboração que conviria existir entre as autoridades e os particulares; as obras, afinal, eram de todos. Na opinião pública não se havia dado a valorização suficiente aos PDM; eles significaram um passo enorme, em todo o processo de planeamento. A proposta de lei em discussão estratificava as funções e não acomodava suficientemente a inovação e o imprevisto; deveria dar-se lugar à contratualização entre proprietários e entre proprietários e as autoridades. O espírito de colaboração deveria surgir como praticável e desejável; tinha de se prever a possibilidade de celebrar

acordos tanto em relação à aferição de custos como à sua distribuição. Deveriam, obviamente, ser enunciados princípios mantendo o cuidado de os compatibilizar com o Código do Procedimento Administrativo. Este participante insistiu nos princípios de coordenação, da compatibilização da proporção e da participação. Esta última deveria ter lugar logo na fase da formação do próprio plano; ele admitia a hipótese de, nos planos de pormenor, haver duas alternativas à escolha, recaindo esta, naturalmente, na que fosse mais bem-fundamentada; tanto os proprietários como as autoridades deveriam ter a possibilidade de apresentar propostas alternativas. Achava que se deveria prever, no diploma, a possibilidade de fazer concessões. Conviria fazer um esforço no sentido de simplificar e homogeneizar a terminologia; a multiplicidade dos termos aplicados prejudicava a clareza do diploma; a linguagem não poderia ser diferente da usada, por exemplo, no Código de Expropriações; mas havia outros diplomas relativos ao sector, todos eles devendo aplicar os mesmos termos para designar os mesmos conceitos, não introduzindo neologismos só para se ser diferente. Deveriam ser retomadas muitas designações já consagradas como, por exemplo, as de perímetro urbano e de zonas de expansão. Havia conceitos que mereciam longa discussão como era o caso do direito de propriedade e do direito de construir: quando se estava a solicitar a aprovação de um loteamento, exercia-se o direito de urbanizar ou o direito de construir? Um outro convidado não estava de acordo com esta formulação, sinal de que o tema merecia ser aprofundado. Havia outras distinções a esclarecer: por exemplo, entre quem tinha licença para construir e quem dispunha de um alvará de licença. Num outro artigo do diploma, tal como ele estava formulado, havia uma mistura entre o direito de informação e o direito a obter informações. Em relação à tomada de iniciativas, propunha-se a unanimidade dos proponentes; isso era considerado como paralisante, devendo bastar a maioria qualificada de dois terços da área e de 51% dos proprietários, por exemplo. Um dos participantes preferia que se usasse a designação “benefícios” em vez de “mais-valias”, por estar esta expressão muito marcada.

O reparcelamento poderia servir para resolver muitos problemas grandes e pequenos. Deveria ser, por isso, utilizado como instrumento usado na sequência de um processo de emparcelamento que fosse feito para “re-arrumação” de terrenos. Os centros históricos deveriam merecer uma atenção especial, nomeadamente

no que tocava à indústria hoteleira e similares e a indústrias artesanais que fossem compatíveis com a localização.

A “intrusão visual” representava um domínio muito complicado por ser subjetivo e haver um grande receio em relação aos “juízes”. A melhor forma de a abordar seria referi-la, em termos gerais e remeter as decisões para os planos concretos. Já dispúnhamos de instrumentos técnicos que nos facultavam meios para tornar razoavelmente objectivas as decisões.

A ocupação da orla costeira merecia uma orientação; não seriam tolerados acessos paralelos ao litoral, devendo privilegiar-se as ligações ou as “cunhas” perpendiculares à linha da costa. A regra não deveria, contudo, ser obrigatória nem nas áreas metropolitanas nem nas costas alcantiladas; havia situações variadas que mereciam ser apreciadas cada uma de “per si”.

A constituição das zonas ditas “clandestinas” deveria ser objecto de uma grande análise.

Dever-se-ia atender ao facto de não dispormos, em quantidade suficiente, de técnicos devidamente preparados. Muitas normas teriam de possuir um manifesto carácter pedagógico, porque quem as iria aplicar tinha formações relativamente elementares. Era importante referir o risco sísmico, por ele afectar uma grande parte do país, mas seria inexecutável a produção de cartas contendo uma graduação do mesmo por isso ter repercussões enormes sobre o valor dos terrenos e elas não serem suficientemente precisas. Deveria, contudo, mencionar-se a questão, por ela constituir, de facto, um risco a que tinha de se atender, pelo menos no que respeitava à parte estrutural dos edifícios.

A análise da proposta do diploma ocupou-nos com utilidade, durante todo o dia. Eu ficava sempre muito reconhecido aos meus convidados, porque eram todos profissionais distintos e muito ocupados que retiravam um dia inteiro às suas ocupações para virem ajudar a melhorar o quadro legal em que haveríamos de viver. Eu sabia que isso os afectaria, em primeira mão. Mas, mesmo assim, tinham estudado os documentos que eu lhes havia enviado e não regateavam esforços para ajudar a melhorá-los.

Ocupei-me longamente do tema e, mesmo assim, não reflecti tudo quanto foi dito. Mas fi-lo, porque, ainda hoje (2017) tudo o que dissemos é relevante, não tendo

encontrado respostas definitivas, dado que estas não existem. O quadro legal da ocupação do solo tem que estar sob observação contínua, porque há novos desafios a aparecer continuamente, tendo de se procurar respostas muito ajustadas ao tempo em que eles surgirem.

\*

Já me referi algumas vezes, à disponibilidade dos Portugueses, eleitos e funcionários, para integrarem missões aos trópicos. A cooperação com África é sempre muito bem acolhida. Também já me referi à energia e imaginação inesgotáveis do Dr. César Vila-Franca, ao tempo Presidente da Câmara Municipal de Castelo-Branco. Veio ver-me em 18 de Julho, pois tinha estado em Angola e vinha cheio de ideias: Queria promover a geminação de Castelo-Branco com Huambo! Pretendia assinar a realização de um grande congresso sobre a cooperação com os PALOP na sua cidade. Propunha que fosse autorizado às Autarquias Locais concederem bolsas de estudo para angolanos que viessem estagiar nas Câmaras, preparando-se para a instalação do Poder Local Democrático no seu país (Curiosamente, vem no jornal de hoje – 17 de Outubro de 2017, 22 anos depois... – a notícia de que o novo Presidente de Angola, João Lourenço, prometeu ontem a concretização do mesmo, ao longo do seu mandato...). Ele estava, realmente, eufórico ao apresentar tantas iniciativas. Não seria possível, naturalmente, atender a todas elas.

\*

Em 19 de Julho tratei com o Secretário de Estado de um tema pouco popular: a fixação de um tecto para o endividamento das Autarquias. Ele não existia e isso causava algumas vezes embaraços desnecessários. Na ânsia de fazer muito, um ou outro endividava-se de mais...

Ligada com o tema estava a fixação de regras para definição de receitas das Autarquias. Em rigor, ela não deveria existir, porque isso dependeria da carga de taxas que as instâncias locais quisessem impor e a fixação de um tal tecto poderia ser considerada como uma intromissão na autonomia do Poder Local. Sucedia, porém, que havia alguns Autarcas que faziam estimativas de receitas completamente irrealistas para poderem estabelecer regras de cabimento das despesas

folgadas que não tinham qualquer sustentação nem viabilidade. Pedi-lhe para se começar a pensar num sistema que chamasse os responsáveis à realidade, nomeadamente pela via da fixação de um acréscimo realista das receitas, baseado nas contas de gerência dos anos transactos. Surgiu, entretanto, uma dificuldade: ainda não estavam disponíveis aquelas contas para o ano de 1994. De qualquer forma, era possível traçar o percurso da evolução das receitas numa série temporal que englobasse os dez anos anteriores.

O que me repugnava era assentarmos a gestão financeira das Autarquias em ficções manobráveis por alguns “desembaraçados” que empurravam as dificuldades para a frente, para eles próprios ou para os adversários políticos.

\*

Em 26 de Julho tive uma reunião com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro. Um dos sectores que nos vinha ocupando, há muito tempo, era o do tratamento dos resíduos sólidos. A tendência para recorrer a soluções caras mostrava-se frequente. Por isso, solicitei que fosse feito um estudo acerca da melhor solução para todos os Concelhos da Região; ele foi realizado pela própria Universidade de Coimbra. A resposta foi incontroversa: deve ser adoptada a solução do aterro sanitário. Pedi, ainda, que se fizesse um esforço para conseguir que houvesse respostas multi-municipais; uns três ou quatro aterros, no litoral, deveriam ser suficientes. A minha preocupação com a escala estava, naturalmente, ligada à eficiência da operação; quanto maior fosse o aterro mais competente era natural que fosse a sua exploração. No Interior havia Associações de Municípios mais unidas e, por isso, a modalidade intermunicipal seria mais facilmente adoptada. O somatório dos custos é que se revelava complicado: seguramente, mais de nove milhões de contos!

\*

Havia uma Câmara Municipal em que muitos vereadores faltavam sistematicamente às sessões. A lei não permitia a dissolução do órgão, porque os faltosos apresentavam sempre atestado médico. Mas a razão verdadeira, era um desentendimento profundo com o Presidente, a quem acusavam de ser um autocrata-

ta... Este não ligava muito, porque tinha a certeza de ganhar as eleições de novo se a Câmara fosse dissolvida!... Pedi ao Secretário de Estado para reunir com o Governador Civil e com a Inspeção-geral com vista à procura de um solução que teria de passar pela persuasão dos próprios vereadores para comparecerem nas reuniões... Porque eu não podia mandar prender os médicos que passavam os atestados falsos...

\*

Em 21 de Setembro iria haver, no Conselho de Ministros, a homologação de bastantes PDM. Estávamos em final de mandato e eu entendia que deveríamos deixar o assunto o mais avançado possível, precisamente por ter sido eu o responsável por tanta obstinação em realizá-los. Por isso, na véspera, tive uma longa reunião para fixar os que seriam homologados sem reservas e aqueles em que haveria partes não aprovadas. Eu tinha pedido para se fazer um esforço para ultrapassar o maior número de dificuldades possível. Mesmo assim, subsistiam lacunas que eram as de sempre: em certos Concelhos havia partes da REN e da RAN que ainda não estavam fixadas; subsistiam perímetros de zonas urbanizáveis amplas de mais, que nós pretendíamos reduzir e as Câmaras aumentar; a ampliação de construções erguidas na REN deveria ser contrariada, mas havia propostas para a autorizar, etc. Existiam propostas para construir campos de golf e marinas que reclamavam um longo processo de análise e aprovação por vários departamentos e que, por isso, só conviria aprovar de modo condicionado...

Assim, preparámos um grande lote de propostas que foram homologadas antes do XII.<sup>o</sup> Governo terminar funções. Mas, apesar do esforço deliberado para os aprovar nesse Conselho, ainda houve retoques a fazer a alguns deles e outros que foram completados depois.





## CAPÍTULO XXX

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL,  
NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

Em 8 de Setembro minutei uma carta para o Ministro das Finanças, lembrando que era preciso prever a inscrição de 300.000 contos no Capítulo 60 do Orçamento do Estado, para se poder constituir a empresa do Alqueva que, nessa ocasião, ainda não se chamava EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA). Ao mesmo tempo, mandei outra à Ministra do Ambiente, no sentido de serem fixados os termos de referência do estudo de impacto ambiental da barragem que, tal como já estava combinado, seria pago pela Comissão Europeia, a qual também deveria explicitar o que queria que ele contivesse para não se chegar a meio do percurso e ter de se voltar para trás, reformulando-o.

\*

Em 13 de Setembro tratei, com o meu Colega da Indústria, do novo programa de apoio à Indústria, mais conhecido por PEDIP II. O primeiro havia representado um sucesso e nós tínhamos feito saber em Bruxelas que gostaríamos de repetir a receita. Tomámos a decisão de reconduzir o órgão de gestão anterior, cuja dedicação e competência eram generalizadamente reconhecidas.

Mas havia que fazer alguma coisa para animar as zonas mais desfavorecidas que, sem apoio especificamente orientado para elas, nunca mais conseguiriam vencer o fosso que as separava das mais desenvolvidas; eram os programas de intervenção regional que estavam em causa; deveriam continuar, mas teria de se assegurar maior articulação entre as instâncias regionais (CCR) e a instância sectorial (IAPMEI); o segredo do sucesso deste tipo de operação operações passa sempre por uma coordenação muito eficaz.

\*

Em meados de Setembro continuávamos a aperfeiçoar as Grandes Opções do Plano por causa das variáveis macro-económicas que não nos davam grande descanso, especialmente a evolução do PIB. As projecções vindas de vários lados eram diferentes e o modelo do DCP dava indicações diferentes das dos outros.

O crescimento da Europa teria, obviamente, uma grande influência na pequena economia aberta que era a portuguesa. Por isso, eu não pude deixar de dar atenção à opinião do Secretário de Estado da Economia da Renânia do Norte-Vestfália, o qual me havia dito que não esperava que a recuperação da Alemanha (reunificada) tivesse lugar antes de 1995. O grande problema estava na ausência de resposta para os 20 milhões de desempregados que as duas Alemanhas reunificadas tinham!

Esperávamos confirmar um crescimento de 1,2 % do PIB da Europa que seria consistente com o nosso 1,5%. Mas tudo estava rodeado de interrogações. O novo fundo EFTA ainda não estava ratificado, em termos processuais, embora os seus montantes por país já estivessem fixados. Apesar disso, o BEI já tinha mandato para actuar, o que era muito importante para nós, porque estávamos a contar com o dinheiro, especialmente para intervir sobre o sector da Habitação. Nessa data, estimávamos vir a dispor de 15 milhões de contos por ano para empréstimos durante 5 anos. Haveria uma bonificação de 2% mais um subsídio a fundo perdido de cerca de 4,3 milhões de contos (24 MECU) por ano. A nossa intenção era aplicar todo o subsídio em bonificações para tornar atraente o investimento na construção e reabilitação de habitações; todavia, os países da EFTA não estavam de acordo com essa concentração; queriam dar mais visibilidade ao seu dinheiro!... Por isso decidimos aumentar o RECRUA, destinado à reabilitação urbana em Lisboa e Porto. O BEI estava de acordo, mas queria concentrar as ajudas somente nas zonas históricas. Por sua vez, como víamos os países da EFTA a quererem diversificar, sugerimos o investimento na rede de gás natural e nos transportes urbanos para reduzir a poluição. Mas eles não aceitaram. Os parlamentos dos países da EFTA, os doadores, haviam recomendado ao BEI que as aplicações fossem muito visíveis e toda a operação muito transparente; queriam saber para onde iria o dinheiro dos seus contribuintes, o que nós achávamos muito bem. Haveria que tomar decisões rapidamente, porque viria uma missão do BEI daí a um mês e

o Ministério das Finanças estava a demorar a pronunciar-se sobre a cobertura do risco de câmbio, o que era, nessa altura, fundamental para nós.

\*

No dia 30 de Setembro fui ao Conselho Económico e Social para prosseguir com a análise das Grandes Opções do Plano, tendo em vista a elaboração do parecer que o Conselho deveria produzir. Intervieram o Dr. Agostinho Roseta (UGT), o Presidente da Câmara da Nazaré, o Eng. Nuno Duarte (CCP), o Sr. Carlos Mamede (CGT-P), o Eng. Nogueira Simões (CIP), o Dr. Paulo Barros-Vale (ANJE) e o Eng. Belo Pinheiro, alguns deles mais de uma vez. Recomendaram:

i) maior pormenorização do quadro macro-económico; ii) que o relatório do ambiente e ordenamento do território acompanhasse a proposta para ser apreciado em conjunto; iii) informação pormenorizada acerca dos gastos públicos; iv) não ser tão optimista em relação ao valor estimado para a Formação Bruta de Capital Fixo; v) actuar com maior determinação nas decisões sobre falências (havia, nessa altura, cerca de 1.000 empresas à espera de ser declarada a sua falência); vi) mais informação sobre política monetária; grande controlo sobre a inflação e promoção do investimento estrangeiro.

Como se pode ver, algumas coisas respeitavam às GOP, mas outras eram de política geral e não tinham de ser especificadas naquele documento. Eu teria apreciado maior focagem das observações no que estava ser discutido.

\*

No dia 12 de Outubro soube que as reuniões, em Bruxelas, sobre o novo Quadro Comunitário de Apoio estavam a correr bem. Havia-se ultrapassado, com sucesso, a primeira fase da discussão. Em Lisboa, o parecer positivo do Conselho Económico e Social sobre as Grandes Opções do Plano havia merecido 15 votos a favor, 11 abstenções (como era da praxe os 7 representantes do Governo abstiveram-se; as outras 4 abstenções eram da CGTP) e nenhum voto contra. Estávamos, assim, em condições de as discutir no Parlamento como iria acontecer já nessa semana.

\*

No dia 18 de Outubro trabalhei com o Dr. Adérito Serrão sobre o empreendimento do Alqueva. Era urgente a renegociação do convénio das águas com os Espanhóis. A DG XI, em Bruxelas, tinha aceite os termos de referência que havíamos preparado para a elaboração do estudo de impacto ambiental; não era, ainda, o estudo; eram, unicamente, os termos de referência para a sua feitura. O responsável pelo Fundo de Coesão havia sido sondado em relação ao financiamento da barragem e não tinha reagido mal. Deveríamos insistir no risco de desertificação que era um facto; a própria Comissão havia elaborado um estudo acerca da desertificação em certas partes da Europa e da necessidade de a suster; seria conveniente, por isso, sublinhar esse aspecto. Não era natural que tivéssemos o acordo da Comissão para avançar antes de Junho de 1994; deveríamos, entretanto, ir insistindo para não haver deslizamentos do calendário. A EDP olhava a construção da barragem (barragens) com grande interesse; o seu Director-geral de Obras Hidráulicas havia reconhecido valia ao empreendimento; mas tinha, obviamente que se quantificar essa valia; as negociações com a EDP continuavam; ela própria, por sua conta e risco, queria mesmo construir uns pequenos lanços de estradas para ir preparando a construção; recomendei que tudo isso fosse formalizado por escrito, tendo em vista o refinanciamento do que fosse fisicamente realizado. Havia que passar a escrito as orientações já faladas tantas vezes relativamente à construção da nova Aldeia da Luz; importava, nomeadamente, impedir beneficiações exageradas; o que havia sido combinado era uma nova aldeia em tudo semelhante à antiga; conviria contratar um jurista experiente para fixar todas as condições das operações fundiárias. O ordenamento das margens merecia-nos atenção; havia a má experiência do Castelo de Bode que se impunha evitar; por isso, queríamos que fosse elaborado um estudo de ordenamento das margens que, simultaneamente, fixasse as condições de transacção dos terrenos das margens; dever-se-ia começar com medidas preventivas, mas o estudo tinha de desembocar num PROT, com força legal. Ele tinha feito uma visita ao Director-regional da Agricultura por causa do associativismo agrícola que havia de fomentar; ficou-me na memória o nome da “Herdade da Julioa”... Recomendei-lhe que contactasse o Prof. Santos Pereira, do Instituto Superior de Agronomia, sobre os novos métodos de rega; quando hoje (2016) se vê o que lá está, constatamos que

a área representa um mostruário das mais modernas técnicas aplicadas a cada tipo de produção. As expropriações estavam a atingir um peso demasiado para as previsões que havíamos feito; eram cento e tal proprietários em Espanha e mais de mil do lado português!... Seria muito conveniente transferir a operação para a EDP, ou uma sua unidade, porque tinha uma vasta experiência desse tipo de operações que implicavam algumas negociações e muita conversa... Eu lembrava-me do modo como as coisas haviam decorrido no Alto-Lindoso, onde a experiência e o “savoir-faire” do meu amigo Armando Paupério tinham sido determinantes do sucesso. Afinal, o açude que a EDP pretendia construir para proceder ao retorno da água já não seria em Brinços, mas em Pedrogão. A rede viária teria de ser redesenhada toda de novo; a responsabilidade seria, naturalmente, da Junta Autónoma das Estradas, mas eu insistia em que a operação fosse feita em parceria com os Autarcas; dei instruções nesse sentido ao Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo e acabei por participar, em Évora, numa sessão em que foram estabelecidas algumas orientações posteriormente acolhidas pela JAE. Sabíamos que, em Bruxelas, havia quem estivesse muito preocupado com o modelo institucional de toda a operação; por isso tínhamos a assessoria de um jurista de excepção, o Dr. Robin de Andrade. Conviria dispor de um Conselho Consultivo para a empresa do Alqueva; trocámos impressões sobre as entidades a convidar. Como se pode ver, o processo avançava com desafios novos todos os dias, mas também com soluções praticáveis para todos eles.

\*

Em Borba foi construído o CEVALOR com a preocupação de valorizar o sector das rochas ornamentais, desde a sua exportação até à formação profissional dos seus técnicos. Mas, na zona dos mármore, tinha sido conduzida uma exploração que, em muitos locais, deixava muito a desejar em termos ambientais. “Esgravatava-se” e retirava-se o bom, deixando à volta tudo “desarrumado”... Muito português!... Tinha-se conseguido uma verba no PIDDAC para começar a reabilitar toda a zona. Mas, como o arranque daquele Centro estava a deparar-se com algumas dificuldades financeiras, tive a sugestão para orientar aquela verba para apoiar a instituição. Opus-me com determinação! Se os empresários do sector não se em-

penhavam na condução do Centro era porque não viam nele interesse de maior e, então, o melhor seria acabar com ele... Mas não era disso que se tratava. Viam no Centro até muita utilidade... mas se viesse algum dinheirito suplementar, es-cusariam eles de o desembolsar... tentar não custa! Eu acho que custa muito, em termos de reputação.

\*

O sector do Turismo merecia-nos a maior atenção pelo contributo que dava para as nossas exportações. Lamentávamos que a oferta estivesse tão concentrada no produto “sol e praia” mas, nessa ocasião, ainda não havia diversificação. Esta, juntamente com a qualidade eram as nossas apostas. Para fazer uma avaliação da situação reuni-me, em 26 de Outubro, com o Ministro do Comércio e Turismo e com os Secretários de Estado do Planeamento, da Administração Local e do Turismo.

O sector não iria fazer grandes alterações ao SIFIT, mas queria concentrar-se na modernização das unidades existentes, em novas unidades da gama alta e na animação. Esta última justificava a realização de um Festival das Nações com a escolha de um novo país todos os anos e com o fomento do turismo cultural. Havia um novo projecto para Vilamoura, considerado como muito bom, porque, além de uma segunda marina, comportava o maior complexo de golf da Europa e um outro complexo de ténis. O plano, elaborado 30 anos antes, era considerado como ultrapassado, mas tinha o problema adicional de estar aprovado e em vigor. Era preciso estimular a criação de uma estrutura que fosse utilizada durante todo o ano e não só no Verão. O projecto que havia sido apresentado era muito atraente: um investimento de 40 milhões de contos em 5 anos. Havia, como sempre, o problema da construção em terrenos pertencentes à Reserva Agrícola Nacional (RAN); talvez se pudesse abrir uma excepção para construções de apoio ao golf, mas somente depois do promotor construir todas as infra-estruturas que se propunha realizar (estradas e, especialmente, saneamento básico).

A bacia do Douro e a Serra da Estrela também eram localizações interessantes para promover um turismo diferente. Mas, na primeira, “só” havia 14 entidades diferentes a intervir; ofereci os préstimos das Comissões de Coordenação Regional que poderiam fazer um bom serviço, articulando todas as outras. Havia, no

Porto quem pensasse que esta actuação prevista para o Douro equilibraria especialmente espacialmente os efeitos positivos da EXPO'98 em Lisboa. Mas era previsto envolver os empresários do Norte até porque o investimento seria muito parcelado e disperso. Talvez não fosse mau pensar em designar alguém como Comissário para coordenar toda a operação; a ideia não foi avante.

Em Viseu queria dar-se muita importância ao vinho do Dão, ajudando a reabilitar um antigo solar que albergava a Comissão de Viticultura, mas estava a carecer muito de obras. Elas foram feitas, o equipamento é de grande qualidade e tanto os vinhedos do Dão começaram a ser recuperados como o guarnecimento de toda a região com enólogos competentes a ser feito; os resultados aparecem agora (2016)... vinte anos depois... O tempo é uma variável terrível!... O solar do Dão havia concorrido ao SIFIT e, de acordo com as regras, teria um subsídio a fundo perdido de 40%. Tudo foi feito e eles conseguiram a contrapartida nacional.

A diversificação do sector do Turismo reclamava imaginação e o envolvimento de numerosos agentes com competências muito variadas.

\*

Em fins de Outubro de 1993, estava a terminar o “primeiro round” das conversas com os técnicos da Comissão a respeito do nosso II Quadro Comunitário de Apoio. Tendo realizado uma análise qualitativa do conteúdo do PDR era preciso agora começar a discutir “números” a atribuir a cada componente. Nessa altura iríamos enviar 16 programas operacionais, também sem o quadro financeiro nem o figurino institucional de coordenação a que eles atribuían sempre muita importância. O mandato da Comissão para negociar o QCA só nessa ocasião é que havia começado a ser escrito. Nós estávamos a “forçar” o início da negociação, porque isso nos interessava, nomeadamente para não os deixar cortar onde menos nos interessava que isso acontecesse. Havia uma questão que ainda não estava fixada: a parte agrícola dos programas das Regiões Autónomas constava destes ou fazia parte do programa próprio do sector da Agricultura? Para mim fazia mais sentido a primeira alternativa, porque eles eram, essencialmente, programas integrados, não fazendo grande sentido que um capítulo importante fosse subtraído do conjunto e, portanto, da sua apreciação global. Em relação ao financiamento do Alqueva fizeram-nos saber que

era indispensável um estudo conjunto com os Espanhóis; ora, nós sabíamos que estes não queriam nada fazê-lo. Era importante ir avançando, sem chamar muito a atenção e celebrar o novo convénio das águas com os nossos vizinhos, porque isso é que era verdadeiramente indispensável. A execução da nova central de tratamento de resíduos sólidos da LIPOR, na Maia, havia sido ganha, em concurso, pela Générale des Eaux; estávamos em posição de lançar a sua construção. Apercebemo-nos de que havia ainda muita indefinição do lado da Comissão. Portugal estava a funcionar como uma espécie de “lebre”; corria à frente e antecipava os pontos sobre os quais era preciso que eles tomassem decisões. Isso não nos desagradava. O que não queríamos era ser penalizados por qualquer decisão menos reflectida que qualquer funcionário entendesse formular.

Ao reler estas minhas notas não posso deixar de ficar surpreendido pela facilidade com que os funcionários da Comissão punham condições para isto e para aquilo. Era evidente que o Comissário não sabia de nada e eu tinha de fingir que também não me apercebia do teor das suas exigências. Tudo isto se passava ao nível do director de serviços para baixo... Há qualquer coisa que não me parece bem! Faziam isto com Portugal ou também ensaiavam o mesmo com Espanha? Já o disse e repito-o: há muita irritação “soft” com a Comissão causada por funcionários que, efectivamente, exorbitam das suas competências.

\*

No dia 30 de Outubro houve, em Vilamoura, um congresso sobre “Regiões fronteiriças – Linhas de separação europeias ou pontos de encontro?” –, organizado pela Associação das Regiões Fronteiriças da Europa (ARFE). O discurso que elaborei está publicado (Discursos VIII); por isso não o reproduzo.

Estiveram presentes, entre outros, o Comissário Bruce Millan e o Ministro da Economia da Alemanha, com quem eu aproveitei para tratar de “assuntos bilaterais”. O Comissário Millan insistiu na importância crescente da prática da avaliação “ex-ante”, do acompanhamento (monitoring) e da avaliação “ex-post”. Deveria haver flexibilidade na cooperação transfronteiriça; se, de um lado da fronteira, houvesse uma região do Objectivo 1, do outro lado deveria dar-se a oportunidade para ser apresentada uma candidatura em termos semelhantes. As iniciativas





FIG. Assinatura do II.º Quadro Comunitário de Apoio, pelo Comissário Bruce Millan (Centro Cultural de Belém).

comunitárias tinham, como propósito maior, resolver casos especiais como os transfronteiriços. Já havia sido criado o respectivo comité, esperando-se que reunisse muito em breve. O “Green Paper” que a Comissão havia tomado a iniciativa de mandar elaborar tinha tido mais de 500 representações de variados países; aconselhou a que o lêssemos, porque havia sugestões interessantes. As iniciativas comunitárias a que ele dava mais importância eram: i) o Interreg; ii) o Programa para as áreas rurais; iii) o Programa para as mutações industriais; iv) o Programa para as regiões ultra-periféricas; v) o Programa para o Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos e o vi) Programa sobre os assuntos urbanos. Mas sob o título do INTERREG havia uma larga gama de medidas.

Insistiu na quantificação de tudo o que pudesse ser quantificado. Deveríamos articular o plano, com os programas e estes com os projectos. Esperava muito dos projectos transfronteiriços que desenvolvessem sinergias dos dois lados. Recomendava que as propostas não fossem somente listas de projectos a levar a efeito em cada lado da fronteira. A parte dos procedimentos exigidos, estaria concluída antes do fim do ano.

\*

Em 3 de Novembro fui à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano para responder a perguntas sobre o projecto de Orçamento para 1994, o PIDDAC 94 e o estado em que estavam os programas comunitários. As propostas sobre os dois primeiros já os Deputados as tinham. Em relação ao terceiro ponto comecei por dar informações acerca dos projectos já aprovados no Fundo de Coesão. A seguir, entrevistaram, os Deputados Octávio Teixeira, Ferro Rodrigues, Manuel Azevedo, Rogério Martins, Nogueira de Brito e Torres Marques. Comigo estava a Secretária de Estado.

Um dos Deputados queria que eu certificasse que não havia alterações estratégicas relativamente ao PDR (Plano de Desenvolvimento Regional); algo que eu confirmei. Em relação ao PIDDAC, a nova forma de inscrição orçamental introduzia alterações que não permitiam ver a evolução e fazer comparações. Queria meios para proceder a essas comparações, mas não precisava de ser ministério a ministério. Não estava isolada a parte do PIDDAC com compensação de receita. Recomendai que

visse um documento do DCP que permitia fazer a análise comparativa. Mas eles estavam particularmente interessados no que se passava no Ministério da Agricultura. O FEF não havia crescido; era importante compará-lo com a evolução do IVA. O aumento do investimento público fazia-se ou não? Os diversos quadros do PIDDAC foram analisados linha a linha! Era preciso comparar as verbas, caso a caso. Parecia a um Deputado que não havia nenhum esforço adicional do PIDDAC! Havia e expressivo! A comparticipação dos fundos comunitários para as Regiões Autónomas seria de 80% ou de 90%; deveria ser a máxima! A macrocefalia das Áreas Metropolitanas não deixava respirar o resto do país; era importante contrariá-la, levando novas actividades para fora delas. Parecia, a um Deputado, anómala a filosofia que estava por detrás da realização da EXPO'98; poderia eu esclarecê-lo? Com gosto o fiz. O capítulo 50 incluía ou não as contribuições comunitárias?

A Secretária de Estado distinguiu a questão política da questão contabilística. Referiu-se à transparência, visibilidade e controlo que havia que assegurar. Esclareceu como é que se poderiam fazer as comparações que tanto lhes interessavam.

\*

Nos dias 12 e 13 de Novembro de 1993, houve, em Liège, uma reunião informal dos Ministros encarregados das políticas regionais e do ordenamento do território. Há muito tempo que havia a intenção de constituir um Conselho de Ministros formal para estas áreas; os Ministros do sul da União apoiavam a ideia; o Reino Unido não era muito a favor... e a verdade é que já existia um número de Conselhos que davam trabalho a coordenar.

O anfitrião era o Ministro Guy Spitaels, um político socialista belga com larga experiência. Começou pela afirmação de que era necessário existir uma política regional na União; havia muitas disparidades de desenvolvimento e era preciso actuar deliberadamente no sentido de as atenuar. Foi, mesmo, ao ponto de dizer que esses desequilíbrios se mantinham impressionantes e que era necessária uma política regional vigorosa. Apercebiam-se algumas reduções das assimetrias vigentes, mas as consequências não se faziam à mesma velocidade para todos. Deveríamos analisar os regulamentos dos fundos e revê-los, após uma avaliação sistemática. Um terço do orçamento comunitário era destinado aos fundos

estruturais, sendo o FEOGA o que mais absorvia (especialmente na sua secção “garantia”). Não só se deveria fazer uma avaliação do impacto de cada um deles como se teria de procurar a coerência das diversas políticas (ambiente, ajudas públicas, etc.). Era preciso apreciar as consequências da aplicação do acordo de Maastricht; lembrou a frase do Presidente Mitterrand que havia dito que o Tratado “magnifiait le rôle des régions”.

As regiões não podiam participar no processo legislativo europeu, mas havia, desde há pouco, o Comité das Regiões e era preciso extrair dele todas as suas virtualidades. Além disso, os encontros informais como aquele que estávamos a ter eram muito favoráveis a uma reflexão aprofundada, porque estes representavam, essencialmente, debates políticos; caso não nos deixássemos enlear em “technicalities”.

O Comissário Bruce Millan saudou a realização deste “conselho informal” que era o primeiro sobre a matéria (Na realidade tinha havido já uma coisa parecida em Nantes, há alguns anos atrás). Entendia a política regional como a expressão da solidariedade comunitária. Quadrava bem o nosso encontro com o Tratado de Maastricht que havia enfatizado a importância da coesão económica e social e explicitado a componente regional da nossa acção; por isso, o momento da nossa reunião era particularmente oportuno. Estávamos prestes a encerrar o primeiro QCA. 43% do orçamento comunitário havia sido absorvido pela Política Agrícola comum e 33% pelos fundos estruturais. A avaliação em que o presidente tinha insistido só poderia dar indicações sólidas a longo-prazo. Teríamos de produzir alguns regulamentos adaptados às novas circunstâncias. Em relação ao QCA corrente iria haver uma reprogramação, de modo a que, em Dezembro, ficassem fechados todos os compromissos (100%).

As coisas haviam corrido melhor em relação ao Objectivo 1. No Quadro seguinte, teríamos a cooperação com o Parlamento que ele estimava viesse a ser útil; além disso, haviam sido mantidos os princípios de parceria, da adicionalidade e da concentração. Era, contudo, sua intenção promover a simplificação dos regulamentos; lembrou, no entanto, que haviam sido muitos os que tinham querido complicá-los... Sublinhou a importância de três novas obrigações em que insistiria: a preservação do ambiente, a avaliação “ex-ante” e a adicionalidade.

Em relação às iniciativas comunitárias tinha sido elaborado um “green paper” que havia recebido mais de quinhentas contribuições. Gostaria de que houvesse maior convergência entre os fundos; olhava com simpatia para os programas integrados que articulassem componentes, por exemplo, do FEDER, do FSE e do FEOGA, com a possibilidade de “transvases” entre eles – o importante era o carácter integrado da acção, por haver a convicção de que era mais eficaz (Há muito que nós, em Portugal, praticávamos este tipo de acção).

Falámos todos, naturalmente e com empenhamento. Farei um resumo das recomendações:

A política regional deveria ser mais do que uma simples distribuição de fundos. Seria bom aplicarmo-nos a definir um novo indicador de pobreza. As infra-estruturas eram muito importantes para as regiões mais pobres; mas era preciso acabar com a ideia de que todas as regiões iriam ter o mesmo rendimento, porque isso não seria possível. A política regional europeia não poderia confinar-se à atenuação das assimetrias; deveria contribuir para o ordenamento do território. Por outro lado, ela não deveria ser o somatório de doze políticas regionais nacionais; tinha de possuir características próprias e corresponder a uma política concertada com os Estados-membros. As iniciativas comunitárias poderiam ser boas se fossem flexíveis. Era preciso atender também às zonas urbanas e concentrar nelas a acção, porque eram elas que estruturavam o território. Havia países (como a Dinamarca e o Luxemburgo) que não tinham nenhuma região do Objectivo 1; isso era um bom sinal, mas eles entendiam que precisavam de ser compensados de outra forma qualquer.

O Comissário Millan informou que os países escandinavos e a Áustria estavam particularmente interessados na política regional. Queriam conciliar a que tinham com a comunitária; o caso das regiões escassamente povoadas punha problemas específicos.

Alguns pronunciaram-se acerca da queda da produção agrícola e da duração impropriedade da recessão que, então, atravessávamos. O sector dos serviços não era capaz de absorver os choques causados pelo desemprego e o colapso da indústria era mais do que um declínio; era preciso atender ao crescimento industrial e ao emprego industrial que eram fundamentais. Estávamos to-

dos de acordo em relação à importância da avaliação “ex-ante” e “ex-post” e do acompanhamento (“monitoring”). O mercado do trabalho deveria funcionar eficientemente; a definição de objectivos teria de ser feita de modo objectivo e os procedimentos administrativos simplificados, em linha com a aplicação do princípio da subsidiariedade. Alguns (Irlanda e Grécia) defendiam a criação de um “INTERREG marítimo”... Eram ilhas ou quase...

O Comissário Millan insistiu particularmente em que olhássemos para o investimento produtivo, para as PME e para a formação profissional. Prometeu reduzir os tempos de apreciação das candidaturas ao mínimo necessário; mas insistiu que elas fossem bem instruídas, com a informação considerada como necessária para a devida apreciação.

A experiência adquirida levava a insistir em: i) na quantificação prévia dos objectivos a alcançar; ii) na identificação das causas dos problemas que queríamos resolver; iii) na utilidade múltipla dos exercícios de avaliação, nomeadamente para a preparação de planos e programas; iv) na conveniência de distinguir entre avaliação e controle; v) na importância da co-responsabilização; vi) na conveniência da difusão dos resultados obtidos; vii) na necessidade de se contar com a obrigatoriedade de realizar a avaliação e, por isso, de prever meios para a sua concretização; viii) na independência da avaliação; ix) e na importância de serem alcançadas, simultaneamente, a convergência real e a convergência nominal. Este conjunto de constatações foi enunciado pela presidência na abertura da sessão da tarde do primeiro dia.

O Comissário Bruce Millan sublinhou a importância que atribuía à publicação dos resultados das avaliações. Concordava que poderiam existir algumas dificuldades em relação às avaliações “ex-ante”, mas tinham que ser estimados os valores das variáveis mais importantes; era óbvio que isso respeitava às estimativas dos benefícios; os custos não apresentavam dificuldades de cálculo. Era importante saber quais as prioridades da acção.

O Banco Europeu de Investimento também estava presente e pôs à disposição dos Estados-membros a experiência que havia adquirido no campo das avaliações “ex-ante”. Falou dos financiamentos que poderia conceder e do novo encargo que havia recebido para tratar do fundo da EFTA; isso aconteceria já daí a mês e meio, a

1 de Janeiro de 1994. As subvenções poderiam e deveriam ser articuladas com os empréstimos. Nomeadamente, no domínio das redes transeuropeias que iriam ser muito impulsionadas. Era preciso escolher indicadores de desenvolvimento que permitissem proceder a comparações entre Estados-membros e entre regiões.

Insistiu-se muito no recurso a procedimentos simples para realizar toda a sorte de avaliações. A prática, até então, era consistente em relação aos projectos mas insuficiente a respeito de programas e de planos. Seria bom que a Comissão desenvolvesse metodologia adequada a respeito dos mesmos. Mas alguém perguntou: “E o que é que vai fazer a Comissão com tanta avaliação?...”. Era preciso não duplicar acções e encontrar indicadores sintéticos que facilitassem a comparação entre as diferentes acções e situações. Alguns de nós manifestámos algum cepticismo em relação ao que chamávamos “over-evaluation”... Tinha que se ser sensato e, especialmente, que evitar duplicações de esforços, porque, além de ninguém lucrar com isso, a utilidade do exercício poderia ir-se descreditando e isso era mau. Temíamos, especialmente, que a prática adquirisse contornos “mecanicistas” que era a melhor via para a tornar “rotineira” e, por isso, com utilidade limitada.

O Ministro Spitaels encerrou o primeiro dia de trabalho com as seguintes recomendações: i) era preciso pôr a funcionar o Comité das Regiões, o mais rapidamente possível; ii) a coesão económica e social no espaço da União representava um imperativo; iii) com 33% dos recursos, os fundos estruturais representavam uma “política pesada” da União; iv) a atenuação das disparidades impunha um esforço de longa duração mas nós tínhamos de possuir uma ideia àcerca do ritmo da convergência; v) constatava que os ministros se haviam mostrado satisfeitos com o que se passava com os primeiros Quadros Comunitários de Apoio; vi) seria bom fixar-se uma lista com as regiões beneficiárias; vii) os governos dos Estados-membros deveriam manter uma vigilância apertada em relação à aplicação dos fundos; viii) deveria haver um “livro-verde” sobre as iniciativas comunitárias; ix) já no Conselho de Edimburgo se havia abordado a questão das ligações com o BEI e o acesso aos seus empréstimos articulados com os subsídios (isso contribuiria para fazer a avaliação de projectos que, sem empréstimos, seriam apoiados sem grande análise...); e x) deveria haver uma ligação entre as políticas estruturais e

o livro branco sobre a criação de emprego. Estes eram os “vectores” que ele tinha extraído da nossa discussão mas não queria nenhuma aprovação formal das chamadas “conclusões da presidência”.

O segundo dia seria mais orientado para o domínio do ordenamento do território. O Comissário Bruce Millan começou por lembrar que estávamos a tratar de domínios que não pertenciam às competências formais da Comissão. Era, seguramente, um campo da maior relevância, mas a Comissão não tinha qualquer intenção de impor qualquer forma de “master-plan”. Era certo que havia, na Europa, problemas nesta área que lucrariam com um alto nível de entendimento comum. Relembrou a renovação do interesse pela bacia mediterrânica, pelas relações este-oeste e pelos sistemas transeuropeus. Verificámos que existiam padrões diversos de distribuição das actividades económicas, resultantes de factores de localização diversos. O território europeu era particularmente complexo na conjugação de todos esses factores. A somar a isso havia os efeitos de fronteira que a nossa geração queria agora ir apagando; o INTERREG II iria ser lançado. Por outro lado, havia as questões associadas ao alargamento da União. Classificou as acções em três grupos: as comunitárias, as de cooperação entre regiões comunitárias e as estabelecidas com regiões de fora da União. Todas elas apresentavam as suas especificidades.

A presidência era assegurada pelo ministro Robert Collignon, ministro presidente da Valónia, que começou por recomendar que se integrasse a dimensão internacional nas acções de ordenamento do espaço dos nossos países. O documento Europe 2000 era uma chamada de consciência, apesar de nele não haver o enunciado de nenhuma proposta concreta. No novo Tratado fazia-se referência ao ambiente e às redes transeuropeias e isso bastava para nos sentirmos habilitados a actuar sobre o território. As fronteiras tinham sido anuladas e isso fazia muita diferença na Europa. Estava fora de causa que houvesse qualquer acção de planificação espacial supra-nacional centralizada em Bruxelas. Era importante o seguinte: i) desenvolver os conhecimentos nesta área; ii) carrear para os centros de decisão uma contribuição técnica fundamentada; e iii) lançar uma cooperação comunitária aprofundada e acções susceptíveis de serem apoiadas pela União. Dever-se-iam definir as grandes linhas de uma acção comum. Teria de haver uma



grande concertação da acção com as Autarquias Locais e com as Regiões, porque a essência do que estava em causa era a definição de opções de afectação do solo. Interessava-nos que fossem desenvolvidas orientações estratégicas para grandes espaços não nos contentando com a justaposição de opções tomadas no quadro de pequenos espaços. Conviria ocupar-nos a definir os princípios de base de um desenvolvimento equilibrado. Aquilo que deveria ser o nosso objectivo principal era a elaboração de um esquema de desenvolvimento do espaço comunitário. Mas o nosso programa de acção deveria estruturar-se nos seguintes passos: i) ensaiar a cooperação entre países e regiões; ii) definir o tal esquema de desenvolvimento do espaço comum sob a forma de uma estratégia aceite por todos; iii) estabelecer um quadro para a tomada de decisões e iv) definir as modalidades de consulta.

O Leitor que acompanhou as minhas memórias desde 1985, sabe que nada disto nos era estranho. A definição de quadros estratégicos, a cooperação entre níveis diversos de governação, a participação, a definição de prioridades, as ligações com o espaço envolvente... tudo isto fazia parte das nossas orientações, nomeadamente para a elaboração dos Planos Directores Municipais. Ora, foi isso mesmo que eu disse, logo em primeiro lugar, como era meu hábito. Falaram, naturalmente, todos os outros. Almejávamos uma política mais coerente para o ordenamento do território. A justaposição não era suficiente; tinha de se apreciar a situação em termos globais, através de acções de concertação. Como o ordenamento não era competência específica da Comunidade, tudo deveria repousar na associação voluntária de todos para se chegar ao referido esquema de ordenamento. Havia um acordo generalizado em que o primeiro passo fosse dado pelo Comité do Desenvolvimento Espacial que deveria trabalhar em associação, com os Estados-membros. Estávamos, todavia, a dar um salto para uma área nova. Dever-se-ia começar pela elaboração de um documento que referisse os princípios do ordenamento. Em 1983 havia sido definida, em Torremolinos, a Carta Europeia do Ordenamento do Território; haveria que dar-lhe sequência, conferindo muita atenção aos aspectos qualitativos e ao ambiente. O nosso objectivo era o desenvolvimento sustentável. Como todos éramos a favor da aplicação do princípio da subsidiariedade, recomendávamos que todos os espaços (autarquias, regiões, cidades, etc.) fizessem o mesmo tipo de exercício. Dever-se-ia começar

por fixar objectivos para todos esses documentos que, afinal, eram instrumentos de decisão. A necessidade de concertação era evidente, a todos os níveis. Teríamos de atender às diferenças de natureza institucional nos diferentes países; em Espanha, por exemplo, o governo central não tinha competências em matéria de ordenamento do território; estas eram do foro das regiões e das unidades administrativas abaixo desse nível; mas tinha de haver “um marco de concertación”. Era evidente! A começar pela definição dos grandes eixos de transporte e das normas ambientais. Os recursos hídricos das regiões mediterrâneas preocupavam os seus representantes. A explosão demográfica dos países árabes da margem sul do Mediterrâneo causava muitas apreensões; não havia emprego para tanta gente! Dever-se-ia definir uma estratégia espacial europeia, dando muita atenção ao espaço mediterrânico que tão permeável era (isto estava a ser dito em 1993 e não em 2016!...). Tinha de se evitar a formação de ilhotas de prosperidades num deserto geral. A designação do esquema de desenvolvimento espacial era melhor do que a de plano; e ele deveria ser concertado entre a Comissão e os países-membros. O que estava, realmente, em causa era o melhor uso possível do território da Comunidade e dos seus recursos. Não se deveriam ultrapassar as competências locais, tendo por isso de se ser muito cuidadoso em relação a todos os procedimentos “top close-down”. Os Britânicos não queriam nada que se formalizasse um Conselho de Ministros do Ordenamento; os encontros informais “worked very well”... Dever-se-ia intensificar a cooperação prática entre os países e entre estes e a Comissão. Tínhamos de definir ambições à medida das nossas capacidades: “il faut marcher avant d’apprendre à courir”... Insistiam muito nas fronteiras marítimas; era preciso um “maritime INTERREG”.

O Comissário Millan interveio no fim dos trabalhos. Tinha-se feito um progresso considerável. Havia retido quatro pontos para reflexão e acção imediata: i) A importância da cooperação inter-regional e, especialmente, no âmbito do INTERREG II; a pressão que alguns ministros haviam feito em relação às fronteiras marítimas mereciam consideração, não de uma forma geral mas olhando para cada caso específico de per si; não lhe parecia que um programa genérico desse resposta ao problema e, por isso, preferia olhar para a situação de regiões específicas. ii) A sugestão de elaborar uma “European Spatial Development Perspective” em

conjunto parecia-lhe de grande utilidade. iii) Não ignorava as dificuldades do estabelecimento das interconexões recomendadas. iv) As modalidades para efectivação das consultas deveriam ser exploradas; a Comissão não tinha competência nesta matéria e, por isso, não estava em posição de impor qualquer tipo de regras. Valeria a pena ver como os Estados-membros poderiam fazê-lo por sua iniciativa. O Ministro Collignon encerrou os trabalhos. Eles mereciam prosseguir. O Documento 2000+ parecia uma boa base para a cooperação. Em todos os casos e no domínio do ordenamento do território, dever-se-ia respeitar a aplicação do princípio da subsidiariedade. A cooperação entre Estados-membros tinha de ser encorajada. O livro verde sobre as Iniciativas Comunitárias era bem-vindo, especialmente se contribuísse para a simplificação da sua concretização. Era importante para a Europa a questão do desenvolvimento da bacia mediterrânica e das relações com os países vizinhos da margem sul (A Espanha, a Itália e a Grécia insistiam, particularmente no estabelecimento de cooperações produtivas). Deveria ser activado o trabalho do Comité de Desenvolvimento Espacial. E o SDEC (Schéma de Développement de l'Espace Communautaire) deveria ter força normalizadora, de modo que teria de ser, para isso, muito selectivo e objectivo. Foram dois dias de debates úteis.

\*

A organização institucional para gestão do novo Quadro Comunitário de Apoio preocupava-nos, obviamente, por se ter a convicção de que este representava a grande oportunidade para dar um salto expressivo no nosso desenvolvimento. Queríamos gestores profissionais à frente dos programas operacionais; não púnhamos de lado as unidades de gestão que estavam a funcionar, porque elas asseguravam bem a participação, o que era importante. Mas teria de haver uma actuação mais exigente debaixo do ponto de vista operacional. Para a participação havia ainda comissões de consultoria regional. Mas queríamos dispor de gente mais enfronhada nos novos processos de gestão, até porque os programas operacionais regionais representavam cerca de 20% do Plano de Desenvolvimento Regional.

Em relação aos programas operacionais sectoriais, a homologação das decisões teria de ser feita por despacho conjunto meu e do meu Colega do sector respectivo. Não era vontade de protagonismo meu; sucedia que era eu o responsável pela coordenação dos fundos e isso tinha de ter a sua expressão na gestão do sistema. Eu não me pronunciaria sobre a “bondade sectorial” dos projectos escolhidos; mas tinha de assegurar a observância das regras gerais, aplicáveis a todos os fundos, porque o interlocutor da Comissão Europeia era eu.

Em 17 de Novembro, tive a notícia de que haveria a hipótese de fechar todas as conversações técnicas sobre o novo quadro até ao dia 3 de Dezembro. Propus o dia 10 de Dezembro para a assinatura do QCA e alvitrei que ela tivesse lugar no Centro Cultural de Belém. Afinal, tratava-se de um local emblemático, em matérias europeias...

\*

Em relação ao II Quadro Comunitário de Apoio havia verbas que estavam a ser afinadas a nível político, quer dizer entre mim e o Comissário. Em 22 de Novembro eu fui informado de que o projecto de mandato me chegaria nesse dia para qualquer retoque final. Soube que dele constavam as verbas a atribuir, tal como era a posição da Comissão. Esta tinha transferido o encargo para o nível técnico. Já não havia mais argumentação política a desenvolver.

A boa notícia era que, apesar de tudo, o montante satisfazia uma boa parte das nossas ambições e, como estávamos a ser o primeiro país a negociar, a assinatura do Quadro teria lugar no princípio de Dezembro podendo vir a ser as primeiras verbas a transferir em Março ou Abril.

\*

Por nossa encomenda, foi produzido um livro sobre “As Regiões Portuguesas”, coordenado pelo Prof. Jorge Gaspar (2). Além de muito útil ficou com uma apresentação belíssima. Chegou-me no dia 25 de Novembro. Dei instruções para que fosse enviado um exemplar a cada um dos meus Colegas, como presente de Natal...

\*

As negociações do segundo QCA não fugiram do habitual. Os técnicos da Administração Comunitária puseram “dificuldades intransponíveis” aos nossos técnicos. Era preciso estar ciente delas para justificar as nossas pretensões junto do Director-geral que nos visitaria dentro de pouco tempo.

Em 25 de Novembro, eram já só quatro pontos que tínhamos de procurar justificar:

i) A proposta que havíamos apresentado em relação aos Açores era “inviável”! Por quê? ii) A maneira como tínhamos tratado o sector do turismo era muito ambiciosa! iii) Tínhamos de fazer cortes em algumas das nossas propostas. E iv) o número de postos de trabalho que nós dizíamos ir criar não era, seguramente, tão elevado como apontávamos.

É preciso ter alguma paciência para, depois de todo o esforço feito, ver um técnico sem grande estatuto infirmar, sem justificação, uma proposta discutida e re-discutida. Mas é importante não perder a calma. Pedi para me habilitarem com todos os elementos possíveis para eu próprio tomar a iniciativa de conduzir a conversa para os tópicos em causa., Assim foi feito, tendo eu verificado, mais uma vez, que nestes casos há sempre muitas manifestações de excesso de zelo... Afinal as críticas não eram assim tão profundas...

\*

No dia 13 de Dezembro reuni-me com o Dr. Adérito Serrão, para fazer o balanço dos trabalhos sobre Alqueva. Uma peça importante para obter o financiamento era o Estudo do Impacto Ambiental. Tratava-se de um empreendimento muito importante para nós, mas que reclamava um trabalho de elucidação da Comissão Europeia, porque era certo que iria ser desenvolvida uma campanha contra, por parte do “lobby” ambientalista. E a isso seriam sensíveis todos os Comissários. Por isso, combinámos nesse dia que eu solicitaria conversas, além, naturalmente, daquela que já vinha mantendo com o Comissário Millan, a outros Comissários. Deveria, também, ter uma palavra de distinção para com o Director-geral do Ambiente (Laurens Brinkhorst) fulcral para todo o processo. Combinámos, nesse dia, as linhas gerais das exposições que eu deveria fazer a cada um deles, distinguindo-as nos tópicos que não poderia deixar de abordar.

A legislação específica para lançar o empreendimento estava, nessa altura, bastante adiantada e a actualização do seu projecto em fase bastante avançada. O problema principal, naquela altura, dizia respeito às verbas do FEOGA que teriam de ser orientadas para a realização da área irrigada; a Administração Comunitária não gostava nada de ouvir falar na ampliação da mesma; capacidade excedentária tinha a Europa no seu todo. Mas a nós faltava-nos muita!...

Para a construção da nova Aldeia da Luz tinha de se comprar a Herdade da Juliôa, mas o proprietário queria, naturalmente, um valor alto. Decidi encarregar a EDP, que tinha larga experiência na matéria, de elaborar um relatório com a avaliação devidamente justificada em todos os seus pressupostos, para se poder negociar com fundamento.

Outra avaliação que tinha de ser feita respeitava às instalações da Portucel, a que já me referi. Hoje, quando se passa na grande ponte de Mourão, não se suspeita que uns largos metros abaixo da superfície das águas e no que era a margem do Guadiana, havia uma unidade fabril que tinha tido a sua importância; já não a possuía nessa altura.

\*

Estava em constituição o Comité das Regiões. Ela teria de ser objecto de um parecer vinculativo do Parlamento Europeu. Por isso, pedi que um membro da REPER tentasse ver como é que os outros países-membros estavam a resolver a situação. Como se pode imaginar, em Portugal havia muitas pressões para incluir mais este e mais aquele. Os Autarcas até queriam que fosse definida uma quota para o efeito. Eu, à força de conhecer bem Bruxelas nunca me aborreço quando lá estou; contudo, para a generalidade dos visitantes, ela é tida como uma cidade sem grande graça. Pois todos lá queriam ir!... Passados estes anos e baseando-me no que tenho observado até agora, o Comité das Regiões ainda não encontrou o tom justo para a sua intervenção. Muitas vezes, nestas circunstâncias, bastaria uma pequena mudança na organização para tornar o órgão relevante; espero que isso venha a acontecer, em breve, porque uma informação muito colada à situação real ajudaria a resolver muitos problemas numa Europa que não cessa de ver aumentadas as suas disparidades internas.

\*

Como se pode imaginar, eu mantinha uma contabilidade apertada acerca das ajudas comunitárias que nos iam sendo atribuídas com vista a assegurar que elas não baixassem.

Já referi, anteriormente, as nossas preocupações com as negociações do GATT, continuamente emperradas pelos Estados- Unidos que tinham uma preocupação proteccionista manifesta. Em 13 de Dezembro fiz uma avaliação das ajudas que estavam em negociação: 500 MECU só para o sector têxtil, no âmbito das chamadas mutações industriais; mais o RETEX reformulado e, ainda, 13% do INTERREG. Não podíamos desarmar!...

Em relação às Iniciativas Comunitárias, se tivéssemos a mesma taxa de participação de que dispúnhamos nos fundos estruturais, ser-nos-iam atribuídos 1200 MECU. Era preciso fazer crescer este valor, para haver uma discriminação positiva a nosso favor.

A existência das novas fronteiras internas na Europa iria fazer mudar o âmbito de aplicação do INTERREG. Era preciso estar atento ao que se iria passar e apresentar rapidamente a nossa proposta, a qual tinha de ser elaborada em conjunto com a Espanha; apesar de, neste âmbito, o nosso vizinho receber muito mais ajudas do que nós, eram os Portugueses os mais interessados em fazer acelerar os projectos e as decisões. Por isso dei indicações para que o nosso responsável fosse a Madrid para estabelecer, com o seu homólogo, um calendário dos trabalhos a desenvolver.

O Sistema de Incentivos Regionais (SIR) estava, nessa altura, totalmente acordado com os Secretários de Estado do Comércio, Turismo e Indústria; faltava o da Agricultura, que ainda não se havia pronunciado. Mas nós tínhamos de contar com, pelo menos, dois meses para processar a notificação em Bruxelas. E, logo no princípio do ano, começaríamos a ser solicitados para conceder os ditos incentivos e, mesmo, para fazer alguns adiantamentos. Era preciso forçar a ultimização do documento para promover a sua ida para notificação. Os Deputados da Oposição, que se faziam porta-vozes da falta de investimento na zona da fronteira, não imaginavam até que pormenor se tinha de ir no acompanhamento dos instrumentos habilitantes.

\*

As minhas diligências para a concretização de acções que visassem a resolução dos nossos problemas regionais não eram somente internas. Elas levavam-me muitas vezes a Bruxelas e, mais vezes ainda, a manter grandes telefonemas com Comissários e Directores-gerais. Assim aconteceu no dia 15 de Dezembro, com o Comissário Bruce Millan com quem, como já disse muitas vezes, mantive um relacionamento cordialíssimo.

Eu estava preocupado com a situação do sector têxtil que reclamava uma acção multimoda de investimento em máquinas e em pessoas. Não me chegavam os 1.500 MECU orientados para a chamada iniciativa relativa aos têxteis. Eu tinha disparado em todos os sentidos e o Primeiro-Ministro também havia falado ao Presidente Delors. Mas este fechou o circuito e foi falar com o Comissário que lhe respondeu que só dispunha dos fundos estruturais, tal como me disse a mim. Compreendia a minha preocupação, mas só poderia satisfazer o meu pedido se o Conselho Europeu viesse a atribuir mais recursos para um sector que, na Europa, estava a ser penalizado pelo atraso das negociações no âmbito do GATT. O Comissário havia preparado uma iniciativa comunitária para o sector têxtil, mas não estritamente para Portugal; aguardava pela sua dotação financeira. Eu poderia contar com o RETEX, tal como ele estava definido. Aquela iniciativa, que visava a modernização do sector, restringia-se aos quatro países da coesão; mas, dada a distribuição das empresas têxteis nesse conjunto de países, mais de 50% das ajudas viriam para Portugal. Havia, todavia, algumas reservas em ajudar directamente as empresas. Preferiam fazê-lo às regiões, em acções – infra-estruturas ou formação profissional – cujos beneficiários fossem todos os habitantes e não somente os empresários; para estes estavam em vigor os sistemas de incentivos que, aliás, em Portugal, eram sistematicamente, esgotados.

Este era um tema que estava a ser desenvolvido entre o Presidente da Comissão e o próprio Comissário Millan para não suscitar resistências por parte de outros Comissários que tinham necessidades diversas e muitas... Ele inclinava-se para que fosse uma Iniciativa Comunitária, apesar de, nesse caso, ter de ir a uma Comissão do Parlamento Europeu. Mas não antevia grandes dificuldades nessa audição.



O Comissário Bruce Millan atendia-nos sempre com grande atenção e deferência, porque tinha respeito pelo esforço que estávamos a fazer. Guardo dele uma grande recordação.

\*

Tinha que estar tudo a postos para começarmos a executar o nosso plano de investimentos. Havia o PIDDAC e o Quadro Comunitário de Apoio que se entrelaçava muito com o primeiro, mas que teriam datas de início diferentes. O PIDDAC poderia começar logo no dia 1 de Janeiro; o QCA teria de aguardar a data que a Comissão indicasse e que nós estimávamos vir a ser em Março. Era certo que se poderia contar com a cobertura de gastos em empreendimentos que já tivessem começado, mas eu não gostava de ter de ir a Bruxelas em posição de pedir favores. A negociação havia sido feita; faltavam a aprovação de procedimentos que eram iguais para todos; quando tudo estivesse formalmente aprovado, começaríamos. Mas era evidente que aquela complementaridade entre as duas fontes de recursos aconselhava a que os trâmites administrativos fossem iguais para os empreendimentos em causa. Ora eu era o responsável por todas as ajudas comunitárias e também pela sua coordenação com o PIDDAC. Mas houve um Colega meu que resolveu reagir às auditorias conduzidas pelo meu Ministério e que abarcavam os empreendimentos com aquelas duas fontes de financiamento. Um contratempo que eu não queria levar ao Primeiro-Ministro para dirimir.

Tive, por isso, que desenvolver um discurso a defender o rigor acrescido com que teríamos de operar. Os próprios regulamentos dos fundos estruturais e de coesão iriam introduzir maior exigência na instrução dos próprios processos; as análises custo-benefício tornar-se-iam generalizadas e os indicadores respeitantes ao impacto ambiental mais observados... enfim, passava a ser necessário dispor de um conjunto de indicadores que permitissem acompanhar adequadamente a execução. Ora, para mim, não fazia sentido que, sendo eu o responsável por aquelas duas fontes de financiamento, se adoptassem internamente procedimentos mais aligeirados do que aqueles que nos eram fixados pela União Europeia. Até porque, debaixo do ponto de vista da gestão do conjunto, isso traria dificuldades acrescidas que a Administração não entenderia. O MPAT já fazia audições aos

programas comunitários. Como o PIDDAC era, largamente, utilizado para formar as contrapartidas nacionais, eu reagia à adopção de dois procedimentos distintos. Havia, por outro lado, chamadas de atenção repetidas, por parte do nosso Tribunal de Contas, recomendando que houvesse maior precisão na definição dos custos, porque se verificava um aumento sistemático dos mesmos; aquilo que, na adjudicação, se dizia ir custar dez, acabava por vir a custar quinze e isso significava, obviamente, gestão deficiente.

Acrescia, ainda, que em relação às Autarquias Locais, nós estávamos a exigir formas de proceder idênticas às que nos eram impostas nos fundos estruturais. Não poderia haver falta de paralelismo, em relação ao PIDDAC. Aliás, já tinha havido uma deliberação, em Agosto de 1992, cuja filosofia e conteúdo eram os que, em Dezembro de 1993, eu propunha que se adoptassem.

Havia, também, uma reacção à definição de “custos-padrão” que fossem adoptados nas avaliações “ex-ante”. Mas isso era importante que acontecesse para diminuir o arbítrio em relação a projectos diferentes. Eu lembrava-me dos projectos do Banco Mundial, dado que havia sido o responsável; os avaliadores que comigo vinham trabalhar perguntavam-me sempre os valores dos mesmos para as mais diversas obras; esperavam que eu dissesse os que propunha para os cotejar com aqueles que eles próprios haviam preparado autonomamente, por auscultação de estatísticas e das próprias associações dos industriais da construção. Eu não poderia dizer valores muito diversos e deveria justificar qualquer diferencial para cima que a minha versão propusesse.

A exigência generalizada era a única forma de progredir e de assegurar a transparência. Sem auditorias, o acompanhamento próximo da execução do PIDDAC ficaria comprometido. Era evidente que essas auditorias seriam conduzidas em conjunto com o ministério sectorial correspondente. Eu não estava a arvorar-me em juiz dos outros. Aliás, todos haviam aceite o procedimento menos um. Este acabou por alinhar com a norma geral.

\*

Em 20 de Dezembro demos por concluída a negociação política do Segundo Quadro Comunitário de Apoio. Começava, então, a circular o documento da resolu-

ção que o haveria de pôr em marcha, a chamada “procédure”. Não se pense que era uma operação de menos importância. Era, até, muito complicada, porquanto nós queríamos que ela levasse uma grande volta, reduzindo o mais possível a intervenção da Administração Comunitária que havia sido tão insistente e afirmativa ao longo do Primeiro QCA.

Eu deveria ir ao Conselho Económico e Social, à Assembleia da República e à Associação Nacional de Municípios Portugueses comunicar o resultado das negociações. Por outro lado, a Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu havia endereçado um convite ao nosso Embaixador, representante permanente, para ir lá fazer uma exposição sobre o tema. Apesar de ter acompanhado toda a negociação, eu sabia que os parlamentares iriam entrar em muitas questões de pormenor para as quais ele teria de ocupar tempo demasiado na sua preparação. Tanto a Secretária de Estado como eu julgávamos que seria mais fácil ser ela própria a fazê-lo, uma vez que estava dentro de tudo, por ter passado por ela todo o processo, incluindo as mais delicadas decisões. Propus isso ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em relação ao Fundo de Coesão e ao ano de 1993, havíamos ficado situados a pouco mais de meio da “fourchette” que nos tinha sido fixada, porque nenhum dos quatro países da coesão se aplicara a fundo no assunto. Portugal tinha um intervalo de 16 a 20%; conseguimos chegar a 18,11%, o que nos fez beneficiar de mais um MECU do que o correspondente aos 18%.

A verdadeira concorrência ir-se-ia verificar em 1994 e anos seguintes. Por isso insisti muito em que os projectos candidatos dispusessem de todos os documentos de apoio e, especialmente, que estivessem asseguradas as nossas contrapartidas o que, por vezes, não acontecia... fazendo-nos perder tempo... Era preciso proceder à avaliação independente dos programas operacionais regionais concluídos ou em curso. Como não havia muitas empresas preparadas para o fazer, verificava-se uma tendência muito expressiva para concentrar tudo numa única; não estava em causa a sua competência que era grande e, por isso, ganhava facilmente os concursos. Recomendei que se distribuisse o encargo por três ou quatro permitindo que, desse modo, outras ganhassem também prática e competência e arredando qualquer suspeita de favoritismo. A própria avaliação lucraria em ser

feita por firmas diferentes; seria benéfica a variedade de técnicas de avaliação e a aplicação, na prática, da lógica da diversidade que eu tanto prezava em tudo.

\*

No dia 3 de Janeiro soube que, durante a primeira semana do ano, o nosso QCA seria posto em circulação interna, na Comissão Europeia, para auscultação dos serviços dependentes dos outros comissários que não o da Política Regional. Depois disso ainda teria de ir ao Comité do Desenvolvimento Regional, ao Comité do FEOGA e ao Comité do Fundo Social Europeu, os chamados Comités dos Fundos. Todos estes serviços já haviam participado na elaboração do QCA e conheciam perfeitamente o nosso PDR. O que não tinha ocorrido era a auscultação formal e a produção de um documento a dizer que nada obstava à sua aprovação.

Eu via passar o tempo e começava a ficar impaciente. Já não teria lugar, seguramente, a sua assinatura no dia 31 de Janeiro... Acabou por ser no dia 28 de Fevereiro. Refiro isto para lembrar que, muitas vezes, a nossa máquina está mais lubrificada do que a de Bruxelas... Lá, há sempre muitos passos formais que não podem ser ultrapassados...

\*

Logo no princípio do ano começámos a ver as aplicações possíveis do chamado Fundo do Espaço Económico Europeu (EEE). Havia a possibilidade de o afectar à renovação urbana e a um sistema de incentivos aos transportes. Mas o dinheiro não era assim tanto que nos pudesse fazer sonhar com grandes programas. Por isso recomendei a concentração em projectos que, de facto, permitissem dar um grande salto, em termos de desenvolvimento.

Só o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa havia apresentado quatro projectos que esgotariam todo o fundo: o remanescente do eixo Norte-Sul, a radial da Pontinha (ligação da CRIL à 2ª Circular), o nó da Buraca e a radial de Benfica. De qualquer modo, dei indicações para se redefinir um projecto de contrato-programa que serviria para todas as aplicações de fundos, porquanto havia necessidade de completar as ajudas com meios nossos e isso reclamava parcerias formais com os beneficiários.

\*

Em 10 de Janeiro chegou-me o convite para participar, em Viena, num encontro informal dos ministros dos países da OCDE responsáveis pela política regional, a realizar em Abril seguinte. Portugal tinha uma boa história para contar nessa reunião! Logo ficou assente que eu iria, mas insisti em que a Secretária de Estado também estivesse presente. Afinal, ela é que tinha sido a grande dinamizadora de uma acção diária, junto das instâncias europeias, para nós dispormos dos meios necessários à concretização das nossas iniciativas em matéria de política regional. Aproveitando a ocasião, pedi, nesse dia, alguns números com que tencionava ilustrar a minha intervenção.

\*

No dia 13 de Janeiro, a Secretária de Estado e eu trabalhamos com o Dr. Alberto João Jardim. O ponto fundamental era o Aeroporto de Santa Catarina. A adjudicação das obras teria lugar em Maio seguinte e o estaleiro começaria a ser montado entre Junho e Julho. Deveríamos contar com quatro a cinco anos de obra. Era preciso definir a questão da composição da contrapartida nacional dos sistemas de incentivos. Tinha havido uns temporais devastadores cujos efeitos era preciso recuperar. O Orçamento de Estado já fornecera um milhão de contos e a Comissão havia contribuído com 50 mil contos para a Cruz Vermelha. Mas era preciso arranjar urgentemente cerca de outro milhão de contos.

Quem visita a ilha com bom tempo, não suspeita da violência da Natureza e da sensibilidade da própria ilha, no seu relevo, vegetação e formas de ocupação. É por isso que, tantas vezes, somos surpreendidos por situações verdadeiramente caóticas. Deveria dar-se mais atenção às causas da ampliação dos desastres naturais e procurar minimizá-las no âmbito de um programa de protecção civil. Tudo é mais sensível do que noutros lados; por isso, tudo deveria ser acautelado com maior preocupação de protecção, analisando as causas e prevenindo-as.

\*

Em 14 de Janeiro trabalhei com o Dr. Adérito Serrão sobre o Alqueva. Era preciso conferir celeridade ao estudo ambiental para não se correr o risco de ter de

se ficar à espera dos seus resultados para avançar. Tinha de se contar com um período relativamente longo para se proceder à consulta pública; seria certo que esta iria “suscitar paixões”!... Estas já haviam sido anunciadas. O concurso para a elaboração do estudo havia sido lançado, nessa semana. E já tinha havido cerca de uma centena de pedidos de informação. Estimávamos que acabassem por concorrer umas duas dezenas de candidatos. Devo dizer que me impacientava um pouco saber que os estudos só estariam concluídos em 1995. Ao contrário, o projecto da barragem estaria pronto em Março de 1994.

O arranque das obras só poderia ter lugar em 1995. E a adjudicação da barragem não poderia ocorrer antes de 8 a 9 meses depois da abertura do concurso. Tínhamos que dar tempo a que as diversas fases decorressem com duração suficiente para que não houvesse atropelos; estes, se tivessem lugar, só nos seriam prejudiciais. Deveríamos abrir o concurso apenas depois da aprovação do projecto da barragem; e esta só poderia ter lugar após a audição pública prevista. Fizemos o cronograma de todo o processo.

Tratámos da complexa questão das expropriações. Nessa data já ia em mais de 30 milhões de contos! Começava a ser complicado arranjar dinheiro para tanta coisa. Particularmente importante para mim era o caso da Herdade da Juliôa com 550 ha dos quais seriam inundados 120, tendo de se reservar cerca de 30 para a reconstituição da Aldeia da Luz e suas hortas; os fogos a construir seriam à volta dos 100, mas depois havia o equipamento respectivo. Tudo teria de ser avaliado em pormenor.

Havia, depois, a parte cartográfica. A proposta do Instituto Geográfico e Cadasstral, além de cara, era demorada... E eu andei, toda a vida, a não querer perder tempo... Por isso, dei indicações para se fazer um concurso público; havia firmas privadas em posição de responder; o concurso asseguraria transparência e permitiria minimizar os custos.

O estudo do restabelecimento das comunicações ia avançando. Eu tinha solicitado que fosse feita a minimização dos percursos e a minha insistência estava a dar resultado porque a verba a afectar para o efeito já havia descido de 6,1% para 2,8 milhões de contos!...

\*

A questão das barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto era prioritária. Tinha-se arranjado a solução de afectar o chamado Fundo EFTA à sua eliminação. Por isso trabalhei, no dia 14 de Janeiro, com o Ministro das Obras Públicas e com a Secretária de Estado do Planeamento sobre este tema.

Tratava-se de cerca de 40.000 barracas, devendo estimar-se uma verba de 6 a 7 mil contos por fogo a construir. Estávamos a falar, por isso, de um mínimo de 240 milhões de contos a gastar até 1999. Era obra! O pico da construção ocorreria no ano de 1996, para o qual se deveria prever uma verba de 60 milhões de contos. Deveria dividir-se o montante global em duas partes: 120 milhões de subsídios e outro tanto de empréstimos. Eu achava que se deveria prever 150 milhões para cada parcela. As coisas nunca se passam com os valores mínimos. Convém ser sempre prudente e arranjar uma folga; ela será sempre reutilizada, na totalidade ou em parte. O empréstimo seria da responsabilidade das Câmaras Municipais e venceria um juro de 3,5% que era, obviamente, muito bonificado pelo Governo; o período de amortização seria de 25 anos.

Além da construção dos prédios de habitação tinha de se contar com o rearranjo urbanístico e com a reabilitação dos centros urbanos degradados. A prioridade ia para o Casal Ventoso em Lisboa e para as “ilhas” de Matosinhos. O Ministro das Obras Públicas não queria envolver o programa RECRIA nesta operação. Era a partir destes dados que se daria instruções aos serviços para desenvolverem o programa de acção.

\*

O Ambiente era um sector a que nós havíamos conferido prioridade e que dispunha de duas fontes comunitárias de apoio – os fundos estruturais e o fundo de coesão – além, naturalmente, dos empréstimos do BEI que deveriam ser orientados para os empreendimentos que gerassem receitas capazes de pagar os juros e as amortizações respectivas.

Reuni-me em 17 de Janeiro com a Ministra do Ambiente, com a Secretária de Estado do Planeamento e com o Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais para começarmos a falar no financiamento das diversas iniciativas e na sua

calendarização. Já haviam feito um primeiro exercício de distribuição dos meios disponíveis pelo INAg (Instituto Nacional da Água), pelas Águas de Portugal, a qual era uma “holding” criada no âmbito do IPE (Investimentos e Participações do Estado), e pela EGF (Empresa Geral do de Fomento), a qual já estava lançada e que se ocuparia do tratamento dos resíduos sólidos.

A Ministra atribuía prioridade aos sectores da água e do tratamento de lixos. O INAg precisava de 313 milhões de contos de financiamento, o que, com participações de 85% daria mais de 270 milhões só do fundo de coesão; mas nós só dispúnhamos, para o efeito, de 156 milhões de contos. Portanto, havia que ir à lista dos empreendimentos já ordenada e fixar o que seria certo, o que corresponderia a uma pequena reserva e o que teria de ser remetido para quadros comunitários futuros. A lista estava feita, mas queriam refiná-la; tinham que o fazer alterando o menos possível a que já havia sido enviada para Bruxelas. O ajustamento teria de ser feito muito em breve, distinguindo o que iria para o Fundo de Coesão e o que poderia ter taxas de participação mais baixas, do FEDER.

O Algarve merecia-nos uma atenção especial por causa das crónicas carências de água no Verão. O esquema de abastecimento em alta era muito inteligente: previa duas barragens a Barlavento (Odelouca e Funcho) e duas outras a Sotavento (Odeleite e Beliche), sendo as quatro ligadas por um grande canal de onde partiam os ramais para abastecimento.

Da Comissão Europeia vinham recomendações para só apresentarmos empreendimentos com tamanho apreciável e tudo apoiado em análises de custo-benefício, a que agora se juntavam como imprescindíveis os estudos de impacto ambiental. O exercício mais complexo, para nós, era o equilíbrio, no Fundo de Coesão, do sector dos transportes com o do ambiente. Os nossos projectos, no primeiro, eram intermináveis, mas, no segundo, isso não se verificava, nem seria rápido de fazer. No primeiro grupo avultava o completamento da CRIL e da CREL que reclamava, contudo, os estudos de impacto ambiental que não estavam ainda concluídos.

No rio Trancão estava a ser terminado o projecto da ETAR de Frielas; o concurso havia sido feito em Novembro de 1993 e era capitaneado pela Câmara de Loures, à frente de alguns outros beneficiários; tratava-se de um sistema intermunicipal e montava a 5 milhões de contos! Mas aliviaria pouco a carga poluidora do rio.



Quanto ao abastecimento de água às grandes zonas e com maiores carências, estas eram a de Aveiro, a Península de Setúbal e a Estremadura. Mas, somando as estimativas de custos chegava-se a montantes que não teríamos. Deveríamos estabelecer prioridades.

No domínio da despoluição não era só o Trancão que nos preocupava; o Leça, o Lis e a Lagoa de Óbidos também estavam em situação calamitosa. No campo do tratamento de lixos figurava à frente o Algarve seguido do Baixo Mondego, da Península de Setúbal, do Grande Porto (Lipor) e da Grande Lisboa (Beirolas). O investimento reclamado era da ordem dos 90 milhões de contos! Quando se fazia o somatório de todas estas necessidades é que se tinha a noção do longo caminho que ainda nos faltava percorrer para chegarmos aos indicadores comuns nos países europeus mais desenvolvidos.

Havia, em seguida, os aproveitamentos hídricos médios-grandes: as barragens do Sabugal, do Enxoé, dos Minutos e de Pinhosão (Aveiro) que teriam de ser tratadas em colaboração com o Ministério da Agricultura, porque muita da sua água seria utilizada em regadios; duas delas (Sabugal e Enxoé) talvez pudessem beneficiar do INTERREG, por serem fronteiriças.

Para rematar todas estas necessidades vinham os parques naturais que deveriam ser reabilitados e mereciam a nossa prioridade.

Depois desta descrição pode-se ter uma ideia da dimensão das iterações que eram necessárias para se alcançar uma situação equilibrada e apresentável. Fazíamos todos os exercícios com empenhamento, mesmo sabendo que não iríamos responder positivamente ao que nos era solicitado.

\*

Com a preocupação de ver quais seriam os fundos a suportar a construção das diversas obras, reuni-me, em 18 de Janeiro, com o Ministro da Agricultura, com a Ministra do Ambiente e com os Secretários de Estado, dos três Ministérios envolvidos no assunto. Estavam em análise as diversas barragens a construir. A do Sabugal era indispensável para a irrigação do bloco Covilhã/ Fundão, nomeadamente para a expansão da fruticultura. O FEOGA pagaria a sua parte. O pior é que, para o sector do Ambiente, a barragem não apresentava qualquer interesse.

Acabou por estar concluída no ano 2000.

A barragem dos Minutos (Alentejo) dominava uma área irrigada fora da do Alqueva, composta por bons solos agrícolas e com potencialidades de produção. Era preciso proceder à desagregação das suas diversas componentes. Entrou em funcionamento no ano 2003.

A barragem do Enxoé era pretendida pela Agricultura, mas aí havia a possibilidade de envolver o INTERREG, por sugestão da Secretária de Estado. Entrou a operar no ano de 1998.

No Baixo-Mondego, que já havia absorvido tantos meios, tardava a designação do órgão gestor da bacia. Insisti muito em que isso fosse feito. Ainda não estavam definidos com precisão os contornos físicos definitivos do empreendimento; poderia haver alguma pequeníssima extensão do perímetro regado; mas, para isso, lucrar-se-ia muito com o envolvimento de quem iria ser o responsável pela sua gestão. Apesar da manutenção do empreendimento não ser difícil, haveria que assegurá-la, não deixando que se deteriorasse qualquer das duas componentes. Eu entendia que se deveriam passar as responsabilidades da gestão das obras já feitas para as associações de utilizadores. Por sua vez, conviria que estivessem definidas estas e o respectivo trabalho antes das obras serem iniciadas. Mas quando isso não sucedia, tinha que se fazer o esforço de as pôr a funcionar o mais depressa possível.

\*

A “engenharia financeira” do projecto do gás natural ocupou largas conversas com o Ministro da Indústria. Devo dizer que ele era muito criativo nesse domínio e conhecia bem os instrumentos financeiros que estavam ao nosso alcance. Depois teríamos de ultrapassar o escrutínio do Ministro das Finanças, ele próprio condicionado por decisões comunitárias recentemente tomadas.

A programação financeira prevista atirava as contribuições comunitárias muito para o fim do empreendimento e o Conselho dos Ministros das Finanças não havia aceite a solução de “bridge-facility” que muitos de nós preconizávamos para poder atender ao corrente pedido de adiantamentos, que era o problema que tínhamos de resolver. Havia soluções parciais: reprogramar as componentes da in-

dústria e da energia no nosso QCA; conseguir um acesso transitório ao crédito do BEI (que era, no fundo, uma “bridge-facility”); canalizar para o projecto do gás os subsídios não mobilizados em outros programas que, eventualmente, se atrasassem; ou uma combinação destas três acções.

Mas tudo tinha inconvenientes que era preciso sopesar. O certo era que os empreiteiros não dispunham de arcaboço financeiro para assegurarem eles próprios o adiantamento necessário (que era grande...). Teria de ser o cliente a ajudá-lo, por via da conjugação dos mapas financeiros dos trabalhos realizados, das nossas disponibilidades das remessas de Bruxelas; mas tudo articulado quase ao mês!... Conseguiu-se levar o empreendimento a bom porto.

\*

A estrutura de gestão no Quadro Comunitário de Apoio representava um tema da maior importância para cada Ministro sectorial. Ninguém contestava a minha responsabilidade pela coordenação geral, mas queriam ter alguma visibilidade no processo, o que era natural.

A minha preocupação era assegurar que o que havia sido prometido estava a ser cumprido, verificado e articulado com programas complementares. Como um deles dizia, o MPAT observava, fiscalizava e acompanhava... Mas também deveria dar oportunidade a que os seus Colegas fossem protagonistas reconhecidos do processo. Era o que eu procurava fazer. Para mim, estava fora de causa multiplicar estruturas, sob a minha tutela, para assegurar a realização de tarefas para as quais os outros estavam bem apetrechados para fazer. Mas a formulação final da dita estrutura reclamava muita conversa... Todas as alíneas do diploma que a consagrava foram passadas à lupa e discutidas antes de seguirem para Conselho de Ministros.

\*

O Algarve mantinha-se nas nossas preocupações gerais. Ele era dominado pelo sector do Turismo (demasiadamente dependente dele...) e isso fazia com que alguns quisessem exagerar nas taxas de ocupação do solo. Mas, se os deixássemos fazer o que esses eles queriam, seria o próprio Turismo a ressentir-se da degradação da qualidade do espaço. Desde 1985 que eu vinha desenvolvendo uma e outra

iniciativa para preservar o espaço e assegurar boas condições ao sector dominante. Em 20 de Janeiro, tive uma reunião com o Ministro do Comércio e Turismo, com a Ministra do Ambiente e com os Secretários de Estado dos três Ministérios. Dessa vez começámos pelos planos de ordenamento da orla costeira e pela recuperação das zonas urbanas mais degradadas. O Secretário de Estado do Turismo havia sido o grande animador da elaboração de um Plano de Ordenamento Turístico do Algarve, um documento muito bem feito que deveria ir em breve a Conselho de Ministros. Era preciso depois difundi-lo junto dos autarcas, empresários e jornalistas. Ele, aliás, havia sido elaborado com grande participação dos dois primeiros grupos. Englobava, também, o que se deveria fazer nas praias.

\*

Eu tinha uma preocupação grande com os efeitos induzidos pelos atrasos das transferências de verbas, por parte de Bruxelas, relativas a obras feitas no âmbito do QCA. Havia a distinção entre compromissos e pagamentos e eu sabia que uma vez firmados os primeiros, os segundos acabariam por vir, depois de se enviarem os comprovativos de que as obras estavam feitas ou as acções realizadas. Mas, como em qualquer outro processamento burocrático, tudo leva mais tempo do que o que é conveniente. Especialmente do ponto de vista dos beneficiários. A “caixa” nunca está suficientemente guarnecida para suportar uma longa espera. Os atrasos habituais montavam em 1994 a cem milhões de contos muitos deles afectando as Autarquias; ou, para ser mais rigoroso, afectando os empreiteiros que trabalhavam para as obras do QCA. Era evidente que estes já “sabiam” do que a casa gastava, de maneira que, na maior parte dos casos, os seus preços já continham uma provisão para os juros da verba em falta. Mas a verdade é que eu ficava sempre muito perturbado quando me falavam em atrasos, porque imaginava que houvesse quem estivesse a penar sem culpa ou, noutra hipótese, que nós estivéssemos a pagar mais pela falta de lubrificação de uma máquina que não deveria estar tão emperrada. Por tudo isso tudo fui visitar o Ministro das Finanças, com os meus Secretários de Estado; estando ele estava acompanhado pelos dele. Tínhamos uma proposta que já havia recebido luz verde em Bruxelas. Se se depositasse logo o dinheiro numa conta especial, a diferença entre juros passivos e

activos daria para cobrir os encargos de um empréstimo geral da República para este efeito. Mas era preciso que o Tesouro anuísse à proposta. Ficou o Ministro de pensar, antes de me dar uma resposta.

\*

No dia 29 de Janeiro recebi em Coimbra, na sede da Comissão de Coordenação da Região do Centro, uma delegação da Secção Regional da Ordem dos Engenheiros que me queriam transmitir as suas inquietações relativas ao desenvolvimento da sua Região. Falaram três representantes que mostraram estar muito atentos a tudo o que se ia passando, tanto a nível regional como nacional. Resumirei o que disseram:

Um deles entendia que era urgente proceder à inovação no seio das empresas industriais. A via da investigação em consórcio era promissora; dever-se-ia conceder incentivos do lado da procura. A ideia de fixação de doutores e de mestres na indústria parecia-lhes bem. A Região do Centro, ao contrário do que muitos pensavam, tinha muitas indústrias e variadas; mas quase todas precisavam de actualização de processos ou, mesmo, de produtos. Gostariam de ver instalado na Região um parque de Ciência e Tecnologia. A divulgação era importante e a sensibilização deveria começar nas escolas secundárias. Seria bom estimular a curiosidade para tornar corrente a inovação. A floresta era um grande recurso da Região; a área florestal poderia, facilmente, ser duplicada; mas deveria ser bem feita; e para isso era indispensável desenvolver trabalho de investigação no sector. Os recursos hídricos regionais constituíam uma fonte de riqueza importante; não seria difícil triplicar a produção de energia hidro-eléctrica. No sector das chamadas “mini-hidricas” tinham sido identificados 110 aproveitamentos, equivalendo a uma produção anual da ordem dos 13 milhões de contos. O acesso ao gás natural representava uma externalidade importante para a fixação de novas empresas e constituía uma diversificação energética com significado, nomeadamente para as da cerâmica, tão grandes consumidoras de energia e tão espalhadas pela Região. A questão do traçado da conduta foi, naturalmente, abordada; pois não era suficiente que o gasoducto passasse por Coimbra e Aveiro; também deveria haver ramais para Viseu, Guarda e Castelo-Branco. Propunham-se dar contribuições para a elaboração de um plano energé-

tico da Região cuja concretização consideravam urgente. A verba que havia sido atribuída ao RETEX não era suficiente para a modernização da indústria têxtil e, todavia, ela necessitava de uma profunda remodelação. A participação local feita por via da intervenção das associações patronais não havia sido suficiente; era preciso alargá-la muito mais. A Educação e a Formação mereciam a maior atenção; mas não concordavam com a distribuição de verbas que estava a ser feita, nestes sectores, pelo Interior; achavam que os responsáveis respectivos não estavam a ver onde era preciso actuar com prioridade; o nível cultural das massas era muito baixo; tinha de se cuidar da sua elevação. Queixaram-se em relação aos dirigentes políticos que não tinham nem capacidade de diálogo nem humildade intelectual; a arrogância era moeda corrente. Para promover a mudança era preciso proceder a uma alteração profunda do sistema de ensino. A base económica da Região causava-lhes muita preocupação, porque não a viam nem crescer nem diversificar-se; e isso era mau para o seu futuro. Apoiavam a criação de um centro de investigação e desenvolvimento do sector da madeira; propunham a introdução de uma grande diversidade biológica e genética; só isso daria robustez ao sector. Apoiavam o projecto do Baixo-Mondego que conheciam bem; mas deveria ser fomentado o emparcelamento de propriedades para se poder dispor de explorações agrícolas com escala adequada. O combate à poluição deveria representar uma preocupação para todos, Autarcas, Empresários e Administração Central. A poluição era particularmente visível na ponte-açude de Coimbra, porque nela eram retidos os detritos sólidos flutuantes. As recomendações que fizeram não representavam grandes novidades. Mas o facto de as terem feito e de se haverem preocupado com o destino da sua Região, reconfortou-me. Agradei-lhes, naturalmente, as suas contribuições.

\*

Eu já me referi, noutros capítulos, à minha convicção de que é bom despertar a capacidade de empreender dos mais jovens, não os deixando ficar sistematicamente à espera de serem contratados para trabalhar por conta de outrem, público ou privado. Daí o apoio que eu dei, logo no princípio, à constituição da Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE). No dia 2 de Fevereiro de 1994 recebi o seu presidente.

Vinha falar-me do sucesso que tinha tido o sistema de incentivos aos jovens empresários (SIJE); segundo dizia, havia sido, de longe, o sistema com maior sucesso, medido através das taxas de mortalidade das empresas ou do seu complemento, as taxas de sucesso das empresas. Estavam eufóricos com os resultados obtidos e estes tinham gerado ainda maiores expectativas. Em 1993, 60% das candidaturas haviam sido da indústria. Queria que o sistema deixasse de ser um projecto-piloto e passasse a ser considerado como um sistema igual aos outros. A ANJE havia desenvolvido, em todo o processo, uma grande actividade, porque tinha assegurado o trabalho de secretariado e apoiado a Secretária de Estado da Juventude, sob cuja tutela o programa se desenrolara. Para eu ter uma medida da mobilização que conseguiram, referiu-me que só uma em cada dezoito candidaturas iria ser financiada; esse indicador mostrava bem o potencial da operação em causa. Por isso pretendia passá-lo a programa corrente. Mas havia uma divergência em relação ao órgão gestor do programa que ele queria que eu dirimisse: a ANJE pretendia que fosse a Fundação da Juventude a assegurar a gestão do programa; o Ministro-adjunto queria que fosse o Instituto da Juventude. Eu não poderia ir contra a opção do meu Colega, porque não tinha elementos nenhuns para ajuizar das capacidades de uma ou de outra instituição; ambas, aliás, a funcionar na esfera da responsabilidade dele.

Disse-lhe logo que não iria interferir nessa escolha. Havia sempre a possibilidade de as candidaturas serem apresentadas aos sistemas de incentivos gerais, mas ele pretendia, obviamente, que o acesso fosse facultado ao que oferecia melhores condições. Porém, eu não podia proceder de outra forma. E assim ficou.

\*

As instâncias europeias (Conselho e Comissão) haviam decidido que o chamado Fundo do Espaço Económico Europeu fosse gerido pelo BEI, recorrendo os países beneficiários a essa ajuda através de empréstimos cujas regras estavam definidas. Em 8 de Fevereiro defini com a Secretária de Estado os termos da carta que eu deveria enviar ao Presidente do BEI para lhe comunicar os critérios que haviam orientado a nossa selecção das candidaturas apresentadas e a capear as primeiras que apresentávamos ao Banco.

Em anexo fiz seguir um memorandum com três fichas relativas ao domínio em que havíamos decidido aplicar os dinheiros: i) a renovação urbana; ii) o sistema de incentivos “verdes” (para reduzir as emissões dos camiões, por via do recurso a motores mais modernos e adequados) e iii) uma linha do metropolitano que ajudaria a melhorar os transportes e o ambiente. Tudo foi feito segundo propusemos. Nesse dia começámos a “desenhar” a cerimónia de assinatura do QCA que haveria de ter lugar, no Centro Cultural de Belém, no último dia desse mês. Eu atribuí sempre muita importância à forma que este tipo de actos assume, porque, por um lado, eles têm de ser revestidos da maior dignidade, por outro lado, os Cidadãos, por via da Comunicação Social, devem apreender o que está em causa e o que significa aquilo que lhes é mostrado.

\*

No dia 9 de Fevereiro fui a Évora para tratar com os Autarcas alentejanos da concretização do II Quadro Comunitário de Apoio prestes a ser assinado.

O Alentejo era uma área que me causava muitas apreensões, porque eu não via surgirem iniciativas que criassem emprego e ajudassem a fixar as pessoas. Por isso, eu não podia deixar de manter um contacto apertado com os responsáveis locais, Autarcas e outros agentes.

Nesse dia falaram os Presidentes das Câmaras de Ponte-de-Sôr, Redondo, Moura, Alcácer-do-Sal, Nisa, Reguengos-de-Monsaraz, Évora, Vendas Novas e Castro-Verde; o Eng. Fidélio Guerreiro, Presidente do NERSET (Península de Setúbal) também estava presente. Resumirei o que disseram:

Haviam herdado situações económicas difíceis; tinha de se gizar uma forma de apoio especial para não “perderem o barco”. A parte que ia para o Alentejo (20,8% do total) era nitidamente insuficiente para as suas necessidades. As Autarquias só tinham intervenção em relação ao Plano Operacional Regional e eles queriam ser ouvidos em relação a todos os outros. Havia associações que tinham participado com entusiasmo e não viram as suas propostas contempladas; pretendiam mais projectos estruturantes. Eu havia fixado um limiar de 50.000 contos; era alto demais para o Alentejo! Deveriam ser 40.000 contos. Queriam que eu elaborasse mais sobre o projecto do Alqueva, porque tinham ouvido muitas coisas que gos-





FIG. Centro Cultural de Belém.

tariam de ver confirmadas. Mas achavam que ele era um empreendimento essencialmente turístico; tive de me aplicar para esclarecer que ele era essencialmente agrícola e que deveriam pôr para longe a ideia de que o seu foco eram os campos de golf!... Mas insistiam no “lago turístico”!... Quem lá vai hoje vê bem o que se faz com a água... O projecto do Alqueva levaria 30 anos a produzir resultados! (Não levou nem metade...). Mas o projecto do Alqueva era uma coisa e o programa operacional uma outra; era preciso articulá-los? (Evidentemente que sim!) Eu tinha recomendado que fizessem projectos no quadro dos PDM já aprovados; mas fazer projectos custava dinheiro e o FEF não dava para muito. Ainda por cima, ouviram dizer que os GAT iriam acabar; e os meios técnicos dos Municípios mais pobres, onde estavam? Os resultados dessa extinção seriam desastrosos para as Câmaras mais pobres e mais remotas do Interior; como iria eu resolver o problema? A renovação urbana no Alentejo reclamava muito dinheiro; haviam ficado com a impressão de que eu achava que as povoações alentejanas não precisavam de muito dinheiro para a fazer... (Não era verdade); queriam apresentar muitos projectos nesse domínio, mas eu tinha de providenciar meios técnicos para eles conseguirem levar a cabo o programa. Estavam preocupados com o tecido empresarial que não existia e tardava a arrancar com expressão relevante em toda a Região. A aquacultura em que alguns tinham pensado não estava a revelar-se praticável. Queriam que eu reunisse, em formato mais restrito, com as Câmaras mais pequenas e com afinidade de problemas; tal era mais importante ainda, porquanto elas se debatiam com a questão da falta de técnicos e de apoio a pequenos actos administrativos. Alguns ainda não haviam conseguido finalizar as iniciativas lançadas ao abrigo do primeiro QCA; a sobreposição com o segundo preocupava alguns. Não havíamos dado relevo ao termalismo e este era uma virtualidade (Eu acreditava pouco nas potencialidades de arrastamento do sector); davam logo o exemplo de Espanha que estava a preparar um “grande plano de termalismo nas regiões vizinhas... A questão das receitas próprias dos Municípios preocupava-os muito; a maior parte vivia do FEF (Pois era isso mesmo que importava alterar). Alguns já estavam a elaborar Planos Gerais de Urbanização e isso corria bem. Mas eu não podia vir falar-lhes na extinção dos GAT ou dos GTL, porque eles eram indispensáveis!... Nomeadamente para a execução de algumas obras por admi-

nistração directa que eles tinham de fazer, porque os empreiteiros não se interessavam pelos pequenos projectos dispersos que eles se viam na obrigação de realizar. Não queriam viadutos de 10km a atravessar a albufeira do Alqueva (Eu nunca havia falado em tal coisa... Não sei como se espalham tais boatos nem como são tomados a sério!). Queriam, urgentemente, um plano regional de ordenamento do território (PROT) das margens do grande lago. Ambicionavam crescer a uma média de 1% a 2% acima da média nacional. E pretendiam envolver-se mais na gestão do Programa Operacional; invocaram a experiência muito positiva da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal como exemplo de uma boa participação. Invocaram, pela primeira vez em público, o atributo de determinada empresa ser fornecedora da Auto-Europa como sinal distintivo positivo. E disseram que os BIC (Business Innovation Centres) estavam a ser de grande utilidade. Um dos Autarcas disse mesmo que não havia falta de projectos mas, antes, falta de dinheiro; ele estaria em posição de absorver muito maior volume de subsídios (O que se revelava indispensável era analisar todos esses projectos). O mesmo não queria que o seu plano estratégico fosse aprovado pelo Governo; a sua Assembleia Municipal deveria ser suficiente. O Alentejo só tinha acesso a 11% do FEF; a situação deveria ser corrigida!... Das povoações alentejanas, 80% tinham menos de 500 habitantes e 90% menos de 2.000; isso deveria reflectir-se nos critérios de acesso e distribuição do FEF. Nos últimos dez anos haviam perdido 40.000 habitantes e as previsões apontavam para que até ao ano 2000 fossem embora mais de 15.000. Não tinham andado a construir piscinas municipais, porque havia outras iniciativas prioritárias. Os limiares que havíamos definido para os projectos terem acesso ao Sistema de Incentivos Regionais eram muito altos para o Alentejo; eu deveria baixá-los. Queriam ver a auto-estrada para o Algarve concretizada depressa. Todas as Câmaras do Alentejo estavam aflitas em matéria de despesas correntes; tinha de ser revista a legislação respectiva; tal como estava, era um colete-de-forças.

Estas sessões eram boas para transmitir informações e para aferir o estado de ânimo dos Autarcas. Raras vezes havia sugestões que se pudessem generalizar.

\*

O primeiro PDRITM (Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes), apoiado financeiramente pelo Banco Mundial havia sido um sucesso em todas as suas componentes. Por isso tinha havido insistências várias para o prosseguir numa segunda fase. A própria abertura franca do Banco, satisfeito com o modo como tudo havia decorrido, facilitava a celebração do segundo contrato, apesar de nós já termos aderido à Comunidade Europeia em 1986 e haver algumas limitações nas regras de apoio respectivas.

Sucedia, todavia, que em alguns domínios, as condições de apoio da Comunidade eram francamente mais atraentes do que as do empréstimo e isso teve repercussões sobre as condições em que este estava a decorrer.

Em 10 de Fevereiro recebi uma missão do Banco Mundial que vinha ver-me porque “the loan is not moving”... Os desembolsos estavam a ser pedidos com muita lentidão; àquele ritmo teríamos para mais dez anos, quando a “closing date” do empréstimo era a 30 de Junho de 1997. Só havíamos gasto 20% daquilo que tínhamos disponível. Como não era possível prolongar o período de realização, seríamos conduzidos ao cancelamento de parte do empréstimo (35 milhões de dólares). O escoamento rápido e inesperado de uma grande parte do “stock” de Vinho do Porto fizera com que já não houvesse necessidade de crédito para o manter. Por outro lado, as cooperativas estavam em más circunstâncias financeiras, não se abalçando a contrair quaisquer empréstimos. Estávamos, assim, numa situação delicada que eu nunca havia experimentado antes: abundância de crédito e pouca vontade de celebrar contractos para o usar. Por sua vez, as soluções para o problema não eram brilhantes: i) ou se cancelava o projecto e isso teria repercussões políticas negativas, locais e nacionais; ii) ou se continuava o projecto àquele ritmo até à “closing date”, cancelando-se o mesmo nessa ocasião; ou iii) se fazia um esforço muito determinado para passar o ritmo de desembolso de cinco milhões de contos de dólares por ano para quinze ou, pelo menos, para dez. Propus um período de experimentação até 15 de Abril de 1995. Se víssemos que os potenciais beneficiários aderiam com mais convicção continuaríamos. Se eles continuassem a preferir outras alternativas de financiamento ou não quisessem mesmo investir, cancelaríamos o resto do empréstimo em Junho de 1995, dois

anos antes de expirar o período previsto para o usar. Todavia, fiquei triste com a decisão que tive que propor, porque eu achava que ainda havia muito que fazer, especialmente no Douro. Mas eu não podia obrigar os potenciais mutuários a contrair empréstimos. Eles é que tinham de avaliar a sua própria situação para fazer face a responsabilidades acrescidas.

\*

No dia 14 de Fevereiro continuei a tratar do projecto do Alqueva com o Dr. Adérito Serrão. O que mais estava a preocupar o BEI era o preço da água! Como se eu me pudesse comprometer com um valor que só iria ser fixado daí a seis ou oito anos! Algumas vezes ficamos surpreendidos com a falta de realismo dos avaliadores de projectos; há um modelo que têm de seguir; se não se fornecerem os dados todos ou se eles tiverem uma margem de indefinição grande, já não é possível ultrapassar os escolhos; nessas circunstâncias, o melhor é mesmo avançar com um número sensato e deixar que eles continuem a fazer rolar o modelo que têm no computador. Iria ser organizada uma visita de helicóptero, para os técnicos do BEI. Os da Comissão também mostraram vontade de lá ir. Disseram-me, depois, que haviam apreciado muito o que viram... Mas estavam assustados com o aumento potencial da produção agrícola na área; ela poderia causar embaraços à PAC!... Seria, em todos os casos insignificante. Hoje, vê-se que quase não há concorrência com os produtos do centro da Europa (Só no vinho...).

Na ocasião verificava-se que o estudo do impacto ambiental de 1986 era o melhor que já havia sido feito; o de 1992 completaria o anterior. Estávamos, assim, em posição de avançar, contando com as pequenas achegas dos estudos sobre as garças e seus locais de postura e outros semelhantes que havíamos encomendado. Era preciso fazer uma candidatura específica ao Fundo de Coesão, porque uma boa parte dos meios viria dele. Havia uma grande discussão acerca da mais valia-eléctrica do projecto; estava estimada entre 33 e 40 milhões de contos consoante se retirasse ou não água para a agricultura. Como o regadio iria avançando ao longo do tempo e queriam que eu fixasse um valor, propus 36 milhões que era um valor situado a meio daquele intervalo. Isso contentava os analistas da EDP que admitiam o projecto como válido em termos energéticos. Contudo, para mim era

mais complicado o valor da taxa de actualização do projecto que os financiadores queriam ver fixado em 10%! Eu achava demasiado para um projecto de desenvolvimento. Propus que se refizessem os cálculos usando um valor de 8% que, para o efeito, me parecia ser mais do que suficiente. Foram ultrapassadas as dificuldades. Preocupado fiquei eu quando me vieram dizer que os hidrólogos haviam informado que parecia haver um decréscimo das afluências de água à bacia, Isso não me admirava, porquanto eu sabia que os Espanhóis estavam a usar mais do que a quota que, em princípio, lhes correspondia. Mas nós não estávamos a mobilizar o recurso!... Essa também representava uma das razões para construir a barragem! Recomendiei que, para acompanhar as operações de transferência do património arqueológico encontrado, fosse constituída uma comissão não demasiadamente extensa onde se incluíssem nomes incontroversos do sector. Pedi para ver a lista antes de serem formulados os convites. Eu já me havia encontrado com eles todos, de modo que sabia quem eram os mais construtivos.

A herdade da Juliôa iria ser comprada pelo Património do Estado. Com os meios que nós havíamos encontrado, mas passava a ser de todos os Portugueses. Estavam a encontrar dificuldades em relação ao enunciado das razões que fundamentavam a aquisição. Fizemos o rol de uma dúzia delas , que, pelos vistos, auxiliaram na realização da operação, porque nunca mais me puseram dificuldades para a concretizar.

\*

Nós gostaríamos de lançar o maior número de empreendimentos possível ainda em 1994. Em primeiro lugar por que precisávamos deles, mas também porque sabíamos que levava sempre mais tempo do que queríamos o lançamento dos projectos; se houvesse dinheiro à vista, os promotores costumavam ser mais diligentes. Por isso nós éramos muito a favor do recurso a uma “bridge-facility” que permitisse ir fazendo as coisas sem esperar pelo reembolso das despesas já efectuadas. A maior parte dos promotores estava descapitalizada e não tinha meios para avançar com a execução, tendo de esperar meses até ser reembolsado. E eu não queria nada que, no caso das obras, fossem os empreiteiros a fazer também de banqueiros; a primeira das razões é porque não tinham meios para isso; a ou-

tra era porque, se o fizessem, seríamos todos a pagá-lo, dado que eles não embarcavam nisso de graça... E fá-lo-iam de modo mais caro do que o dos próprios bancos, porque seria junto deles que eles se iriam financiar, cobrando, por isso, uma alcavala qualquer.

Em Copenhagen tinha-se falado muito na tal “bridge-facility”, mas o ECOFIN não a tinha deixado avançar: A recusa havia sido definitiva! Tivemos que reprogramar o QCA, na sequência das decisões do Conselho Europeu de Edimburgo e estabelecendo uma programação crescente para os desembolsos em vez da evolução decrescente que mais nos convinha. Os técnicos da DG XVI diziam que ela era “linear”, mas na prática vinha, de facto, a ser crescente devido aos atrasos da execução. O que conseguimos foi o comprometimento de avançar com 30% das verbas de 1995 se, por acaso, esgotássemos as de 1994 antes do fim do ano. E isso seria também possível nos anos seguintes. Foi o máximo de flexibilidade que obtivemos. Isso permitiria estimular os agentes para começarem os seus empreendimentos o mais cedo possível.

\*

Eu tinha que assegurar que o arranque do novo QCA correria tão bem quanto o do anterior. Por isso, me reuni com todos os Autarcas da Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 16 de Fevereiro, para ouvir as suas observação relativamente às possíveis dificuldades que achavam poder vir a encontrar. Intervieram os Presidentes das Câmaras Municipais de Benavente (presidente do Conselho Regional), Oeiras, Chamusca, Setúbal, Lisboa, Moita, Alcanena, Santarém, Salvaterra de Magos, Barreiro, Alcochete, Vila Nova da Barquinha, Sobral de Monte Agraço e Entroncamento. Estava, de novo, presente o Eng. Fidélio Guerreiro, o qual também interveio. Resumirei o que disseram:

O limiar de 50.000 contos por projecto era considerado como elevado pelos Municípios mais pequenos (Mas aí não haveria nada a fazer, porque era preciso dar dimensão aos projectos e era um preciosismo encetar uma negociação com Bruxelas para passar para 40.000 contos. Há modas nas reivindicações e esta foi uma que pegou...). Ainda havia muito a fazer em matéria de saneamento básico; ora uma ETAR custava 25.000 contos; por isso teria de se lhe agregar uma parte de condutas

para perfazer os 50.000 contos. Havia empreendimentos intermunicipais que não alcançavam o estatuto de projecto regional ( Não havia mal nisso; seria mesmo um projecto inter-municipal; o que teria de ter era a dimensão adequada). Mas o que os preocupava eram mesmo os projectos municipais (Pedi para os agregarem). Voltou a ser referida a questão de não haver fundos para quem não dispunha de PDM devidamente homologado (Aí, eu tinha de ser inflexível; se abrisse qualquer excepção, nunca mais haveria PDM nem ordenamento do território em Portugal!...). Mas as respostas da RAN e da REN tardavam (Eu, pela minha parte, ia fazendo pressão frequentemente; a verdade é que há repartições que são lentas; pensam que têm todo o tempo do mundo...). Gostariam muito de que houvesse a contratualização de muitos projectos, naturalmente geridos por eles (Era bom ser cauteloso, a este respeito). Tornava-se evidente que aquele limiar dos 50.000 contos só poderia criar um eventual embaraço aos pequenos Municípios periféricos; na Área Metropolitana de Lisboa (AML) só 1,3% dos projectos apresentados eram inferiores a 50.000 contos, mas com possibilidade de serem agregados entre si ou a outros de maior dimensão. As necessidades na AML eram tantas que ainda estavam ocupados com as infra-estruturas básicas. Um Município queria associar-se ao vizinho para construir um grande auditório comum, mas o segundo queria dispor do seu próprio equipamento. No sector do equipamento educativo já haviam absorvido numerosas competências, transferidas da Administração Central ou contratualizadas com ela. Alertaram-me para o facto de haver muita gente no escalão central que era contra os PDM (Isso sabia eu! Eram os nostálgicos da centralização que, em mais de trinta anos, só haviam conseguido fazer aprovar um plano de urbanização, com tudo comandado pelo centro!). Alertaram-me para o facto de alguns PDM irem ser transitórios; era preciso prever a revisão de muitos (Isso era particularmente verdadeiro em relação àqueles que, por não terem acreditado nas virtualidades dos PDM, os tinham “atamancado” de qualquer maneira, sentindo posteriormente que mais valia terem-se empenhado na sua elaboração como instrumentos de decisão)). Alguns Municípios não muito longe de Lisboa temiam a sua desertificação, pelo menos dos seus elementos activos. Um deles fez um grande discurso para dizer que viam em mim um aliado contra as forças centralizadoras que os cerceavam (Isto respeitava especialmente à RAN e à REN...). Em que pé é que estava o PROT? A Co-



missão de Coordenação não os convocava as vezes suficientes para os informar, a par e passo, da sua concretização. Havia interfaces entre os fundos estruturais e o fundo de coesão; como se fariam os respectivos contratos? (Era de forma igual à dos outros, uma vez que de um lado seria eu a representá-lo e do outro estariam os Municípios). Havia grandes eixos com interesse intermunicipal: a CREL, a CRIL e o eixo Norte/Sul; sem eles a AML ficaria bloqueada. O QCA articulava programas com tempos diversos; uns eram de cinco anos ou mais; outros de um ou dois; tinha de se apreciar a sua concretização em termos conjuntos, de modo a evitar hiatos espaciais ou temporais. A questão do endividamento, por parte das Autarquias, merecia atenção (Por isso eu me interessava por temas como a “bridge-facility” ou as repercussões do “front-loading”; eu sabia que a situação iria ser delicada). Tinha chegado o tempo das Câmaras começarem a olhar para os chamados elementos de competitividade, entre os quais estava a renovação urbana (Daí a orientação do fundo EFTA para sectores como a Habitação). Uns achavam que deveria haver duas unidades de gestão, uma para a margem sul e outra para a norte (Eu não estava de acordo por querer evitar divisões que se repercutissem de outra forma; a metrópole que eu gostaria de ver constituída tinha de englobar as duas margens; por isso a Região não deveria separá-las). Era necessária uma linha de crédito bonificado. Deveria ser fixado um prazo para se proceder à revisão dos PDM. E o PRODEP seria integrado no QCA? (Já o estava). A pergunta era feita porque alguns Concelhos queriam ver construídas escolas (C+S); havia um que pretendia, mesmo, duas!... Curiosamente, houve um Autarca que propôs a criação de um mecanismo “para destrinçar os Municípios que haviam descurado a elaboração de PDM daqueles que não o fizeram”... (Eu achava que o banimento do acesso aos fundos comunitários era mais do que suficiente, como se veio a provar). A prática do “overbooking”, no dizer de um deles, poderia ter sido boa a nível nacional, mas, no plano dos Municípios, causava muitas perturbações e angústias; a gestão tornava-se muito complicada. Os Municípios pequenos deveriam ser considerados à parte; os grandes abafavam-nos (Esta é uma questão que remete para a fusão de Municípios, coisa que não era pensada nem muito menos falada)! Queriam que fosse permitida a contratualização da gestão de partes mais complexas do programa, por sectores e não por projectos (Eu não apoiava um envolvimento de firmas privadas para o fazer; admitia, natural-

mente, a contratação de consultores ou de gestores que respondessem directamente às instâncias municipais, mantendo estas sempre a sua responsabilidade pela gestão do programa; esta proposta vinha de um dos tais pequenos Municípios). A navegabilidade do Tejo voltou a ser sugerida; ou que, pelo menos, se elaborasse um estudo integrando a dimensão da geração hidro-eléctrica com a de transporte (Em 1994 a questão ainda voltava à baila, uma vez ou outra!...). Afinal a duplicação dos fundos era global e não Município a Município; isso desapontava alguns. Queriam que eu promovesse rapidamente a distinção dos projectos que iam para o Fundo de Coesão, entre os grupos do Ambiente e dos Transportes (Tudo isso por causa da participação elevada – 85% – do Fundo). Era expectável voltar a falar-se na exiguidade do FEF, especialmente para os Concelhos que dependiam quase exclusivamente dele. Pretendiam ver alargados os prazos para amortização dos empréstimos contraídos. Se se aplicassem no sector do saneamento básico isso faria esgotar todas as verbas do QCA (Isso significava que, se apresentassem candidaturas de outros sectores, ainda sobrariam muitas do saneamento para satisfazer. Sublinhavam isso porque sabiam que eu insistia muito na prioridade ao saneamento). Houve quem sugerisse uma secção à parte para resolver os problemas das empresas que poluíam (Mas eu não queria soluções individuais; eram os Municípios os meus interlocutores; eles que tratassem com os grandes e com os pequenos poluidores dos seus Concelhos). Houve um mais agastado que chamou à obrigação de elaborar os PDM, ligando-os ao acesso aos fundos comunitários, como a “política do chicote” (Eu não me deixei impressionar...). Alguns falaram nas extraordinárias capacidades de atracção turística dos seus Concelhos (Eu tenho sempre muitas dúvidas acerca da subjectividade desta classificação. Ainda hoje (2016) sou alertado por operadores turísticos profissionais que se queixam das descrições superlativas de alguns Autarcas a este respeito, aconselhando-os a “ver mais mundo”...).

Estas reuniões eram, obviamente muito úteis. Eu obtinha informação abundante sobre os problemas com que cada um se debatia. Eles eram, mais uma vez, informados sobre as regras que antes de serem cristalizadas em regulamentos haviam sido amplamente discutidas com todos.

\*

No dia 18 de Fevereiro fui a Coimbra para ter, na Comissão de Coordenação Regional do Centro, uma reunião com os Autarcas e outras forças vivas a propósito da concretização do novo QCA. Falaram os Presidentes das Câmaras de Ílhavo, Proença-a-Nova, Guarda, Alvaiázere, Penela, Tondela, Estarreja, Gouveia, Cantanhede, Oliveira do Bairro, Góis, Vila Velha de Ródão e Leiria e os representantes da ACIBEIRA, da Associação Comercial da Sertã/Oleiros e da ANJE. Resumirei o que disseram:

Queriam que eu confirmasse se sempre era verdade que quem não tinha PDM não poderia receber fundos comunitários (Confirmei, naturalmente!...). A zona do Pínhal não integrava o ENVIREG; haveria outros programas para o mesmo efeito? As pequenas obras causavam-lhe preocupações diversas (Pedi para as agregarem em programas com expressão e, naturalmente, que tivessem o mesmo objectivo). Saudavam a intenção de actuar no domínio da renovação urbana e a erradicação das barracas. Os GAT não deveriam ser extintos, mas reforçados; havia muito que fazer para eles e, por isso, era preciso guarnece-los com técnicos competentes. Aceitavam a minha proposta de dar relevo aos projectos intermunicipais e ao reforço do associativismo entre Concelhos vizinhos. A gestão dos programas em que estariam envolvidos causava-lhes alguma apreensão; não dispunham, nos seus quadros, de técnicos preparados para o efeito; não propuseram contratar o serviço de empresas exteriores, porque estas não existiam (Mas seria, naturalmente possível celebrar contratos a prazo com profissionais independentes). A abundância de meios causava-lhes alguma apreensão, porque não tinham a certeza de cumprir cabalmente aquilo que lhes cabia e que haviam sido eles próprios a propor... O tratamento de resíduos sólidos no Planalto Beirão precisava de apoio; para começar, em relação à localização da respectiva estação de tratamento, depois, para tudo o resto. O saneamento básico continuava a ser uma preocupação geral. Havia numerosos problemas ligados ao endividamento das Câmaras; era preciso arranjar uma linha de crédito bonificado; de outra forma, não teriam possibilidades de realizar a sua contrapartida aos apoios comunitários. A desertificação dos Concelhos mais pobres era um facto. Lá veio a queixa contra os órgãos gestores da RAN e da REN que não respondiam a tempo e, por isso, eles não tinham os seus PDM prontos... Não

era por isso, mas tinha que haver um culpado qualquer... As estradas continuavam a representar uma proposta com muita expressão.

Era preciso atender mais à parte económica dos Concelhos (Eu estava de acordo). Estava-se a assistir a uma descapitalização progressiva das empresas; era preciso olhar para isso, porque se nada se fizesse elas fechariam portas (Eu achava que, infelizmente, o problema era muito mais grave, não se reduzindo a uma componente financeira; eram as próprias empresas que precisavam de ser repensadas na sua globalidade, incluindo a sua gestão). Era necessária uma sociedade de capital de risco para a Região; as que havia estavam sediadas em Lisboa e no Porto, ficando a Região do Centro localizada numa “zona de indiferença” entre as duas; talvez houvesse, também, uma componente de prestígio regional associada a esta crítica... Queriam que os fundos estruturais apoiassem a contratação de quadros técnicos para as empresas; mas isso não estava previsto em nenhum regulamento e seria muito difícil de gerir se, por acaso, viesse a existir. Havia muita expectativa em relação à criação de um sistema de incentivos para os jovens empresários e ao programa nacional de incubação de empresas industriais.

Nos planos de desenvolvimento, uma variável que raramente é explicitada refere-se ao tempo. E este é importantíssimo. As coisas levam tempo a acontecer; cada componente tem o seu ritmo; torna-se importante ver como evoluem e articular entre si iniciativas que se apresentam com velocidades de progressão distintas; e algumas das componentes são indispensáveis para obter os plenos resultados de outras.

\*

Estava em constituição uma Câmara de Comércio e Indústria na Região do Centro. Em Portugal são correntes as modas de todos os tipos, nomeadamente as institucionais; são feitas muitas coisas por simples imitação. Muito acertadamente o Ministro do Comércio tinha fixado que só houvesse uma por região. Mas eles queriam ser parceiros privilegiados na questão da gestão do novo Quadro Comunitário de Apoio. Por isso, os recebi em Coimbra, a seguir à reunião com os Autarcas já referida.

Pretendiam constituir um Centro de Formação Empresarial com parceiros internacionais. Apoiei, naturalmente, a ideia. Mas não tinham dinheiro para o fazer. Contavam com o apoio do MPAT para adquirir uma casa antiga susceptível de recuperação e que marcasse pela sua presença física. Suponho que a ideia não teve seguimento.

Preocupava-os a extensão da rede de distribuição de gás natural para o Interior, mas este era um problema circular: sem empresas não haveria rede que se sustentasse; eles diziam que sem gás não haveria empresas... Como estava em lançamento o IP2 queriam que se aproveitasse a ocasião para instalar a conduta. Mas, foram logo dizendo que a conduta Castelo-Branco-Guarda teria de ser feita a fundo perdido.

Apoiavam a construção das chamadas “mini-hídricas”; o que era preciso era haver energia barata e sem condicionamentos ambientais. O pior, neste quadro depressivo, era que a Região do Centro havia perdido 50.000 pessoas em dez anos! Era muito para quem já não estava famoso.

Sabiam do meu interesse pela revitalização da floresta. O Instituto de Desenvolvimento e Gestão Florestal poderia contar com o seu apoio, na coordenação das acções públicas com as privadas; tinha que haver uma articulação da produção com a indústria e com o planeamento em geral.

Os programas de renovação urbana deveriam ter, na sua gestão, empresários. Só desse modo seriam eficazes.

As ideias eram boas e eu encorajei-os para que se organizassem, mas no fundo de todas as propostas estavam dinheiros públicos que eles queriam canalizar para iniciativas suas, na sua realização ou na sua viabilização. Mesmo no sector da floresta, em que a Região do Centro é tão rica de recursos, não conseguiram sentar-se a uma mesa e definir o que era preciso fazer. E, todavia, uma boa parte do problema estava no envolvimento do sector privado.

\*

Na tarde do dia 19 de Fevereiro fui a Bragança para analisar com notáveis locais a estratégia de desenvolvimento a seguir para arrancar o extremo Nordeste da apatia em que se encontrava. A reunião teve lugar nas instalações do NERBA (As-

sociação Empresarial do Distrito de Bragança) e contou com cerca de 400 participantes, o que, para um sábado de tarde, era um indicador de muito interesse. O Ministro da Indústria e o Secretário de Estado do Comércio também participaram. Os três dissemos ao que íamos.

O responsável local queria que nós explicitássemos as actividades que iríamos apoiar, além de pretender apresentar novas candidaturas das empresas. Falou ele um pouco e mais de meia-dúzia dos presentes:

Deveria haver uma fatia do QCA explicitamente reservada para o Interior. As regiões periféricas tinham de ter um tratamento especial. Constatava, depois de ler as regras, que as sedes de Municípios iriam ser relativamente privilegiadas em relação às aldeias; o que propunha eu para estas? E o Sistema de Incentivos Regionais, a quanto montava?

Um outro verificava que os apoios caíam sempre nos mesmos locais, onde havia economistas, engenheiros e outros quadros; onde estes não estavam fixados nada acontecia. Tinha que haver discriminação positiva dos projectos e “mecanismos compensatórios para o desenvolvimento”. O “bónus” regional para a periferia tinha de ser expressivo; só isso activaria o investimento, ajudando a criar emprego e a fixar as populações. Concedia que o investimento deveria ser objecto de uma supervisão apertada e de um controlo da implementação. Temiam que a espera fosse longa e que isso matasse o doente. Não acreditavam que houvesse uma boa distribuição de meios sem uma regionalização administrativa devidamente estruturada. Até o Bispo D. António Rafael, que estava presente, falou: A saída de serviços de Bragança havia sido um desastre; a política das cidades médias deveria entrar em funcionamento em breve; Bragança poderia perder para Zamora em relação aos serviços de nível superior (Eu conhecia razoavelmente Zamora; só tinha serviços públicos; não sei como ela está hoje (2016), mas, nessa ocasião, era excelente para apreciar uma grande concentração do Românico; tirando isso e as repartições públicas, não havia um gerador de emprego privado com expressão; a cidade era, aliás, um bom caso de estudo para o desenvolvimento assente somente em investimento público. Leva perto!...). A Catedral tinha que vir a terreiro; protestou contra o facto de os fundos comunitários não apoiarem edifícios de culto; afinal, a Europa era cristã, desde as suas origens.

Eu deveria fornecer um glossário de siglas; estas eram tantas que as pessoas se perdiam. Afinal, a lista figurava no final do documento. Toda a sala se riu com gosto. Os Portugueses gostam muito de “castigar o menino saliente”... Como é que um indivíduo cheio de boas ideias poderia concretizar algumas delas (Era para isso que estava ali o director do NERBA... Não sei se ele gostou muito de eu ter endereçado a carta para ele...).

Um senhor de Ribeira da Pena disse que sentia inveja do Vale do Ave. Compreendia que eu insistisse na diversificação industrial.

Não houve mais perguntas. A minha angústia era que aquelas quatrocentas almas iriam sair dali com a ideia de que os problemas da sua região estavam resolvidos. Nem por sombras isso acontecia. Começava agora o trabalho deles.

\*

Eu, no dia 21 de Fevereiro à tarde, iria ter uma reunião com os Presidentes das Câmaras da Região do Norte, tendo como propósito a execução do novo QCA. Por desejar que a mensagem fosse bem clara, de manhã fiz uma cábula para não me esquecer do principal. O FEDER iria crescer na ordem dos 60%; só em relação ao Fundo de Coesão e às Iniciativas Comunitárias é que haveria duplicação dos recursos. Mas os Municípios com acesso a verbas do FEDER poderiam mais do que duplicar as suas receitas, passando, na totalidade, de 145 milhões de contos para 300! Os sectores que nós havíamos privilegiado eram o saneamento básico, as estradas e as escolas básicas integradas; tudo isto havia resultado de auscultações abundantes e aprofundadas. O INTERREG ficaria directamente sob a tutela da Secretária de Estado portuguesa e do Secretário de Estado de Hacienda espanhol; havia, aliás, muito trabalho desenvolvido e concertado entre os dois governos. A Área Metropolitana do Porto (nessa altura, com seis Municípios) iria usufruir de uma verba entre 80 e 90 milhões de contos que sairiam do Fundo de Coesão (Tínhamos algum receio de que não fossem capazes de trabalhar em conjunto). As candidaturas já estavam todas apresentadas em Bruxelas. Tinha-se dado privilégio ao programa para as mini-hídricas que a Região conhecia, aliás, muito bem, pois foi nesta que o sector nasceu. Haveria uma subvenção global de apoio ao investimento autárquico a que os Municípios teriam acesso através de uma linha

de crédito da Caixa Geral de Depósitos. Estes eram os pontos que eu gostaria que eles fixassem. O resto seriam sempre casos pontuais.

Intervieram os Presidentes das Câmaras Municipais de Santa Marta de Penaguião, Vila do Conde, Vila Nova de Foz-Côa, Braga, Macedo de Cavaleiros; Melgaço, Mirando do Douro, Matosinhos, Gondomar, Porto, Santo Tirso, Felgueiras, Fafe, Cabeceiras de Basto, Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Oliveira de Azeméis, Vila Nova de Famalicão e Arouca. Interveio, ainda, o Presidente da Comissão Regional de Turismo do Alto-Minho, um meu velho conhecido de há vinte anos atrás. Resumirei o que disseram:

Em relação aos 36 Municípios de Trás-os-Montes, a duplicação dos fundos não era para todos, nem para todas as Autarquias (eu havia sublinhado isso na apresentação). As Regiões do Interior estavam subalternizadas; era preciso assegurar a convergência. A Madeira e os Açores tinham um tratamento específico; Trás-os-Montes também o queria ter; o distrito de Vila Real usufruía de um PIB/capita igual a um terço do de Lisboa. O Vinho do Porto havia experimentado, no ano anterior, uma exportação “record” (já me referi a isto antes). Queriam um novo PDRITM.

Havia um desagrado manifesto das Autarquias Locais em relação ao QCA. Este encontro deveria ter ocorrido antes (E tinha sido, na fase da definição da estratégia). Queriam comandar a parte dos fundos destinada às escolas. Não havia motivos para contentamento... (Isto era só política...). Apoiavam a preferência dada aos projectos estruturantes; mas achavam a respectiva verba muito elevada. Os PDM foram de novo objecto de crítica, particularmente em torno da definição da RAN e da REN cujo atraso os impacientava. As candidaturas deveriam pressupor-se como de utilidade pública; não podia o País inteiro ser objecto de um estatuto de excepção. As expropriações representavam um elemento de dificuldade; o respectivo código deveria ser muito aligeirado. Estavam de acordo com a prioridade concedida ao sector do Ambiente; era preciso fazer elevar os níveis de atendimento. As Autarquias estavam todas endividadas e os “plafonds” de crédito completamente esgotados. Grassava um descontentamento especial em Trás-os-Montes, por não ser considerada como região prioritária. Os fundos não deveriam ser duplicados, mas multiplicados por quatro (Manifestamente eles não tinham ideia do que havia representado a duplicação dos fundos e como tinha sido difícil negociar o respec-



tivo “dossier”). Queriam apoio, para o investimento na sua terra, de emigrantes oriundos de Trás-os-Montes. Não podiam arcar com as contrapartidas do Estado Português; deveria ser a Administração Central a assegurar tudo a fundo perdido. Outro estava pessimista; dado que, afinal, para se conseguir a duplicação tinha de se fazer contas; não era tudo directo. Iríamos perder a grande oportunidade do QCA (O coordenador de uma reunião destas não se pode deixar impressionar; era só politiquice para reproduzir cá fora. Sucedia que eles podiam ter-se preparado melhor para a reunião. Eu havia-o feito, ainda nessa manhã.). Eles vieram falar “de coração aberto”; a maior parte não havia lido os documentos e muito menos os regulamentos para a aplicação dos fundos.

\*

Tudo isto me deixava triste. Mas eu tinha de fazer cara de contente e explicar cada ponto de per si; passados estes anos todos (2016) há um ou outro que, me encontra, vem falar dessas reuniões “tão instrutivas”....).

Era preciso investir mais na acessibilidade a Trás-os-Montes. Estavam adjudicados todos os lances do IP4; havia, então, de tratar das ligações à fronteira.

Um deles protestou contra o encerramento dos GAT que tão bons serviços haviam prestado e prestavam. O limiar de 50.000 contos para as pequenas obras ainda deveria ser mais reduzido. Tinham criado uma expectativa maior em torno dos fundos; eu deveria zelar por que ela fosse cumprida. Quem a havia criado foram eles; por isso eu levava sempre “cábulas” com os valores que dizia. Houve um que disse que iriam ter menos dinheiro do que no QCA anterior; até os colegas sorriram...; convém não exagerar muito (Ele era do partido do Governo...Tinha que dar o exemplo da “malhação”...).

Aquela reunião não era para os pequenos Municípios. Era só para aqueles que poderiam apresentar projectos de mais de 50 mil contos. O orador não tinha arcaboço financeiro para custear as obras que precisava, mas também não se dispunha a falar com os vizinhos para lançar projectos intercomunitários. Em suma, queria dinheiro para gastos... Não queria, também, que o endividamento que teria de realizar contasse para o seu “tecto”.

A reunião estava a ser com os Autarcas, mas não para os Autarcas. Estavam muito desiludidos. Concordavam que a questão era eminentemente política; um não aceitava ser transformado em político de segunda; o que eu estava a interpretar era uma campanha para denegrimiento dos Autarcas. Tinham muitos e bons motivos para pensar o contrário, como hoje (2016) dão testemunho uma vez e outra. A questão era, primordialmente, a fixação do valor global a atribuir à Região do Norte. Depois, eles saberiam geri-la; não tinham estado atentos ao conteúdo das reuniões em Bruxelas e em Lisboa para fixar esse tecto e para assegurar a maior agilidade... Ou tinham estado, mas convinha-lhes dizer o contrário. Tratava-se de reparar uma injustiça que vinha de há sete ou oito anos. A lei das expropriações tinha que ser revista.

Um Autarca de um Concelho do litoral queria receber compensações por estar a acolher populações que migravam do Interior. A solidariedade impunha-se. A qualidade de vida tinha de crescer. Um outro queria profundas alterações no QCA, porque se haviam criado muitas expectativas e elas estavam a ser goradas. Dizia mesmo que tinha havido uma intenção deliberada do Governo para tirar poderes às Autarquias. Referiu os empreendimentos do Alqueva e da EXPO' 98 para mostrar que o Governo só pensava no Sul; não via referência a nenhum grande projecto para assegurar o equilíbrio entre o Norte e o Sul do País. Outro achava que eu queria centralizar tudo; a evidência ia no sentido contrário, mas, se ele o dissesse, puxar-lhe-iam as orelhas. Por que é que eu havia tolerado a redução dos poderes das CCR? Não era verdade. Era preciso assegurar a coesão interna e a subsidiariedade no seio do Estado Português. Os últimos nove anos (Os meus...) haviam sido negros para o Poder Local. O défice da Madeira estava a ser pago por todos os Portugueses; era uma vergonha! Como propunha eu que se avaliasse a eficácia da aplicação dos fundos? O processo de pagamento das ajudas era um calvário.

Queriam que fosse revista a Lei das Finanças Locais, com muito mais meios para o FEF. Este considerava que o mandato anterior havia sido “de ouro”...; mas, naquela altura, estava cheio de preocupações. Eu havia revelado pouca disponibilidade para ouvir os Municípios; só as reuniões que estão registadas nestas memórias mostram bem o contrário.

A questão fundamental respeitava a quem geria e como geria. Se não fossem eles a fazê-lo com autonomia, seria mal. Eu deveria ter coragem e ser coerente. O documento que eles tinham diante deles testemunhava isso. A coragem era para me estimular a fazer a regionalização; mas esta não me competia só a mim...

As embarcações de 90 metros de comprimento iriam chegar em breve ao Pinhão. E Barca d'Alva, ficava para quando?

O IP2 deveria ser acelerado. A Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes não havia aceite uma proposta para se pronunciar acerca da RAN. Queria, naturalmente, furtar-se às pressões locais. Por isso eu tolerava uma centralização “insuportável”...

Muitos queriam tratamento especial, mas não apontavam a quem se iria buscar os meios. Admitiam que, em Bruxelas, houvesse uma caixa sem fundo. Só quem tinha unhas é que era capaz de tocar esta guitarra. Era uma solução “sacana ou assacanada” (Mesmo sendo eu do Porto, este tipo de termos usados em reuniões formais não eram adequados. Deviam, mesmo, ser vedados).

Eu havia dado excessivas benesses ao Vale do Ave. E as outras regiões? Houve um que queria uma linha de caminho-de-ferro de Fafe à fronteira para ser prolongada até Verin; não havia mais do que uma ideia; nem o comprimento da linha sabia.

Um outro concordava com a prioridade conferida ao Vale do Douro como produto turístico de excepção. Mas eram precisos vários IP e IC e uma ligação rodo-ferroviária à Galiza. Sem isso não se tirariam do projecto todas as virtualidades. O Termalismo era um recurso adormecido; tínhamos potencialidades extraordinárias por aproveitar. Esta coisa do termalismo tinha décadas para mim...

Quando se chega ao fim de um relato de uma reunião destas não se pode deixar de ficar desanimado. Alguns Colegas meus que participaram num ou noutro destes encontros perguntavam-se, frequentemente, como é que eu tinha paciência para aturar tanta facúndia. Eu respondia que tinha sido eu a aceitar o lugar e que possuía, na ocasião em que o fiz, uma boa experiência do que ia fazer. Mas não posso deixar de concordar que eles exageravam. Sabia que iria haver eleições em Outubro do ano seguinte e que, portanto, estavam todos a posicionar-se para nos atacar, sem dó nem piedade, tanto os da Oposição com os do partido do Governo;

já viam as mesmas caras há nove anos e alguns tinham expectativas de ser Deputados, Secretários de Estado ou mesmo Ministros. Mas eles sabiam pouco das matérias que estavam a tratar e não queriam perder tempo a aprender. Eu sabia que tinha aceite um lugar em Portugal e não na Suécia, onde as coisas seriam, seguramente, menos apaixonadas.

Não vejo maneira de alterar este estado de coisas que não seja no seio dos partidos. Eles é que devem proporcionar acções formativas sobre tudo: Administração Local, Ordenamento do Território, fundos estruturais, mas, também, comportamento cívico e maneiras apropriadas para fazer as intervenções públicas ou privadas. Aposto que, daquele grupo, teria havido poucos a preparar-se para o que queriam dizer. O primeiro dá o tom e os outros têm de ser todos mais críticos do que o antecessor. E, todavia, deviam preparar muito bem as sugestões que apresentavam; a ideia de uma linha de caminho-de-ferro Fafe-Verin é, pelo menos, peregrina. Isto pressupõe, também, ensinar o que é um projecto e como se avalia.

Já disse várias vezes que chegavam ao fim e vinham sempre cumprimentar-me com afabilidade. Muitos deviam pensar que eu era masoquista... Tem de se andar muito, ainda, em Portugal, para se dispor de intérpretes do Poder Local com nível suficiente. Isso consegue-se, muito atrás, na escola primária e pela vida fora. Na idade em que se apresentam como candidatos às autarquias só deveria ser necessário dar alguma informação e instilar comportamentos novos no domínio das relações públicas.

Mas não se pense que as reuniões do Conselho Nacional do Partido eram muito melhores; o que era preciso era porem-se em evidência. Efectivamente, as pessoas também se cansam de servir quando não lhes é reconhecido um mínimo de esforço. Vários antigos Colegas meus, do meu Partido ou da Oposição, referiram-me o seu cansaço e a vontade de ir para outras paragens menos agrestes. Tem de haver um mínimo de correcção nas relações pessoais.

\*

No dia 23 de Fevereiro tive em Faro numa reunião com os Autarcas a respeito do novo QCA que iria ser assinado em Lisboa, dentro de dias. Comecei por dizer o

que havia dito em todas as outras reuniões semelhantes a esta, com vista a preparar a execução do Quadro Comunitário de Apoio. Falaram os Presidentes das Câmaras de Albufeira, Monchique, Algezur, Olhão, Lagos, e Castro Marim e o Presidente do CEAL (Confederação dos Empresários do Algarve):

O primeiro a falar acusou-me logo de paternalismo: Achava que os políticos se afastavam das questões técnicas e que isso não deveria acontecer (Eu sempre havia defendido que as propostas políticas estivessem sempre fundamentadas em sólidos projectos técnicos...). Quanto ao PDM estava a haver rigidez excessiva por parte do Ministério. Tinha havido alterações súbitas na matéria que, por sua vez, geravam grandes perturbações; as comissões de acompanhamento não tinham um só Município para acompanhar e isso induzia, por vezes, alguns atrasos. Perguntava-me: se não vierem os dinheiros comunitários para quem é o castigo? Para as populações, evidentemente. Eu deveria saber que elas é que seriam prejudicadas e punidas (Nunca ele responsabilizado...).

Os PDM passavam a ser propriedade da CCR do Algarve, porque os que eram produzidos não se verificava serem os que cada Município queria, mas os que a CCR deixava; isto particularmente no que respeitava à preservação das áreas da RAN e da REN e à definição dos perímetros urbanos (Já disse noutra lado que, se fosse hoje, eu teria imposto limitações severas à definição de perímetros urbanos exagerados; hoje dispomos de terrenos urbanos para alojar 30 milhões de habitantes! Se eu o tivesse feito na ocasião teríamos assistido à rebelião dos Autarcas; a definição de grandes perímetros permitia-lhes fazer uma gestão assaz “elástica” do espaço; e os promotores imobiliários e os empreiteiros gostavam imensamente de tudo isso ...). A questão da desclassificação das estradas nacionais ainda constituía motivo de queixas. O Autarca que intervinha não tinha a preocupação de reduzir os empreendimentos a candidatar abaixo do limiar dos 50.000 contos, porque sempre tinha tido presente a questão da dimensão. Mas protestou contra as isenções de sisa feitas a certos investidores, prejudicando as receitas municipais. As Câmaras poderiam vir a ter dificuldades financeiras sérias.

Dizia um Autarca que um PDM deveria assentar em ideias claras. Só desse modo poderia ser inteligível por todos. Era a favor de haver uma dotação global para os Municípios da Região; quem chegasse primeiro com candidaturas correctas é que

levaria o dinheiro; os outros que tivessem andado... O PROT da Costa Vicentina iria ser muito importante para se ter um turismo diferente, mais simples e mais em contacto com a Natureza.

Outro dizia que apoiava as renovações urbanas, mas lembrava, correctamente, que elas também careciam de aprovação no quadro do PDM; isso para ele era incontroverso (E muito bem!).

O Algarve estava dotado de numerosos instrumentos de ordenamento. Talvez não houvesse outra parte do país que se pudesse comparar, nesse domínio. As possibilidades financeiras é que lhe causavam cuidado. E alguns tinham aversão à contracção de empréstimos; as condições eram sempre más (Não era verdade, porque havia linhas de crédito com juros muito bonificados...).

O sapal de Castro Marim representava uma área natural importante, mas também encargos grandes. Ora, quem a havia definido não tinha sido a Câmara, mas o Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza. Afinal, sobre quem é que iriam recair os respectivos encargos?

O último a falar insistiu muito na importância da população flutuante e da economia sazonal. Depositava muita confiança no potencial endógeno do Algarve; havia produções com grande capacidade competitiva internacional que se impunha explorar. Achava que o Algarve não tinha tido acesso aos fundos “proporcionais” que lhe eram devidos (A velha questão das quotas, sistema preguiçoso contra o qual eu embirrava...). O problema maior do Algarve é que todos estavam isolados e não exploravam as sinergias que os poderiam projectar em conjunto (Questão de individualismo?). Estavam dispostos a celebrar parcerias.

Pelo menos em termos de correcção formal, esta reunião foi bem mais branda do que a do Porto. Penso, algumas vezes, em como é certo dizer que ninguém é profeta na sua terra.

\*

No dia 8 de Março recebi um grupo de Autarcas da Associação de Municípios do Oeste. Relembrou que tinham estado no meu gabinete quatro anos antes e que, então, eu os havia desafiado a gerirem o seu próprio programa operacional. Haviam aceite, achando que a experiência tinha sido positiva. Eram eles agora que

me propunham repetir o exercício. Aceitei imediatamente. Todavia, queixaram-se de que as verbas eram poucas para a sua ambição. Disponham de bons projectos (todos de mais de 50.000 contos!) e queriam mais meios. O programa iria ser preenchido, fundamentalmente, com estradas e com saneamento básico. Havia doze bacias hidrográficas de pequenos cursos de água que eles tinham agrupado em quatro projectos com dimensão. Havia ainda um programa de tratamento de resíduos sólidos porque quatro dos Concelhos não dispunham de aterros sanitários (Torres Vedras, Lourinhã, Sobral de Mont'Agração e Arruda dos Vinhos).

A celebração de um contrato-programa fechado representava uma solução muito rígida para eles. Queriam ficar com a possibilidade de acudir onde fosse mais praticável fazê-lo. Por isso propunham desdobrar o grande contrato em outros mais pequenos, de dois em dois anos. Dei a possibilidade de serem 2X3 contratos ou 3X2 contratos mas sempre fechados.

Fizeram as queixas habituais acerca da RAN e da REN para justificar o atraso em que estavam alguns PDM. Em relação ao de Alcobaça por exemplo, ainda não se tinha conseguido “desfazer o novelo”...

Queriam manter, pelo menos mais dois anos, o GAT de Alenquer ou, melhor ainda, pelo período de vigência do QCA; porque ele havia adquirido uma experiência que não queriam perder.

\*

Um dia fui surpreendido pela notícia de que o Presidente de uma Câmara importante tinha mandado a requisição de fundos para um projecto apoiado por fundos comunitários directamente para a REPER, em Bruxelas. Ele era de um partido da Oposição. O destinatário estabelecido era a Direcção-geral de Política Regional. Todos o sabiam. Dei indicações para que o documento fosse devolvido acompanhado do esclarecimento conveniente. Mas eu não acredito que tivesse havido incompetência. Foi, seguramente, provocação. Mas com que propósito?

\*

O desespero e alguma ingenuidade podem contribuir para que se faça muitos disparates. Fui alertado para o facto de uma Câmara Municipal que tinha obras

a realizar no QCA I e, por isso, acesso a uma linha de crédito especial bonificada com 4%, junto da Caixa Geral de Depósitos, para compor a sua contrapartida na realização do projecto, havia feito um levantamento expressivo de dinheiro para pagar os vencimentos dos seus funcionários, porque estava a descoberto nesse particular.

Tratava-se, manifestamente de um problema entre o Presidente da Autarquia e a própria Caixa. A documentação que deveria acompanhar o levantamento estava bem especificada. Ninguém se tinha lembrado de recorrer a esse expediente. Teria sido uma facilidade feita a nível local? Os mecanismos de supervisão tinham de funcionar. Devem tê-lo sido, porque não chegou formalmente à minha mesa nenhuma queixa formal.

Não há limites para a imaginação nem para o desembaraço!...

\*

Em 14 de Março foi-me presente, pelo Dr. Adérito Serrão, um relatório de uma missão de avaliação do projecto do Alqueva. Ele era positivo, na sua linha geral; havia identificado numerosas situações de carência de água; (Era o que mais me importava...), embora também apontasse algumas vulnerabilidades no que respeitava à rentabilidade dos projectos de regadio sugeridos; as culturas propostas eram pobres; não foi nada o que acabou por acontecer com o regadio de vinhas, de oliveiras, de hortícolas caros, de papoilas, de uvas de mesa, etc.

O Banco Europeu de Investimento aconselhava a que fossemos gradualistas na fase de execução do projecto; queriam que regássemos somente 60.000 hectares para começar. Depois logo se veria se era para prosseguir com mais ou menos velocidade; recomendava estudos mais aprofundados em relação à escolha dos tipos de culturas a introduzir. Mas, afinal, era isso que nós estávamos a fazer; também considerávamos pobres o milho e o girassol; mas, naquele momento, os especialistas não se aventuravam a sugerir outras especulações...

Estávamos a enfrentar uma dificuldade nova: os responsáveis pelo Fundo de Coesão não queriam financiar barragens no sub-grupo de projectos do Ambiente. Isso significava que eu teria de ir a Bruxelas, defender junto do Comissário que, sem elas, não haveria desenvolvimento da área... Eu já havia decidido invo-



car o risco de desertificação que era um facto para o qual eu tinha sido alertado por um académico português.

Havia, na orgânica aprovada, um Conselho Consultivo cuja primeira reunião seria no dia 25 de Março seguinte. Eu deveria dar solenidade ao arranque dos trabalhos, mas depois retirar-me para os deixar à vontade; o seu presidente era o presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo; por razões óbvias. A Herdade da Juliôa dava-me que fazer. Os proprietários queriam valorizá-la bastante mais do que a estimativa que me havia sido apresentada. Pus a hipótese de tudo se fazer por posse administrativa, invocando uma fundamentação social; pedi que fosse consultado um jurista especialista no ramo para que tudo pudesse vir a ser feito com transparência e justiça. Com efeito, estava prestes a ser lançado o concurso para a execução da nova Aldeia da Luz e era preciso acelerar o processo. Tinham-me chegado ecos de que o Presidente da República, numa das suas presidências abertas, estava a contemplar uma ida ao Alqueva. Estávamos no segundo mandato do Dr. Mário Soares e eu não tinha nada a certeza de que isso contribuisse para o avanço do processo; os ambientalistas não deixariam de aproveitar a visita para procurar conseguir visibilidade para as suas posições mais radicais e isso adquiriria um grande efeito com a presença do Chefe de Estado.

O protocolo que tinha de ser assinado com a EDP havia estado um pouco em “banho-maria”, enquanto não foi celebrado o novo QCA; naquela altura já se sabia (Com alguma margem de aproximação) com que verbas se poderia contar; havia o impasse do Fundo de Coesão!...

O projecto tinha de ser licenciado, mas havia alguns técnicos “cheios de dúvidas”; por isso, ele deveria seguir um procedimento “semi-especial”, para não os pôr em cheque mas também para não se ficar paralisado. No campo do restabelecimento das ligações rodoviárias, as reuniões com os responsáveis da Junta Autónoma das Estadas estavam a correr bem. A nova rede ficou rapidamente definida; hoje ninguém se queixa acerca das ligações entre centros urbanos.

Relatei os pontos desta reunião de trabalho para ilustrar como tudo tem de ser sempre acompanhado de perto...

\*

De acordo com as regras comunitárias, as obras comparticipadas com fundos europeus deveriam exibir um dístico qualquer referindo o facto. Eu gostaria de inovar em termos de “design” fugindo ao recurso às duas bandeiras (A portuguesa e a comunitária) justapostas. Pedi, por isso, que fossem ensaiadas algumas expressões plásticas novas, usando naturalmente as cores daquelas bandeiras, mas de uma forma um tanto livre. Não se imagina o sarilho em que me fui meter!... Teria de ficar especificado o nome do ministério promotor de cada obra e estava fora de causa usar qualquer liberdade de expressão relativamente às ditas bandeiras. Esta só foi introduzida alguns anos depois. A mudança não é fácil!... Aconselho a que não se perca tempo a tentar convencer os outros relativamente à bondade de uma qualquer inovação plástica... Esta acabará por acontecer quando as pessoas se fartarem da monotonia da falta de inovação...

\*

Nós sabíamos que era preciso modernizar empresas e instituições, comportamentos e formações... e em todos os sectores da vida nacional. Para fazer isso não chegava ter mais dinheiro, mas este era fundamental. Por isso estávamos atentos a todos os programas comunitários que nos pudessem ser de alguma valia, Havia o RECITE (Internal Regional Cooperation). Apresentámos candidaturas bem preparadas. Em toda a União Europeia haviam sido 210. Mas só 21 (10%) foram aprovadas. Dessas, 6 eram originárias da nossa Região do Norte. Não era má a percentagem... (quase 1/3!).

\*

No dia 28 de Março de 1994 dei posse, na própria aldeia do Alqueva, aos membros do Conselho Consultivo da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva. Foi uma ocasião muito especial para mim! O discurso que proferi está publicado (Discursos IX).

\*

A situação no Vale do Ave, em 1994, estava incomparavelmente melhor do que em 1985; porém, não se encontrava, ainda, bem. Por isso tratámos de fazer convergir as fontes de fundos disponíveis para resolver alguns dos problemas que subsistiam. Para esse efeito reuni-me, em 5 de Abril, com os meus Colegas da Indústria e do Emprego e com o Ministro-adjunto e com os Secretários de Estado do Planeamento, da Educação e do Ambiente e com o Governador Civil de Braga para afinar a proposta de Resolução do Conselho de Ministros que iria articular as acções a desenvolver com aqueles fundos. Estes eram o PEDIP II, o RETEX e mais 400 MECU da iniciativa têxtil (Que respeitava a todas as zonas dominadas pelo sector têxtil e com problemas de ordem diversa). Havia uma majoração para os subsídios do PEDIP que, no caso do Vale do Ave, era de 15% (Tal como havia sido para a Península de Setúbal). O RETEX, como se sabe, visava especialmente a diversificação industrial. As zonas dominadas por uma mono-cultura ou por uma única indústria são sempre vulneráveis; quando vem uma crise ela afecta todos e a região ou o país em causa afundam-se inexoravelmente, por muito rico que seja o sector (Vejamos o caso de Detroit e do sector automóvel).

Havia, ainda, o SINDAVE, mas ele passava a estar integrado no PEDIP II e no seu sistema de avaliação e decisão. Faltavam-nos três milhões de contos para as ETAR e a questão da poluição dos pequenos cursos de água era séria. A formação tecnológica dos jovens era uma preocupação constante; o costume era abandonar cedo o sistema educativo e integrar a força de trabalho sem grande preparação; isso já não era possível porque condenava os jovens ao desemprego ou a ocuparem postos de trabalho desqualificados e mal remunerados. Contudo, era preciso recorrer a uma “ quick response”. A Ministra da Educação queria que isso fosse feito em parceria com as associações empresariais locais, o que me parecia bem. Todavia, ainda não estava definido o número total dos formandos e, portanto, o dos cursos a lançar. Pedi urgência em fazê-lo para conseguir quantificar os gastos. Punha-se a questão de prorrogar ou não as medidas de protecção social que estavam definidas numa portaria ainda em vigor; este tipo de medidas também tem efeitos perversos como nós bem tínhamos visto na própria área, em relação a uma conhecido fábrica de pneus; deveríamos voltar à aplicação de um decreto-lei

(DL 219/91) que ainda estava em vigor. Éramos a favor do ensaio de algumas políticas activas de emprego que poderiam ser accionadas por um despacho do próprio Ministro do Emprego ou por uma Resolução do Conselho de Ministros que tornaria patente o envolvimento de todo o Governo na solução a adoptar. Para esse efeito, o Ministro do Emprego propunha-se criar uma “task force” que todos apoiámos. O que queríamos era resolver depressa um problema que tocava muita gente, especialmente jovem (No Vale do Ave ainda havia valores de natalidade elevados e percentagens altas dos jovens na pirâmide etária).

Insisto em sublinhar a importância do acompanhamento próximo deste tipo de casos. Não se pode tomar medidas e pensar que elas são concretizadas automaticamente. É preciso estar sempre em cima da situação.

\*

O Presidente Mário Soares queria saber mais sobre o projecto do Alqueva. Para isso disse-me que gostaria de ir ao local, ouvir uma explicação e discutir o tema com alguns especialistas que convidou. A visita teve lugar na tarde do dia 7 de Abril, no âmbito de uma Presidência Aberta. Foi ele próprio a dizer que pretendia sensibilizar a população para os problemas do ambiente e saber quais as consequências potenciais de se vir a ter um Alentejo verde. A troca de impressões que queria promover não se destinava a “criar paixões” nem era um comércio; tratava-se simplesmente de um debate técnico. No decorrer deste encontro, eu fiz uma exposição introdutória, para descrever o projecto nos seus objectivos e conteúdos, o Dr. Adérito Serrão disse qual era o estado de adiantamento das diversas componentes em curso; e, de seguida, intervieram, o Presidente da Câmara Municipal de Moura, o Arq. Gonçalo Ribeiro Telles, o Eng. João Bau, a Prof<sup>a</sup>. Maria José Costa (bióloga), o Prof. Jorge Revez (da Associação do Património de Mértola) o Prof. Jorge Palmeirim, o Eng. Carlos Matias Ramos (do LNEC), o Dr. Paulo Estadão, o Deputado António Monteiro, a Deputada Helena Torres Marques, o Senhor Manuel da Silva Brito e o Secretário de Estado do Ambiente que também estava presente.

O Presidente da Câmara foi o primeiro a falar para reclamar que os Municípios da margem esquerda também fossem irrigados; depois de dois anos consecutivos de

seca, a situação era de desespero. Não queria que a zona ficasse para uma segunda fase; deveria entrar logo na primeira.

O Dr. Adérito Serrão começou a sua intervenção citando uns versos da Florbela Espanca; faz sempre um grande efeito! Referiu-se à irregularidade das precipitações que o Presidente da Câmara tinha mencionado. A albufeira de Alqueva seria a “mãe-de-água” do sistema de barragens do plano de rega do Alentejo. Enumerou as medidas mitigadoras dos impactos negativos potenciais. Disse como estávamos a pegar no problema da Aldeia da Luz, dos sítios arqueológicos, da fauna e da flora, da qualidade da água e de temperatura, da ameaça de desertificação e dos indicadores de pré-desertificação que já eram visíveis em alguns pontos. Não deixou de referir-se aos projectos de investigação científica que já eram candidatos a apoios do programa PRAXIS. Concluiu dizendo que a construção da barragem era o ponto de partida de um plano muito mais vasto.

O Arq. Gonçalo Ribeiro Telles começou por dizer que não iria levantar o problema dos caudais. Interessava-lhe mais referir-se à filosofia do projecto. Por isso, não poderia deixar de sublinhar a importância de se conhecer o Plano Hidrológico Espanhol; mencionou o convénio de 1968 e a circunstância de lhe parecer que se estava a navegar sobre uma situação imponderável, por não se saber o que já estava regado em Espanha; estariam já realizados os 180.000 hectares previstos ou que parte deles é que estava mobilizada? Que escorrência prevíamos para a nossa bacia do Guadiana, em ano médio? Qual o custo global por hectare do nosso regadio? O transporte da água seria feito por canais ou por condutas enterradas? E quais seriam as perdas por evaporação? O desenvolvimento do nosso litoral estava a ser caótico; o que pensávamos nós fazer para evitar o mesmo no Alentejo? E qual era a parte da produção de energia eléctrica que prevíamos? E quanta água é que ela consumia? No que respeitava à componente agrícola, estava assegurada a manutenção do nível dinâmico da fertilidade dos solos? Relembrou a campanha do trigo: viver durante 5 anos e depois morrer! Estávamos a acautelar situações semelhantes? Era certo que competiria aos agricultores encarregar-se da manutenção do solo; mas que tínhamos nós previsto para que isso acontecesse? Iria haver uma “simplificação da paisagem”; o que tencionávamos fazer para evitar a desertificação humana da área do projecto? E o que é que se iria regar primeiro:

os barros de Beja ou as terras de Évora? O solo era construído pelo Homem com água e com matéria orgânica; onde iríamos nós buscar a matéria orgânica? Sendo certo que o Alentejo se estava a desarborear todos os anos! O montado era mal tratado. Ora a água sem a árvore não era coisa nenhuma. E qual era a população que iria consumir a produção do regadio agro-químico do Alentejo? Ele era a favor do desenvolvimento integrado; o desenvolvimento sectorial isoladamente conduziria a uma tragédia. Naquela ocasião apenas 30% dos regadios potenciais é que estavam a ser efectivamente regados e mobilizados. Não concordava que se fizesse o “grande lago” como bandeira política; ele deveria ser feito em conjugação com tudo o resto. E a água que caía no Alentejo ia ser posta fora? Só contávamos com a que vinha de Espanha? O custo da água iria ser elevadíssimo; quem o poderia pagar? Não gostava nada de estudos feitos sobre o Joelho. O desenvolvimento regional tinha de ter por base as regiões naturais, assegurando que o conjunto, na sua diversidade, deveria funcionar em uníssono.

Eu tinha e tenho uma grande simpatia pessoal pelo Arq. Ribeiro Telles. O País deve-lhe muito, porque ele foi um dos pioneiros dos estudos ambientais e da perspectiva integrada que se deve ter em matéria de desenvolvimento. Eu não divergia da sua perspectiva e, naturalmente, já havia pensado nos pontos que ele levantou. Comentei-os um por um, esclarecendo o que havia sido feito em relação a cada um deles. As respostas saem mais fluídas quando se gosta do interlocutor; foi isso que aconteceu.

O Eng. João Bau, um especialista em Hidráulica, começou por afirmar que era difícil dizer coisas novas em relação à situação do Alentejo e ao modo como poderia ser desenvolvido. Estava preocupado com os Alentejanos, o seu envelhecimento, a emigração a que se assistia, quase um êxodo... Mas a barragem do Alqueva não era uma varinha de condão; tinha de servir para alguma coisa. Impunha-se que “regasse bem”. Mas, para isso, deveria haver complementaridade entre a grande barragem e as pequenas barragens, já construídas ou a construir. A avaliação do projecto deveria ser feita globalmente, em termos macro-económicos. E dever-se-ia atender às valias intangíveis que eram numerosas. Lamentou que o Governo tivesse demorado tanto tempo a tomar uma decisão mas ainda bem que o havia feito! Estava eu seguro de que existia localmente a tecnologia para regar e para aproveitar a água?

E já estava destrinchado quem pagava e quem beneficiava? Quem participava e quem tomava a decisão? E quem iria gerir o empreendimento? Era a empresa EDIA que havíamos criado? Tratava-se de assegurar que seria assumida colectivamente a responsabilização pelo aproveitamento das virtualidades do projecto.

A Prof.<sup>a</sup> Maria José Costa referiu-se ao património arqueológico e aos perigos da eutrofização da albufeira por excesso potencial do uso de fertilizantes. Iríamos, seguramente, assistir a uma proliferação dos peixes achigã e perca, algo que não seria nada conveniente? Deveríamos tomar medidas que minimizassem esse risco. Quais seriam as consequências da aplicação da PAC (Política Agrícola Comum) sobre as culturas a introduzir no regadio E quem iria suportar os custos da água? No âmbito do plano hidrológico espanhol, havia sido assegurada a qualidade da água e os caudais mínimos a praticar? É que estes seriam muito importantes para garantir que não iria haver surtos de bilharziose.

O Prof. Jorge Revez era da Associação do Património de Mértola. Começou por afirmar que mesmo que a barragem fosse feita só para abastecer de água as populações do Alentejo isso já seria suficiente para a justificar. Naquele momento não se podiam fazer hortas no Alentejo, porque não havia água nos poços; a grande barragem tinha de ser construída. Não se deveria aproveitar a água para a geração de electricidade; esta estaria bem nos rios com grande caudal. Ali toda a água deveria ir para o consumo humano e para a rega. Lembrou que em Espanha se estavam a construir barragens umas a seguir às outras; isso prejudicava-nos patentemente. Os Alentejanos é que deviam decidir e eles já o haviam feito: queriam Alqueva!

O Prof. Jorge Palmeirim começou por dizer que Alqueva era um mito e que, para alguns, representava mesmo um dogma. Ele aceitava um pequeno Alqueva, mas não sabia qual era o interesse económico de um “Alquevão”. Durante a construção quantos Alentejanos é que seriam empregados e quantos trabalhadores viriam de outras partes do país. O Alqueva, tal como eu o havia descrito, não iria trazer a salvação económica do Alentejo. Do potencial de irrigação já existente no Alentejo somente 45% é que estava mobilizado; porque não me aplicava eu a estimular o aproveitamento dos restantes 55%? Quem iria ganhar com o “Alquevão” seriam especialmente as empresas multi-nacionais de obras públicas; aliás seriam criados poucos postos de trabalho uma vez que o ratio previsto era de 100.000

contos por posto de trabalho. O que estava por detrás do “Alquevão” eram as necessidades de água das piscinas e dos campos de golf do Algarve; esgotados os recursos hídricos do Algarve, os grandes empresários algarvios estavam agora a vir buscá-los ao Alentejo! O que era preciso era um tipo de desenvolvimento que beneficiasse o Alentejano médio! (Com intervenções como esta, a decisão seria mesmo construir o “Alquevão” e a correr, tal como nos incitava um célebre grafiti pintado na própria barragem. Não sei quem convidou este participante nem de que matérias era ele professor!... Ao contrário do que se pode imaginar, eu ficava tristíssimo com este tipo de intervenções porque elas denunciavam uma mediocridade imensa e uma tendência manifesta para recorrer a vulgatas e a “slogans”, sem qualquer esforço crítico na sua análise).

O Eng. Carlos Matias Ramos referiu-se ao Plano Hidrológico Espanhol e à existência de cerca de um milhar de barragens que poderiam ser consideradas médias ou grandes em Espanha, quando, em Portugal, não havia sequer uma centena. Referiu-se à importante questão dos “transvases” de água entre bacias espanholas que nos poderia prejudicar muito, tendo ilustrado com a redução das afluições na bacia do Douro (Poderia tê-lo feito também em relação ao Tejo e ao Guadiana); disse que, ao longo dos últimos vinte anos, a situação se havia tornado preocupante. A respeito da actuação do Homem sobre os cursos de água, referiu que já não havia rios naturais; o Homem tinha mexido em quase todos eles!

O Dr. Paulo Estadão começou por dizer que não conhecia o projecto que havia sido decidido. Mas perguntou onde estavam o Plano Hidrológico Português e o Plano de Ordenamento do Território Português. Porque o que estava em causa deveria articular o Ordenamento do Território com o Ambiente e com o Desenvolvimento Regional. Iríamos arrancar numa situação de contingência e de incerteza que punha problemas de gestão especiais. Queria que fosse explicitada uma visão estratégica do projecto (Já o havia sido numerosas vezes) e que houvesse uma crítica acerca do modelo de gestão adoptado. Afirmou que a água iria ser o petróleo do século XXI e que reclamava, por isso, uma gestão estratégica. O Ordenamento do Território deveria ser conduzido atendendo à sua dimensão humana.

O Deputado António Monteiro começou por se referir ao êxodo a que se assistia: um em cada três Alentejanos ia-se embora, na maior parte dos casos para a Área



Metropolitana de Lisboa. Havia 18% de desempregados e um tecido empresarial muito frágil. A albufeira do Alqueva constituiria uma reserva estratégica de água e permitiria produzir energia eléctrica, portanto não poluente. Mas a construção do empreendimento implicava uma reforma da agricultura no Alentejo. O Governo deveria curar de defender, no âmbito da PAC, uma agricultura para Portugal. E, também, de definir as formas de transformação adequadas para os nossos produtos. A margem esquerda do Guadiana teria de ser regada logo desde o início, não a deixando para uma segunda fase do projecto.

A Deputada Helena Torres Maques, Deputada pelo distrito de Beja, chamou a atenção para a importância da água para a indústria e para as consequências do preço da água. Seria preciso defini-lo com urgência. Recomendava uma ligação robusta com a Universidade e manifestou a sua preocupação com o fecho das minas de Aljustrel. Afirmou não estar de acordo com o conteúdo da PAC nem com a sua aplicação a Portugal.

O Senhor Manuel da Silva Brito considerou-se como a voz dos agricultores ali presentes, preocupado com o futuro dos Alentejanos. Comparou a agricultura regada com a de sequeiro. Referiu-se ao baixo rendimento do azinho e perguntou se o olival era para esquecer (Como se sabe não foi e representa hoje, devidamente modernizado, uma das grandes fontes de receita do Alentejo).

O Secretário de Estado do Ambiente referiu-se às garantias dadas pelo Governo Espanhol sobre o cumprimento das obrigações firmadas, à participação pública nas decisões tomadas e ao funcionamento do Concelho da Bacia do Guadiana.

As respostas que demos, eu próprio e o presidente da EDIA, pareceram ter acalmado as grandes inquietações que haviam estado na base da convocatória do encontro. Era evidente que muitas das perguntas feitas correspondiam a problemas reais que tinham merecido a nossa atenção e que haviam influenciado devidamente a forma de executar o empreendimento. Aquilo que reclamava grande contenção na reacção era o conjunto de manifestações de desconhecimento, de má-fé, de superficialidade de análise e, sobretudo, de adopção fácil dos chavões que circulavam na imprensa, neste caso lançados por comentadores “bem-pensantes”, mas ignorantes. Em relação ao Alqueva os comunistas eram a favor de maneira que não vinham daí aquelas manifestações; a sua origem estava em

certos meios “românticos” ambientalistas e pioneiros da ideia de que qualquer acção tem repercussões negativas que nós não sabemos controlar.

Pareceu-me que a reunião acabou por funcionar a favor do projecto, porque não foi convocada mais nenhuma com tão alto patrocínio. E hoje (2017) não ouço nenhuma contestação ao empreendimento. Mas é certo que surgirão algumas, porque o projecto é de uma grande complexidade e tem muitas componentes. Será fácil que em alguma delas se exagere, não olhando para todos os efeitos das decisões. Como sucede sempre nos grandes projectos, é preciso acompanhá-los de perto e ir fazendo avaliações dos resultados, especialmente para aprender com o que foi sendo feito.

\*

Eu estava preocupado com o estudo de impacte do Alqueva. Sem ele não seria possível negociar nenhuma participação, viesse ela dos fundos estruturais ou do fundo de coesão. Em 8 de Abril soube que o estudo estava a decorrer, mas que, dificilmente, o teríamos concluído antes de Dezembro!... E era evidente que ele não poderia ser “atamancado” de qualquer maneira; se o fosse, viria para trás e só se estaria a perder tempo. Mas teríamos de ir avançando em tudo o resto de modo a dispor de todos os elementos logo que o financiamento estivesse decidido.

\*

Em 8 de Abril soube, por intermédio da REPER, que o Comissário Millan havia encomendado um parecer sobre Alqueva. O consultor não havia enunciado nenhum comentário negativo nem em relação à produção de electricidade nem ao abastecimento de água às populações. Mas tinha sido muito crítico em relação à irrigação; apontava rentabilidades potenciais baixíssimas. Era aí que eu deveria concentrar mais os esforços de fundamentação do projecto.

\*

No dia 13 de Abril teve lugar em Viena uma grande reunião promovida pela OCDE sobre Política Regional. Já me referi às boas relações que eu mantinha, desde há muito, com o Secretário-Geral da organização, Jean-Claude Paye, um daqueles altos funcionários franceses que sabia conjugar eficácia com erudição e humor

refinado com profundidade de análise, tudo isso servido por uma capacidade de exposição excepcional. Por essas razões esteve tantos anos naquele lugar!...

Os Austríacos são muito formais, tanto nas reuniões como fora delas. Eu não podia deixar de sorrir quando os próprios empregados de mesa se me dirigiam tratando-me sempre por “Excelence”!... Como é timbre deles, o encontro estava impecavelmente organizado. Foi o Chanceler Uranitzky que abriu os trabalhos. Falou da importância da coordenação entre os países europeus de leste e do oeste. Disse que a política regional austríaca estava a ser um verdadeiro sucesso porque as poucas disparidades regionais estavam a ser atenuadas; aliás, elas nunca tinham sido dramáticas. Repousavam no turismo para compensar o papel limitado da agricultura. Estavam atentos aos efeitos do investimento descentralizado e atribuíam a maior importância aos equipamentos educativos. Mas essa visão optimista da questão estava, então, ameaçada: i) pela evolução tecnológica; ii) pela globalização da economia e pelas negociações do GATT; iii) pelas preocupações ecológicas crescentes e pela preocupação de encontrar soluções ecológicas sustentáveis; e iv) pela abertura das economias dos países da Europa Central e Oriental. Recomendava, fortemente, que se evitasse levantar novas barreiras em relação aos países vizinhos. A sua preocupação maior ia para os sectores da energia, dos transportes e do ambiente. Importava, sobretudo, não criar novas disparidades.

O Secretário-geral da OCDE disse da sua preocupação pela criação das condições mais favoráveis ao crescimento económico, atenuando as disparidades existentes. Tínhamos de estar preparados para fazer face à globalização crescente da economia. O desenvolvimento tecnológico estava a ser um facto, acompanhado de um movimento cada vez mais intensivo de migrantes para os centros urbanos. Mas as áreas metropolitanas também estavam a ser afectadas pela recessão. Era importante assegurar oportunidades iguais para toda a gente. Mas havia riscos económicos e sociais a que importava atender. A solidariedade deveria representar uma preocupação permanente. Estava a haver mudanças institucionais no sentido da devolução do poder e da subsidiariedade. A necessidade de um desenvolvimento equilibrado de todos os países impunha-se. Não se poderia deixar de atender à cooperação entre regiões fronteiriças; ela deveria ser objecto de uma acção específica.



FIG. Reunião da OCDE em Viena. Abril, 1983.

Como sempre acontece, a OCDE designa um dos seus altos quadros como responsável pelas conferências que organiza. Dessa vez foi M. de Gaudemar que resumiu os eixos principais que deveríamos debater: (A) A reestruturação industrial, as mudanças tecnológicas, o ambiente e o desarmamento nos países da Europa de Leste. (B) os Objectivos das políticas regionais, a luta contra o desemprego, a melhoria dos mercados regionais e locais e a limitação do enfraquecimento desses mercados. (C) A melhoria dos investimentos locais, conciliando a eficácia com a equidade. De seguida, falámos todos os ministros presentes. Resumirei os pontos que abordámos:

A globalização não poderia ser esquecida bem como as consequências das negociações do GATT. O crescimento do tamanho das aglomerações e as suas consequências. A renovação da política de ordenamento do território para fazer face à redução das disparidades regionais. A necessidade de um debate aprofundado sobre o ordenamento do território face a uma experiência de mais de trinta anos, que a maior parte dos países presentes tinha na matéria. A redução do desemprego e a especialização das diferentes regiões. Mas as políticas regionais não poderiam ser consideradas como substitutos das políticas sociais que deveriam continuar a existir. A importância da cooperação entre os diversos níveis de governação que nunca deveriam competir entre si. O papel central da educação e da formação profissional, em ligação com a flexibilidade laboral. A importância das pequenas e médias empresas e a necessidade de se assegurar uma capacidade empresarial generalizada. A obrigatoriedade de olhar para a competitividade e de melhorar a do nível regional. Deveríamos insistir na integração de medidas de natureza diversa; só as soluções integradas tinham probabilidade de sucesso. Mas deveríamos ter criatividade para lançar uma grande diversidade de soluções. O desenvolvimento sustentável tinha de fazer parte das nossas preocupações. Dever-se-ia conduzir paralelamente dois processos administrativos, um de desconcentração e outro de descentralização que fossem articulados entre si. As questões transfronteiriças eram comuns a todos os países; mereciam, por isso, uma atenção especial. Os meios disponíveis eram sempre escassos face às necessidades; por isso deveriam ser concentrados em torno dos objectivos prioritários. As novas tecnologias deveriam ser acompanhadas de perto. A qualidade tinha de

representar um imperativo, nomeadamente no domínio da habitação. A mobilidade ocupava um lugar central nas nossas preocupações em relação ao equilíbrio a alcançar. As soluções “bottom-up” deveriam ser mais generalizadas, porque representavam o futuro das nossas políticas regionais. O papel da Natureza nas nossas vidas e a preocupação de não a estragar (“unspoiled nature”) deveriam estar no centro da nossa atenção. As disparidades dentro da União Europeia eram muito maiores do que dentro de qualquer país-membro; donde as dificuldades acrescidas da Política Regional Europeia que tinha de atender a uma enorme variedade de situações. As verbas devotadas à PAC estavam a diminuir e os fundos estruturais a aumentar; era preciso que isso continuasse a acontecer e que estes últimos fossem bem aplicados. As ajudas comunitárias não representavam uma simples transferência de fundos; tudo tinha de ser feito com base em programas e projectos negociados com a Comissão Europeia; a adicionalidade era de regra e o parceria também; constituíam a melhor forma de alcançar os objectivos de uma política regional comunitária. As infra-estruturas representavam uma parte importante da política regional comunitária, especialmente nos países e nas regiões mais pobres. Mas tinha de se atribuir um peso crescente aos recursos humanos e sua preparação. As iniciativas comunitárias visavam objectivos gerais que ultrapassavam uma região ou um país, mas respeitavam ao conjunto comunitário. As disparidades regionais representavam um obstáculo ao crescimento. A concentração exagerada nas áreas metropolitanas estava a determinar custos de congestionamento muito inconvenientes. O aproveitamento do potencial de crescimento endógeno impunha-se em todos os casos. O controlo exagerado a partir do centro comprometia a motivação das regiões; era preciso assegurar que elas dispusessem de larga autonomia em matéria de desenvolvimento. A disponibilidade de fundos para o desenvolvimento regional revelava-se indispensável. Era preciso abrir lugar às empresas baseadas no conhecimento; elas representavam uma parte importante do futuro. A inovação tecnológica iria desempenhar um papel importante no quadro das políticas de desenvolvimento regional. Não se tratava unicamente de conseguir recuperar os atrasos em matéria de desenvolvimento regional; importava, antes, assegurar as novas condições para o desenvolvimento. Não se tratava tanto de focar a nossa atenção na distribuição de

recursos mas antes estimular a retoma do crescimento. Era importante dar atenção aos desequilíbrios entre países, uma vez que a globalização em curso os aproximava a todos entre si. Os actores da política regional já não eram somente os governos centrais ou federais; eles eram definidos no quadro de um partenariado alargado, envolvendo também agentes privados; isso levava a entrar em linha de conta com o investimento privado e a considerar a figura do “contrato”. Havia que distinguir entre os instrumentos de análise e os instrumentos de intervenção.

A política regional estava a ser cada vez mais importante. Mas, para alcançar bons resultados, era fundamental tomar a sério o conceito de cooperação entre níveis de governo e entre parceiros com natureza diferente e estabelecer uma distinção clara ente objectivos de longo-prazo e de curto-prazo. Os cidadãos estavam a reagir cada vez mais à permanência de disparidades de desenvolvimento entre espaços. Impunha-se por isso revertê-las e reduzi-las.

Estas grandes reuniões, no quadro da OCDE, tinham a grande utilidade de nos fazer tomar contacto com outras formas de olhar para as questões que a todos nos afligiam. Víamos quais eram as prioridades do Japão, do Canadá, da Noruega e da Austrália. Os problemas não eram assim tão diversos. Mas algumas respostas poderiam inspirar-nos na resolução dos nossos próprios problemas. Era, por isso, que eu seguia o desenrolar dos trabalhos com a maior das atenções, indo falar directamente com os meus Colegas quando aquilo que houvessem dito me interessasse particularmente.

\*

No dia 22 de Abril reuni-me, no INA (Instituto Nacional de Administração) em Oeiras, com um conjunto de arqueólogos que, na realidade, representavam a nata da profissão, porque eram todos investigadores e, a maior parte deles, docentes universitários.

Descrevi-lhes, em linhas gerais, o que era o projecto do Alqueva e pedi-lhes para fazerem recomendações sobre a maneira de conduzir os trabalhos que fosse, simultaneamente, rigorosa em termos científicos e de bom-gosto no que respeitasse à exibição dos achados arqueológicos já descobertos ou que as obras pusessem em evidência.

Numa visita recente (Maio de 2016) ao local disseram-me, na Vidigueira, que a abertura de valas para a colocação de condutas de água para os blocos a regar havia permitido recolher material arqueológico que autorizava ter-se uma visão radicalmente diferente da que se possuía a respeito da história da ocupação do Alentejo. Mas, em 1994, nem eles nem eu sabíamos disso. Só possuíamos conhecimento acerca do que estava já descoberto. E era em relação ao tratamento do existente que eu os queria ouvir.

Fiquei surpreendido quando um deles pediu logo para intervir, com ar um tanto agastado, para me dizer que não compreendia as minhas expectativas em relação ao encontro. Se eu esperava sair dali com uma linha de acção consensual, deveria desiludir-me porque chegaria ao fim do dia com tantas orientações diferentes quantos os arqueólogos ali presentes; a experiência indicava-lhe que o consenso entre eles nunca seria conseguido. Eu corria o risco de sair dali mais confuso do que entrei. Com calma respondi-lhe que eu sairia dali seguramente mais informado e mais rico de conhecimentos e que, se eles não conseguissem unir-se em torno de uma recomendação comum, me caberia a mim interpretar as várias contribuições e extrair delas uma linha de acção equilibrada. Nessa base avançámos para o trabalho.

Para o Leitor ver quem era, realmente, o escol dos nossos arqueólogos, direi os seus nomes pela ordem de intervenção, antes de resumir o que disseram. Foram eles: o Dr. Orlando Fernandes, o Prof. Victor Gonçalves, o Prof. Rosado Correia, o Prof. Rosado Fernandes, o Dr. Cláudio Torres, o Dr. António Carlos Silva, o Dr. Themudo Barata, o Prof. Vasco Mantas, o Prof. João Cardoso, o Prof. José Mascarenhas, o Dr. Santiago Macias, o Dr. Jorge Oliveira, a Dra. Joaquina Soares, o Dr. Manuel Calado, o Dr. Pestana de Vasconcelos, o Prof. Virgílio Ferreira Jorge e o Prof. Victor Oliveira Jorge.

Assistiram à sessão e participaram activamente o Secretário de Estado da Ciência e o Dr. Adérito Serrão, nessa altura presidente da Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva.

No quadro de um projecto arqueológico do Alqueva já havia um levantamento, feito a pé, da área da albufeira; estava por fazer apenas um terço da área inundada, o que poderia ser colmatado durante os anos de construção da barragem;



isso até à cota de 150m (deveria ser até à cota 152m). Tinham sido feitas fichas que conduziram à definição do tratamento proposto para cada uma das estações definidas. Já havia decorrido a escavação completa de alguns sítios. O processo consistia na realização de sondagens, escavações e transladação das peças encontradas em cada uma das estações definidas. Os casos mais complicados respeitavam aos sítios da idade do ferro, posteriormente romanizados; havia muitas dificuldades de remoção. O Castelo da Lousã não era tão importante como outros locais (Acabou por ser devidamente protegido, de modo a preservar-se tudo quanto lá está, mergulhado hoje sob as águas da albufeira; tudo foi feito de acordo com as recomendações científicas recebidas). Ir-se-ia concluir a prospecção da área. Havia dois sítios arqueológicos no Pocinho nos quais se tinha de tapar o que se havia escavado.

Houve um arqueólogo que protestou dizendo que a comunidade científica não tinha conhecimento do inventário feito e que, mesmo os 2/3 da área referidos não estavam completamente avaliados; um sítio inundado era um sítio inundado com a perda de informação que estava a isso associada (Temi que começasse aí o confronto de posições...). Um outro disse que qualquer sítio escavado deveria ser tapado para não se perder informação. As fichas deveriam ser hierarquizadas de modo a poder equilibrar-se a perspectiva patrimonial com a científica. O estabelecimento de uma hierarquia das fichas significava que alguns sítios poderiam ser objecto de salvamento e outros não. Deveriam ser balanceadas as importâncias científica, patrimonial e sociológica de cada sítio. Mas para poder intervir era preciso tempo e dinheiro.

Eu havia sugerido recolher todo o material arqueológico merecedor e susceptível de ser transferido para um “parque arqueológico” devidamente preparado. Eu sabia bem que a localização do achado também importava e, que, portanto, teria de ser referenciada em ligação com ele na sua implantação no dito parque. Houve um especialista presente que não via qualquer inconveniente na organização desse parque; se não se fizesse nada em relação a esses achados não transferidos, eles passariam a constituir “lixo”.

Havia também de atender ao património florístico e faunístico, além do património construído. Era preciso inventariar os ciclos das diferentes actividades produtivas (o azeite, o vinho, os cereais, etc.) para depois organizar vários tipos

de museus. Isso levava a que não seria aconselhável haver um só parque, como eu tinha proposto, mas vários parques consoante os temas a tratar. Não deveria haver exclusivamente museus arqueológicos; tinham, também, de ser instalados outros com especialidades diversas.

O castelo da Lousã deveria ficar, onde estava mas impunha-se fazer um grande modelo (“maquete”) com aquilo que ainda existia para ser exibido num espaço a definir.

A etno-arqueologia também importava. Deveriam ser constituídas equipas de trabalho que desenvolvessem o maior número possível de estudos enquanto a área não fosse inundada; isso significaria “trocós” no cômputo geral dos gastos do empreendimento. Se este visasse somente a produção da energia eléctrica seria condenável; como a componente dominante seria a irrigação e a agricultura, o projecto era muito bem-vindo. Dever-se-iam ligar essas culturas ao “tipo andaluz” de exploração agrícola. As áreas a irrigar deveriam ser acompanhadas de perto.

Tinha de ser feito o inventário das práticas agrícolas até ali desenvolvidas; a consulta da obra do Prof. Orlando Ribeiro seria útil para esse efeito. Não nos deveríamos preocupar muito com as terras inundadas porque a maior parte delas era estéril; as boas terras situavam-se fora da área da albufeira.

A pesquisa arqueológica estava indissociavelmente ligada a Alqueva, porque a zona era rica de sítios com marcas importantes. O primeiro estudo de impacto datava de 1985 e, nessa altura, já se tinha feito um estudo de prospecção sistemática. Estava em causa avaliar o que se iria fazer de imediato; antes de se saber o destino a dar aos monumentos megalíticos era preciso tratar de programar o salvamento. E este deveria ser definido de acordo com as prescrições da comunidade científica e com uma participação muito activa da comunidade de arqueólogos; deveria haver um órgão coordenador para a apreciação do trabalho em curso; a execução poderia ser feita por territórios, por idades ou por temas; o arqueólogo que fazia a proposta incitava-nos a procurar a colaboração de universidades estrangeiras. Aquele órgão coordenador deveria ser integrado por arqueólogos e por “técnicos com operacionalidade” para dar seguimento às propostas que fossem sendo avançadas. A colaboração com arqueólogos estrangeiros deveria ser pontual e limitada aos sectores em que não tivéssemos profissionais actualizados.

O problema maior iria surgir nos 110.000 hectares da zona de rega, porque, aí, as estruturas cadastrais seriam destruídas pela irrigação. Conviria fazer o levantamento de toda a área.

Tinha que se terminar, brevemente, com a prospecção na área da albufeira; para o resto havia mais tempo. Dever-se-ia fazer um recurso abundante à fotografia aérea e à detecção aérea. O Alqueva iria proporcionar a verdadeira dimensão do Alentejo, com mais regadio e menos sequeiro.

Em arqueologia nada era definitivo, porque qualquer levantamento arqueológico tinha uma data e era isso que marcava. A prospecção aérea constituía, nessa ocasião, o princípio de tudo. Talvez nós pudéssemos aproveitar a oportunidade para formar uma Escola de Arqueologia. Era importante assentarmos numa lista de prioridades. A realização dos trabalhos não apresentava grandes dificuldades porque já havia pessoas com capacidade técnica e científica em número suficiente; assim os arqueólogos se pudessem congregar numa atitude construtiva... (A mesma inquietação do primeiro interventor...). Deveríamos dar muita atenção à variação da cota de referência (150m ou 152m), porque mesmo uma pequena oscilação de água poderia ter grandes repercussões no volume de trabalho a desenvolver. As próprias variações inter-anuais do nível das águas teria influência na percolação destas sobre os terrenos e, conseqüentemente, sobre a preservação dos sítios arqueológicos; por isso deveria ser definida uma faixa de segurança.

Impunha-se que se prestasse uma grande atenção ao património arquitectónico e, dentro deste, aos moinhos. Havia-os muito antigos, pelo menos medievais, e, a maior parte, ficaria submersa. Era o seu estudo que merecia prioridade. Eles não estavam localizados naqueles pontos por acaso. Deveria procurar-se as explicações que iluminassem o assunto. Conviria começar por se fazer o seu levantamento fotogramétrico. Os cadastros antigos iriam ser afectados pela barragem, especialmente nos concelhos de Mourão e de Monsaraz; mereciam uma atenção muito particular. Havia, também, os cadastros romanos de Beja ("Pax Julia"), mas, para esses, havia tempo; de qualquer forma, era certo que os cadastros mereciam um cuidado muito particular. Seria bom estudar o património paisagístico e a estrutura ecológica da paisagem, explicitando as funções de barreira e de condução. A paisagem deveria ser sempre avaliada como um todo.

Era preciso desenhar alguns programas de investigação para perceber como é que a vida estava organizada nos tempos passados. Merecedora da maior atenção era a Horta da Várzea que havia sido a zona agrícola mais importante.

O enchimento da barragem representava uma fase crítica da operação. Deveria ser acompanhada com atenção.

O levantamento disponível era bastante aceitável. Estavam já detectados cerca de duas centenas de locais que mereciam um aprofundamento do seu estudo. A prioridade deveria dirigir-se para esse conjunto. O participante que disse isto, aproveitou para se queixar sobre a situação da comunidade arqueológica nacional que considerou “miserável”. Evitei prosseguir nesta via. Na realidade os sítios arqueológicos eram mais de duas centenas; o levantamento feito apontava para 310; as duas centenas implicavam já uma selecção. O desafio era muito grande; estimava que os seis anos que eu havia referido não chegassem; de qualquer modo, recomendava que as equipas fossem interdisciplinares; aconselhava muito a vinda de especialistas estrangeiros.

A prioridade, nessa ocasião, deveria ser colocada na prospecção arqueológica. A deslocação de peças a que eu havia aludido só se aplicava aos monumentos megalíticos e, mesmo assim, somente aos que estavam em bom estado. A deslocação seria desaconselhável se implicasse um largo percurso. Por isso, se deveriam prever vários locais de acolhimento.

A prospecção não termina nunca; tem de ser sempre prosseguida. O acompanhamento de perto do trabalho a realizar era muito importante. Havia alguns casos interessantes importantes que importava estudar: o moinho do Gato, um Castelo da Ordem de Calatrava e as jangadas então usadas, construídas de tábuas ligadas com barro.

A musealização do que o merecesse ser deveria ficar sob tutela do Ministério do Planeamento, porque era ele que tinha a responsabilidade de tudo o resto. A comunidade de arqueólogos nacional era muito pequena; deveria, por isso, ser mobilizada o mais possível e ampliada, aproveitando o facto de haver oportunidades de trabalho e, por isso, de treinamento e formação. Verificava-se uma grande disponibilidade para colaborar. Mas o financiamento era fundamental.

Ouvimos todos tudo com atenção. E eu não podia deixar de concluir que a reunião havia sido útil, ao contrário daquilo que havia um deles vaticinado.

O representante do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) disse que estava preparado para continuar a trabalhar em todos os domínios que haviam sido enunciados. Iria distribuir o relatório já elaborado sobre o assunto e esperava orientações do seu Secretário de Estado.

Pedi ao Dr. Adérito Serrão para referir as conclusões que havia retirado do encontro. Entendia que a arqueologia era um outro domínio que a construção da barragem havia levantado como campo de estudo. Este deveria distinguir a zona a inundar da zona a irrigar, pelo menos na urgência de análise. A proposta que o IPPAR havia feito representava um excelente ponto de partida. Iria procurar definir o âmbito da intervenção neste domínio: temas e espaços. Conviria definir a tipologia das operações a executar, bem como os processos de preservação e de museologização daquilo que o merecesse. Os calendários deveriam ser fixados desde logo. Verificava que a ambição estava a crescer à medida que a intervenção avançava; era natural... O empreendimento poderia ter espoletado todo um processo de investigação no sector da arqueologia (Mal ele sabia que o material que seria encontrado era tão importante que conduziria a uma revisão das teses então vigentes acerca do povoamento do Alentejo!...). Ir-se-ia ocupar da definição dos meios humanos e financeiros necessários à prossecução do trabalho.

O próprio Secretário de Estado da Ciência entendeu fazer o seu depoimento. Havia já muito trabalho feito, mas, neste domínio, ele nunca estaria acabado. Tinha tomado nota sobre a urgência de prosseguir com a fotografia aérea especialmente orientada para a arqueologia. Mas o trabalho a fazer apresentava-se com muitas interligações e, por isso, deveriam ser constituídas equipas intersectoriais. Quis saber quantas teses de doutoramento haviam sido feitas em arqueologia; poucas, naturalmente. Deveria aproveitar-se a ocasião para fazer aumentar o interesse pelo sector, através da celebração de protocolos entre as entidades envolvidas. Um campo que lhe parecia dever ser incentivado era o da museologia.

Afinal e ao contrário do vaticinado pelo primeiro interveniente a reunião mostrou ter utilidade. Por outro lado, dada a riqueza arqueológica da área, não tenho dú-

vidas em afirmar que isso tem contribuído para fazer aumentar o interesse pelo sector. Razão tinha eu quando, na minha visita oficial à Suécia, propus ao meu Colega que os doutorandos suecos em arqueologia para cá viessem praticar... Ganhariam eles e nós também!

\*

A arqueologia estava na moda! Iriam começar as obras de recuperação do castelo de Alcácer-do-Sal para instalar a excelente pousada que lá vemos hoje. Tudo tinha de começar por uma investigação arqueológica exaustiva. Afinal, havia trabalho prático abundante para os arqueólogos competentes!

\*

Em 27 de Abril tratei com a minha Colega do Ambiente do lançamento do inquérito público sobre o estudo de impacto ambiental do Alqueva. Havia uma comissão especial para o conduzir. Fixámos um período de 120 dias para que ele se realizasse. Era considerado como “super-urgente” e alguns protestaram. Mas eu entendia que quem tivesse alguma coisa para dizer o faria em pouco tempo; a extensão do período não serviria para melhorar a qualidade das críticas ou achegas. A Comissão dos Rios tinha de ser renovada. Pedi-lhe que o fizesse com brevidade, porque talvez ela tivesse alguma recomendação relevante a fazer para o Alqueva. Daí a dois dias viria a Lisboa o Comissário Schmidhuber, responsável pelo Fundo de Coesão. Teríamos de defender em conjunto, a afectação de verbas ao empreendimento do Alqueva. Também tratámos do Enxoé, que merecia tantas recomendações da parte dos locais para que não fosse esquecido. Não queriam perder a oportunidade de regar os seus terrenos na margem esquerda do Guadiana.

\*

No dia 27 de Abril reuni-me com representantes das Associações Empresariais Regionais para analisar a proposta do Sistema de Incentivos Regionais. Este visava, fundamentalmente, a criação e a modernização de pequenas e médias empresas nos vários sectores de actividade. Ele era regional e não sectorial. A zona abrangida representava cerca de 75% do território continental. Como já tenho

referido, nós queríamos dar mais relevo aos subsídios reembolsáveis do que aos concedidos a fundo perdido, mas os empresários preferiam os segundos. Fixei em três meses o prazo máximo para apreciação das candidaturas e para decisão sobre elas. Estiveram presentes numerosos representantes das associações. Entreviei doze deles. Resumirei o que disseram:

Deveria haver a possibilidade de as candidaturas serem entregues a outras entidades, além das Comissões de Coordenação Regional, para melhorar as condições de acesso (O que ele queria era que as candidaturas fossem também entregues nas próprias associações regionais para estas ficarem “associadas” à outorga dos subsídios...). Algumas empresas tinham menos de 5 trabalhadores (57%); deveria haver um tecto mais baixo para as envolver. Além disso seria bom que existisse qualquer forma de estímulo à associação de pequenas empresas. Quais seriam os critérios de impacto regional de avaliação dos projectos? Quando é que o sistema entraria em operação? (Tudo isto estava referido nos documentos distribuídos). Deveria haver uma majoração dos benefícios para os jovens empresários (Isso daria a possibilidade aos pais empresários, por envolverem os filhos, de arrecadar maiores benefícios...). As associações regionais poderiam fazer muito mais do que estava previsto no regulamento. Deveriam ser incluídos os projectos do sector do turismo, dos agrupamentos complementares de empresas e os serviços comuns (redes de cooperação). Seria interessante que se estimulasse a promoção da criação de “cachos de empresas” que apresentassem sinergias entre si. O sistema tinha de ser célere em matéria de decisão e haver uma comunicação permanente em relação ao ponto em que estava a apreciação de cada candidatura. Novamente, uma recomendação no sentido de ser dada às associações regionais a capacidade de prestar serviços em relação a todo o processo de candidatura. Como se processaria a articulação com o PEDIP? E com outros programas da área das empresas? E como se resolveria a questão das dívidas das empresas ao Estado? Neste quadro se situavam também as garantias dadas pelas empresas que deveriam ter fórmulas práticas de libertação para poderem concorrer aos incentivos. O interesse do sistema e pelo sistema era manifesto; contudo, cruzavam-se muitas estratégias associativas e pessoais com o propósito simples da promoção de criação e modernização das empresas. Eu preferia que houvesse menos “jogos” e mais objectividade.

\*

O Comissário Schmidhuber veio a Lisboa no dia 28 de Abril. Tivemos uma longa reunião em que acertámos numerosos assuntos, nomeadamente alguns projectos em curso. No final da reunião, eu disse-lhe que havia sido notável a convergência verificada. Efectivamente, só não havíamos concordado na distribuição do Fundo de Coesão nas duas parcelas previstas: ele queria 60% para os transportes e 40% para o ambiente. Nós ainda precisávamos de 70% para os primeiros e 30% para os segundos. À medida que fossemos resolvendo os nossos problemas de acessibilidade poderíamos aproximar-nos mais da chave de repartição que ele propunha. Cada país tinha os seus problemas; nós ainda precisávamos de atender primeiro à mobilidade. Era certo que iríamos ficar numa posição “in between”, mas a minha obrigação era insistir naquilo que correspondia às nossas prioridades.

\*

Em princípios de Maio de 1994 estava em curso a elaboração do relatório “Europa 2010”. Interessava-se especialmente pelas disparidades de desenvolvimento dentro do território europeu. Fiquei surpreendido quando soube que a diferença entre a região austríaca mais pobre e a região húngara mais rica era de 1:10. Eram os efeitos de um “encravamento” físico que não se imaginava existir. Na parte leste da Europa já estavam a elaborar a sua parte da Europa 2010; mas, como não tinham experiência deste género de trabalhos, haviam-na contratado à DATAR (francesa). São essas as consequências de se ter adquirido um prestígio profissional muito consistente e conhecido.

Numa reunião em Paris em que tinha participado, o Sub-director-geral do Desenvolvimento Regional lamentava-se que a Europa ocidental do sul ainda não tivesse dado passos visíveis em matéria de coesão, nomeadamente em matéria de acessibilidade terrestre, de cabotagem, de ambiente, de telecomunicações por fibra óptica e de energia (gasoductos). Nós estávamos a actuar em todos esses domínios, mas os resultados ainda não eram visíveis. Começariam a sê-lo dentro de pouco tempo.

A moda nessa ocasião ia toda para Leste. A Administração Comunitária tem, muitas vezes, impulsos que assumem mais os contornos de uma vaga do que de um



processo racional devidamente sopesado. A minha posição, repetida em muitas instâncias era de que nós apoiávamos convictamente a integração do Leste desde que ela não se fizesse com fracturas internas, nomeadamente a oeste e em relação às zonas periféricas insulares.

Tem, continuamente, de se mostrar que existimos e que estamos a fazer o máximo para não nos deixarmos descolar, ficando para trás.

\*

Em 6 de Maio tive notícia de que a criação do Fundo de Coesão estava resolvida. Passaria, como ponto A, no Conselho do dia 16 (Assuntos Gerais ou ECOFIN). A partir daí seguiria para publicação e entraria em vigor no dia seguinte. Em relação ao Alqueva é que as coisas não estavam tão lubrificadas. Teria de haver acordo entre o Comissário Millan (Política Regional) e o Comissário Schmidhuber (Fundo de Coesão). Seria bom que eu apresentasse muito rapidamente aos dois um relatório curto mas mencionando todas as justificações. Assim foi feito.

\*

Os trabalhos de relançamento do projecto do Alqueva prosseguiram. Em 10 de Maio tive um longo despacho com o Dr. Adérito Serrão. Havia que analisar numerosa documentação que nos tínhamos comprometido a enviar para Bruxelas. Na sequência da reunião com os arqueólogos combinámos entregar o relatório do que nos disseram ao IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) solicitando a sua colaboração no terreno. Tínhamos de tratar do licenciamento do projecto que deveria ser objecto de análise por uma comissão de apreciação que era da responsabilidade da Ministra do Ambiente. Deveríamos ter em consideração as recomendações que fizessem.

Já tínhamos cópias do Plano Hidrológico de Espanha que o LNEC havia analisado em pormenor (Dois volumes de análise). Possuíamos também uma síntese de uma apreciação recente (Fevereiro de 1994). Tudo isso deveria ser estudado para nos habilitar com comentários úteis à discussão pública ou mesmo a qualquer diligência que tivéssemos de fazer junto do Governo espanhol. Recomendei que se ouvisse o Eng. Faria Ferreira, a cujas competência e disponibilidade já me referi.

Tínhamos recebido um comentário enviado à Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva e subscrito pelo Prof. Alexandre Bettencourt. Era preciso estudá-lo. Deveríamos lançar um concurso público internacional para a execução de ortofotomapas e para a actualização e digitalização do cadastro da zona abrangida pelo projecto do Alqueva. Eu deveria homologar os termos de referência desse concurso.

Face às manifestações de interesse recebidas era também preciso estudar a derivação de água para o bloco do Ardila (A famosa margem esquerda do Guadiana...). O restabelecimento das vias de comunicação na área do Alqueva era outro assunto que preocupava os Autarcas, mas tinha de se chegar a uma versão estabilizada rapidamente, porque ainda eram muitos quilómetros de estrada e, apesar de o Alentejo ser razoavelmente plano, havia que construí-los.

A aquisição da Herdade da Juliôa demorava, mas eu queria lançar o concurso de ideias para a reconstrução da Aldeia da Luz. Agradar-me-ia mais fazê-lo depois de termos tomado posse dos terrenos; contudo, parecia que isso não iria ser possível. De qualquer forma, recomendei que os termos do concurso estivessem prontos em Junho seguinte, de maneira a lançá-los, em Mourão, no princípio de Julho. Assim foi feito.

\*

A regularização do rio Tejo era um tema importante a que se tinha de dar muita atenção, porque as cheias, apesar de não serem vistas com dramatismo pelos habitantes locais, causavam destruições importantes. Sobre tal, havia sido elaborado, por uma firma competente (A Hidrotécnica, que já não existe), um estudo que foi apresentado com solenidade numa sessão na Casa do Ribatejo. Pedi que me fosse enviado um exemplar.

\*

Os sistemas de incentivos apoiados pelos fundos comunitários excluía as empresas de construção civil. O Ministério de Obras Públicas não se conformava com isso, invocando que elas também tinham de comprar equipamento. Eu achava que a melhor forma de as incentivar era assegurar-lhes encomendas abundantes. Ain-

da hoje penso da mesma forma. O País estava, como alguns diziam, “encharcado” em sistemas de incentivos. Além do mais, a oposição de Bruxelas era definitiva.

No dia 13 de Maio fui a Ponta Delgada para ter uma reunião a respeito dos fundos estruturais com representantes de várias instituições. Intervieram os Senhores Carlos Teixeira e Natalino Viveiros, o Presidente da Câmara Municipal de Lagôa, o Dr. Costa Neves, então Presidente da SATA, o Dr. Monteiro da Silva, o Dr. Liberato Fernandes, a representante da CGTP, D. Manuela Medeiros, o Eng. João Bernardo Rodrigues, o Eng. Jordão Cabral, Presidente da Câmara de Vila Franca do Campo, o Prof. Vasco Garcia, o Dr. Carlos Bedo, o Prof. Britaldo Rodrigues, os Senhores Veríssimo Borges e Manuel António, o Dr. Carlos Ávila e o Secretário Regional Eng. Bastos e Silva. Resumirei os pontos que levantaram:

Estava a pôr-se em causa a capacidade de investir do Governo Regional; tinha de haver uma articulação entre os recursos regionais e os nacionais. As despesas correntes regionais haviam aumentado muito com os novos investimentos feitos; tinha de se encontrar uma solução para isso; não era possível reduzi-las, porque não existiam antes os novos serviços. O SIFIT estava reservado para a modernização do que existia, mas queriam fazer uma expansão das infra-estruturas turísticas e estas não eram apoiadas. As contrapartidas eram muito pesadas; havia que encontrar uma forma de as aliviar. Seria difícil reduzir as despesas correntes, porque dois terços das mesmas destinavam-se aos sectores da Educação e da Saúde e respeitavam a iniciativas “incompressíveis” e talhadas por leis nacionais. A Região Autónoma precisava de ver redefinidas as suas receitas, para poder cumprir com leis nacionais. O FEF havia tido crescimento zero; era política para continuar? Tinham perspectivas justificadas em relação às redes transeuropeias nas suas versões marítima e aérea; estavam excluídos das mesmas ou não? (Obviamente que não). A base económica regional preocupava-os. O Governo tinha de compreender a insuficiência das receitas, visando reforçar aquela base. O sector das pescas tinha de ser muito mais apoiado; apresentava enormes potencialidades, mas os meios postos à sua disposição eram insuficientes (Eram 4 milhões de contos); por isso as frotas estrangeiras estavam a aproveitar-se dos recursos pesqueiros existentes; tinha que se investir no seu pleno aproveitamento. Como se faria o controlo dos projectos? O Governo deveria reconhecer o dever de solidariedade nacional. A PAC estava a

dar subsídios para não produzir; era um contra-senso! Estávamos a assistir a uma diminuição dos salários reais e isso impedia que as pessoas dispusessem de meios para consumir; havia empresários com grandes dívidas, nomeadamente do sector da construção que tinha muitos pagamentos em atraso. Os projectos aprovados no âmbito do QCA I, mas que não haviam sido realizados, poderiam sê-lo no QCA II? O arquipélago era disperso e com uma economia muito frágil; sem ajudas expressivas não conseguiriam introduzir, de novo, o regime de condicionamento industrial, mas temiam os efeitos de uma liberalização total. Como seria feita a selecção dos projectos candidatos aos fundos? O artesanato deveria merecer apoio para a selecção e racionalização da produção; era um sector através do qual se poderia manifestar a solidariedade. As orientações macro-económicas haviam falhado na sua conjugação com os problemas micro-económicos. Um Presidente de Câmara queria que os juros dos empréstimos contraídos para fazer investimentos não fossem contabilizados como despesas correntes, mas como despesas de investimento; isso afectava-lhe o seu “plafond” de despesas. O programa PEDRAA II era para continuar? As verbas anunciadas não seriam suficientes para recuperar o atraso infra-estrutural evidente da Universidade dos Açores; tinham que ser reforçadas. Havia um dos presentes que se propunha contrair empréstimos, mas temia as consequências do endividamento. Havia alguns elefantes brancos no sector da C&T por falta de verbas para suportar as despesas correntes; construíam-se os laboratórios, mas eles não eram usados. Revelava-se muito necessária a construção de hotelaria “de raiz”; não chegava a modernização da que já existia. A salvaguarda do ambiente representava uma preocupação generalizada. Os barcos precisavam de investimento em sondas; seria o primeiro passo para a modernização da frota pesqueira que tão necessária era; a formação profissional deveria acompanhá-la. Os transportes inter-ilhas e com o exterior eram fulcrais. Deveria haver participação na gestão do QCA II, envolvendo autarcas e empresários; no QCA I os dois grupos não tinham tido grande protagonismo; era preciso que tivessem.

Nestas reuniões, destinadas a resolver problemas práticos, o Presidente do Governo Regional raramente participava. Estava representado pelo seu Secretário Regional Adjunto. Ele reservava-se para os encontros com conteúdo político. Eu fingia não reparar.

\*

No dia 18 de Maio tive uma reunião, em Santo Tirso, com os representantes da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) para fazer a avaliação do que já havia sido realizado e definir o que deveríamos concretizar no futuro próximo. Falou, especialmente, o Presidente da AMAVE e Presidente da Câmara de Santo Tirso: O balanço revelava-se positivo, mas estávamos numa encruzilhada; era preciso estabelecer o que iríamos fazer daí em diante. Constatava que tinha sempre havido capacidade de diálogo entre o Governo e as Autarquias, o que facilitara muito a resolução dos problemas. Entusiasmavam-se sempre pelas grandes realizações, mas tinham limitações financeiras manifestas. A sua maior preocupação ia para as vulnerabilidades do tecido produtivo; parecia-lhe que o estado de ânimo das populações era bom. Enunciou, sistematicamente, os problemas e as ações que se tornava necessário levar a cabo. Eram elas:

i) A despoluição do rio Ave e seus principais afluentes. O sistema geral tinha sido definido e as obras, nomeadamente as ETAR (Estações de Tratamento das Águas Residuais), decorriam sem atrasos. No segundo semestre de 1995 estariam prontas. Mas tinha de se assegurar a boa gestão do empreendimento. Já se haviam debruçado, no Comité de Bacia, sobre a matéria, mas ainda não tinham estabilizado no modelo. Havia, entretanto, que fazer um grande esforço (Leia-se dinheiro) para fazer as ligações à rede geral e isso constituía responsabilidade dos Municípios. Alguns industriais estavam a construir as suas próprias ETAR, antes de fazer a ligação à rede geral (Isso era bom). A abordagem aos empresários tinha que ser feita com cautela, porque havia um desconhecimento mútuo entre os dois mundos; já se havia realizado uma reunião mas os resultados não tinham sido brilhantes. Percebi que precisavam de auxílio, por via da designação de um árbitro que fosse o moderador das reuniões e que se revelasse capaz de conversar com os dois grupos, em conjunto e separadamente. Encarreguei o Presidente da CCRN de o fazer.

ii) A estação de tratamento de resíduos sólidos estava em fase de testes de maquinaria. Os custos da exploração estavam a ser afinados.

iii) Havia um problema de gestão, relativamente aos recibos a cobrar. Queriam juntar os da água, os esgotos e lixos num único sistema, o que me pareceu bem

e, além disso, possível, porque já havia experiência noutros lados em relação ao assunto. Mas só poriam a estação a funcionar depois do assunto do aterro sanitário de Santo Tirso (considerado um “embaraço” ambiental) ter sido solucionado.

iv) A acessibilidade era uma preocupação enorme, Os empresários queixavam-se, todos os dias, de que o estado em que estavam as estradas comprometia as exportações e, por conseguinte, toda a cadeia do negócio. A auto-estrada estava construída até Porto d’Ave e em concurso até Guimarães. Estaria pronta até finais de 1995. Consideravam que a BRISA estava a dar resposta. A A7, até à fronteira, previa-se que estivesse concluída até 2000, mas havia uma questão muito intrincada relativamente à definição do seu traçado; era preciso assentar num que não pusesse problemas ambientais complexos. O IC5 iria ser feito como auto-estrada; isso seria bom mas era preciso sair do papel. E a auto-estrada entre Famalicão e Vila do Conde quando estaria decidida? O mesmo para a variante a Vizela que tinha de ser articulada com a minha conhecida VIM (Via Intermunicipal)? As estradas, sempre a ocupar a maior parte do tempo da reunião.

v) No capítulo das escolas, estavam em construção sete novas (C+S) mas, inexplicavelmente, as obras haviam sido paradas porque não se podia mexer no PRODEP antes de haver uma reunião do Comité de Acompanhamento que teria lugar no dia seguinte. Ela visava definir as condições de transferência de verbas do QCA I que não tinham sido aplicadas. Se as decisões fossem tomadas nessa semana, as escolas abririam portas em Setembro; mas, para isso, o concurso do mobiliário (também apoiado pelo PRODEP) teria de ser lançado imediatamente. As obras tinham sido estabelecidas em colaboração com as Autarquias Locais que se haviam endividado para assegurar a sua contrapartida mas, diziam, não podiam pagar os juros correspondentes; queriam que fosse o Governo a pagá-los, o que estava fora de causa; em alguns casos havia mesmo juros de mora, o que não facilitava a resolução do problema.

vi) Os pavilhões gimnodesportivos também estavam atrasados. Mas, em relação a estes, eu não tinha tantas preocupações de calendário como com as escolas.

vii) Voltámos à questão da despoluição, mas, desta vez, em relação aos Concelhos a montante: Fafe e Vieira do Minho. Eles seriam contemplados no programa operacional regional; tinha havido uma tentativa para juntar as indústrias

de Fafe (têxtil na maioria) numa única ETAR mas isso não se havia revelado praticável; tinha que se recorrer a soluções individuais que, propunham, fossem concretizadas com apoio do PEDIP II. Eu não gostava nada destas soluções; se houvesse falência de qualquer empresa lá iria o investimento subsidiado ficar sem utilidade; eu preferia uma resposta colectiva que acomodaria quaisquer outras utilizações.

viii) A TecMinho, uma interface entre a Universidade do Minho e as empresas industriais, tinha sido constituída em 1990 e estava alojada no Palácio de Vila-Flor, em Guimarães. Queria passar para o Parque de C&T, algo que me parecia bem. O mesmo sucedia com a NetMinho e animei-os a fazerem-no. Ambas haviam definido a formação avançada como prioritária e eu sabia que já estavam em negociação quase 250 mil contos de apoio. Essa via era muito importante para o desenvolvimento e para a estabilidade da zona.

ix) Tinha sido constituído o Centro de Informação e Dinamização Empresarial, (CIDE) em Santo Tirso que visava a informação e formação de empresários. Havia, na sua acção, uma componente de serviço público; queriam apoio para ela.

x) Existia também um Núcleo Associativo dos Jovens Empresários (NAJE) que era interessante pela contribuição que, potencialmente, daria à criação de emprego. Mas também queriam uma contribuição material para desenvolverem a sua acção.

O ambiente em que decorreu a reunião não tinha nada a ver com o das que se realizaram em 1986. Agora não imperava o desespero; podia pensar-se no futuro. No mesmo dia tive uma reunião conjunta com o meu colega da Indústria, no CITEVE, com empresários e responsáveis do seu sector, para difundirmos os procedimentos em matéria de candidaturas ao PEDIP II.

\*

O segredo de termos absorvido sempre todos os fundos comunitários que nos estavam reservados residia na prática sistemática do “overbooking”, especialmente, em programas com muitos agentes, como era o caso dos que envolviam muitas Câmaras Municipais. Havia sempre um atraso ou outro. Por isso, dispor de suplentes constituía uma garantia. Mas também tínhamos de ter a certeza de,

no caso de muitos cumprirem, o excedente realizado ser pago logo na primeira fatia do ano seguinte “não deixando ninguém em terra”. Foi isso que negociámos, todos sabendo das regras do jogo, com total transparência. Mas era preciso ver, de tempos a tempos, como é que as coisas avançavam. Foi o que fiz no dia 26 de Maio em reunião com as cinco Comissões de Coordenação.

\*

Em 26 de Maio trabalhei com o Dr. Adérito Serrão. Ficou decidido que o Sistema Nacional de Informação Geográfica teria como núcleo regional na área do Alqueva o próprio sistema de informação geográfica do CIEA (Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva). As grandes modificações no território naquela área teriam lugar no perímetro do empreendimento. Por isso o que interessava a um serviço também o fazia em relação ao outro. Evitavam-se duplicações, daquele modo.

O trecho intermédio do Guadiana deveria ser apresentado à DG XVI (Ambiente), em Bruxelas, para ser candidato ao Fundo de Coesão. Decidimos fazê-lo através da nossa Direcção-geral do Desenvolvimento Regional, mas com justificações ambientais mais elaboradas do que as que constavam do nosso próprio projecto. Este já estava revisto pela EDP, podendo considerar-se praticamente completo. Por isso já havia sido presente ao Ministério do Ambiente para licenciamento. Assegurei-me de que a respectiva comissão de apreciação já estava formalmente designada. O concurso de ideias para a reconstrução da Aldeia da Luz seria lançado em Julho seguinte. A reposição das ligações rodoviárias estava à conta da Junta Autónoma das Estradas. O respectivo estudo-prévio seria lançado muito brevemente. As coisas estavam a arrastar-se no domínio do Património. Tinham que ser espicaçadas.

\*

No dia 31 de Maio recebi o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Pretendia celebrar com o Ministério um contrato-programa relativo ao conjunto dos programas comunitários pertinentes. Estes eram bastantes e ele queria confiar a sua coordenação a uma unidade constituída para o efeito. Eu deveria designar o in-



terlocutor por parte do MPAT. Assim se fez. Eu sou sempre a favor da coordenação, porque isso evita os desperdícios de meios e de tempo. Mas, no nosso País, ela não é muito prezada, nem praticada...

\*

Nos dias 3 e 4 de Junho houve, em Corfú, uma reunião informal dos ministros da União Europeia encarregados da política regional e do planeamento espacial. O anfitrião era o Ministro Georgios Romeos (Assuntos Económicos) e, como sempre, a luz, o mar e o verde-escuro dos pinheiros mansos convidavam mais à deambulação do que ao encerramento numa sala de reuniões. Mas foi nesta que passámos, aplicadamente, os dois dias...

O ministro grego enunciou os objectivos do encontro e o Comissário Bruce Millan fez uma circunstanciada exposição sobre a matéria. Tinha feito distribuir uma nota com o ponto de situação. Em relação às regiões do Objectivo 1 tinham recebido todos os planos regionais, como era de regra; Portugal havia sido o primeiro país a fazê-lo, em Fevereiro de 1994 e a Espanha dois dias antes da nossa reunião. Também já tinham todos os planos das regiões do Objectivo 2. Já haviam começado a trabalhar nos primeiros; afirmou querer terminar a análise o mais cedo possível. Havia sinais de recuperação económica; os planos propunham mais apoio ao emprego e à actividade produtiva e menos às infra-estruturas. Ele deu ênfase à importância da avaliação, nomeadamente, à avaliação “ex ante” e ao acompanhamento, no qual a própria Comissão iria participar. Havíamos feito progressos no campo da adicionalidade. Os programas eram uma conjugação do CSF (Common Strategic Framework) e dos programas operacionais. Estavam agora definidas as listas das áreas elegíveis para apoio no âmbito dos objectivos 2 e 5b); as dos objectivos 3 e 4 seriam tratadas pelo seu colega Padraig Flynn. Estavam também incluídas as iniciativas comunitárias URBAN e PESCA que tinham sido bem recebidas pelo Parlamento Europeu, que havia proposto poucas modificações (“very little amendments”). A aprovação formal desses documentos ocorreria brevemente e a sua publicação no jornal oficial teria lugar até quatro meses depois, desejavelmente antes. Os fundos estruturais deveriam contribuir para a realização das redes transeuropeias; alguns trechos eram elegíveis, mas

outros não, por se situarem fora das áreas correspondentes. O Comité das Regiões já estava a trabalhar na matéria há várias semanas. A apreciação do esquema geral dessas redes iria ocorrer, naturalmente, numa cimeira dos Chefes de Governo. Falámos todos, como seria de esperar:

Felicitou-se o Comissário pela rapidez com que as coisas estavam a decorrer. Sublinharam-se as dificuldades que todos os países tinham em relação à criação de emprego. Os programas destinavam-se a responder ao desemprego. A celebração de parcerias com os responsáveis regionais era a via correcta para prosseguir. O programa INTERREG interessava a muitos de nós. A Bélgica tinha passado a ser um estado federal e regozijava-se pela entrada em funcionamento do Comité das Regiões. Saudávamos a integração dos diversos fundos e a preparação de intervenções integradas. Os procedimentos não deveriam ser atrasados por burocracias consideradas como desnecessárias. A avaliação deveria ser feita em parceria com os Estados-membros. Os fundos estruturais tinham como objectivo a coesão e a redução das disparidades existentes; mas teria de ser avaliado o reflexo da sua aplicação sobre a competitividade. Deveria, também, medir-se a convergência alcançada. Alguns países queriam muito ver aprofundado o chamado “INTERREG marítimo”; eram os países com fronteiras marítimas. Seria bom termos um panorama das perspectivas financeiras até 1999, com a delimitação espacial da distribuição financeira correspondente. A integração dos diferentes programas não era fácil se eles fossem divergentes, nos seus efeitos. Seria conveniente, por isso, discutir o que se entendia por integração de programas e analisar as suas consequências. Os meios atribuídos às redes transeuropeias eram pequenos; tínhamos de ver onde se deveria ir buscar mais dinheiro. Em qualquer caso, deveríamos evitar o “saupoudrage” de iniciativas; isso conduziria a pouco; impunha-se a concentração de iniciativas para se conseguir resultados visíveis. O desemprego constituía uma preocupação generalizada. Nós deveríamos conservar as regiões ricas com a competitividade que exibiam, sem serem prejudicadas pelo arrastamento das mais atrasadas. A quantificação dos objectivos deveria constituir a regra. O alargamento a leste representava um desafio para todos nós; deveríamos ter a consciência disso. As redes de transporte a nível regional também eram importantes (Não eram só as transeuropeias...). Uma boa

programação era sempre indispensável para assegurar o sucesso das acções que iríamos desencadear. Deveríamos todos fazer um esforço para reduzir o número de sectores estratégicos; quanto mais numerosos fossem mais complexa se iria revelar a sua coordenação. O sector da água deveria merecer muita atenção. Ter-se-ia de conservar alguma flexibilidade em relação aos diferentes programas; nem tudo iria decorrer da forma como se antecipara; a flexibilidade facilitaria o reajustamento. Nós não gostávamos do período de 6 anos que havia sido definido em Edimburgo para a acção; teríamos preferido 5 ou mesmo 3 para os programas do Objectivo 2; mas isso havia sido definido numa cimeira e, portanto, o melhor seria não perder tempo com ajustamentos que, por natureza, seriam demorados ou, mesmo, difíceis. O acesso de quatro novos Estados-membros (Acabariam por ser três) iria acarretar mais burocracia; tínhamos de estar atentos para cortar, sem hesitações, naquilo em que fosse possível.

Abordámos, depois o tema da cooperação transfronteiriça e inter-regional. Como era hábito, começou-se por uma exposição do Comissário Millan. O INTERREG II tinha a dotação mais elevada de todas as iniciativas comunitárias. Do INTERREG I haviam feito parte numerosos projectos válidos por si mesmos, mas sem uma componente “cross-border” muito evidente; teríamos de o fazer no segundo; a Comissão iria produzir um documento com orientações nesse sentido. Deveríamos considerar as fronteiras marítimas em duas dimensões: as internas e as externas. Teríamos de avançar rapidamente neste domínio, para ser possível afectar alguns fundos ainda em 1994.

Novamente, falámos todos:

Era nas fronteiras que se tornavam mais visíveis as disparidades de desenvolvimento. Na Convenção de Madrid, do Conselho da Europa, havia sido levantada a reserva que fazia depender a cooperação entre regiões da celebração de um acordo entre os Estados a que eles pertencessem. Muitos consideraram como uma boa experiência o INTERREG I. E todos atribuíam importância à cooperação transfronteiriça. Seria bom dispormos para este programa de um quadro de referência jurídico, orçamental e económico específico, do tipo do programa PHARE. A cooperação tecnológica deveria ser englobada no INTERREG. As ilhas periféricas deveriam merecer muita atenção. Seria bom insistir mais na subsidiariedade

e na simplificação administrativa. A concentração da acção só poderia conduzir a melhores resultados. Deveria haver continuidade entre o INTERREG I e II, de modo a tirar-se pleno benefício dos investimentos já feitos. A cooperação não se deveria limitar a ser económica; conviria que também fosse política.

O último ponto da agenda respeitava ao planeamento espacial. O anfitrião sublinhou a importância de se dispor de uma coordenação capaz de integrar as principais políticas. A harmonização era o objectivo geral. No quadro de um esquema geral europeu, os Estados-membros deveriam poder fazer escolhas seguindo, naturalmente, um processo de colaboração com a Comissão. O processo deveria ser flexível e susceptível de aplicação a diversas soluções e situações. As soluções “progressivas” representariam a melhor resposta aos problemas. Deveria ter-se em conta o desenvolvimento durável. Tratava-se de um processo de mudança económica, no qual se deveriam evitar a sobre-exploração dos recursos e a sua exaustão. Qual seria o papel das cidades europeias? Dever-se-ia fazer o exercício de definir uma imagem para a Europa no horizonte 2010.

O Comissão Millan deu notícia de que o grupo de trabalho já instalado iria continuar. Já havia um estudo com o título “Seas of Europe”. Estava em curso a preparação de um documento “Europe 2010” que nos seria apresentado em breve (Setembro, em Leipzig). Não havia a intenção de preparar nenhum “master-plan”; seriam somente as linhas estratégicas para o desenvolvimento espacial, com o enunciado dos problemas e das oportunidades. Referiu-se aos grandes capítulos: (a) Prospectivas transnacionais do território europeu; (b) Emprego, redes transeuropeias e organização do território europeu; (c) Sistemas de planeamento regional e (d) Identificação de propostas para uma acção comum.

Havia, também, já definidas algumas orientações que tinham sido dadas à equipa que estava a elaborar o trabalho. Seria bom atender à concentração observada e contínua das unidades económicas, para benefício das áreas metropolitanas. Ao pensar na organização do espaço europeu deveria atender-se a que a migração tinha parado (Estávamos em 1994!...) e que deveríamos continuar a atrair o investimento estrangeiro e a favorecer a sua concentração. As redes transeuropeias seriam um facto. O desenvolvimento teria de ser sustentável. As áreas naturais na Europa deveriam ser geridas com competência e os recursos hidráulicos preser-

vados e melhorados. A regeneração das áreas urbanas tinha de ocorrer por todo o espaço europeu. O trabalho deveria conter uma espécie de compêndio dos sistemas de planeamento regional vigentes em todos os países europeus, sublinhando as divergências que pudessem ser detectadas. Deveria ser definido um conjunto coerente de opções e estabelecidas as formas de cooperação. Seria conveniente apontar as zonas de implantação das maiores infra-estruturas transeuropeias a construir (Por exemplo, obras do tipo do Channel Tunnel – aberto em seis de Maio de 1994). O INTERREG I havia sido importante pelas suas implicações no processo de planeamento. Na nossa reunião de Leipzig deveríamos abordar o tema da cooperação com os Estados-membros e do envolvimento de peritos, não olhando para a questão numa perspectiva de centralismo a partir de Bruxelas.

Novamente, falámos todos:

Era bom chegarmos a uma perspectiva ou conceito comum de ordenamento, elaborada progressivamente e não de repente, por imposição. Já havia um estudo “Europe 2000” que deveria ser actualizado e adaptado, bem como o SDEC que importava incorporar; este era considerado como o fruto da cooperação entre os Estados-membros e a Comissão. Havia que atender à oposição entre a Europa urbana e a rural. A iniciativa comunitária URBAN não deveria ser somente para as regiões do Objectivo 1. A qualidade da arquitectura do património construído tinha de ser protegida, valorizada e recriada. O INTERREG não estava a suscitar suficientemente a cooperação transnacional; deveria ser tornado mais atraente. O estudo que tínhamos em mente iria suscitar um grande interesse por parte das instâncias nacionais e regionais e mesmo dos grupos económicos. Não se pretendia queimar etapas; era preciso deixar o tempo agir; por isso, em Leipzig não se iria aprovar nada, deixando tempo para a reflexão e para as trocas de impressões. Devia-se procurar uma coerência grande entre o ordenamento do território e as redes transeuropeias. Os Governos dos Estados-membros não iriam transferir para uma instância comunitária as suas responsabilidades no domínio do ordenamento do território; este era também um terreno para a prática da subsidiariedade. O que nos interessava era que as ideias-base fossem aceites por todos, tendo em vista o documento Europa 2010; havia que voltar a falar das condições de elaboração dos trabalhos; era preciso melhorar o processo que tinha sido adoptado

anteriormente. Deveria haver uma adesão rápida aos seus termos de referência. O documento “Seas of Europe” merecera bom acolhimento. A periferia criava os seus próprios custos e a concentração das actividades económicas nas grandes conurbações também; deveria haver um equilíbrio entre esses dois polos. O ambiente rural era muito frágil e estava em degradação; era, por isso, preciso acautelá-lo. Havia a preocupação de chegar a um consenso e de alcançar um máximo de coerência. Tinha-se em mente dois objectivos principais: (a) continuar a criar emprego e a fomentar a actividade económica e (b) assumir a solidariedade em relação aos territórios com maior atraso de desenvolvimento. Deixadas as coisas ao seu livre curso, o crescimento económico ocorreria apenas em poucos pontos. Era, por isso, necessário ancorar os territórios menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos. A consideração da fachada atlântica e da fachada mediterrânica era boa, em termos operacionais. Nós devíamos concentrar-nos na formulação dos princípios, porque o ordenamento do território não tinha uma resposta explícita e única; eram os Estados-membros que a tinham de procurar; as instituições eram diferentes de um país para outro; os Estados deveriam progredir no sentido da adopção de uma forma de proceder comum. Era importante assegurar o estabelecimento de relações entre o desenvolvimento e o ambiente. Neste processo a Comissão tinha um papel importante a desempenhar. Mas alguns dos Estados também possuíam uma experiência que se impunha aproveitar. O nosso exercício tinha como quadro o longo-prazo; a nossa forma de aproximação deveria ser durável e funcionar bem; tínhamos de chegar a qualquer coisa que fosse operacional, mas deveria tratar-se de um processo progressivo. A protecção das costas da Europa era fundamental; um ou outro dos ministros presentes pensava que isso deveria constituir um encargo comunitário; mas todos concordavam em que ela tinha de ser feita; haveria bastante experiência no assunto, em alguns Estados-membros. Em alguns países decorriam discussões públicas sobre o ordenamento do território; por isso se deveria articular no quadro do nosso conselho informal, as recomendações que essas experiências fossem aconselhando. As estratégias deveriam permanecer como responsabilidade nacional; mas os países tinham de actuar num quadro de princípios comuns. O exercício que estávamos a fazer não se deveria transformar em regulamento comunitário. O ordenamento

do território constituía o terreno privilegiado para a cooperação entre autoridades nacionais e autoridades locais. O trabalho que nos propúnhamos fazer poderia ser muito útil ou muito curioso, conforme a ambição que puséssemos nele; se nos ficássemos pelo enunciado dos princípios, teria enorme valor. Além do papel das diferentes autoridades seria bom que tivéssemos em consideração as “forças do mercado” que, neste sector, desempenhavam um papel de relevo. Mas ninguém queria que o documento tivesse um carácter vinculante; seria uma espécie de “esqueleto”, desejavelmente contendo referências aos sectores viário, ambiental, agrícola e habitacional, mas permanecendo como instrumento de orientação. Era preciso valorizar o território e alguns Estados-membros não o estavam a fazer, permitindo que ele se degradasse nas suas ocupações.

O Comissário Millan propôs que fosse, de facto, constituído um Comité de Desenvolvimento Espacial, formado por representantes dos Estados-membros, com presidência rotativa e secretariado assegurado pela Comissão. O documento a produzir não seria unicamente da Comissão, mas desta e dos Estados-membros. O documento deveria ser mais concreto do que o esboço que nos havia sido apresentado; contava com a presidência alemã para desenvolver a proposta. O documento Europa 2010 não teria uma versão final para a nossa reunião de Leipzig; seria, antes, um conjunto de propostas e de recomendações; nem representaria um instrumento vinculativo. Alertou, porém, que havia muitas coisas que estavam a ter lugar num determinado Estado-membro e que iriam ter um impacto apreciável sobre outro; especialmente, as redes transeuropeias deveriam ter o território comunitário como pano de fundo para não conduzirem a nenhum desequilíbrio. O documento deveria assumir um carácter gradualista.

O anfitrião concluíra sublinhando, também, essa ambição de prosseguir passo a passo, mas representando uma estratégia geral e preocupando-se com o desenvolvimento sustentável. Não poderia ser impositivo, mas deveria representar um instrumento de coordenação das políticas públicas. Tinha que estar em construção permanente, procedendo-se à sua actualização. Saímos de Kerkira sem ir à varanda do Kaiser!...

\*

No dia 6 de Junho tive, no INA, em Oeiras, uma reunião com especialistas do Ambiente para ouvir as suas recomendações e sugestões a respeito do empreendimento do Alqueva. Comigo estava o Dr. Adérito Serrão, presidente da CIEA (Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva). Os convidados eram o Prof. Alexandre Bettencourt, o Prof. Jorge Palmeirim, a Eng<sup>a</sup> Marlène Marques, o Dr. Luís Gomes, a Prof<sup>a</sup>. Maria José Costa, o Eng. Carlos Gomes, o Dr. Pedro Bettencourt, o Sr. Rui Rufino, o Prof. Mário Lousã, o Eng. António Pedro Santos, a Dra. Lina Jan, o Eng. Jorge Capelo, o Eng. Pedro Vieira e o Eng. Pedro Baptista. Resumirei o que disseram:

Não se deveriam tomar os resultados daquela reunião como recomendações definitivas; eles precisavam de amadurecimento. A altura da barragem deveria ser repensada, se isso fosse possível. Nós iríamos destruir superfícies com grande valor natural. A construção da barragem ia contra acordos jurídicos que os Portugueses haviam assinado (no domínio do Ambiente). Os últimos metros da barragem deveriam ser construídos posteriormente; dessa forma não daríamos logo um “salto no escuro”; garantir-se-ia água para as populações e, depois, se veria o que poderia ser orientado para a agricultura.

Estar a pensar em novos perímetros de rega era irrealista; os que existiam não estavam a ser usados!... O abaixamento de cota deveria ser analisado pelos engenheiros. Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) que haviam sido feitos não cobriam todas as vertentes do problema; nos que viessem a ser realizados de novo, deveria dar-se mais atenção à participação da sociedade civil.

Era preciso atender aos riscos de salinização; algumas vezes fazia-se uma irrigação que “branqueava” os terrenos. O ambiente em Espanha tinha muito a perder; seria natural que os ambientalistas espanhóis viessem à liça; e os próprios portugueses poderiam pedir ajuda aos espanhóis (...). Admitiam haver aumento de cota se houvesse justificação da área agrícola.

O que estava em curso era o primeiro EIA a sério. O projecto do Alqueva apresentava várias “dependências” que não estavam interligadas entre si; era preciso promover a sua integração; e, também, maior pormenorização. Este participante contrapôs a desertificação dos solos à desertificação das pessoas. Era preciso



assegurar a estas um modo de vida, mas não estava seguro do que lá se poderia produzir. Havia a possibilidade dos solos ficarem totalmente perdidos para a agricultura. A regularização da água seria um facto, mas o Guadiana só teria a água que os Espanhóis deixassem passar. O que é que iria acontecer aos cinco metros de água do topo da albufeira? O programa do seu uso teria de ser mais pormenorizado. O empreendimento não tinha a mesma versatilidade da nova ponte sobre o Tejo em Lisboa. A encomenda do EIA havia sido feita relativamente à influência da barragem sobre o ambiente, mas deveria ter, também, contemplado a possibilidade de ser analisada a influência do próprio EIA sobre a barragem.

Havia informação insuficiente sobre o projecto e o estudo sobre o qual tinha sido tomada a decisão de o realizar não era do conhecimento geral; a reunião que estávamos a ter parecia querer dizer que alguma coisa havia mudado. O grande impacto não era a barragem mas, antes, o regadio. Tinha sido escolhida a solução com menor impacto e que, parecia, ser a mais equilibrada. O Guadiana era um rio torrencial; algumas vezes tinha caudais cem vezes maiores do que o caudal médio anual. Baixando a cota da barragem poderia perder-se mais de um ano de armazenamento de água. Por isso, a primeira das funções da cota prevista era regularizar um caudal, em termos inter-anuais. Mas, até onde é que queríamos regularizar? Era preciso definir esse objectivo, porque ele condicionava muito o impacto ambiental. Quanto é que valiam os “valores” que se iriam destruir e para quem? Daí a dez anos, o património natural ainda valeria mais do que naquela ocasião. As barragens mais pequenas também eram importantes e eficazes para a regularização das águas. Seria impensável realizar uma barragem como aquela na Europa Central; parecia que queríamos regularizar o Guadiana na totalidade do seu percurso!

Nós já havíamos negociado um convénio com os Espanhóis?

O estudo feito sobre os peixes e a pesca havia sido muito bem elaborado. Se houvesse vontade política de fazer as coisas como deviam ser feitas, salvar-se-ia muita da diversidade existente. Era preciso aprofundar o estudo do estuário, porque a sua fauna era muito importante. As espécies costeiras iriam ser muito afectadas (Relembrou que, no Egipto, 90% da pesca da sardinha tinha sido afectada pela construção da barragem do Assuão). Havia já estudos sobre os sapais? É que eles representavam zonas de “nursery” muito importantes. As medidas propostas no

estudo elaborado deveriam ser concretizadas. Preocupava-o a situação dos sapais do estuário se eles fossem destruídos (Não o seriam, de modo nenhum).

As comunidades vegetais ver-se-iam afectadas, de qualquer modo. Elas estavam estimadas entre 147 e 152 e só existiam ali. Deveriam ser avaliadas nos seus “habitats”. Como conseguir salvar aqueles valores naturais? A sua reconstrução seria muito difícil. De qualquer forma, o estudo feito tinha bom nível. Deveríamos continuar a estudar a área para ver se havia novos valores a preservar.

Faltavam estudos. O EIA não era investigação nem nunca teria nível de investigação; ora esta era necessária. Não poderiam ser feitas recomendações sem um mais profundo conhecimento sobre a realidade. O EIA que havia sido produzido era o mais completo algum dia feito em Portugal. A metodologia científica tinha sido muito aprofundada. Mas, evidentemente, não abrangia todas as componentes do empreendimento. De qualquer forma, eram 85 volumes que estavam à disposição para serem analisados. A síntese feita preenchia 8 volumes, mas não era tão boa como o estudo completo. Deveria pensar-se em fazer a divulgação de uma síntese que fosse lida pela população e mesmo pela comunidade científica; mas tinha de ser simplificada para corresponder a um instrumento de grande divulgação. Os principais problemas estavam bem identificados. O desafio que se punha à comunidade científica era descobrir como minimizar os malefícios que haviam sido detectados. Considerava este participante que o EIA tinha informação até de mais! A fase seguinte tinha de começar pela sua sistematização. Depois disso estar-se-ia em posição de avançar com medidas de minimização dos efeitos negativos.

Por que não se fazia a barragem a montante? O seu impacto seria menor. Era muito difícil fazer a avaliação da avifauna sem ter em conta os ciclos anuais. Deveriam ser criados pequenos açudes artificiais para manter “habitats” de substituição. Conviria identificar as espécies para poder definir as zonas fundamentais para compensação. A zona estuarina reclamava mais estudo. Fundamental era a identificação dos diversos tipos de zonas.

Para outro participante, faltava informação sobre a barragem; estava muito contra ela, como Cidadão. Por que fazer uma barragem tão grande em vez de várias mais pequenas? O que é que se ia regar? E a água que vinha de Espanha, cada vez mais poluída, continuaria a vir assim? Ela já era mais um caldo de algas do que

outra coisa... Como botânico, tinha dúvidas acerca dos estudos realizados. Não aprovava a construção de uma barragem no local onde a albufeira fosse a maior; deveria sê-lo onde fosse melhor debaixo do ponto de vista da vegetação a destruir. Recomendou muito que se tratasse do sapal de Castro Marim; era de uma riqueza extraordinária; mas temia que a falta de materiais finos eventualmente retidos pela barragem pudesse comprometer a sua manutenção, dado que os sedimentos finos representavam uma das fontes de alimentação do sapal; mas poderia também acontecer que ele fosse beneficiado por ir ter lugar, seguramente, a sua expansão para montante. Já a abetarda não tinha capacidade para recuperar; a transformação do sequeiro em regadio comprometeria as vastas extensões de que ela precisava para o acasalamento. As espécies que eu havia enumerado no início da nossa conversa eram aquelas que estavam em perigo e sem capacidade para recuperar. Os impactos mais sérios ocorreriam no vale do próprio rio; daí é que as diversas espécies vegetais não conseguiriam ser transplantadas. Em matéria de peixes havia uma espécie endémica (“*Aneacypris hispanica*”) que corria o risco de desaparecer, se não fossem tomadas as medidas adequadas. O “sistema Alqueva” não podia ficar sem acompanhamento depois de construída a barragem, porque havia muitos estudos a completar e numerosas reconstituições a fazer. No estuário tinha que se estudar muito mais porque, na realidade, se sabia pouco acerca da sua vida vegetal e animal. Os recursos faunísticos e cinegéticos locais não eram espécies raras nem estavam ameaçadas. Para serem espécies cinegeticamente exploráveis não podia haver muito regadio; este afugentava-as. A forragem regada representaria o maior dos investimentos. Haveria um risco maior de contaminação dos aquíferos. O adensamento da vegetação reclamaria uma maior frequência do corte. Por outro lado, iríamos ter, seguramente, maior humidade. Nessas circunstâncias haveria uma fraca adaptabilidade às espécies cinegéticas; tudo estava ligado à nidificação. O zonamento teria de ser favorável às espécies que se quisesse incentivar. Em relação à caça maior, as suas espécies seriam mais perseguidas e, por isso, as suas populações entrariam em declínio. Em relação à caça menor e quanto ao zonamento, a malha de ordenamento teria de ser a adequada. Mas também havia factores positivos entre os quais estava a alimentação dos aquíferos. As plantações teriam de atender às espécies; a rola, por exemplo, ti-

nha migrado para o Norte de África, mas se plantássemos mais girassol talvez ela permanecesse mais. Seria bom fazer um manual, aconselhando as intervenções adequadas para aquilo que fosse definido como objectivo.

Uma outra participante referiu-se à questão dos desempregados no Alentejo. Havíamos falado muito sobre o património natural da área, mas não haveria preservação que interessasse sem a presença do homem; nós éramos antropocêntricos; por isso a nossa primeira prioridade deveria ser fixar as pessoas. A conservação tinha que estar ligada ao desenvolvimento; quem tinha que decidir todos os dias não podia ficar à espera que os estudos alvitados ficassem prontos. E, em relação à conservação da abetarda, se exagerássemos muito, poderíamos assistir a uma revolta das populações. A respeito da intrusão salina, lembrou que os Espanhóis faziam grandes captações ao longo do trecho internacional do Guadiana; nas negociações, deveria curar-se, especialmente, da manutenção do caudal ecológico. Em matéria de rega, deveríamos investir muito nas novas formas de regadio; as do passado tinham que ser abandonadas. Alguns perímetros de rega já preparados não eram aproveitados, porque não havia água. A barragem era mais do que necessária. E a regularização do Guadiana só poderia ser boa.

A flora do Alentejo e, especialmente da bacia do Guadiana, deveria ser mais estudada. Ficarmo-nos só pelo levantamento do que existia e pela definição da chamada situação de referência era insuficiente. A incerteza nem permitiria balizar o risco; essa mesma incerteza deveria levar à parcimónia; os estudos a desenvolver deveriam dar relevo às medidas mitigadoras. Mas tinha de se fazer o cadastro do remanescente das espécies porque este estava sujeito a ameaças. A biodiversidade tinha de se pagar; por isso havia conflitos. Mas esse era o fundamento do conceito de compensação e das medidas adequadas para a fazer. Não tínhamos informação sobre as consequências da PAC (Política Agrícola Comunitária) e o Alqueva; seria bom fazer o seu elenco. Diante de tantos relatórios (85), um participante tinha dúvidas de que fosse possível fazer, alguma vez, uma síntese. Ele contentar-se-ia com o enunciado dos benefícios potenciais do empreendimento. Deveria atender-se com prioridade à qualidade da água do Guadiana (Os Espanhóis não construíam ETAR; vertiam os esgotos directamente para o rio). Que tipo de solos é que iríamos regar? E que culturas? E quanto custaria cada metro

cúbico de água? Deveria ser concedido mais tempo para levar a cabo numerosos estudos ambientais. As medidas propostas iriam, mesmo, ser aplicadas? Os estudos iriam influenciar as decisões.

Um outro participante era a favor de se criar uma reserva estratégica de água no Alentejo. Mas preferia uma série de pequenas barragens em vez da grande.

As organizações ambientalistas mais activas tinham enveredado pela crítica aos aspectos económicos e sociais do empreendimento. Ora neste terreno não havia discussão: o Alentejo melhoraria, em toda a linha, com a barragem. A PAC não era uma boa coisa para nós, porque respondia aos problemas do Norte da Europa; mas ela própria também estava em causa. A nossa reunião havia sido muito interessante, mas não tínhamos abordado um campo que se revelava muito sensível: o das eventuais alterações climáticas. Quais seriam elas? E de que grau? O quadro biofísico estava a ser considerado como estável, mas, de facto, não o era; e isso alteraria a distribuição das espécies. O projecto teria muitas fases de execução; deveríamos preparar-nos para 30 anos (!) de realização de obras. Haveria uma componente ambiental que teria de ser assegurada durante muitos anos.

De facto, o projecto apresentava-se com muitas componentes a que deveríamos ir atendendo ao longo do tempo. Ele teria de ser balanceado entre os seus aspectos económicos e ambientais. E, como se pode ver, as intervenções traduzem as posições muito particulares de quem intervinha. A reunião foi útil porque permitiu aperceber-me de muitos aspectos que deveriam ser atendidos. Mas poucos dos intervenientes possuíam uma visão integrada do que estava em jogo. A mim, o que mais me interessava salvar era o Alentejo e criar modos de vida para os Alentejanos. Para alguns dos intervenientes parecia ser mais importante salvar uma espécie vegetal pouco comum ou assegurar a condução de sedimentos finos para um sapal situado a quase uma centena de quilómetros.

Quando releio as minhas notas de há 23 anos não posso deixar de considerar que o processo de decisão política é outra coisa. Tem de atender àqueles aspectos e encontrar soluções para cada pequeno problema que se levante. Mas impõe-se que seja mais solto e veja as questões de forma integrada, dando importância às coisas que realmente importam, considerando os outros aspectos como problemas a resolver sem comprometer o grande desígnio daquilo que, realmente, vale a pena.

\*

No dia 20 de Junho tive uma longa conversa com um funcionário da nossa REPER que acompanhava os assuntos relacionados com os fundos comunitários e que eu acompanhava de perto. O tema das iniciativas comunitárias só seria decidido no dia 29, depois do Conselho Europeu de Corfú. Sabia-se que não havia convergência de pontos de vista entre o Presidente da Comissão e o Comissário da Política Regional, mas não podíamos fazer nada, naquela altura de processo. Na verdade, sair-nos-íamos muito razoavelmente em todas as iniciativas comunitárias (Tínhamos feito por isso...) menos no programa REGIS (Madeira e Açores), porque havia pouco dinheiro e muitos concorrentes; entre estes estavam os DOM (Départements d’Outre-Mer) e as Canárias que tinham muita gente e necessidades variadas. Eu havia insistido muito no recurso a critérios objetivos, mas era exactamente a população que mais pesava. A verba total era de 600 MECU. Eu pretendia que tivéssemos 200 para nós; naquele dia já estávamos em período de “fine tuning”... A Comissão propunha 150 e eu dei indicações para não se deixar descer abaixo dos 180...

O Comité das Regiões ia ter uma reunião em Atenas a 20 e 21 de Junho. Assistia-se à disputa pelo lugar de secretário-geral em que nós não tínhamos apresentado nenhum candidato; a luta era entre um francês e um alemão, mas admitia-se que quem ganhasse fosse um italiano, porque atrás dos dois primeiros tinham-se perfilado as maiores regiões da Europa e era preciso desempatar. Algumas vezes este tipo de coisas sucede. Alguns presidentes de grandes regiões de outros países que não a França nem a Alemanha, estavam a fazer jogo com o seu voto...

\*

Em 22 de Junho soube que o programa INTERREG estava a ter evoluções diferentes em Portugal e em Espanha. Nós estávamos mais adiantados do que eles, mas isso não adiantava muito, porque a decisão iria ser tomada ao mesmo tempo. Eles haviam concordado com as nossas escolhas e outras “elegibilidades”; mas não apresentavam a sua proposta de programa. No INTERREG I, a distribuição de dinheiros havia sido 42% para Portugal e 58% para Espanha. Nós contávamos com uma distribuição idêntica, mas, sem proposta, não haveria nada. Combinei com a Secretária de Estado que ela iria a Madrid falar com o Secretário de Estado,

seu homólogo, para tentar agilizar o processo. Para nós, era importante mobilizar todos os fundos disponíveis.

\*

Em 23 de Junho tive uma reunião com os Secretários de Estado do Planeamento e da Administração Local, com os Presidentes das Comissões de Coordenação Regional e com os gestores dos programas operacionais. O objectivo era informar-me sobre o modo como a preparação dos novos Programas Operacionais estava a arrancar e dar orientações gerais. Comecei por dizer que o objectivo principal era fortalecer a base económica dos diferentes espaços e controlar muito bem os custos dos projectos; para isto deveriam ser definidos custos-padrão dos diversos tipos de obras de modo a podermos verificar se as propostas se situavam dentro de uma faixa aceitável. Era evidente que os custos-padrão não poderiam ser definidos pelos próprios proponentes; teria de ser uma base nacional, com margens para uma certa variação; eu tinha a experiência das queixas em relação ao FEF, em relação a cuja distribuição a orografia devia contar por serem as respectivas obras mais caras nas zonas montanhosas. Mas a base deveria ser nacional e não me repugnava a ideia de que para a sua elaboração fosse feito um concurso para consultores externos; era preciso definir os termos de referência desse concurso. Para tudo seria preciso lançar concursos públicos. Havia um instrumento que alguns gostavam muito, mas ao qual eu me opunha; eram os concursos de concepção-construção; já não estávamos em estádio em que eles fossem recomendáveis; sê-lo-iam talvez em alguns países africanos; em Portugal não!

Todos estávamos de acordo em relação à qualidade dos projectos; em larga medida isso representava a chave para uma boa execução. Eu achava que se deveria ocupar bastante tempo nos estudos-prévios ou nos ante-projectos; ele seria recuperado na fase do projecto.

Na Área Metropolitana do Porto haviam reservado 30% das verbas disponíveis para elaborar projectos; é que eles não existiam nem para o QCA que se estava a iniciar, nem para os seguintes; tratava-se, desse modo, de fazer um “investimento em projectos”...

Seria bom começar a pensar no modo de fazer auditorias aos próprios projectos. Isso não era difícil em relação aos empreendimentos de infra-estruturas ou equipamentos com uma componente muito pequena de arquitectura; as coisas tornavam-se complicadas quando se entrava no domínio da construção civil com aspectos subjectivos das soluções arquitectónicas e com uma variada escolha de materiais de construção. Por muito estranho que possa parecer dizer isto, era importante identificar bem o dono da obra! Evitaria algumas ambiguidades posteriores de resolução difícil.

Nos empreendimentos que cruzassem vários sectores, fui aconselhado a obter, antes do arranque, declarações escritas acerca da aprovação do projecto. Isso em nome da salvaguarda de dificuldades posteriores. A parte substancial dos gastos tinha a ver com obras de algum vulto: escolas, hospitais e trechos de estrada com expressão. Era em relação a esses que nos deveríamos rodear das maiores cautelas. As pequenas ou pequeníssimas obras deveriam, aliás, ser evitadas.

Os sectores estavam a atrasar-se nas respostas. Foi pedido que eu exercesse alguma pressão sobre os meus Colegas das áreas onde se estavam a observar delongas inconvenientes; os decisores pensavam que dispunham de todo o tempo do mundo e, por isso, “arrastavam os pés”... Do mesmo modo, era preciso ver a distribuição espacial dos equipamentos de modo a obviar que houvesse concorrência entre os existentes e outros novos. Pode parecer estranha esta observação, mas, como já disse algumas vezes, há muitas “modas” neste domínio: a dos pavilhões gimno-desportivos (mais tarde houve outra pior; a dos estádios...), a dos parques industriais, a dos centros de exposição, etc. Houve mesmo uma câmara que propôs a criação de um equipamento do tipo do CNEMA a menos de 100 km de Santarém; tive que dizer que o CNEMA (Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA) era nacional e que não haveria outro! Recomendei que se fizesse sempre e em relação a cada equipamento, o inventário do que existia à volta para ver se não seria melhor fazer a adaptação de qualquer coisa que estivesse sem aproveitamento.

Deveria proceder-se à divulgação super-abundante da informação disponível em relação aos regulamentos dos fundos que estavam em vigor e daqueles que se encontravam em preparação. Era muito difícil responder a proponentes que invocavam desconhecimento das regras, apresentando candidaturas absurdas.



O sobredimensionamento dos equipamentos propostos deveria ser criticado logo desde o início da propositura.

A aprovação para financiamento só deveria ser feita após a elaboração do concurso; tanto as dimensões como a qualidade do projecto deveriam ser avaliadas antes de ocuparem lugar no “pipe-line” do financiamento. Recomendei que as CCR se organizassem tendo em vista o acompanhamento da realização dos projectos.

\*

No dia 29 de Junho defini, com a Secretária do Estado, como deveria ser feita a distribuição dos dinheiros do SIR (Sistema de Incentivos Regionais) destinados a apoiar as iniciativas que contribuíssem para o reforço da base produtiva das regiões menos desenvolvidas. Os projectos seriam pontuados numa escala de 0 – 100, depois de terem passado pelo crivo que os distinguia entre elegíveis e não elegíveis. A pontuação era o resultado compósito que articulava dois factores: um que media o impacte do projecto na economia da região e outro que aferia a valia do projecto para a actividade propriamente dita; o primeiro contava com um peso de 60% na avaliação final, sendo a classificação feita pela CCR respectiva; o segundo pesaria 40% e seria definido pelo IAPMEI ou pelo Fundo de Turismo, consoante se tratasse de projecto industrial ou turístico. Se, por um conjunto involuntário de circunstâncias, o projecto viesse a ser pontuado com 100 pontos beneficiaria de uma ajuda até 70% dos investimentos elegíveis. Isso era altamente improvável. O mais natural era que a pontuação andasse por volta dos 50 pontos o que, mesmo assim, conduziria a uma ajuda da ordem dos 50%.

As instruções que dei iam no sentido de se ser muito selectivo e rigoroso na apreciação das candidaturas. Tinha que se ficar com a certeza de que o promotor investiria a sua parte e de que possuía realmente capacidade e vontade de explorar o empreendimento que apresentava. Recomendei que não se perdesse muito tempo com projectos pontuados abaixo dos 50 pontos e que se adoptassem os mesmos critérios que o PEDIP usava para os seus projectos, no que respeitava à componente sectorial. Para a componente regional estávamos nós para a avaliar. O ideal seria que todas as componentes sectoriais se orientassem por critérios idênticos (Indústria, Comércio e Turismo); mas isso não acontecia rigorosamente até então. Fui falar aos meus Colegas nesse sentido.

Para os critérios regionais contribuíam a localização e ordenamento espacial, a valorização da base produtiva regional e a criação de emprego. Mas tudo isso deveria ser apreciado com rigor e devidamente explicitado em cada componente. Parecia muito tecnocrático, mas era a única forma de racionalizar um processo que poderia facilmente resvalar para a mobilização de “simpatias”. Eu queria assegurar que tudo fosse o mais transparente possível.

Uma parte do RENAVAL tinha sido orientada para subsidiar a construção de um cais dentro do porto de Setúbal que servia um conjunto de indústrias agrupadas no que era chamada a Silicon Bay. A Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra não havia respondido em devido tempo à apresentação de projectos; o RENAVAL tinha datas limites de candidatura e o órgão gestor do Programa Operacional da Península de Setúbal apoiava a construção do dito cais. Posteriormente, a APSS fez sentir que tinha outras prioridades. Todavia, não fora diligente. Mas era preciso esclarecer toda a gente: a própria Administração do Porto, o Sindicato dos Operadores Portuários que havia escrito uma carta à Comissão do RENAVAL a queixar-se e ao próprio Procurador da Comarca de Setúbal que já tinha lá uma queixa de não sei quem e que fazia um pedido de esclarecimento. Tudo foi devidamente respondido.

Eu sou a favor de que as diversas entidades com ideias de investir tenham sempre prontos os projectos que correspondam às suas obras prioritárias. Com as delongas habituais na elaboração dos ditos projectos, pode suceder como aconteceu neste caso, que os períodos de apresentação de candidaturas sejam ultrapassados por aquelas delongas. Mas a Comissão em Bruxelas não pode ficar com o dinheiro das ajudas à espera de que todos acabem por concorrer. Dentre os casos que cumprem as regras de elegibilidade estabelecidas, segue-se o princípio de “the first to come, the first to be served”. Daí a minha insistência em que todos dispusessem de planos estratégicos com a definição das prioridades e que elaborassem projectos de execução daquelas obras que traduzissem essas mesmas prioridades. O eventual tempo de espera em relação ao financiamento só ajudará a decantar melhor a justificação da obra objecto da candidatura, devendo aproveitar-se esse intervalo para proceder a eventuais melhorias técnicas do projecto ou para aprofundar mais a sua avaliação. O que não se pode é “acordar” para a elaboração de um projecto na mesma

altura em que Bruxelas anuncia o lançamento de uma nova iniciativa comunitária. Há sempre quem esteja preparado para a ela se candidatar dentro das regras estabelecidas! É o que mostra a experiência. Tudo acabou sendo resolvido no âmbito da Administração do Porto (APSS) que “acordou” para o assunto.

\*

Como Deputado por Vila Real, eu continuava a interessar-me pelo Douro e pelo reforço da sua base produtiva. Estava em preparação a constituição de um organismo inter-profissional que sentasse à mesma mesa a produção e o comércio, sob a moderação do Estado. Não se inventava nada de novo! Era o que existia em Èpernay (Champagne), no Cognac e em muitas outras regiões vitivinícolas francesas e de outros países vinhateiros europeus. Mas havia algumas resistências locais, comandadas pela Casa do Douro que via na nova instituição uma ameaça ao seu poder (de monopólio) na condução dos destinos do Douro. Mas era este que importava quebrar!... Soube que o pedido de autorização legislativa ia entrar no Parlamento no dia 7 de Julho; não seria, seguramente, na sessão parlamentar que corria que ela seria concedida. A aprovação viria somente em Outubro.

Na mesma ocasião soube que, para os investimentos dos viticultores que tinham tido lugar depois de 1986 (data da nossa adesão à Comunidade), poderíamos recorrer a financiamentos ao abrigo do crédito da seca. Se fosse para melhorar investimentos realizados antes de 1986, só poderíamos contar com dinheiros nacionais. Isto complicava a resolução dos problemas devido à escassez absoluta de meios. Estávamos a falar de um montante situado entre 3 e 4 milhões de contos.

\*

Em Corfú tinha sido alargado o âmbito dos grandes projectos ao sector do Ambiente. Estes ficaram atribuídos ao Comissário Christophersen que eu conhecia há mais de dez anos e com quem mantinha relações de trabalho frequentes. Ora, eu precisava de completar o sistema do Alqueva com o do Enxoé e este reclamava a construção de uma nova barragem. Ele compreendeu que se tratava de uma realização complementar. Quando eu tive a certeza de que era esse o entendimento dei instruções para que o processo de candidatura fosse preparado

e terminado o projecto da barragem e das redes de irrigação. A primeira foi entregue em 1995 e a obra ficou concluída em 1998. Já não foi inaugurada por mim, mas o sistema está feito e a produzir bons resultados.

\*

No dia 5 de Julho voltei a tratar do empreendimento do Alqueva com o Dr. Adérito Serrão. Dei indicações para se começar rapidamente com a construção dos acessos ao local do estaleiro para ir adiantando as obras; as pessoas entendiam mal que, uma vez anunciada a construção, se tivesse de esperar meses até verem actividade no local da barragem. O licenciamento estava a tardar; eu deveria fazer pressão sobre todos os organismos que teriam de se pronunciar sobre o projecto. Tinha de ser publicitado tudo quanto estivesse a ocorrer à volta do projecto; especialmente, os Alentejanos olhavam com ansiedade para o arranque das obras. As linhas gerais da recomposição da rede rodoviária estava definida; mas era preciso chegar ao pormenor, até porque a grande malha teria de ser dividida para se fazerem concursos parcelares, de modo a envolver muitas empresas portuguesas; a responsabilidade era da Junta Autónoma das Estradas. Soube nesse dia que o concurso para o estudo iria ser lançado brevemente. O estudo de impacto ambiental ainda não tinha sido adjudicado; o respectivo contrato iria ser assinado na semana seguinte. Tínhamos de apresentar formalmente o projecto à Comissão Luso-Espanhola dos Rios Internacionais; iria ser criada, no seu seio, uma sub-comissão constituída expressamente para o efeito de apreciar o projecto e dar, sobre ele, um parecer. Era um processo cheio de “passos”, mas, todas as contas feitas, estava a correr bem. O mais impaciente era eu, evidentemente...

\*

No dia 6 de Julho fui a Santarém para ter, nas instalações do Governo Civil uma reunião com os Autarcas da zona da Lezíria e do Médio Tejo a respeito dos programas operacionais que estavam em curso. Marcaram presença todos os Presidentes de Câmaras. Falaram os de Santarém, Rio Maior, Coruche, Chamusca, Golegã, Entroncamento, Abrantes, Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Gavião e Cartaxo. Resumirei o que disseram:

A junção das duas associações de Municípios – a da Lezíria e a do Médio Tejo – havia conduzido a bons projectos. Devia ser reconhecida a capacidade de realização das duas associações; isso correspondia, de facto, à demonstração do reforço do Poder Local. Tinha-se processado uma grande mudança na acessibilidade do Vale do Tejo, mas isso não deveria fazer esquecer que ainda faltava construir o IP6 e a malha dos itinerários complementares. Os prazos deveriam ser respeitados, especialmente em relação ao IP1, ao IP6 e ao IC3 que estruturavam toda a rede. O CNEMA (Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas) havia sido recentemente (Junho) inaugurado, mas era urgente completar as ligações rodoviárias que faltavam. Efectivamente, estava instalada “a rosa-dos-ventos da mudança!”... Era preciso revitalizar o caminho-de-ferro e encontrar um destino adequado para o espaço da Base Aérea n.º 3. Deveria dar-se um grande impulso ao projecto de regularização da bacia hidrográfica do Tejo; a região já era responsável por 30% do Produto Agrícola Nacional; com o comando do uso da água (rega e enxugo) esse peso poderia ainda aumentar. Mas havia sinais de preocupação no sector da Agricultura. Veio de novo à conversa a navegabilidade do Tejo, como projecto nacional; o orador pretendia que o rio fosse aproveitado para conduzir carvão, rio acima, até à Central Termoeléctrica do Pego.

O ordenamento florestal teria de avançar. Estávamos a atravessar um momento complicado no sector da agricultura que deveria ser recuperado e modernizado. A regularização do Tejo era, para isso, muito importante. A educação e a formação profissional mostravam-se prioritários. Os Planos Municipais Florestais precisavam de apoio financeiro. Os programas com dinheiro do FEDER, destinados às Autarquias estavam praticamente esgotados; era preciso reforçá-los, apesar de se constatar que a duplicação dos fundos estruturais estava quase assegurada. A ponte sobre o Sorraia era urgente, bem como numerosos trechos rodoviários. Queriam voltar-se para a instalação de aterros sanitários e para a construção de redes integradas de saneamento básico. Já haviam falado em alguns grandes eixos; mas ainda não haviam sido mencionados o IC9, o IC11, a ponte de ligação entre Vila de Rei e Ferreira do Zêzere... Davam a sua anuência à elaboração de um plano operacional integrado do Vale do Tejo. Não seria difícil chegarem a um consenso em relação à estratégia a definir. Mas eu não devia esquecer as dificuldades financeiras dos Mu-

nicípios; eles dispunham de cada vez mais redes de vários serviços e isso fazia-lhes aumentar as despesas com a sua manutenção e reflectia-se muito na percentagem das suas despesas correntes, tema de que me haviam falado muitas vezes. Não tinham dinheiro para aforrar!... Os Municípios do Vale do Tejo já não precisavam de mostrar a sua capacidade; prova é que haviam executado todo o prometido e transferido o “overbooking” para o segundo QCA. Defendiam a regionalização, porque queriam a resolução mais próxima dos problemas.

Um deles disse que não pretendia transformar aquela reunião de trabalho num muro de lamentações. Mas convinha que eu ficasse sem dúvidas acerca das dificuldades financeiras com que lutavam para assegurar a sua contrapartida nos empreendimentos em curso. Os custos com pessoal levavam-lhes uma parte substancial do seu orçamento. Não estavam desesperados, mas preocupados. Só poderíamos voltar a falar da transferência de competências depois de lhes terem sido garantidos mais meios. Recomendava que se investisse muito em fiscalização, em toda a Bacia do Tejo; havia zonas em que o rio e seus afluentes estavam assoreados com muitas valas de enxugo que não exerciam a sua função; ninguém limpava nenhuma vala! Particularmente negligenciado estava o vale do Sorraia. A limpeza das valas poderia representar uma solução temporária para o desemprego que grassava. O IC10 deveria ser construído em auto-estrada entre Santarém e Montemor. Esperavam muito da fábrica de açúcar de beterraba (Eu continuava céptico...).

Um outro dependia em 80% do FEF. Andava desesperadamente à procura de aumentar as suas receitas próprias. Não estavam a vender os serviços que prestavam, porque as tarifas teriam de ser muito grandes para cobrir as despesas (Política errada, como lhe disse...). A construção não ocorria na área rural e este Autarca não queria pôr o Município a construir habitações. Havia crianças a viver em locais tão remotos que o transporte escolar custava cinquenta contos por criança (Por ano imaginava eu!). A recolha do lixo representava um exercício exigente; o seu tratamento constituía o problema cuja resolução viria a seguir; estavam à procura da escala certa para o fazer. Um outro dependia do FEF em 75% com o problema adicional de serem unicamente 6.500 habitantes. Os problemas eram iguais aos dos outros. No seu Concelho existiam os melhores aluviões, com

alta produtividade potencial. Impunha-se rentabilizá-los. O parque inter-modal (rodo-ferro) de Riachos tinha que ser uma realidade muito em breve.

Houve um que lamentou gastar quase todas as receitas em encargos com pessoal. Tinha de despedir e não queria...

Um deles tinha um centro coordenador de transportes quase aprovado, mas ainda não estava homologado e isso prejudicava o Município. Como tinha uma central térmica no seu Concelho alertou para a insuficiência do caudal ecológico do Tejo para atenuar a temperatura do caudal de arrefecimento; era preciso atenuar o “choque”. Novamente os IP e os IC, a ponte do Tramagal, a variante à EN 118. Este aceitava a transferência de competências, desde que ela fosse negociada com a ANMP.

Um outro queria que eu fosse visitar o seu Concelho para ser testemunha do seu declínio; já não era o entreposto comercial que havia sido; o seu porto fluvial já não funcionava... O que havia de fazer?

O Presidente de um Concelho importante perguntou-me como é que eu geriria uma dívida de 2,5 milhões de contos? Era a questão financeira o maior problema com que estava confrontado. Faltava fazer a terceira fase do projecto de despoluição do rio Almonda, mas não tinham meios. Eu lembrava-me bem da minha primeira visita ao dito rio: ele não se via, porque tinha por cima dele uma camada de dois ou três metros de espuma fétida!... E os poluidores invocavam que as suas empresas não geravam excedentes para tratar dos efluentes. Eu havia passado algumas horas a tentar congregiar empresários e autarcas em volta de uma fórmula institucional que os envolvesse na construção de uma solução... Um outro sector em que o Concelho havia sido próspero, a metalo-mecânica, tinha entrado em colapso.

O Presidente de outra Câmara insistiu na aceleração da construção do IP6 e da construção de uma nova ponte sobre o Tejo.

O Autarca de um importante Concelho vitivinícola referiu-se à pressão urbanística que experimentava, porque a proximidade de Lisboa o tornava muito atraente para a localização de segundas habitações. Havia falta de pontes sobre o Tejo! Mais variantes rodoviárias e melhores acessos ao CNEMA. Os Autarcas não estavam a ser ouvidos pela JAE em relação aos traçados e isso fazia com que estes não fossem os mais aconselháveis. Havia poucos acessos à auto-estrada Lisboa-Porto e as portagens eram caras. A extracção de inertes no Tejo estava a ocorrer de

forma selvagem; era preciso pôr um alto a esse modo de exploração dos recursos. Por outro lado e por ter 7 km de margem do Tejo, os camiões da areia davam-lhe cabo das estradas, não pagando um centavo de indemnização.

A índole dos problemas que foram expostos não era muito diversa do habitual. Salientava-se a determinação com que olhavam para a acção que tinham que desenvolver. Daí a insistência por mais meios e a preocupação com a mobilidade rodoviária. Já haviam interiorizado a necessidade de dar prioridade de atenção à base produtiva dos seus territórios.

\*

No dia 12 de Julho fui à Madeira para analisar com o Governo Regional o lançamento do novo Plano de Desenvolvimento Regional. A Secretária de Estado acompanhou-me. A reunião teve lugar na Quinta Vigia com todo o Governo.

O Presidente Alberto João Jardim mostrou o seu agrado pelo PDR, considerando que ele seria decisivo para a Madeira. As infra-estruturas nele referidas eram fundamentais. A Madeira tinha uma densidade demográfica tripla da do Continente, estava a 900 km deste e dispunha de poucos recursos. Além disso, as características orográficas dificultavam toda a acção. Não se podiam estabelecer comparações, porque as condições que eles tinham de enfrentar eram muito severas. De seguida, apresentou a calendarização do que pretendia executar, na certeza de que o programa do Governo Regional não se limitava ao PDR; mas deveria articular-se com ele. A execução do PDR estava prevista ter lugar até 1999, mas ele queria que as grandes obras fossem lançadas até 1996. Como elas seriam, na sua generalidade, “obras de 1.000 dias” a opção parecia acertada (Ele não disse, mas eu sabia que as eleições regionais seriam em 1996; de maneira que tudo se conjugava para que o calendário fosse aquele...). O investimento público na Madeira era 85% do investimento total; qualquer quebra nesse investimento teria repercussões no emprego, no comércio e em tudo o resto. Era certo que, no domínio das obras públicas e, mesmo da construção civil, havia muitas empresas do Continente a trabalhar na Região; mas muito do emprego era local e todas as actividades induzidas eram também locais. Como ele dizia: “O esforço da sua geração” era enorme mas o das gerações seguintes não seria menor porque tinham de recorrer à dívida para formar a contrapartida re-



gional e isso repercutir-se-ia nos anos seguintes; o sacrifício estender-se-ia, assim, ao longo de, pelo menos, duas gerações; até 1999, iria haver 12 milhões de contos do programa REGIS e 45 milhões do Fundo de Coesão, orientados para as obras do aeroporto. Afinal, a responsabilidade perante os empreiteiros seria da ANAM... Por isso havia que tranquilizá-la.

Em relação aos sistemas de incentivos regionais já dispunham, naquela ocasião, de mais de trinta candidaturas consideradas como boas. Recomendei que fossem exigentes quanto à análise da produtividade das diversas iniciativas. Falámos ainda de outros programas e do que estavam a fazer para os aproveitar. O ambiente era, de facto, de grande entusiasmo e esperança.

\*

O empreendimento do Alqueva continuava a ocupar-me. Havia atrasos na elaboração dos estudos de impacto ambiental. Pedi ao Dr. Adérito Serrão que fosse falar com os responsáveis, porque a verdade é que isso já estava a comprometer o arranque das obras.

A EDP queria começar com a construção de três obras pequenas, mas muito importantes para permitir a retoma da construção da barragem. Informei-me do que se tratava e não me pareceu que elas tivessem qualquer repercussão ambiental; eram pequenos lanços de estrada que ligavam ao futuro estaleiro; não me opus a que a EDP as comesse a fazer, por sua conta e risco; se houvesse atrasos da grande obra não poderia vir reclamar compensações...

Já havia um documento sobre a valia eléctrica do Alqueva, aliás com resultados muito interessantes. Dei indicações para manter a hipótese de construção do Enxoé. Os habitantes da margem esquerda não me perdoariam se eu não os apoiasse nessa sua pretensão. Eu não podia lançar medidas proteccionistas para as empresas portuguesas. Era evidente que as grandes empresas portuguesas de obras públicas estavam em melhor posição para ganhar os concursos, mas, mesmo assim, eu entendi que seria melhor lembrar-lhes que, de acordo com as regras, os concursos seriam internacionais... Tratava-se de um “aviso à navegação” para que não exagerassem nos preços... No campo das empresas nacionais de metalomecânica as coisas já não se passavam do mesmo modo; os equipamentos a for-

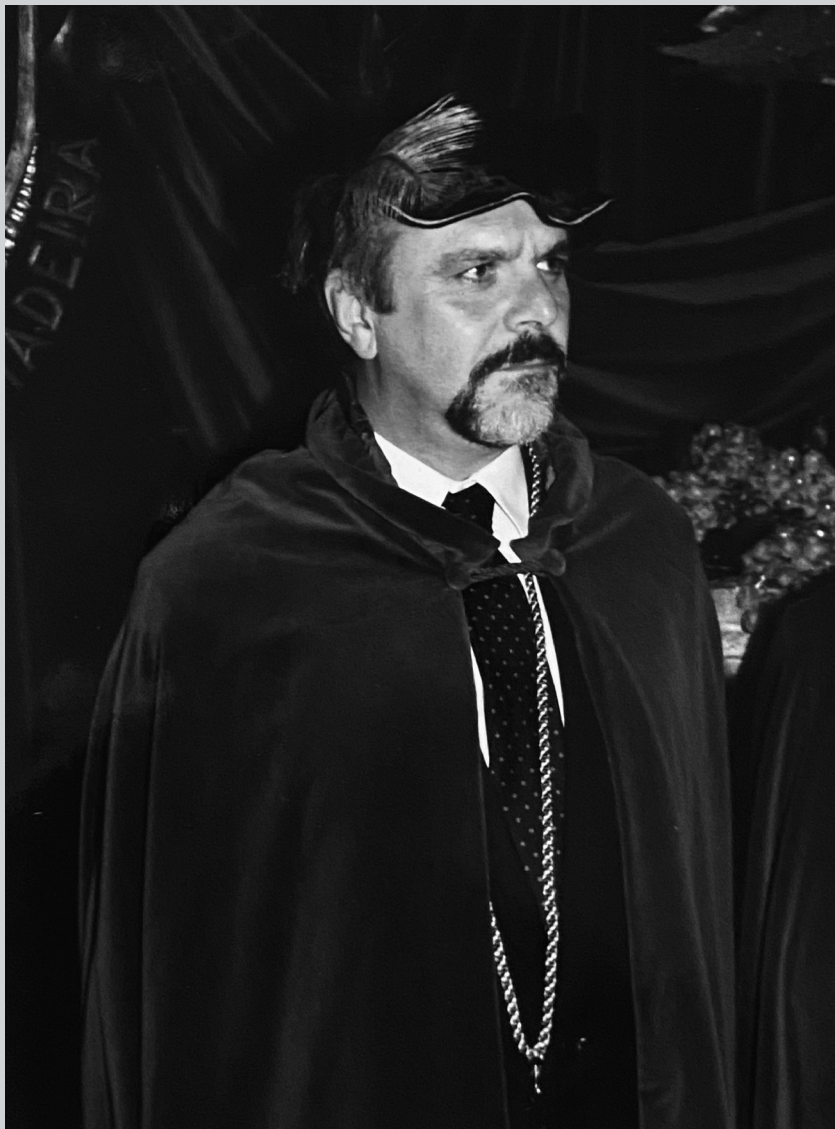


FIG. Na Confraria dos Enófilos da Madeira. Funchal.

necer aguentariam os custos do transporte a longa distância. Por isso pedi para que fosse feita uma auscultação, de modo a aferirmos o seu grau de dificuldade; o retorno que tive de informação foi de que estavam confiantes; provavelmente concorreriam em consórcio com outras nacionais ou estrangeiras; de qualquer modo, não manifestaram preocupação de maior.

\*

Estava-se a arrancar com as obras do novo QCA e eu suspeitava que havia em relação a alguma delas a perspectiva do “novo-rico”: não se preocupavam muito com os gastos porque uma boa parte do dinheiro era fácil. Por isso, fiz uma recomendação geral aos gestores dos diferentes programas em apoios comunitários: era na definição dos termos de referência das encomendas e dos cadernos de encargos que se decidia muito da economia das obras. Os subsídios também podem ter efeitos perversos; o pouco respeito pelo dinheiro é um deles...

\*

As relações entre o MPAT e o Ministério do Ambiente eram, como se compreende, numerosas. No dia 25 de Julho fui visitar a Ministra, especialmente por causa do Alqueva. Mas, como não podia deixar de ser, havia muitos outros assuntos a tratar. O Ministério da Agricultura não atribuía prioridade à construção da barragem do Enxoé, porque os terrenos a regar não eram dos melhores; mas eu não podia deixar que os habitantes da margem esquerda do Guadiana se sentissem segregados; ela acabou por ir para a lista e ser inaugurada em 1998; trata-se de uma barragem de terra com pouco mais de vinte metros de altura.

Combinámos que seria conveniente produzir um manual orientador das soluções para o tratamento de resíduos sólidos para os Autarcas. Já havia um manual de saneamento básico. Este novo volume completá-lo-ia. Constatámos que havia uma propensão para ir quase directamente para as incineradoras que eram a resposta mais cara e que reclamava uma grande quantidade de lixo que, nem sempre, havia. Combinámos, também, realizar, em colaboração com a ANMP, cursos para exploração de ETAR, destinados aos engenheiros municipais; já tinha havido oferta dos mesmos, no CEFA, tendo ficado desertos; e, todavia, chegavam-nos notícias de que elas estavam a ser mal exploradas.

Em relação ao Alqueva e no que tocava a Espanha, nós pretendíamos a celebração de um acordo político antes da aprovação da anunciada Lei-quadro das águas, nas Cortes. Queríamos que fossem estabelecidos princípios que nos dessem garantias; depois poderia vir o convénio mais solene; pretendíamos evitar que viessem invocar a vigência de uma lei que não poderiam alterar. Os Espanhóis preferiam usar como critério as necessidades definidas; ora eles haviam inflacionado as suas. Por isso nós queríamos remeter a discussão para a convenção de Helsínquia e considerar uma partição dos recursos a 50%, nas bacias internacionais. Apesar disso, eu recomendei que também avalisássemos as nossas necessidades usando bases semelhantes às que eles tinham usado para definir as suas. A situação mais complicada para nós era exactamente a bacia do Guadiana, porque eles haviam instalado o regadio do “Plan de Badajoz” e exagerado muito na sua extensão. Mas, no Tejo, o quadro não era melhor; pedi para que fosse elaborado um estudo pelo INAG; levaria cerca de oito meses a fazê-lo. No Guadiana, se houvesse uma aceleração do plano espanhol deveríamos argumentar com o convénio de 1968, como mínimo. No Douro não havia dificuldades de caudal. Por isso era mais conveniente, para as duas partes, olhar para o conjunto dos cinco rios internacionais. A audição pública acerca do Alqueva já havia sido realizada e tinha corrido muito bem.

\*

Nos finais de Julho de 1994 estava em afinação um protocolo com a EDP por causa do Alqueva. As negociações estavam acertadas menos a possibilidade de se abrir um concurso. A assinatura pública seria em Setembro. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não corria isento de dificuldades. Elas seriam ultrapassadas, mas existiam. Por outro lado, a Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva não poderia ficar afastada das negociações relativas ao Plano Hidrológico Espanhol. Insistíamos em que, na falta de um convénio novo, se respeitasse o de 1968. Confiados em que as dificuldades fossem todas ultrapassadas, trabalhávamos já no modelo institucional da unidade de gestão do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

\*

Antes de partirmos para férias, tínhamos de deixar pronto o PIDDAC 95. Havia, no entanto, um problema complicado: as dotações para o Metro de Lisboa e para a CP, somando as duas cerca de 30 milhões de contos, nunca tinham estado no PIDDAC. Assumiam a forma de dotações de capital e, por isso, integravam o Cap. 60 e não o Cap. 50, mas o Ministro das Obras Públicas insistia em que elas fossem para este último. Passei em revista, com a Secretária de Estado, a situação de cada ministério. Com a excepção já referida e com uma diminuição de 4,4 milhões de contos no Ministério da Educação, tudo poderia ser fechado.

O Sistema de Incentivos Regionais também já estava acordado. A legislação sobre o segundo PEDIP iria sair no dia 28 de Julho; poderiam as instituições começar a abrir candidaturas.

O Fundo EFTA ainda não estava aprovado, em Bruxelas, porque precisava de ser submetido à apreciação do Parlamento Europeu. Já só se avançaria em Setembro. Estavam, assim, tomadas as principais decisões.

\*

No dia 29 de Julho soube que a barragem do Enxoé sempre iria para a frente com uma capacidade de 19 milhões de metros cúbicos e com a obrigação de se fazer rega! Mas era isso que eu queria... Quem comunicou a notícia à Secretária de Estado foi o Director-geral encarregado do fundo de coesão. Queriam, todavia, ter acesso ao acordo que existia entre os governos de Portugal e de Espanha a respeito do caudal do Guadiana. Era urgente apresentar em Bruxelas o dossier de candidatura do empreendimento do Alqueva.

\*

No dia 30 de Agosto fiz o ponto de situação em matéria de Quadro Comunitário de Apoio com a Secretária de Estado. Estava praticamente tudo entregue e, portanto, em condições de começarmos a receber as ajudas comunitárias. Preocupava-me a situação de fecho do QCA I; os últimos 20% só seriam transferidos depois da entrega do chamado “dossier de encerramento”; a preparação deste não poderia ser atrasada. Deveria conjugar-se isso com a execução do PIDDAC 1994; as taxas respectivas apresentavam-se baixas para aquela data (30/8), porque os beneficiá-

rios haviam dado preferência às infra-estruturas apoiadas por Bruxelas cuja taxa de cobertura era maior; mas se não se exibissem taxas de execução mais elevadas eu não teria grande força moral para contrariar qualquer redução do PIDDAC 95 que seria de novo sugerida em Setembro...

As Grandes Opções do Plano estavam praticamente concluídas na linha do que tinha sido acordado antes de férias. A transferência de novas competências para as Autarquias Locais teria mesmo de avançar porque a inscrição de verbas no Orçamento e no PIDDAC deveria contemplá-la. Havia que definir quem procederia à inspecção correspondente; seria, naturalmente, a Inspeção-geral da Administração do Território que legalmente tinha a capacidade para o fazer; mas era preciso dar-lhe instruções para o efeito.

\*

Em 2 de Setembro na reunião com a Secretária de Estado, vimos como o URBAN seria aplicável a Sintra e a alguns outros Municípios. Ele era apoiado pelo fundo EFTA. Foi nesse dia, também, que ficou decidido prolongar a linha do metropolitano até à EXPO'98; nós cuidaríamos dos necessários fundos, mas os aspectos técnicos teriam de ser objecto de um contrato a celebrar entre o Metro e a EXPO'98.

Havia um grande contrato a assinar com a Associação dos Municípios do Oeste. O pior, para mim, era que se tratava de uma enorme quantidade de pequenos projectos. Não haviam conseguido acertar-se para construir grandes equipamentos comuns. Pedi que, ao menos, os apresentassem arrumados por grandes sectores funcionando cada “cacho” como projecto agregador. Não gosto nada de dispersar demasiadamente os meios disponíveis; é muito difícil controlar a sua aplicação. Estava em curso a elaboração de um estudo designado “Portugal 2010 – Posição no Espaço Europeu”. Informámo-nos sobre o seu estado. Passámos em revista os diversos mecanismos de acompanhamento das unidades de gestão dos programas em curso. Como se estava a lançar o QCA II era preciso ver se os resultados da experiência com o anterior estavam a ser introduzidos no novo.

\*

Em 5 de Setembro trabalhei com o Dr. Adérito Serrão sobre o Alqueva. Estava em avanço o modelo institucional da unidade de gestão do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, aquilo que viria a chamar-se a EDIA. Tínhamos que assegurar a prorrogação da vigência da comissão instaladora de modo a não haver nenhum “vazio”. Deveria preparar-se desde logo a candidatura ao Fundo de Coesão, marcando posição desde o início da sua vigência. Como viria uma missão a Lisboa a 26 de Setembro, eu insisti para que a nossa candidatura fosse apresentada até ao dia 15. Quando ela viesse já seria para discutir coisas concretas e não para elaborar sobre ideias mais ou menos vagas.

Nós havíamos encetado uma colaboração próxima com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Havia tantas preocupações relativamente ao impacto do empreendimento sobre o clima da Região que eu insisti em que se dispusesse da mais pormenorizada base de referência possível. Foi nessa ocasião que eu soube que, de 1955 até à data, tinha havido uma elevação de 1,8°centígrados na temperatura média da zona, tendo-se alargado também as respectivas amplitudes.

O concurso de ideias para a reconstrução da Aldeia da Luz estava a avançar. Teria de ser internacional, porque beneficiava de apoios comunitários. Mas suspeitávamos que, por ser uma obra pequena, ela não interessasse a nenhum empreiteiro espanhol ou francês. Assim, aconteceu; quem ganhou foi uma empresa portuguesa. Começámos à procura de instalações para a EDIA em Beja. Mas, tal como já referi, a minha decisão foi fixá-la no maior centro urbano da área. Havia um ou outro palácio antigo que seria interessante, mas as obras de adaptação e restauro ficariam muito caras. Acabou, como se sabe, por se construir umas instalações completamente novas.

\*

Em princípios de Setembro de 1994 era evidente que as Grandes Opções do Plano para 1995 já estavam prontas e o PIDDAC 95 também. Mas havia afinações a fazer em relação ao cenário macro-económico a apresentar. O que estava já preparado dava alguma intranquilidade a um dos Secretários de Estado do Ministério das Finanças com quem, aliás, ele havia sido acertado antes de férias. É que iria

haver, em breve, negociações no âmbito da Concertação Social e ele achava que o que havíamos estabelecido apresentava uma perspectiva algo optimista, o que poderia acalentar ambições ou mesmo reivindicações inconvenientes. Todavia, o dito cenário assentava em bases tecnicamente correctas, em torno das quais tinha havido acordo; sucedia, ainda, que o cenário das GOP deveria ser o mesmo do Orçamento e que a versão em causa nos era favorável em relação à retoma do processo de convergência e às negociações com Bruxelas. Só havia uma solução: manter coerência em tudo quanto fizessemos, independentemente das dificuldades que isso pudesse induzir num ou noutra sector.

\*

O programa operacional relativo às Iniciativas de Desenvolvimento Local estava pronto, em princípios de Setembro. Havia sido quantificado, operacionalizado e calendarizado. Só faltava estabelecer quem o iria gerir e o seu montante, que ainda reclamava afinação final com Bruxelas. Apesar de ter sido coordenada a sua elaboração no seio do Ministério do Planeamento e Administração do Território que tinha a tutela das Autarquias Locais, havia alguns outros candidatos com grandes argumentos para ficarem com a sua gestão...

Quando há algum “dinheirito”, mesmo que não seja muito, há sempre voluntários para o seu comando... Eu deveria acertar este “pequeno ponto” com o Primeiro-Ministro, antes de divulgar o texto do programa operacional.

\*

No dia 14 de Setembro soube que havia um conjunto de obras da nova Aldeia da Luz que já estavam em condições de ser lançadas: cerca de 200 fogos (com mais de 100 m<sup>2</sup> por fogo), a transferência da igreja do século XV, o equipamento social e desportivo e algumas infra-estruturas viárias e de saneamento básico. Tudo montava quase a três milhões de contos! Mas ia-se fazer conforme as minhas promessas aos habitantes.



\*

Os diversos programas operacionais incluíam muitas infra-estruturas que reclamavam estudos de impacto ambiental. Estes estavam na sua fase de lançamento e havia uma verdadeira obcecção em relação à sua realização. Mas os serviços não estavam preparados nem para analisar os que lhes eram apresentados, quanto mais para os fazerem eles próprios. É verdade que logo apareceram diligentísimos gabinetes privados a responder à necessidade, mas era preciso fiscalizar o seu conteúdo e, especialmente, pagá-los. Em 14 de Setembro resolvi, com a Secretária de Estado, abrir concurso para criar uma “pool” de empresas devidamente acreditadas; só depois de previamente avaliadas é que elas integrariam esse conjunto que não deveria ser muito extenso. E, depois, era preciso reservar meios para lhes poder pagar. Combinámos abordar a Administração Comunitária para assegurar que eles seriam pagos por verbas do próprio QCA. Assim se veio a fazer, desenvolvendo uma nova competência num grupo razoável de empresas especializadas portuguesas.

A nossa propensão era para atribuir funções a instituições ou firmas já existentes que se pudessem fortalecer por via do exercício de novas competências. Isso sucedia em relação àqueles estudos de impacto ambiental e, especialmente, em relação a funções ligadas ao crédito nas quais os bancos possuíam enorme experiência. Sempre que existiam instituições capazes de desempenhar uma dada função, era melhor protocolar com elas o seu desempenho do que estar a criar de raiz novos serviços; desse modo robusteciam-se as primeiras e não se tinha de esperar que os segundos ganhassem a necessária experiência.

Eu recomendava sempre que se fosse muito selectivo nas iniciativas a apoiar. Tínhamos tido algumas queixas em relação a alguns projectos que, de facto, não mereciam ser apoiados. Eu sabia que os gestores dos programas tinham instruções para se desembaraçarem rapidamente; por isso, eles procuravam despachar-se. Mas uma coisa era serem eficazes e outra aplicarem bem uns dinheiros que haviam custado muito a negociar e cuja aplicação estava sob observação de Bruxelas. Não nos poderíamos dar ao luxo de sermos apodados por “facilitismo”

\*

O nosso Primeiro-Ministro, no Conselho Europeu de Corfú, havia insistido no lançamento das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL) como forma de fomentar a criação de emprego. Nós havíamos preparado um texto que suscitara algumas observações que justificaram a preparação de um documento complementar a enviar para a cimeira de Essen, a primeira da presidência alemã. O desafio era tentar operacionalizar as IDL, recorrendo aos instrumentos comunitários já existentes, incluindo as próprias iniciativas comunitárias. Devo dizer que era esta parte mais criativa aquela que, realmente, mais interessante se revelava para mim. As propostas a apresentar resultavam sempre de um trabalho de “brainstorming” em que participavam a Secretária de Estado e o Director-geral.

\*

No dia 22 de Setembro teve lugar em Leipzig uma reunião dos ministros europeus encarregados do desenvolvimento regional. Como de costume, participava, também, o Comissário Bruce Millan.

Eu nunca tinha ido a Leipzig. Cheguei na véspera do encontro, a meio da tarde. A cidade “explodia” de obras. Ficámos todos alojados num hotel central, uma torre alta e estreita, com quartos de um lado e do outro de um corredor longitudinal. Quando cheguei ao quarto e fui à janela, contei, na metade da cidade que eu via, mais de cinquenta gruas altíssimas, denunciando outras tantas obras que não eram seguramente, enterradas. A Alemanha, depois da reunificação, tinha muita pressa em apagar as marcas do passado e em fazer com que todo o país fosse homogéneo.

Como de costume, fui logo dar uma volta para me aperceber do ambiente local. Ora aí é que se viam os indicadores de que nem tudo estava igual. As pessoas com mais idade vestiam modestamente e as lojas ainda eram antiquadas. Nada comparável com Munich ou com Frankfurt!...

Nas conversas, ao jantar, fui sabendo que os alemães não gostavam do PIB/capita como indicador da prosperidade das diversas regiões. Queriam que adoptássemos um índice compósito em que o PIB entrasse, mas no qual também contasse qualquer variável ligada ao ordenamento do território. Não tinham nenhuma proposta concreta a fazer, mas incitavam a Comissão Europeia a realizar um es-

tudo e a propor um indicador que reflectisse também a qualidade de vida. As auscultações deveriam ser feitas, discretamente, ao longo de 1995. Tudo isto tinha a ver, naturalmente, com a contribuição alemã para o orçamento comunitário; eles haviam feito as contas e verificado que, na base então vigente, a sua parte seria multiplicada por três! Queriam, naturalmente, atenuá-la...

Depois da intervenção do anfitrião, o Comissário Millan referiu-se longamente ao documento “Europa 2000+” cuja primeira edição viria a lume muito brevemente. Seria preciso prever alguma forma de actualização anual para todos termos uma ideia acerca do modo como progredíamos. Era evidente que a existência de sistemas específicos de planeamento nos diferentes Estados-membros não facilitava as comparações; verificava-se que, nos países mais urbanizados, o maior papel era desempenhado pelas grandes áreas metropolitanas; as pequenas e médias cidades apresentavam numerosas fragilidades, porque a sua base económica era, generalizadamente, fraca; tudo o que fizéssemos deveria começar por aí. Na Europa não havia um desequilíbrio apenas entre o Leste (Onde estávamos) e o Oeste; também existia entre o Norte e o Sul; a região mediterrânica reclamava a maior atenção. Por outro lado, impunha-se dar muita atenção à cooperação transfronteiriça para que as disparidades entre vizinhos não fossem tão sentidas e se atenuassem a ritmo acelerado.

Todos falámos, como de costume. Resumirei o que foi dito:

O relatório Europa 2000+ era “fascinante” (sic); mas representava, somente um quadro geral que serviria de referência para a nossa discussão sobre políticas regionais; deveria ser usado para o debate e para o levantamento de novas ideias. O princípio da subsidiariedade continuava a estar em vigor, nomeadamente nesta área. A repercussão da política regional nas outras políticas deveria ser mais atendida. As redes de cidades deveriam ser explicitadas, mesmo com carácter transnacional numa procura da materialização do desenvolvimento integrado e transfronteiriço. O ordenamento do território tinha de permanecer como competência nacional dos diversos Estados-membros. O êxito da política regional dependia muito da informação disponível; deveríamos procurar que ela fosse quantitativa e qualitativamente abundante. A exclusão social deveria representar uma componente a integrar progressivamente nas nossas acções e planos. Em qualquer

caso, seria útil dispor de uma visão de conjunto para todo o território comunitário; o nível macro-regional seria importante para o futuro. As regiões fronteiriças da União Europeia deveriam ser consideradas; não havia vantagem nenhuma em que houvesse um grande fosso nos níveis de desenvolvimento. A cooperação da Comissão com os Estados-membros, no domínio do desenvolvimento regional, deveria ser aprofundada; isto apesar de o ordenamento do território ser uma responsabilidade descentralizada em alguns dos Estados-membros. A região alpina merecia um tratamento especial por ser diferente de todas as outras. A União Europeia não tinha competências formais em matéria do ordenamento do território; todavia, através das suas diferentes políticas, acabava por fazer ordenamento do território; por isso, a existência de um quadro geral do espaço europeu, ao qual se fizesse referência quando essas políticas tivessem impacto espacial, seria útil. Mas isso aconselhava a prosseguir as práticas de cooperação institucional. O que se estava a pensar, a nível europeu, não era em nenhum esquema director, mas unicamente num quadro de referência que serviria, em primeiro lugar, aos próprios Estados-membros. Por isso a sua actualização permanente deveria representar uma obrigação. Os domínios que reclamavam aprofundamento eram: a) as áreas transfronteiriças internas; b) a conservação do património cultural; c) a cooperação com os países mediterrânicos, porque seria certo que os países europeus ribeirinhos iriam dar as maiores preocupações daí a uns anos (Não imaginávamos como isto iria ser tão verdadeiro!...).

O Comissário Bruce Millan insistiu em que só a Comissão era responsável pelo documento e que ele deveria ser considerado meramente como uma “Comunicação da Comissão”. Seria publicado o mais brevemente possível. Não havia referência às outras políticas, porque não tinham dispostos de tempo para realizar uma longa ronda de consultas. As imprecisões seriam, naturalmente, corrigidas; mas algumas das intervenções tinham sido mesmo diferenças de opinião e essas teriam de ser objecto de outra forma de tratamento. Havia diferença entre questões horizontais regionais e questões transnacionais. Não via que a Comissão tivesse meios para proceder a uma actualização constante; admitia que ela fosse periódica, com um prazo a definir.

Ouvimos, ainda, a apresentação de dois documentos sobre o tema apresentados pela presidência (alemã). Um deles insistia na importância da realização de trabalhos com rigor científico que apoiassem as decisões políticas e da cooperação dos institutos de investigação dos Estados-membros no domínio do desenvolvimento regional e do ordenamento do território. Esses institutos deveriam trabalhar em rede com o secretariado localizado num deles e funcionar em estreita ligação com o Comité de Desenvolvimento Espacial. Assim se verteria na acção política o resultado da investigação aplicada que fosse realizada. Houve quem sugerisse que essa colaboração poderia ser estendida ao Conselho da Europa que, todos sabíamos, estava muito activo no que tocava ao domínio do Poder Local. Assentámos em que a rede de institutos representava uma ideia promissora. A Comissão tinha dificuldades em financiar uma estrutura permanente, mas haveria disponibilidade para apoiar a realização de estudos-piloto. Tinha sido sugerida a cooperação com os países da PECO (Países da Europa Central e Oriental) neste domínio, o que foi apoiado pela Comissão.

\*

A seguir às férias há sempre uma aceleração das mudanças em Bruxelas. Em 1994 iria haver alterações nos funcionários que se tinham, até então, ocupado de Portugal, mas isso não era mau para nós. Eles haviam adquirido uma grande familiaridade com os Autarcas que pensavam vir a obter maiores benefícios se tratassem dos seus assuntos directamente com eles. Convidavam-nos para visitarem os seus Concelhos, o que eles adoravam... mas eu não podia “alimentar” esses contactos directos. A mudança de comparsas seria boa para um recomeço em melhores termos.

A pretexto da criação do Comité das Regiões havia um corrupio para Bruxelas. Houve mesmo um Deputado português que alvitrou que fosse o Comité das Regiões a acompanhar a regionalização do nosso Quadro Comunitário de Apoio! Era evidente que não sabia o que estava a dizer. Mas o facto é que ainda hoje (2017) ele está sentado no Parlamento; 23 anos depois!...

Desagrada-me ter de dizer que o Comité das Regiões não se tem comportado à altura das grandes expectativas que, na altura da sua constituição, havia em re-

lação à sua capacidade de intervenção. Tornou-se demasiadamente partidário e sofre da falta de estudo dos problemas. Poderia ser uma instância de propositura de novas políticas se as estudasse e discutisse. Ao longo destes anos fui lá uma vez ou outra como perito ou como representante do sector dos transportes marítimos (Auto-estradas do Mar). Pude verificar como não se aprofundam as posições. E, no entanto, se se rodeasse de especialistas que preparassem documentos para discussão e recorresse mais ao trabalho de comissões, poderia produzir sugestões de actuação muito válidas, porque enformadas pela proximidade aos problemas. Eu insistia, uma vez e outra, para que tivéssemos um alto funcionário português na DG XVI (Política Regional), mas esbarrava sempre com a resposta de que não havia quota... Contudo, eu não esmorecia e acompanhava de perto o movimento dos quadros. O Comissário já sorria quando eu levantava a questão... A minha preocupação estava ligada ao facto, para mim certo, de que as coisas em relação aos fundos estruturais, quando chegavam ao Conselho de Ministros já iam muito “talhadas” para poderem ser objecto de grandes alterações.

Deveria ser possível aceder ao fundo EEE para, no seu quadro, desenvolver o novo programa URBAN e um novo sistema, o SIMIAT, para apoiar a renovação da frota dos transportadores de mercadorias. Não estávamos a conseguir fonte para uma linha de “seed capital” que eu pretendia pôr à disposição das PME. Em 30 de Setembro ficou combinado que, dentro do URBAN, iríamos apresentar brevemente duas candidaturas, uma para cada Área Metropolitana (de Lisboa e do Porto). Novamente, iríamos ser pioneiros no âmbito deste novo programa; havia muita coisa a financiar mas nós estávamos sempre em cima das oportunidades que se iam abrindo.

\*

No dia 3 de Outubro voltei ao Conselho Económico e Social, dessa vez para apresentar as Grandes Opções do Plano e o PIDDAC 95, que deveriam ser acompanhados por um parecer do Conselho quando fossem remetidos ao Parlamento. Fui acompanhado pela Secretária de Estado, tendo eu começado por fazer uma circunstanciada exposição acerca das duas propostas. Intervieram os representantes da UGT, das Misericórdias e IPSS, do sector do Ambiente, da CAP, da CIP, da ANJE e do sector da Agricultura. Resumirei o que disseram:

Queriam uma antecipação aproximada do que estava ser a execução do PIDDAC 94 e o enunciado dos desfasamentos entre o previsto e o realizado. Na proposta do PIDDAC não estava individualizada nenhuma verba para a educação pré-escolar. Não havia nada ou estava englobada noutra rubrica? Os comentários feitos a propósito do ensino superior eram pobres; deveria haver maior elaboração à cerca dos mesmos. O que estava nítido no PIDDAC eram as verbas para a construção de escolas; e o resto? Era prioritária a irradicação das barracas ainda existentes, particularmente na coroa suburbana de Lisboa. Em relação à preservação do ambiente deveria considerar-se a poluição que ocorria ao longo de todo o processo produtivo; a reciclagem deveria representar a rotina e as energias renováveis um sector que conviria estar sempre em expansão. Afinal, as GOP repetiam, em relação à agricultura e à floresta, o que já havia sido dito no Plano de Desenvolvimento Regional (Grave seria se dissesse coisas diferentes...). Em relação ao investimento corpóreo, no sector da Agricultura, as verbas eram diminutas. Os custos com a construção de infra-estruturas envolventes (Estradões, aceiros, reservatórios, etc.) não deveriam ser imputados ao sector da Agricultura, mas antes às Autarquias Locais. A investigação, a experimentação e a divulgação eram muito importantes para o sector; mas tinham dúvidas sobre o modo como se propunha levá-las a cabo. Havia poucos fundos para a floresta; as candidaturas apresentadas haviam-nos esgotado em pouco tempo; ora isso era muito importante para combater o abandono de terras agrícolas com pouca capacidade para o serem. Quando foi da reforma da PAC, os fundos pareciam inesgotáveis; afinal, haviam-se esgotado!... Era bom que estivesse contemplada a diminuição dos custos dos factores de produção; isso correspondia a uma reivindicação antiga do sector, particularmente o custo do gasóleo para a agricultura. Nas propostas não havia nenhuma referência ao custo da água; enumeravam-se obras hidráulicas, mas não se fazia menção a nenhuma bonificação do custo da água para rega. Afinal as GOP já estavam todas em execução, porque havia uma continuidade patente entre o que se dizia para 1995 e o que se tinha dito para os anos anteriores (Inconveniente seria que andássemos a mudar todos os anos de orientação em matérias que são predominantemente de médio-prazo. São conhecidas as chamadas “obras dos mil dias”! Representam a maioria das acções com algum peso na valorização do território). Em relação à formação de capital fixo

muito teria de vir do sector privado; como iriam proceder os empresários? Junto de quem iriam pedir crédito? Deveria haver o enunciado de mais medidas concretas no sector da habitação; faltavam, no País, 500.000 fogos! Quem os iria construir? Só estava mencionada a eliminação das barracas e isso era pouco. Deveria haver um enquadramento da construção para arrendamento; nos anos 70 esse sector representava 70% da construção de habitações; nos anos 90 essa percentagem tinha descido para 2%! Ora, sem relançar o arrendamento não seria possível impulsionar nenhum programa de construção de habitação com impacto. O meio milhão de fogos em falta era real! O programa RECRUA não estava provido de fundos suficientes; aliás, quem havia beneficiado com ele tinham sido as Câmaras, não havendo chegado quase nada aos particulares. A magna questão dos recursos hídricos tinha de ser abordada com a fixação de linhas políticas gerais; “não se podia pensar que se construía uma casa e depois se abria um furo no jardim”; havia que estabelecer regras muito claras acerca dos locais de construção, onde pesasse também o factor água (Para isso andava eu, há anos, a insistir na realização do PDM... Entre outras coisas eles também deveriam fixar essa). As empresas de construção não iriam dispor de capital para realizar os investimentos previstos; onde iriam pedir crédito? O crédito ao sector era, para a banca, de risco muito elevado. Tinha que se fazer alguma coisa para ajudar as empresas a capitalizarem-se; o alívio fiscal do IRS era urgente e necessário; se alguém pusesse o seu dinheiro nas empresas, o IRS que pagaria andaria pelos 40%; se o depositasse a prazo seria de 20%; por isso, não se viam os empresários a pôr dinheiro seu nas empresas. As linhas de bonificação para o sector agro-alimentar e para as florestas não estavam providas dos meios necessários. Deveríamos insistir muito na florestação porque havia terrenos disponíveis e não poderiam ficar incultos ou abandonados. Deveriam as IDL ser levadas tão longe quanto fosse possível; isso resolveria muitos problemas. Estávamos numa fase de mudança do perfil dos consumidores; seria bom estar atento. Teríamos de dar muita atenção aos serviços a prestar às famílias; isso é que seria coerente com o resto do que se afirmava, nomeadamente a respeito da política de família. Como se pode verificar eram recomendações justificáveis; o que tinham era relativamente pouco a ver com as GOP... O ponto que havia ocupado mais tempo era o do arrendamento; mas, a seguir a 1974, o objectivo patente tinha sido acabar com



o regime, fazendo de todos proprietários da sua própria habitação. O problema é muito mais complexo do que providenciar crédito fácil para os senhorios. O mercado do arrendamento tem de existir, porque responde às necessidades de uma franja da população que não deve ser forçada a comprar casa quando ainda não sabe onde lhe convém morar ou quando ainda não dispõe de meios para o fazer. Estas audições do Conselho Económico e Social representavam, também, uma boa oportunidade para auscultar as preocupações de uma vasta gama de representantes da Sociedade.

\*

Os funcionários quando têm de tomar decisões procuram rodear-se de todas as cautelas e mais algumas, de modo a não serem chamados a justificar-se pelos seus chefes políticos. Em 4 de Outubro veio a Lisboa um alto quadro responsável pelo fundo de coesão que já tinha percebido no seu Comissário uma abertura ao financiamento da barragem do Alqueva. Por isso, havia deixado de se opor obstinadamente; invocava as dificuldades que seriam levantadas pela DG XI (Ambiente). Pedia-nos para fazermos um exercício de quantificação de quanto valeria o combate à desertificação ou a amenização climática, de modo a dar-lhe “algum conforto”. Não poderia tomar nenhuma decisão antes de estar aprovado o estudo de impacto ambiental, o que equivalia a não termos acesso ao subsídio antes de Julho de 1995. Mas talvez nos pudesse dar algum sinal durante o próximo semestre... Este não era suficiente para mim que não gosto nada de anunciar seja o que for sem estar apoiado em documentos. Contudo, o fundo de coesão estava muito inclinado a considerar a construção da barragem; Tinha falado com a DG XVI (Política Regional) e haviam acertado numa metodologia. Disse-lhe que o estudo de impacto estava a decorrer e que haveria uma reunião da Comissão de Acompanhamento no dia 10, portanto, daí a uma semana. Comprometi-me a que o estudo estaria pronto até ao princípio de Dezembro. O Acordo com os Espanhóis por causa das afluências de água era indispensável; ora eu sabia que eles queriam apresentar o seu Plan Hidrológico às Cortes durante o mês de Dezembro; antes disso não haveria nenhuma conversa connosco por não saberem com que água poderiam contar, nesse momento e no futuro. Já se sabia que iria haver uma reu-

nião da DG XVI, ao mais alto nível, para definir a sua posição. Deveríamos carrear para eles todas as justificações que tivéssemos.

Nesse dia, combinei com o Dr. Adérito Serrão, a linha geral do projecto de decreto-lei definidor do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, da sua localização e das medidas preventivas que lhe estavam associadas. Era esse documento que iria a Conselho de Ministros.

\*

No dia 10 de Outubro tive uma reunião sobre a intervenção especial no Douro que pretendiam levar a efeito. Tinha sido produzido um estudo com o título “Do Inha ao Atlântico”, mas respeitava somente ao trecho final do Douro; o rio Inha situa-se em Arouca.

As razões para intervir de forma especial no âmbito do QCA era porque o Douro tinha problemas, mas encerrava também numerosas potencialidades. Os problemas eram o seu encravamento físico, a falta de empreendedores locais (Os decisores do Douro viviam fora dele... no Porto, a maior parte) e uma acumulação insuportável de indicadores de declínio, ao longo da década anterior, apesar do investimento que lá havia sido feito.

Do lado das potencialidades, estava o facto de ser a região demarcada mais antiga do mundo e de possuir uma marca que se confundia com a imagem do País. Não se pretendia fazer uma nova OID (Operação Integrada de Desenvolvimento), porque já havia Programas Operacionais e a região estava muito bem representada no QCA. Mas, pelos vistos, não chegava. Tratava-se de identificar o diferencial de acção que faltava ao Douro, “para dar a volta”!... Em primeiro lugar, era preciso fazer o elenco das acções tidas como necessárias; depois, procurar ver quais delas poderiam ser encaixadas nos diversos programas sectoriais existentes; finalmente, seleccionar o que era crítico para pôr todo o programa existente a funcionar mais depressa.

Não surpreendentemente, dentro das primeiras estavam numerosas estradas de atravessamento todas elas urgentíssimas; a acrescer figurava a navegabilidade do Douro que era preciso assegurar na sua continuidade; uma ou outra nova ponte; depois, questões específicas da agricultura e do turismo à frente das quais estava o desendividamento das explorações agrícolas; este último montava a muito

dinheiro! Era preciso isolar o que se mostrava específico do Douro, porque muitas coisas eram iguais em muitas outras partes do país.

O PDRITM I tinha tido sucesso porque actuara sobre o Douro. O segundo havia falhado porque no sector agrícola o investimento tinha estado ausente. O ponto crítico era não estarem no Douro os decisores que contavam. Tudo acontecia por comando à distância.

Deveríamos dar mais atenção aos aspectos organizativos. Já estava feito o levantamento do que havia a promover: em primeiro lugar o vinho de mesa (Eu vinha a dizer isso há vinte anos, concitando sobre mim a ira de muitos imobilistas locais...). As cooperativas precisavam de grande modernização. Era necessário fazer uma “injecção” maciça de gestão em tudo quanto fossem unidades produtivas no Douro. Mas, para isso, era preciso conceber um programa de promoção de vinho de mesa. Não me parecia difícil porque, seguramente, ele iria vender-se muito bem...

Entregaram um papel com uma parte do diagnóstico e outra de propostas. Insistiam muito na organização da capacidade técnica local. Era este o estrangulamento detectado.

\*

No dia 11 de Outubro fui a Beja para reunir o Conselho da Bacia do Guadiana. A Ministra do Ambiente começou por comunicar que já haviam sido constituídos todos os Conselhos de Bacia. Eles tinham carácter consultivo, mas ela estimaria que houvesse uma grande participação dos diversos membros nos trabalhos. Desse modo, todos adquiririam melhor informação sobre o que se estava a passar e poderiam transmitir as suas necessidades a quem iria tomar decisões.

Comuniquei ao Conselho o que se estava a passar relativamente ao Alqueva, às obras e ao seu financiamento.

O Presidente da Câmara de Moura lamentou que a EDIA não tivesse ficado instalada no seu Concelho. O seu grande cuidado ia para a reposição das ligações rodoviárias; queria ser ouvido. Ele e os seus Colegas interessados já haviam constituído uma Associação de Municípios do Regolfo do Alqueva para tratar de assuntos comuns.

O Presidente de Serpa protestou por não avançar já a barragem do Enxoé; tratava-se de um regadio de 900 hectares de boa terra agrícola. Queria assegurar que o abastecimento de água a Serpa e a Mértola iria ter mesmo lugar; a adjudicação das obras que lhes competiam iria ocorrer no 2.º trimestre de 1995.

O Presidente de Reguengos estava preocupado com as ligações rodoviárias, especialmente, com o lanço entre a sua sede de Concelho e Mourão.

Todos queriam ser mantidos a par da evolução dos trabalhos. Foi-lhes dado conhecimento acerca do Plano Hidrográfico do Guadiana e daquilo que já sabíamos do Plano Hidrológico Espanhol. As expectativas em torno do Alqueva não poderiam ser maiores.

\*

Continuava o meu trabalho com o Dr. Adérito Serrão acerca do empreendimento do Alqueva. No modelo institucional que estava a ser desenhado, além da gestão, a empresa deveria ficar com possibilidades de também fazer promoção. As negociações com a EDP prosseguiram, mas era preciso obter respostas mais rápidas. Já me referi à informação sobre o clima que era necessária para apreciar a sua evolução; o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica queria cobrar-nos mais de 40.000 contos por ela; ora, eles também estavam interessados nos dados; propus que o pagamento fosse total ou parcialmente feito através da transferência de conhecimento, de modelos e de resultados; afinal, eles também beneficiariam...

O facto de eu também tutelar o Instituto Português de Cartografia e Cadastro não me impediu de recomendar que se fizesse um concurso público para a produção dos ortofotomapas necessários. Esta veio a ficar por 250.000 contos, exactamente metade da verba que o IPCC propunha; esclareci que a propriedade dos ditos mapas ficaria para a Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva (CIEA), a transferir oportunamente para a EDIA.

\*

Na tarde do dia 12 de Outubro fui ao Conselho Económico Social para ouvir sugestões e recomendações relativamente às Grandes Opções do Plano e ao PIDDAC para 1995. Fiz uma exposição introdutória dos dois documentos que haviam sido

distribuídos. Entrevieram o Prof. Adriano Pimpão (representante das Universidades), o Dr. Agostinho Roseta (UGT), a Dra. Manuela Teixeira (UGT – FENPROF), o Dr. João Salgueiro, a Dra. Maria João Rodrigues, o Dr. Nelson Teles (Madeira), o Eng. José Manuel Casqueiro (CAP), o Eng. Nogueira Simões (CIP), o Dr. Adalberto Valente da Cruz (Misericórdias) e o Dr. Alberto Ramalheira. Resumirei o que disseram:

O PDR era um plano a médio-prazo com uma estratégia a médio-prazo. As GOP tinham um horizonte anual. Como conciliava eu as duas perspectivas? (Remeto o Leitor para as páginas que tratam desta quezília que acabou por conduzir à queda do 8º Governo e à primeira maioria absoluta do PSD). Qual era o estado de execução do QCA que, então, decorria? No quadro institucional não se fazia referência às Agências de Desenvolvimento; porquê? Não havia estatísticas regionais; quando é que eu me comprometia a fazer avançar o sistema de contabilidade regional? Não havia nenhuma referência específica ao Ensino Superior; o assunto havia sido tratado com a tutela?

Em matéria de orientações macro-económicas tinham de manifestar preocupação pela manutenção de certos pressupostos ligados à criação de emprego. Havia muito enfoque em relação à redução do défice e da política de rendimentos, mas não estavam de acordo com isso. Continuava a moderação salarial e isso levava a uma redução imoderada do poder de compra. A consolidação fiscal seria obtida através de uma redução obsessiva das despesas públicas. Ainda havia uma pequena referência à arrecadação de receita, mas, logo a seguir, se cedia à redução das despesas. Havia despesas que eram essenciais debaixo do ponto de vista social. Perpassava no documento um optimismo que não subscreviam. Nas reestruturações falava-se na libertação de recursos humanos e na reafectação dos mesmos; ora isso não seria fácil, representando mesmo um gravíssimo problema nacional; poderia, até, induzir a desindustrialização do país. O objectivo da convergência real não estava a ser alcançado; melhor do que através das estatísticas isso via-se através da emigração que estava a recrudescer. Não podiam senão afirmar a sua insatisfação pelas perspectivas que aqueles dois documentos traduziam. Queriam saber mais sobre o novo modelo orgânico para os portos que estava referido e qual o apoio a conceder aos armadores nacionais? E, no domínio das pescas, como se iria fazer a reestruturação anunciada? Falava-se no reequilíbrio dos preços das telecomunicações; o que é que isso significava?

Em relação ao objectivo de alargamento da rede de educação pré-escolar não via, na proposta de OE, nenhuma verba especificamente referida para o fazer. Como a rede escolar pública era má, perguntava se se estava a contar com as IPSS para o fazer. O que é que significava a audição contínua das escolas e dos docentes? Representava uma nova forma de avaliação? Importava melhorar o sistema de incentivos à qualidade.

O acordo multi-fibras (GATT) e a sua eliminação num horizonte de 10 anos tinha agora uma oportunidade única e talvez a última de se concretizar; sê-lo-ia de facto? Qual era o grau de utilidade do trabalho do Conselho Económico e Social? Este conselheiro tinha grande apreço pelo nosso trabalho, mas entendia que o excessivo optimismo ajudaria a prolongar más situações. Achava que ver as coisas a cinco anos de prazo era irrealista, porque a realidade se mostrava muito “movente”. Talvez fosse mais útil proceder à análise de questões fundamentais que representassem entraves, naquele momento; e havia algumas naquela ocasião. Deveríamos olhar com atenção para a produção estatística, porque tinha havido a ruptura de séries antigas sem ser explicada a razão para que isso acontecesse. Seria certo que o projecto da Ford-Volkswagen iria alterar muito o valor das séries anuais das importações e exportações; isso não teria a ver com a conjuntura, mas sim com a concretização de um grande projecto. Deveria proceder-se à distinção entre retoma e recuperação económica, porque não eram a mesma coisa. Nem podíamos confundir retoma com convergência real ou com desenvolvimento. Achava que se estava a ter optimismo excessivo em relação às negociações no âmbito do GATT; haveria mais oportunidades, mas também maior concorrência. Os problemas com os países europeus de Leste eram da mesma índole: mais oportunidades, mas também maior concorrência. Deveria esclarecer-se que a recuperação da tendência para a diminuição do défice se devia a razões fiscais; isso mereceria uma discussão pública. Em relação à inflação havia o risco de ele voltar a subir em consequência da retoma; a descida dos bens transaccionáveis já não se tinha verificado naquele ano. Havia o grave problema da Segurança Social e da incidência orçamental dos regimes contributivos; o tema deveria ser objecto de um tratamento de médio-prazo. As áreas metropolitanas representavam um assunto muito importante; o seu tratamento deveria ser mais

aprofundado, não nos seus aspectos políticos, mas no que respeitava às condições de vida. O tema da competitividade era muito importante e não chegava a visão eurocêntrica que dele possuíamos; o desempenho da Europa, nesse aspecto era o pior; por isso não chegava estabelecermos comparações com ela. Conviria explicitar as reformas de fundo que entendíamos levar a efeito para aumentar a competitividade. Mas, paralelamente, seria bom que olhássemos para outros aspectos para além do mercado de trabalho: a administração pública, a burocracia, etc. Importava o reforço de todos os grupos empresariais portugueses, públicos e privados. As regras da política de privatizações deveriam ser muito discutidas. Conviria falar-se mais das empresas públicas, porque elas representavam centenas de milhões de contos e não se estava a fazer nenhum progresso em relação à sua gestão; havia países, como a França e a Finlândia, onde ela era boa e onde se estavam a experimentar progressos. O papel dos mercados, na nossa economia, deveria ser discutido; exemplo dessa urgência era representado pelo mercado do arrendamento. A administração pública tinha de trabalhar com os mercados e não apesar dos mercados.

As condições de competitividade das empresas deveriam ser profundamente analisadas. Nos documentos apresentados (GOP e OE), deveria ser incorporada uma reflexão acerca das dificuldades que elas estavam a encontrar. Os planos de médio-prazo eram atravessados por uma contradição entre convergência real e convergência nominal. Punha-se o problema da escolha dos investimentos a fazer; onde é que o dinheiro seria mais útil? Não estavam claras as razões que suportavam o investimento material na investigação em micro-tecnologias, no sector aero-espacial ou na automação flexível. Por quê fazê-lo nesses sectores? Deveríamos envolver mais a comunidade científica e tecnológica para justificar a escolha desses domínios. Seguramente que teriam efeitos multiplicadores mais expressivos os investimentos na área da informática e do “software” (Também estava contemplada). Os investimentos imateriais eram importantes, como era o caso da informação estratégica estatística, económica e sobre mercados. Era certo que a informação que tínhamos se mostrava insuficiente (Mostrava-se sempre!...) e insuficientemente difundida. A nossa população activa tinha níveis de formação insuficientes, quando comparados com os da população europeia do

Centro; a população activa de meia-idade já não podia voltar à escola; logo, era preciso encontrar soluções específicas para a formação profissional. Os serviços de consultoria deveriam ser mais generalizados, porque tinham um enorme poder multiplicador. Conviria que fosse explicitada uma política adequada de serviço público da televisão; os Cidadãos deveriam conhecê-la. As prioridades tinham de ser hierarquizadas de acordo com os parâmetros que indicassem a sua ordem de eficácia. Deveríamos reforçar mais a acção dos centros tecnológicos e dos técnicos de divulgação. Cada jovem deveria ter, pelo menos, um ano de formação profissional. A orientação profissional era importante; deveríamos dispor de bons serviços nesse domínio. Sendo certo que se iria gastar muito dinheiro em formação, importava assegurar que fossem detectadas as necessidades do mercado e estabelecida uma ordem de prioridades na acção. A prioridade das prioridades era, contudo, a administração pública; ela precisava de uma reforma radical. Deveríamos ver o que havia de melhor, neste campo, a nível internacional e transferi-lo para nós. Era certo que muito do nosso desenvolvimento se jogaria no campo da formação.

Um dos nossos conselheiros achava que o quadro macro-económico traçado era demasiadamente optimista. Deveria ser “temperado”.

No PIDDAC, a média geral da comparticipação nacional era de 56% do custo dos diversos empreendimentos contra 44% de comparticipação comunitária. Não se poderia melhorar esta segunda? A floresta representava uma prioridade que justificaria mais fundos; deveríamos poder plantar floresta nos terrenos da Reserva Agrícola Nacional. O Ministério da Agricultura deveria dispor de uma ficha complementar para o sector da floresta com a ventilação das despesas quanto aos grandes capítulos em que iria desdobrar-se. Observava-se que várias universidades haviam concorrido exactamente nos mesmos temas de investigação; poder-se-ia saber mais sobre o conteúdo de cada projecto? Havia candidaturas a mais e verbas a menos; os projectos sobre produções agro-industriais e agro-ambientais mereciam, seguramente, mais apoios. A regulamentação sobre o sector agrícola só naquela altura havia sido aprovada; não havia ainda fichas nem verbetes; mas tinham sido dadas instruções para aprovar somente projectos oriundos de instituições públicas; e as privadas? Para quando é que ficavam? Poderia haver a



possibilidade de transferência de verbas para o ano seguinte? Em relação às estatísticas, este conselheiro tinha a impressão de que não havíamos mudado tanto quanto as estatísticas reflectiam. Tinha-se retirado a urgência às explorações com menos de um hectare. Mas o endividamento do sector era enorme. Insistiu muito na importância das estatísticas. Era preciso ter cuidado em relação à desertificação das zonas rurais; estava a haver limitações demasiadamente elevadas dos apoios concedidos aos agricultores a tempo inteiro; com explorações pequenas, como era a maior parte das nossas; mesmo a actividade complementar tinha de beneficiar de apoios. Tínhamos gasto demasiado em emparcelamentos de interesse duvidoso; sabia de PDM que haviam aprovado loteamentos que dividiram explorações agrícolas, tornando-as economicamente inviáveis. No domínio da protecção ambiental, gostaria de ter visto consagrados mais meios financeiros para apoio ao sector agro-industrial, nomeadamente para os lagares de azeite. Um outro conselheiro perguntava se as GOP eram oportunas naquela ocasião, a menos de um ano das eleições legislativas. Porque se tinha de compatibilizar as GOP e o Orçamento de Estado e este poderia ver alterado o seu enquadramento, em Outubro seguinte. Estávamos a querer celebrar um acordo que não duraria o ano inteiro, provavelmente (Tinha de se cumprir a lei!). Queria que aquele acordo tivesse muito mais quantificação dos seus parâmetros, para poder ser acompanhado, ao longo da sua concretização. O Estado estava em muito mau estado! Os lavradores haviam gasto tanto em juros como tinham recebido de incentivos; nas empresas industriais a situação ainda era pior; os prejuízos dessas empresas haviam sido de cerca de 1000 milhões de contos em 1992!... Ora este facto não estava tratado nem nas GOP, nem em nenhum outro documento. Mas era relevante para o que estávamos a tratar! O Governo ia fechar a Indústria Portuguesa? Era preciso não só recolher estatísticas, mas também divulgá-las, para que elas fossem úteis. No Algarve havia 90.000 camas oficiais para o sector do turismo, mas 300.000 clandestinas; quando é que o sector seria disciplinado? No sector da Habitação não se dispunha de estatísticas suficientemente pormenorizadas nem actualizadas; isso não era bom para a tomada de decisões. Aquilo a que se estava a assistir era a pequenas retomas num sector ou noutro, mas não a um verdadeiro movimento de crescimento económico devidamente sustentado. Tinha medo da

inflação; haviam sido aumentados os funcionários públicos; isso não geraria mais défice orçamental e mais inflação? Era preciso insistir na moderação salarial. O problema da Segurança Social apresentava-se como muito grave. O código de avaliações era urgente. Não sabia se o acordo de concertação social seria para assinar, mas o conteúdo das GOP era muito importante. A indústria da madeira era para acabar? Perguntava isso porque se estava a plantar menos do que o que se consumia. Era preciso definir um futuro melhor para o País!

No sector da Educação, um dos conselheiros tinha dúvidas relativamente ao modo como se faria a convergência dos vencimentos dos professores do ensino público e do privado. Faltavam estatísticas sobre as inscrições para entrada nos lares da terceira idade; só se sabia que estavam a crescer muito. O apoio domiciliário assistido era cada vez mais utilizado, de modo que a verba que estava inscrita no PIDDAC para esse efeito não chegaria, seguramente, para satisfazer a procura. O sector da habitação social precisava de muito maior apoio, porque era necessário estender, por todo o país, o que estava a ser feito nas áreas metropolitanas. Em relação aos jogos sociais, o dinheiro arrecadado não havia sido distribuído, na sua totalidade; eles não queriam “esmolar” o que já era deles. Em relação aos lares privados, tinha muitas dúvidas de que eles pudessem ser lucrativos; por isso recomendava inspecções rigorosas e, eventualmente, a denúncia dos que não cumprissem com as regras estabelecidas.

A um outro conselheiro confrangia-o ver investimentos públicos vultuosos, dos quais não estavam a ser retirados os benefícios potenciais. Lamentava, também, que houvesse escolas que não abriam por não haver funcionários. A desburocratização representava um imperativo. A fraude fiscal era intolerável. Tinha de almejar-se conseguir a paz nos PALOP; Portugal deveria enviar Portugueses desempregados, nomeadamente professores, para dar resposta aos grandes programas de relançamento desses países.

Íríamos entrar, mais dia menos dia, numa operação de captação de capital estrangeiro para nos ajudar na modernização do nosso tecido produtivo; impunha-se, por isso, começar, desde logo, na melhoria dos custos de contexto que iríamos usar como argumento para o atrair. O relatório sobre a reforma administrativa que havia sido concluído, há cerca de um ano, tinha boas sugestões; mas era pre-

ciso aplicá-las... Também era bom conferir maior profissionalização à Administração Pública. O recurso aos contratos de agência deveria ser generalizado.

Eu ficava sempre angustiado ao constatar como é que, em Portugal, se esperava sempre tanto do Estado. Ele é que deveria fazer quase tudo para melhorar a situação. Por outro lado, nunca ninguém sublinhava o que já havia sido feito de bom; eram sempre queixas umas atrás das outras; à força de serem tantas, umas justificadas, mas a maior parte não tendo fundamento, acabava por impressionar pouco o rol das lamentações.

\*

Em 17 de Outubro certifiquei-me que já tinha sido enviada para Bruxelas a grande candidatura para o sector têxtil, em relação à qual havia tantas expectativas e cujo caminho junto da Comissão tinha já sido devidamente aplainado.

Estavam praticamente prontos para também seguirem: o URBAN, o REGIS, o REGEN, o INTERREG, o programa das PME, o STRIDE, o RECHAR e o RESIDER. Tratava-se, em quase todos os casos, de iniciativas comunitárias que complementariam o nosso Quadro Comunitário de Apoio, em numerosos domínios. Na candidatura do programa PME, interessava-nos uma espécie de programa de emergência para o Comércio. Combinei que iria a Bruxelas fazer a entrega “solene” de tantas candidaturas, para que todos soubessem como trabalhávamos diligentemente. Mas, como sempre sucedia, havia pormenores de última hora a afinar; dessa vez, foi a recusa de Bruxelas em pagar aos gestores dos diferentes programas; teria de fazê-lo o Governo Português... também em relação às iniciativas comunitárias.

\*

Estávamos prestes a arrancar com o trabalho do Empreendimento do Alqueva em Beja. Em 18 de Outubro decidimos publicar um desdobrável com referência aos principais atributos da obra. E fixámo-nos, para nos instalarmos, no edifício da Assembleia Distrital, uma excelente construção no centro da cidade. Devíamos começar a pensar numa sede mais confortável, porque, no inverno, não haveria meios para aquecer as grandes salas onde ficaríamos transitoriamente.

Como tínhamos já feito um organograma para a fase de arranque verifiquei, com espanto, de que fazendo tudo com grande modéstia, precisávamos de 46 elementos, alguns deles deslocados de Lisboa, por isso com subsídio de instalação!... Curiosamente, um dos primeiros representantes sectoriais designados foi o do Ministério das Finanças.

Recomendei que se fizesse, o mais rapidamente possível, uma reunião do Conselho Consultivo; não seria bom deixar os seus membros sem informação, durante muito tempo. Eles deveriam estar a par de tudo quanto se estivesse a fazer e deveriam, obrigatoriamente, ser consultados antes de se agendar para Conselho de Ministros os diplomas que iriam estruturar toda a operação.

Havia mão-de-obra disponível em Aljustrel, nas Pirites do Alentejo. Deveriam ser os primeiros a contratar, reclamando, naturalmente, alguma acção formativa. Não faria sentido estar a fazer vir de fora trabalhadores quando eles estavam disponíveis, ali ao lado. O capital teria de ser inscrito no Capítulo 60 do Orçamento para 1995. A construção da barragem e os trabalhos complementares iriam ser objecto de um protocolo com a EDP que se cobrava, naturalmente, pelo trabalho que fizesse para nós. Mas eu achava melhor que o protocolo não referisse a percentagem cobrada, ficando esta referida num documento anexo. Isso permitiria, aliás, assinar o protocolo em breve; eu tinha pressa em dar passos irreversíveis.

\*

Em Outubro de 1994, o programa URBAN estava a correr bem nos seus passos preparatórios e nas ligações com os beneficiários que eram Lisboa e Porto. Ficou acordada a repartição dos montantes pelas duas cidades e os termos dos protocolos a celebrar. A iniciativa só arrancaria em Janeiro de 1995. Mas, além de quererem adiantamentos, também pretendiam apoio técnico a três níveis: o da AAP (Associação dos Arquitectos Portugueses), a participação do Ministério nas próprias unidades de gestão e um sociólogo para cada cidade. Mas Lisboa queria uma organização à parte da Câmara Municipal, chefiada por um comissário, tal como para a EXPO; o Dr. Jorge Sampaio não queria assumir sozinho a gestão da operação e insistia em ficar com a possibilidade de fazer expropriações; sem isso, dizia ele, a sua capacidade operacional ficaria muito limitada.

\*

Havia uma insistência grande para ser construída a barragem dos Minutos (Montemor-o-Novo). A estimativa do seu custo era de 3 milhões de contos. Mas o Ministério da Agricultura entendia que havia outras com maior prioridade. Todavia, os Autarcas alentejanos faziam eco de uma grande urgência nessa construção. Em 20 de Outubro dei como solução para a dificuldade a sua inserção no Programa Operacional respectivo; eles teriam, porém, de escolher o que propunham retirar desse programa para entrar a barragem... Era um bom exercício de programação... A barragem acabou por entrar em funcionamento em 2003.

\*

A criação de emprego, particularmente nas zonas rurais ou mais afastadas, representava uma preocupação, porque era muito difícil encontrar empreendedores nessas áreas. Por isso, eu procurava todas as fontes possíveis de ideias e de iniciativas que estimulassem a criação de riqueza em espaços habitualmente tão deprimidos. Havia um Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, assinado pelo Prof. Carlos Medeiros que tinha feito um inventário das oportunidades existentes e dos instrumentos de acção potenciais. Recebi-o em 24 de Outubro.

Ele havia arrumado aqueles instrumentos em três grupos: a) as micro-empresas; b) os serviços locais e c) as actividades de preservação da Natureza. Para ele, o que prometia melhores resultados eram as primeiras; mas achava que elas só os dariam consistentes, se fossem apoiadas por um instituto para elas vocacionado, porque não se reviam em nenhuma das instituições existentes. Mas esse novo instituto não deveria funcionar com delegações; impunha-se que, pelo menos na fase de arranque, fosse aos próprios locais para conhecer os problemas e aprender a resolvê-los; havia pouca experiência acumulada nessa área. Por outro lado, os bancos deveriam abrir-se a esta nova área, de que conheciam pouco; talvez o que estivesse em melhor posição para arrancar com a acção fosse o Banco de Fomento e Exterior.

Havia, todavia, um problema: o Programa só iria vigorar com apoios europeus até ao fim do ano e os colaboradores do coordenador estavam a trabalhar todos a recibos verdes. Era preciso encontrar uma instituição de acolhimento

para o programa. Ele reagia mal à ideia de ser um instituto privado, porque admitia que tivesse de cobrar pela atribuição de selos de qualidade para os produtos que certificasse e isso ser complicado de fazer por uma entidade privada formada pelos próprios avaliados. Eu não via que tal não pudesse ser ultrapassável; o pior é que ele insistia que, para os micro-empresários, só o Estado estava em posição de desempenhar todas essas funções; não acreditava em institutos privados emanados do seu próprio seio... Por isso já tinha um esboço de estatutos que previam a tutela do próprio Primeiro-Ministro ou do Ministro do Planeamento. Eu sou sistematicamente contra a primeira solução, porque o Chefe do Governo não tem, materialmente, tempo para afectar a coisas fora do seu núcleo de preocupações fundamentais; por outro lado, não me parecia bem fundar mais um instituto público, apesar de saber que a sua actividade cruzaria a de muitos sectores da governação...

\*

No dia 4 de Novembro fui a Portalegre para reunir com os intervenientes e beneficiários da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano. A sessão teve lugar no salão nobre do Governo Civil que estava instalado no magnífico Palácio Avilez, uma construção com grande presença na cidade. O propósito era fazer o balanço da OID. Quem começou a exposição foi o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, Dr. Carmelo Aires. A operação havia sido pioneira na perspectiva do desenvolvimento integrado; mas tinha-se revelado exigente, porque muito inovadora. Havia sido possível fazer em quatro anos o que, sem ela, teria demorado vinte. Por isso valera a pena. Mas os empreendimentos do sector privado haviam apresentado um maior grau de dificuldade de realização; era certo que o grau de adesão tinha aumentado à medida que a operação ia avançando e isso era encorajador. Depois falaram os representantes dos sectores do emprego, da agricultura, da indústria, da saúde e das estradas. Resumirei o que disseram:

A valorização dos recursos humanos havia orientado a acção. Estava a ser construído o NACE (Núcleo de Apoio à Acção de Empresas). Tinham formado mais de oito mil pessoas tendo colocado mais de 5.000 empregados e criado mais de

2.000 novos postos de trabalho. Setenta por cento da população activa havia sido envolvida num ou noutro programa.

Ao abrigo do Regulamento 797 tinham sido investidos 12,5 milhões de contos. Os caminhos rurais e a electrificação “explodiram”. O número de intenções de investimento, no sector agrícola, superara, largamente, as disponibilidades.

No sector industrial tinham sido dados incentivos no valor de 12 milhões de contos, dos quais 2,4 do Sistema de Incentivos de Base Regional. Houve uma larga intervenção em catálogos, incentivos a pequenos projectos, na elaboração de um manual de apoio ao investidor e na produção de um catálogo das empresas e dos produtos do Alentejo e investira-se algum dinheiro na captação de investimento estrangeiro. No sector da Saúde haviam investido tudo quanto lhes tido sido atribuído. O Hospital de Elvas havia sido profundamente remodelado e o de Portalegre muito melhorado. As novas estradas construídas e reabilitadas tinham sido numerosas.

Seguiu-se a ronda dos Autarcas. Entrevieram os Presidente das Câmaras de Sourel, Portalegre, Ponte-de-Sor, Monforte, Marvão, Gavião, Nisa, Crato, Castelo de Vide, Campo-Maior, Avis, Arronches, Alter-do-Chão e Fronteira. O resumo do que disseram é o seguinte:

O grande problema era a desertificação que prosseguia. Impunha-se parar com esta hemorragia; a natalidade era baixíssima. Queriam atrair gente. Havia sido a parte produtiva que tinha falhado porque não se criaram empregos.

Dever-se-ia dar mais atenção à componente industrial e à componente cultural. O Alto Alentejo estava parado no tempo! Num dos Concelhos tinha sido construído um centro de saúde, mas não se sabia quando disporiam de meios para o pôr a funcionar.

Era urgente construir a barragem do Freixo.

Um deles voltaria a propor os mesmos investimentos; a OID tinha sido muito importante para o seu Concelho. Queria aproveitar a água da barragem da Apartadura que, aliás, servia para o abastecimento público de três Municípios. O açude do Carvalhal era urgente (veio a entrar ao serviço em 2002). A barragem do Freixo era importantíssima. O aproveitamento a construir no Xévora (a barragem de Abrilongo entrou ao serviço em 2000) estava praticamente desbloqueado.

As ligações rodoviárias ao IP6 eram prioritárias. E a construção de um quartel de bombeiros era vital para garantir a segurança de um dos Concelhos.

Outro confirmou o acerto das prioridades que havia definido e disse do seu empenhamento na criação de pequenas empresas ligadas aos produtos locais.

Num Concelho ainda havia três aldeias a serem abastecidas por auto-tanques; era preciso encontrar fontes adequadas até porque a população era pequena. As barragens da Figueiradoira e do Pisão eram muito importantes (a barragem do Pisão veio a entrar ao serviço em 2008); a última estava orçada em 10 milhões de contos; iria beneficiar uma zona de solos muito bons, regando mais de 1000 hectares (representava o Alqueva do distrito de Portalegre!...): Era preciso assegurar a classificação turística da pousada da Flor da Rosa e reabilitar o respectivo mosteiro.

As infra-estruturas escolhidas no âmbito da OID tinham sido as certas, mas havia, ainda, muitas estradas para melhorar.

Tinha que se investir para atrair empresários para o Alentejo. O Centro de Saúde de um dos Concelhos havia sido inaugurado, mas agora queriam celebrar um contrato-programa para reabilitar os Paços-do-Concelho.

Tinha sido feita muita formação profissional, mas não se haviam alcançado os objectivos propostos na luta contra a desertificação. Esta continuava e o desemprego também. Havia muitas pequenas barragens que se impunha que fossem construídas. Bem como novas estradas.

Um dos presidentes afirmou que, se fosse naquela altura, teria dado prioridade à base económica e ao ambiente. Era o que mais falta fazia. Estava cheio de obras não acabadas: um cine-teatro, uma piscina, uma barragem para abastecimento público; tinha de as acabar. A barragem do Pisão tinha de vir. Depois falaram os representantes das associações empresariais: O NERPER, a Associação Comercial de Elvas, a Associação dos Agricultores e a Associação Comercial de Portalegre. Em resumo, disseram o seguinte:

Queriam que nos órgãos de gestão da OID participassem representantes das associações empresariais. O impacto da Operação na vertente económica havia sido pequeno, não se tendo conseguido atrair novos grandes investimentos para a região. O próprio Sistema de Incentivos Regionais era um programa nacional;



talvez devesse haver uma quota regional (Nem pensar nisso!... Sou avesso a quotas; prefiro a concorrência ...). Havia que fazer um novo programa especificamente orientado para a base produtiva. Deveria haver disponível “capital-semente”.

A estrada Elvas-Caia precisava de melhoria urgente.

A electrificação rural tinha de prosseguir, bem como os caminhos rurais e as barragens! Neste campo havia barragens de todo o tamanho que se deveriam interligar.

Nem sempre os programas de formação haviam sido os mais adequados. O desemprego era particularmente severo em relação às mulheres.

A grande aposta deveria ser feita em relação aos pequenos projectos que melhorassem os produtos locais. Os agentes económicos pequenos precisavam de que se lhes apresentassem as coisas de forma diferente, para poderem absorver a informação e tomarem decisões. A comercialização mostrava-se muito importante. As pessoas haviam-se apercebido da existência da OID, mas os sectores económicos não tinham beneficiado directamente com ela. Dever-se-ia, numa segunda fase, dar mais atenção aos agentes económicos.

O PROCOM, programa nacional, não iria, seguramente, resolver os problemas das pequenas e médias empresas comerciais.

Seguiu-se uma nova ronda pelos Autarcas:

Um deles disse que era preciso desenvolver planos estratégicos, integrando a componente económica. Tinha muitas preocupações em relação ao aterro sanitário e à ETAR que ainda não estavam concluídos. Os dinheiros que constavam do Programa Operacional para a Região do Alentejo não chegavam para satisfazer as necessidades sentidas. O INTERREG era pequeníssimo para as necessidades inventariadas; afinal, representava, somente, umas migalhas... eu deveria aplicar-me a arranjar mais meios!...

O sentido geral da apreciação era de que tinha valido a pena! Sentiam-se capazes de fazer mais, mas concordavam que era conveniente elaborar um estudo estratégico. Tinha valido a pena o esforço!

\*

Em 9 de Novembro soube que a reunião do Conselho Consultivo do Alqueva havia corrido muito bem; todos estavam com grandes expectativas no empreendimento e davam numerosas sugestões construtivas.

Um dos temas discutidos havia sido o dos sistemas de rega. Nessa ocasião estavam em apreciação dez cenários diferentes para o esquema-geral. É curioso constatar hoje (2017) que, pelo facto de as culturas terem sido diferentes das previstas e por se ter introduzido o sistema de rega gota-a-gota, muito mais económico, a mesma quantidade de água permitirá regar mais de 50 mil hectares! Razão tinha eu quando insistia com os Espanhóis para que aprendessem com os Israelitas a regar... Nessa ocasião eles faziam-no “à fartazana”... Não havia nada a impedi-los de o fazer... Por isso, em relação a estes grandes empreendimentos deverão estar sempre associadas instituições de investigação que ajudem a passar à prática os novos conhecimentos e tecnologias.

O protocolo de colaboração com a EDP estava avançar. Tinha já sido adjudicado o primeiro trabalho no terreno. Os serviços da Comissão Europeia faziam numerosas perguntas. Por isso eu decidi que lá fosse uma missão, com carácter técnico, para responder às Direcções-gerais XI (Ambiente) e XVI (Desenvolvimento Regional) que era quem mais queria saber. A questão das instalações em Beja punha-se de forma muito pressionante. O Governador Civil, Luís Serrano, havia-nos cedido um bom espaço no seu edifício, mas isso tinha carácter provisório; nessa ocasião usava-se o salão nobre do palácio para fazer numerosas reuniões. Eu havia passado uma manhã a visitar casas no centro da cidade que pudessem ser recuperadas, fazendo-se assim simultaneamente recuperação do património; mas os preços iam de 66.000 contos a 250.000 contos com a certeza de que se teria de gastar o dobro na reabilitação. O edifício da Escola Superior Agrária só acolheria os serviços administrativos. Por outro lado, o Presidente da Câmara insistia numa nova construção e propunha terrenos muito interessantes. Estimava-se que uma nova construção orçasse por 200.000 contos. Todas as contas feitas optou-se por esta última solução. Visitei-a em 2016. Foi uma excelente decisão a que foi, então, tomada.

\*

Eu sabia que a Região dos Vinhos do Dão precisava de um grande investimento para ser reabilitada. Quando eu vivia em Londres (1970-1971) só se conheciam dois vinhos de mesa portugueses: o Mateus e o Dão (Que eles pronunciavam

como se não tivesse acento circunflexo). Mas, com o tempo, o primeiro havia-se mantido e o segundo esquecido. Era preciso fazer uma grande operação tanto nos vinhedos como nas unidades de transformação como, ainda, nas instituições que haveriam de cuidar da sua imagem.

O responsável pela Região Vitivinícola, Sr. Álvaro Figueiredo, visitava-me com frequência por causa da construção do que ele designava como o “Solar do Dão”, que ele queria alugar numa casa com muita presença rodeada de bons jardins e situado no centro de Viseu. Mas o montante que estava em causa era muito elevado. Tudo o resto estava bem, como o tempo tem demonstrado. Todavia, ele falava-me em um milhão de contos! O que, na ocasião, era dinheiro!... Por isso, começámos a cortar, sem desistir do propósito. Reduziu-se a área a reabilitar, passando-se para 700 mil contos; decidiu-se começar só com o edifício deixando para uma fase subsequente os jardins. Teriam apoio comunitário para 75% da reconstrução do edifício. Como isso custava 400 mil contos e eles só dispunham de 75 mil era preciso assegurar-lhe 25 a 30 mil contos extra. Fomos ver quanto teriam de cobrar por cada garrafa e durante quanto tempo para garantir que poderiam pagar. Lá se conseguiu assegurar o complemento. Foi nessa ocasião que eu soube que já estavam a trabalhar nas “Rotas do Vinho do Dão” e que tinham contratado técnicos com vista à melhoria da qualidade do vinho; vinte anos depois o resultado está à vista. E o edifício representa, de facto, com a maior dignidade, a Região dos Vinhos do Dão.

\*

No dia 28 de Junho recebi, em Lisboa, o Comissário Bruce Millan que vinha numa das suas visitas de rotina, mas que, dessa vez, incluiu uma audiência com o Primeiro-Ministro. As coisas estavam a decorrer sem sobressaltos, mas havia sempre informações a pedir e esclarecimentos a dar.

O programa relativo aos Têxteis ainda estava a reclamar atenção. No dia seguinte haveria uma sessão de “trílogo” entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão não se esperando do primeiro nenhuma objecção. Mas, como havia sido considerado que era melhor que o apoio fosse concedido ao abrigo do Art.º 130 B do Tratado, isso reclamava unanimidade. Sabíamos que os Espanhóis e os Gregos queriam

beneficiar de um programa semelhante, mas estávamos convencidos de que não poriam obstáculos ao nosso. Tratava-se de um programa simples, somente com cinco artigos; mas tinha dado algum trabalho a afinar a linguagem usada. Nós pretendíamos beneficiar de um “revolving fund” que nos apoiasse, nomeadamente quando havia atrasos burocráticos na apresentação da documentação de justificação das despesas. Estava a haver objecções por parte da DG XIX que queria cobrar-se de uma “management fee” que eu achava exagerada. Tratámos, também, da nossa subvenção global que geriríamos com autonomia, mas de acordo com as regras que já havíamos acertado. Passámos em revista a fase final do QCA I, os projectos que compunham o URBAN e o INTERREG II, em relação ao qual não havia problemas (Este era o tal programa em relação ao qual um Deputado, no Parlamento, havia dito que eu tinha feito um “uso eleitoral” em relação às autárquicas...). As iniciativas comunitárias começariam a transferir fundos em Janeiro de 1995.

\*

No dia 12 de Dezembro trabalhei com o Eng. Luís Braga da Cruz sobre iniciativas a desencadear no Douro. Apesar do que já havíamos feito, nomeadamente no âmbito do PDRITM, os resultados tardavam a ver-se. Éramos de opinião que talvez fosse bom instituir uma sociedade promotora de investimentos numa área que envolvesse o Douro e tivesse o vinho como elemento agregador. Chegámos a um conjunto de 27 Municípios. Os decisores do Douro não estavam no Douro: ou tinham sido os ingleses do vinho, ou os responsáveis do sector da energia eléctrica, ou os proprietários de minas... a verdade é que a iniciativa na área havia sido sempre exógena. Os agentes locais eram de pequena dimensão e de capacidade competitiva muito limitada; além disso o isolamento penalizava muito a sua acção. Mas a verdade é que, em 1994, havia um clima optimista e favorável ao investimento no Douro; impunha-se aproveitá-lo. Deveria tentar fixar-se alguma capacidade técnica mobilizadora dos recursos endógenos. Mas tinha de ser gente de lá que pudesse ganhar a confiança dos seus conterrâneos. Seria bom que soubesse estabelecer pontes com as instituições financeiras e com os órgãos do Poder Local. Não nos agradava o modelo das Sociedades de Desenvolvimento Regional que

eram demasiadamente “financeiras”. Precisávamos de alguém que actuasse a montante. A experiência mostrava, aliás, que elas não eram particularmente eficazes a promover projectos. As associações empresariais locais tinham uma propensão marcada para viver dos subsídios que granjeavam, mas sabiam pouco estimular a participação e estimular o empreendedorismo. Uma estrutura do tipo dos BIC (“Business Innovation Centers”) era interessante e tínhamos o exemplo bom do Porto; mas temíamos que não fosse transplantável para o Douro, por não se manifestar o aparecimento de agentes com os quais fosse possível estabelecer qualquer intermediação.

Uma coisa era certa para nós: tínhamos de fazer deslocar para o Douro recursos humanos com alta preparação. Inclinávamo-nos para que o agente promotor tivesse a forma de uma sociedade anónima que gerisse os fundos disponíveis, mas que também fizesse estudos de análise e detecção de oportunidades de investimento, fosse capaz de descobrir activos mobilizáveis, apoiasse a elaboração de projectos e de estudos de viabilidade, estimulasse a formação de parcerias, estabelecesse contacto com mediadores ou decisores, desse apoio em matéria de organização e acompanhamento da gestão empresarial, tivesse capacidade para seleccionar recursos humanos e promover a sua formação e estivesse habilitado a gerir um fundo de capital-semente. Sendo que todas estas capacidades deveriam concentrar-se num pequeníssimo grupo muito dinâmico, porque não havia dinheiro para criar grandes organizações. Deveria, aliás, reclamar-se que, ao fim de três anos, a estrutura criada começasse a cobrir os seus encargos. E com estas linhas gerais delineadas partiu-se para a concretização.

\*

No dia 12 de Dezembro trabalhei com o Dr. Adérito Serrão sobre o modelo da empresa do Alqueva (que, depois, veio a ter o nome de EDIA – Empresa de Desenvolvimento Integrado do Alqueva). Ela deveria entrar em funções em Fevereiro seguinte. A tutela seria, naturalmente, do Ministério do Planeamento que havia tratado de tudo até então. Decidimos que o conselho de administração tivesse três membros executivos e dois não-executivos. Os primeiros seriam apontados respectivamente pelo Ministro do Planeamento, pelo da Indústria e Energia e pelo da Agricultura; os

outros dois pelo Ministro das Finanças e pelo do Ambiente. Para o arranque, precisávamos de um espaço de cerca de 20 salas. Já referi que as instalações provisórias acabaram por ir para o edifício do Governo Civil de Beja. Havia ainda uma pequena delegação em Lisboa, dado que os membros da administração e alguns funcionários se deslocavam com muita frequência à capital.

\*

No dia 13 de Dezembro, em sessão de trabalho com a Secretária de Estado, fizemos o ponto da situação relativamente à adjudicação da obra do Aeroporto de S. Catarina, na Madeira.

Em relação à nova Ponte sobre o Tejo (Posteriormente, Vasco da Gama) estava a desenrolar-se uma daquelas situações em que a Administração Comunitária gostava de mostrar a sua existência. Um alto funcionário do sector do Ambiente havia manifestado a sua opinião em relação a uma declaração da Ministra do Ambiente, dizendo que ela não dizia nada de substancial e, por isso, não justificava o que se pretendia. Ele não tinha razão nenhuma em termos jurídicos, mas a decisão que viesse a ser tomada não o poderia desautorizar; se o fizesse teríamos complicações no futuro. A queixa que ele fizesse iria para o Tribunal de Justiça e a decisão, se fosse uma “procédure d’urgence”, poderia causar-nos muito embaraço, porque implicaria, seguramente, uma suspensão de pagamentos. Havia, ainda, uma esperança em se conseguir um acordo. Para isso revelava-se crucial a actuação dos nossos membros da REPER (Representação Permanente): Por isso liguei logo ao nosso Embaixador.

Em relação à barragem do Sabugal tomei conhecimento de que o INTERREG, no âmbito do qual ela seria financiada, estaria aprovado em Janeiro.

Passámos em revista a composição das comissões consultivas regionais de todos os Programas Operacionais Regionais. Não poderia ser por qualquer aspecto administrativo que o novo QCA emperrasse.

Estava em fase de encerramento financeiro o QCA I. Eu fazia ponto de honra de que não houvesse nenhum assunto a arrastar-se; se o fizesse, a situação embrulhar-se-ia, haveria técnicos a mudar e outros a esquecer-se dos pormenores... Seriam só complicações! Por isso eu insistia no cumprimento dos prazos estipulados. Ainda por cima, o novo Quadro tinha novas regras, o que só ajudaria a confusões relativamente ao anterior.

\*

No dia 19 de Dezembro tive uma das minhas habituais sessões de trabalho com o Dr. Adérito Serrão. Havíamos decidido mandar elaborar um “vídeo“ sobre a zona do Empreendimento do Alqueva antes de se começar a fazer qualquer obra. Ele estava quase pronto.

Havia um choque entre arqueólogos, um afecto ao PCP e outro ao PS; não escondiam que, por detrás, existia mais uma disputa partidária do que um desacordo de substância. Mas tudo alimentava os jornais... Não iríamos tomar partido por nenhum, obviamente.

O estudo de impacte ambiental seria, naquele mesmo dia, entregue à Comissão em Bruxelas estimando-se que teríamos uma resposta a 12 de Janeiro. Isso acontecia com essa rapidez, porque eles tinham acompanhado tudo a par e passo. A partir dessa data desencadear-se-ia todo o processo, começando com a audição pública. Punha-se a dúvida em relação a termos de a fazer também do lado espanhol. À cautela recomendei que se fizesse uma sessão combinada entre as instâncias regionais dos dois lados da fronteira.

Começar-se-ia pela abertura de um concurso público internacional para a execução da empreitada de escavações da primeira fase do empreendimento.

Analisámos a previsão orçamental para 1995 da entidade gestora e o pedido da Câmara Municipal de Moura para incluir a freguesia de Santo Aleixo na futura zona de intervenção. Era natural que quisessem beneficiar, também, do regadio. A reconstrução da Aldeia da Luz prosseguia nos seus passos preparatórios (Foi com gosto que um dia destes – 2017 – ouvi na televisão um comentador referir-se ao assunto, enaltecendo como tudo havia sido bem planeado). Decidimos não adquirir o terreno imediatamente (Ter-se-ia de comprar toda a Herdade da Julioa) sem se saber ao certo a localização exacta escolhida pelo projectista para a nova Aldeia. Estimava-se que a velha viesse a ficar inundada em Dezembro de 2000; por isso as obras deveriam arrancar em Março de 1995. Mas o vendedor sabia do nosso limite temporal e estava a jogar habilmente com isso. Dei indicações para não dar nem mais um escudo do que a avaliação oficial que tinha sido feita. O concurso a efectuar era para a elaboração de um projecto urbanístico e arquitectónico; estava fora de causa a modalidade de concepção-construção que alguns me sugeriam insistentemente. Punha-se a questão de demolir ou não a velha Aldeia

depois de a outra estar construída; já não fui eu a ter de decidir sobre esse assunto. Continuavam as negociações com Espanha a respeito dos recursos hídricos. Ele iria pessoalmente falar com o Director-geral espanhol. Recomendei que se preparasse, através de uma conversa longa com o Eng.<sup>o</sup> Faria Ferreira, uma verdadeira enciclopédia acerca dos recursos hídricos portugueses e espanhóis. Não me cansarei de o elogiar!

\*

Estávamos a ser confrontados com o fecho das contas relativamente aos projectos municipais apoiados pelo FEDER no período de 1986/89. Havia obras muito “arrastadas”. Por isso, quase no fim do ano de 1994, em 19 de Dezembro, fiz uma reunião com os presidentes das Comissões de Coordenação Regional para encerrar tudo quanto estivesse pendente.

Sabia-se da situação de encerramento de tudo menos de um montante de 5 milhões de contos que aguardava mais uma informação ou justificação... Era óbvio que não seria devolvida essa verba mas tinha de se saber o que dela estava investido e o que faltava para acabar. Estimava-se que, depois de um novo esforço, se tivesse de ficar à espera de justificativos para 2 milhões. O montante total do investimento havia sido de 68 milhões, portanto estavam por fundamentar cerca de 2,1% do total. Mas, para mim, teriam de ser 0,0%! Nem que tivesse que impedir o acesso a novos auxílios àqueles que estavam a arrastar os pés. A justificação das despesas representava um ponto de honra. Havia uma parcela pequena de descomprometimentos e não de erros de execução; isso acontecia porque os interessados haviam encontrado fórmulas com condições mais atraentes. A parte correspondente a adiantamentos não justificados e que teriam de ser devolvidos era de 0,6 milhões.

Eu sabia que havia algumas Autarquias insuficientemente dotadas de pessoal competente. Mas isso não poderia constituir desculpa para os atrasos verificados. O Algarve era a região que menos problemas apresentava. Pelo contrário, o Alentejo era o que estava com mais dificuldades; a minha suspeita estava a confirmar-se. Na de Lisboa e Vale do Tejo tinha havido mais descomprometimentos (desistências), em muitos casos por terem encontrado melhores condições, quase



sempre taxas de cobertura maiores. Na Região do Centro tinha havido desistências em relação aos aeródromos da Figueira da Foz e da Covilhã; mas havia oito Câmaras que não estavam a conseguir acabar as obras que tinham começado (“Mais olhos do que barriga!”...). Na Região do Norte havia dez Câmaras em atraso e não eram todas do Interior...

Ficou combinado que, até ao fim do ano, teríamos que encerrar as contas de todos os empreendimentos. As Câmaras que não o fizessem não teriam acesso a novas ajudas. Mas havia a complicação adicional de algumas obras ainda não justificadas serem intermunicipais, sendo certo que para estes casos se assistiria a um “jogo do empurra” que não levaria a parte nenhuma. Dei indicação aos presidentes que visitassem pessoalmente os faltosos para ajuizar a dimensão das dificuldades e visitassem mesmo as obras em relação às quais não houvesse papéis de justificação de gastos. Era certo que a modalidade intermunicipal (chamada B) conduzia a dificuldades de gestão. Os respectivos projectos deveriam ser “regionais” e da responsabilidade das regiões administrativas de que os directórios partidários gostavam tão pouco... e, todavia, a prática estava a mostrar que faziam muita falta...

\*

Em 21 de Dezembro trabalhei com a Secretária de Estado. O Quadro Comunitário de Apoio estava a decorrer em “velocidade de cruzeiro”: as candidaturas eram apresentadas e analisadas, sendo ou não financiadas consoante os seus méritos. Havia sido aprovado o primeiro projecto apoiado pelo novo mecanismo financeiro EEE (Espaço Económico Europeu). Tratava-se da expansão da rede do metropolitano de Lisboa até à zona da EXPO’ 98 (nessa ocasião chamava-se o lanço Alameda-Expo).

O fundo de coesão, nas suas aplicações para 1994, estava fechado. Era preciso assegurar que os compromissos feitos se concretizassem.

Havia uma grande preocupação em relação aos projectos do sector do Ambiente que tinham sido aprovados; se algum deles encontrasse dificuldades não se conseguiria ver aprovada nenhuma substituição; ora, nós tínhamos conseguido absorver a nossa quota em matéria de compromissos, mas eu tinha as minhas dúvidas em relação à concretização atempada de tantas obras complexas. Ora, se não fossemos pontuais na execução e não conseguíssemos transferir os dinheiros, eles acaba-

riam por ter de ser devolvidos à procedência. Por isso eu me ocupava com cuidado no acompanhamento da execução dos empreendimentos correspondentes. Para fazer face às dificuldades de caixa dos Municípios, havíamos solicitado a criação de uma linha de crédito de 20 milhões de contos a que eles poderiam recorrer para enfrentar as carências. Ela seria assinada em Janeiro seguinte.

\*

A criação de emprego, especialmente nas zonas rurais do Interior, preocupava-me, porque sem ele a emigração representava a resposta do costume. Por isso eu dava atenção às ILE e a outras iniciativas semelhantes.

A Segurança Social do Porto e uma instituição de luta contra a pobreza haviam desenvolvido um projecto de bordadeiras que estava a ter algum sucesso e que abrangia uma área de Amarante com tradição no sector e outra na serra da Abo-boreira (Baião/Amarante/Marco de Canavezes). Tinha sido criada uma Associação de Desenvolvimento Comunitário (ADESCO). Havia um apoio da União Europeia no âmbito da luta contra a pobreza que, durante a presidência grega, fora interrompido para ser recuperado durante a presidência alemã. Ele visava o robustecimento de iniciativas produtivas e sociais locais. Era preciso dispor de uma Resolução do Conselho de Ministros em que se afirmasse o interesse do Governo na existência de um tal programa; sem isso não haveria dinheiro comunitário.

Nessa ocasião, a ADESCO já agregava uma meia centena de pequenas associações locais. Ela é que seria o interlocutor. Mas era preciso criar uma sociedade para promover a realização dos estudos necessários; no seu capital social, que seria de 500.000 contos, participariam as Câmara Municipais, algumas empresas privadas e bancos que tivessem actividade na região, empresários e até emigrantes dela originários. O meu papel seria obter aquela RCM.

Eu passava algum tempo a tratar de coisas como esta. Pode-se pensar que era uma má forma de aplicar a minha atenção. Mas, num país sem grande espírito de iniciativa, a fixação das populações em paragens remotas do Interior passava pela fixação de pequenas actividades que gerassem um acréscimo de rendimento ao que já se fazia, mas que correspondia à quantia que assegurava um certo bem-estar que conduzia à fixação das pessoas; ela sozinha não o fazia, mas, junta às actividades tradicionais, já seria possível consegui-la.

\*

Em 18 de Janeiro voltei a trabalhar com o Dr. Adérito Serrão sobre o Alqueva. Deu-me a má notícia de que os Espanhóis, em vez de facultarem o seu Plano Hidrológico, nos iriam fornecer elementos relativos a cada um dos seus grandes empreendimentos hidráulicos. Ficaríamos, desse modo, sem uma visão de conjunto sobre o uso dos recursos hídricos espanhóis que tanta influência terá sempre sobre o que nas nossas três grandes bacias internacionais sobra para nossa fruição. Tratava-se de uma “habilidade” que conviria denunciar. Com bons modos, evidentemente e através do Embaixador que chefiava o nosso grupo de coordenação, mas sem deixar de lhes manifestar o nosso desapontamento com a resposta dada à solicitação feita.

Referia-se como afluência ao Guadiana, na fronteira, um volume anual de cerca de 1.100 hectómetros cúbicos, o que era manifestamente insuficiente para satisfazer as nossas necessidades. Temi, logo, que o diferencial com que nós contávamos estivesse já a ser usado no Plano de Badajoz. Era sabido que eles não estavam a recorrer aos mais modernos sistemas de rega, o que induzia o desperdício de muita água. Dei instruções para que fosse manifestada estranheza e que se dissesse mesmo que, com mais algum investimento nos tais novos sistemas, se pouparia muita água. O que não se poderia era deixar ficar a impressão que nós não tínhamos dado pelo expediente...

Já tinha sido entregue em Bruxelas o estudo que a Comissão Europeia havia solicitado. Ele tinha sido realizado obedecendo, rigorosamente, aos termos de referência que nos haviam sido comunicados. Mas, tal como é costume, houve logo um funcionário, não dos de topo, que reagiu dizendo que ele estava incompleto. Não estava e foi-se firme na demonstração de que não estava! Acabaram por constatar a verdade e haviam-no aprovado na generalidade no dia anterior. Propuseram retoques na forma dos documentos síntese: o resumo não-técnico e o resumo executivo-técnico. Nada de substancial, mas o suficiente para mostrar o seu “poder”. (Depois queixam-se de que não são “bem-amados”!...). O estudo completo tinha onze volumes! Pedi para ser elaborado um resumo menos técnico para ser comunicado ao público em Portugal.

A operação “Aldeia da Luz” prosseguia. Já estava em afinação a metodologia para a transladação do cemitério. A tipologia das casas e a extensão dos terrenos agrícolas adjacentes estavam também fixadas. Faltava definir o período durante o qual não poderia haver alienação do património transferido. Fixámo-lo em dez anos. Mas continuávamos à procura de uma instalação em Beja, porque as salas do Governo Civil eram amplas, mas morria-se de frio no seu interior e não se poderia pedir aos técnicos para trabalharem de sobretudo vestido como eu me lembrava de ter visto alguns funcionários públicos fazê-lo nas repartições públicas no tempo em que eu era menino...

\*

No dia 20 de Janeiro fui a Coimbra ter uma reunião com a Unidade de Gestão dos diversos programas beneficiários de fundos comunitários. Eu queria saber o que tinha corrido bem e o que tinha de ser corrigido. Comecei eu, como de costume, por dizer ao que ia. O Presidente da Comissão de Coordenação afirmou ter constatado uma grande disponibilidade dos Presidentes das Câmaras para o acompanhamento dos diversos programas e projectos. Ao longo de 1994, tinham sido aprovados 141 projectos; à frente (58%) vinham as estradas, seguidas do ambiente e do equipamento urbano; em último lugar figurava o investimento produtivo. O ano não tinha sido mau, mas a programação financeira realmente efectuada tinha ficado aquém do prometido. Já definira uma nova forma de gestão dos programas, fixando objectivos e regras de acompanhamento novas. (É evidente que o dinheiro não ficou por gastar; foi em socorro de quem se havia empenhado mais na realização).

O Presidente do Conselho da Região (um Autarca) sublinhou a importância de ter sido aprovada uma linha de crédito do Banco Europeu de Investimento, com intervenção da Caixa Geral de Depósitos. Achava que o Conselho da Região deveria ter uma voz mais activa em relação à afectação do Fundo de Coesão (Mas a gestão deste fundo era de âmbito nacional...). Depois falaram os Presidentes das Câmaras da Covilhã, de Alvaiázere, de Viseu, de Oliveira do Hospital, de Góis, de Celorico da Beira, de Oliveira de Frades e de Montemor-o-Velho. Resumirei o que disseram: Alguns PDM não haviam sido ainda aprovados e essa era a razão por que não tinham gasto todos os apoios. Estavam interessados em aproveitar as verbas para o

saneamento básico. Havia uns tantos Municípios localizados na zona fronteiriça, mas não sobre a fronteira e que não tinham sido considerados no INTERREG II; não compreendiam esse afastamento.

Algumas Câmaras viram-se penalizadas pelas delongas na aprovação dos PDM. Deveriam ter acesso aos dinheiros mal houvesse o parecer da Comissão Técnica (Nem pensar em abrandar a pressão!...).

Em relação ao PEDIP e ao PRODIATEC tinha havido problemas, porque algumas empresas beneficiárias abriram falência.

Um não tinha o PDM porque o seu antecessor “não acelerou quando devia “... As relações com a REN e com a RAN eram complicadas. Eram precisas mais não sei quantas estradas!...

O IP5 tinha de ser uma auto-estrada. Onde é que se localizaria a junção do IP5 com o IP2?

O acréscimo de acessibilidade é que valorizaria adequadamente os recursos endógenos. Queria uma zona industrial.

Outro queria saber para onde havia de lançar os efluentes que recolhia. Recomiendei-lhe que os tratasse antes de se ver livre deles, porque dessa forma não teria problemas com os vizinhos. Havia exageros de protecção de uma zona que potencialmente viria a ser uma reserva natural, mas ainda não o era.

Os pagamentos do PROSIURB estavam atrasados.

Sublinho que, ainda em 1995, estas reuniões eram dominadas pela referência às muitas estradas que faltavam.

\*

Em 23 de Janeiro continuávamos a nossa conversa para tratar da indemnização a pagar pela submersão da unidade fabril da PORTUCEL que, em Mourão, produzia cartão canelado a partir de papel velho. Ela chamava-se RECICLA e já estava praticamente fora de serviço. Nós preferíamos que a avaliação fosse feita em função dos lucos cessantes em vez de o ser pelos activos imobilizados sempre sujeitos a controvérsia. Mas, como o Ministério das Finanças estava a proceder a uma avaliação, tendo em vista a privatização da empresa, eu solicitei ao meu Colega daquela pasta para, no cálculo global, isolar a parcela respeitante àquela unidade.

Dessa forma não se perderia tempo nem se gastaria mais dinheiro; assim foi feito. Estava em afinação final o anúncio do concurso público internacional para a execução da empreitada de escavação da primeira fase do aproveitamento hidroeléctrico do Aproveitamento de Fins Múltiplos do Alqueva. O processo estava quase a chegar ao ponto de irreversibilidade; era o que eu queria.

\*

No dia 25 de Janeiro fui a Faro para falar com os Autarcas do Algarve e outras entidades regionais acerca do modo como estava a decorrer o Plano de Desenvolvimento Regional. No Algarve é escusado estar com grandes introduções, porque eles começam a falar espontaneamente. Dessa vez usaram da palavra os Presidentes das Câmaras Municipais de Loulé, Lagos, Tavira, Monchique e Aljezur e o Dr. José Vitorino da Associação Empresarial do Algarve. Resumirei o que disseram:

A linha de crédito do BEI era absolutamente necessária e eles encarregar-se-iam de demonstrar isso nos próximos dias; significava, para eles, um grande sucesso. O Plano Regional de Turismo do Algarve (PRAT) reclamava um gestor empenhado que, além de competente, tivesse o peso político necessário para fazer andar as coisas. Era preciso proceder à racionalização dos recursos existentes. O PROA precisava de reforço financeiro.

Os Autarcas tinham feito um grande esforço de investimento, no primeiro QCA. Agora, que estava a entrar o segundo, tinham que contrair um maior montante de empréstimo; estavam, todavia, limitados pela sua capacidade de endividamento que se encontrava totalmente esgotada. O património dos seus Concelhos havia aumentado, mas a capacidade para contrair empréstimos estava exaurida. Queriam que eu “resolvesse a equação”, libertando-os daquele “tecto”. (O que eu não poderia fazer). Os investimentos que tinham feito em 1994 já haviam transitado de 1993 e correspondiam ao “overbooking” aconselhado. Este fora maior no PRODAC e no ENVIREG (estradas e ambiente) como eu muito bem sabia, porque tinha sido eu a aconselhá-los nesse sentido.

As contas é que preocupavam um deles. Já haviam aprendido a candidatar-se a todas as fontes de financiamento: o INTERREG II, o Fundo de Coesão, o Programa Operacional do Ambiente e o sub-programa B. Mas gostariam de ter sido mais

ouvidos quando as listas de projectos foram apresentadas. Tinha havido diálogo em relação ao PROT e aos Programas Operacionais, mas foram quase ignorados em relação ao INTERREG. Solicitaram uma reunião conjunta com a Ministra do Ambiente, porque havia algumas coisas a definir. Seria possível estender mais a linha de crédito do BEI? As vias de comunicação continuavam na primeira linha das preocupações. Este Autarca lamentava que alguns tivessem criticado os outros por causa da distribuição das verbas; deveria haver união!... (Eu concordava). Havia um caso complicado de classificação em relação a um complexo desportivo e a um projecto de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

O tratamento dos efluentes das unidades de suinicultura iriam para o ENVIREG. Estavam já concluídos os projectos de cinco ETAR individuais e duas ETAR colectivas. Era para tratar o efluente de 50.000 suínos.

Não tinha havido facilidades em relação à candidatura ao URBAN de um bairro de lata na Quarteira. Havia a vontade de constituírem uma Agência de Desenvolvimento Regional. Gostariam de participar mais no programa LEADER II. A auto-estrada para o Algarve era urgentíssima, além de muitas outras ligações rodoviárias. As estações de caminho-de-ferro do Algarve eram uma vergonha!

Um outro queria um mini-LEADER para os seus centros rurais.

Deveria haver um sub-programa C, dentro do FEDER, para poderem desenvolver iniciativas de interesse empresarial. Reforçava o pedido de um gestor competente para o PRAT: as barragens do Algarve eram todas importantes e urgentes. Queriam que o Algarve fosse abastecido de gás natural.

O IC4, entre Lagos e Sines era fundamental.

Espantava-me ver como, em pouco tempo, tinham todos adquirido uma grande competência em relação aos fundos comunitários e às diversas iniciativas que tanto a Comunidade como nós lançávamos. Eu sei que estas coisas se aprendem depressa...

\*

Em 25 de Janeiro recebi o executivo da Área Metropolitana do Porto. Estavam desiludidos, porque contavam com muito mais dinheiro para as suas realizações e acreditavam ser vítimas por terem sido cumpridores (Isto era só para acumu-

lar capital de queixa...). A AMP dispunha somente de 20,5% do FEF da Região do Norte quando era certo que, no seu território, se acumulavam os problemas mais agudos (Novamente, a retórica ...). No sub-programa A haviam cumprido escrupulosamente as regras estabelecidas (Mal seria se o não fizessem...). Mas eram os Municípios de dimensão média que estavam a ser beneficiados, quando, para agravar a situação, não dispunham de planos estratégicos como eu recomendava. A AMP tinha uma longa lista de projectos disponíveis, particularmente em vias de comunicação e equipamentos que representavam as suas prioridades. Pretendiam que houvesse muito maior “flexibilidade” em relação à mobilização das verbas. Tratava-se, obviamente, de um eufemismo.

Fui depois acusado de estar a Administração Central a usar verbas destinadas às Autarquias para financiar os próprios investimentos. Isto respeitava aos chamados projectos (b) que eram de natureza intermunicipal e que eles insistiam ser competência do Governo; estes só haviam sido inventados para dar escala às realizações, evitando o “saupoudrage” do dinheiro, resposta sempre ineficaz às necessidades. A AMP tinha Autarcas socialistas e sociais-democratas. Mas, quando se tratava de reivindicar mais dinheiro, a “Santa Aliança” formava-se sem qualquer negociação prévia.

\*

No dia 27 de Janeiro fui a Armamar para aí ter um encontro com os Autarcas do chamado Douro-Sul, para discutir questões relacionadas com a realização do seu programa de desenvolvimento. Falaram os Presidentes das Câmaras de Armamar, Resende, Cinfães, Tabuaço, Sernancelhe, Lamego, São João da Pesqueira, Penedono, Moimenta da Beira e para encerrar, o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte. Resumirei as observações e recomendações que fizeram:

A grande aposta deveria ser no sector do turismo, mas com intervenções muito selectivas. As vias de comunicação continuavam a merecer prioridade: o IC26, o IP5, a nova EN 222 (Armamar/Tabuaço/Pesqueira), a ligação do IC26 até ao nó da Valdigem. O estado do saneamento básico na região era muito preocupante; dever-se-ia fazer um programa só para esse fim, com a construção de numerosas ETAR.

Havia falha de infra-estruturas. Tinha de se fazer um programa para o aprovei-



tamento do potencial endógeno da área. A ponte da Ermida era fundamental, mas não chegava; era preciso complementá-la por uma ligação ao IP3 através da EN222 – 2; esta não era para escoar produtos, mas para permitir a implantação de pequenas empresas industriais à sua volta, especialmente das que transformassem matéria-prima local.

Tinham de ser criadas condições de conforto para assegurar a fixação dos que lá viviam. A introdução de novas castas para a produção de vinha era aconselhável. A florestação dos espaços não-agrícolas era muito importante. Eram urgentes a ligação ao IP4 e a melhoria da marginal do Douro.

Impunha-se criar mais riqueza e ela tinha que estar assente na agricultura. A reforma da Casa do Douro era fundamental. Não existia só o vinho; a fruta (maçã, cereja) ocupava um lugar importante bem como a baga do sabugueiro; esta havia sido estudada pelo INETI e pela Universidade Católica do Porto (Biotecnologia), tendo em vista a produção de sabucocilinas, importantes na produção de corantes naturais; estávamos, neste domínio, a deixar escapar para a Alemanha uma parte importante do valor que poderia ser acrescentado por nós.

O turismo era, obviamente, um recurso a mobilizar. Estava de acordo com a necessidade de dar muita atenção ao saneamento básico (águas, esgotos e resíduos sólidos). Preferiam candidatar-se ao programa B do que ao programa A, porque as infra-estruturas de que careciam eram de dimensões apreciáveis.

Novamente, as vias de comunicação: numerosas ligações ao IP 3. No Concelho do orador já havia uma adega cooperativa, mas queriam introduzir a actividade de confitar a fruta, que estava ao seu alcance e havia exportação assegurada para a Alemanha, França e Suíça. O IC 26 era urgente.

Um perguntou: como havemos de salvar o mundo rural e as riquezas que ele encerra? A agricultura ainda exibia potencialidades. Queria que se declarasse o seu Concelho como zona de origem protegida da castanha. Também estava de acordo com a prioridade recomendada para os projectos B, especialmente na área do ambiente. Queria salvar o património histórico e pô-lo ao serviço do turismo; havia um convento devoluto. Pretendia melhorar a sua zona histórica.

Um outro estava preocupado com a criação de uma base económica robusta para o que recomendava a concessão de ajudas ao sector privado. Novamente, a acessi-

bilidade: o IP3, o IC26, etc. Impunha-se aproveitar em conjunto a valência do turismo e da cultura da sua terra. Para isso eram precisos hotéis e: (a) a instalação de um museu etnográfico e antropológico num solar que indicou; (b) a formação de profissionais para o turismo numa escola de hotelaria para a qual já dispunha de instalações e (c) uma pousada da ENATUR que fixasse os padrões da actividade. No domínio do ambiente, os projectos eram infundáveis; era preciso dar-lhes escala. Para um outro Autarca era importante a aquisição de um convento para o turismo e a ligação a um miradouro conhecido. Era no turismo e na agricultura que assentava a estratégia que propunha. Novamente as estradas: o IC26, a EN 222, a EN 229 entre o IP3 e o IP2.

Um outro “tinha muitas pedras para recuperar”; queria melhorar o seu centro histórico.

Para um outro era a cinegética e a produção de vinho de mesa e de maçã que pretendia. As estradas, outra vez; felizmente, eram as mesmas que os seus antecessores já haviam dito. Os frutos secos: (a avelã, a castanha e outros) eram um recurso a aproveitar. Mas faltava saber vender: tinham já aprendido a produzi-los, mas não sabiam onde colocá-los. A formação profissional era indispensável para o seu Concelho.

Outro Presidente queria constituir uma Associação dos Municípios de Cister e a rota correspondente. Pretendia a remodelação da sua escola (C+S) que estava em péssimas condições. A sua cooperativa agrícola estava em situação financeira aflitiva; tinha feito um empréstimo a curto-prazo a 18,5% e não aguentava. Os seus baldios eram extensos, mas as comissões de compartes não funcionavam; queria uma alteração da lei dos baldios que lhe permitisse intervir. O primeiro QCA havia-lhe corrido muito bem, mas estava com dificuldades no segundo. Queriam um programa integrado.

Foram a seguir dadas informações acerca de todos os projectos de que se havia falado. O exercício era admirável, porque se via que todos estavam empenhados em aproveitar os recursos que tinham disponíveis. Estes é que não eram muitos!... E o isolamento mostrava-se muito penalizador; por isso queriam tantas estradas...

\*

Em 6 de Fevereiro soube que a DG XVI tinha sugerido, em relação ao Programa PME, aumentar em meio milhão a parte orientada para a Ciência e Tecnologia, retirando-a a uma linha de crédito que estava aberta para a construção de Obras Públicas. Eu achava que estas já estavam bem apoiadas, sendo o País um imenso estaleiro de obras. Aquele dinheiro poderia representar um fermento importante para a investigação sem comprometer grandemente nenhum trecho de auto-estrada para o que contribuiria unicamente com algumas dezenas de metros... Aceitei a sugestão.

\*

No dia 8 de Fevereiro fiz uma grande reunião em Évora para avaliar como estavam a funcionar as unidades de gestão dos diversos programas em curso. Acompanhou-me a Secretária da Estado. O depoimento inicial do presidente da Comissão de Coordenação do Alentejo foi muito positivo. Mas, a seguir a ele, falaram os presidentes das Câmaras Municipais de Alcácer do Sal, Moura, Reguengos de Monsaraz, Évora, Castro-Verde, Arraiolos, Aljustrel, Monforte, Vendas-Novas, Estremoz, Alvitto, Redondo, um representante do Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE) e o próprio gestor do programa, Dr. Bento Rosado. Resumirei o que disseram: Os programas apresentavam-se com muitas dificuldades de ordem burocrática e administrativa; era preciso reduzi-las! (A maior parte delas era-nos exigida pela Comissão Europeia...). As zonas ou parques industriais que não houvessem sido classificados como de interesse regional passariam logo para o sub-programa B e isso significava que teriam de ser suportadas pelos Municípios ou, melhor, por Associações de Municípios, não sendo custeadas de acordo com as regras pelo programa regional. Ora isso pesava sobre os orçamentos municipais (Se não tivéssemos seleccionado uns tantos com interesse regional, o País estaria coberto por parques industriais, porque isso era a moda, na ocasião; tinha de se ser selectivo). Na construção de escolas passava-se uma coisa semelhante: se elas eram da escolha do Ministério da Educação, às Câmaras caberia um encargo de cerca de 30% que, na maior parte dos casos, correspondia ao terreno; se fossem de escolha local elas teriam de arcar com 100% dos custos.(Tudo tinha a ver com a mesma preocupação de concentração para criar polos que estruturassem o território e

evitar o “saupoudrage” que significava que não havia política nenhuma). Queriam que as Autarquias Locais fossem objecto de mais acções de modernização administrativa e de desburocratização; no ano anterior tinha-se feito uma concentração de recursos no PROSIURB, o que eles até compreendiam; mas agora havia chegado a hora de alargar os campos elegíveis.

Não estávamos a fazer em conjunto muitas coisas; a Administração Central escolhia muito as parcerias. A regionalização teria resolvido muitos problemas. As unidades de gestão estavam a funcionar bem; havia, da parte dos Autarcas, uma grande disponibilidade para corresponder a todas as oportunidades que lhes fossem oferecidas; exemplo disso eram o INTERREG e o Fundo Social Europeu, nos quais se aproveitaram todos os recursos que haviam sido postos à disposição. O Governo não via com bons olhos a administração directa dos projectos; queria concursos e empreitadas; mas, em muitas pequenas Autarquias alentejanas, era a administração directa que funcionava melhor. Na divisão entre despesas correntes e despesas de investimento, era ilegítima a interferência do Governo; deveriam ser eles a decidir como fazer.

O que era preciso revelava-se ser dispor de projectos. Este Autarca dizia que no princípio do FEDER não os tinha e, por isso, não havia sido devidamente beneficiado. Mas no QCA I, as coisas passaram-se a contento. A sua Câmara tinha apresentado cinco projectos logo no início e isso causara admiração; mas ele sabia que quem ia à frente é que ganhava. Nós deveríamos aproveitar ao máximo os trabalhadores que estavam com o subsídio de desemprego. O programa que ele tinha apresentado fora reforçado por duas vezes, porque os projectos estavam prontos; quem apresentava projectos deveria ser premiado... O seu PDM estava em discussão pública; brevemente seria apresentado. Ele tinha-se ocupado, até então, em “obra enterrada” (distribuição de água e esgotos); estava ansioso por passar a outros domínios. Queria um GTL (Gabinete Técnico Local) para tratar do centro histórico do seu Concelho. Também queria celebrar um contrato-programa, mas ainda não estava pronto o seu PDM... (Então, quando estivesse, conversaríamos...). As unidades de gestão só haviam começado a trabalhar em Setembro, em vez de Maio; isso deveria ser tido em linha de conta. Alguns projectos apresentados tinham um carácter muito integrado; mas outras Câmaras não haviam disposto

de tempo suficiente; não deveriam ser penalizadas por isso. Havia pareceres da DRARN (Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais) que estavam a demorar tempo de mais; as Câmaras não deveriam ser prejudicadas por isso. No sub-programa A tinham sido atribuídos 4,3 milhões de contos, mas eles já haviam duplicado em projectos esse montante; como é que eu me propunha resolver essa questão? Tinha tido um grande alívio ao saber que o PRODAC financiaria 48% das estradas desclassificadas. O PROSIURB deveria manter-se e o INTERREG precisava de mais informação. Os terrenos eram comparticipados apenas em 15%; isso começava a ser insuficiente para a capital do distrito, onde os seus preços subiam todos os dias. Eles estavam a fazer permuta de terrenos, porém, a unidade de gestão não considerava elegível para subsídio esta forma de aquisição (Se calhar, porque não conseguia definir o preço dos ditos terrenos com precisão...). A caução dada deveria valer como instrumento contábil, mas não estava a ser considerada como tal. A administração directa das obras era imprescindível; o Alentejo era a região com mais desempregados e a maioria dos concursos era ganha por empresas de fora que traziam os seus elementos; isso não contribuía para resolver o seu maior problema.

Eu não havia ratificado o traçado da auto-estrada que atravessava um Concelho (Não o tinha feito, porque a Junta Autónoma das Estadas ainda não o havia fixado...). Queria saber por que não tinha sido aprovada a sua candidatura ao PROSIURB. Um clube de futebol de uma sua freguesia não beneficiara do subsídio da DGOT; por quê? Queria que fosse desbloqueado o financiamento da sua grande obra de abastecimento de água. Tinha cumprido as suas promessas a 100%; mas isso prejudicava-o; por quê? Havia muitos atrasos burocráticos na DRARN.

A ETAR de um outro Município estava atrasada por causa da DRARN. As apreciações técnicas eram muito demoradas. Queria que fossem formados gabinetes municipais de apoio ao desenvolvimento económico. (Seriam mais de quarenta, só no Alentejo; estava fora de causa que os lançássemos).

Estávamos em Fevereiro, mas a seca já preocupava um dos Autarcas. Deveria ser criado, no quadro do Fundo de Coesão, um programa só para fazer face aos problemas da seca. As pequenas barragens deveriam continuar a ser construídas, mesmo com a do Alqueva já em curso.

Um outro queixou-se relativamente ao rigor com que era feita a apreciação técnica dos projectos candidatos aos fundos. Eu disse-lhe que isso era para continuar... Voltei a lembrar-lhes que, sem PDM aprovado, não deveriam perder tempo a apresentar candidaturas, porque elas não seriam sequer consideradas. Queixou-se dos atrasos de algumas instâncias centrais: RAN, REN, DRARN e outras. Queria obras por administração directa; era preciso conceder-lhes essa liberdade de escolha (Não, seguramente, para obras candidatas a fundos pelos quais eu era responsável...).

As verbas atribuídas iriam ser insuficientes para os projectos que tinham em mente. Queixou-se de que o Governo não tinha confiança nem nas Autarquias Locais, nem no gestor do programa, nem nas unidades de gestão. De outra forma, daria mais facilidades... Não iria dar!...

Na regulamentação do PEDIP II haviam sido excluídas as indústrias agro-alimentares; isso era mau para o Alentejo. Dessa forma os projectos deste sector iriam ficar sob a alçada do IFADAP que não tinha a experiência do IAPMEI, em matéria de ajudas comunitárias; isso significaria atrasos.

Um outro queria uma reunião só para se tratar do sector da água na área das pedreiras, porque não havia alternativa: a água ou era para as pessoas ou era para as pedreiras!...

No quadro do plano de desenvolvimento do Alentejo figuravam duas iniciativas que lhe pareciam válidas: (a) elaboração de um catálogo com os produtos da região e (b) um estudo visando o desenvolvimento económico do Alentejo. Sucedia, no entanto, que nas duas a zona de Beja não estava a ser tratada com a atenção que merecia. A situação quanto ao desemprego era muito grave, porque tinham terminado quase todos os contratos de emprego temporário; não poderiam ser interrompidos. O GAT de Beja precisava de um reforço do pessoal. As estradas, por outro lado, estavam muito degradadas.

Compreendia a necessidade de integração entre os programas nacionais e os regionais, mas não aceitava que os primeiros fossem buscar meios aos segundos. Deveria transferir-se rapidamente para as Autarquias as verbas previstas para manutenção das estradas. No âmbito do PRODEP, não estavam a andar os pavilhões das escolas. E, na esfera do Ministério do Ambiente, um programa relativo à quantidade e qualidade da água estava com muitos atrasos. Os sectores estavam

a querer invadir a esfera dos programas regionais, para lhes ir buscar algumas verbas; mas quando os regionais pretendiam fazer o mesmo em relação aos nacionais, os decisores vinham sempre com o argumento de que os projectos não tinham a dimensão adequada. O funcionamento do Sistema de Incentivos Regionais merecia-lhe reparos, porque quando um sector dizia não, era mesmo não, sem aceitar explicações suplementares.

O gestor do programa, Dr. Bento Rosado, disse que ele próprio não estava satisfeito com o tempo que demorava a aprovação dos projectos, mas que tal dependia muito dos pareceres sectoriais que costumavam tardar. O processo administrativo era por natureza moroso; propunha-se insistir mais; queria que eu o apoiasse, o que fiz imediatamente. Também não concordava com a administração directa das obras, porque não possuía nenhuma referências técnicas que lhe permitissem fazer o acompanhamento e a avaliação dos respectivos projectos. Havia uma diferença entre o Norte Alentejano e a zona de Beja, porque nesta não conseguia contratar nem engenheiros nem arquitectos. Os gabinetes de dinamização económica estavam a funcionar, tendo eles orientado o sub-programa C para a dinamização económica; procuravam compatibilizar o que faziam com o nível regional, embora isso pudesse originar alguns pequenos atrasos. O primeiro QCA estava encerrado e o relatório respectivo praticamente terminado. Haviam conseguido reprogramar os diferentes projectos de modo a assegurar que as verbas disponíveis fossem todas aplicadas; a maioria das Câmaras do Alentejo já havia recebido as verbas correspondentes. Ninguém contestou estas afirmações.

O presidente da Comissão de Coordenação Regional, Dr. Carmelo Aires, acrescentou que não deveriam ser criadas demasiadas expectativas em relação ao programa PROSIURB. O catálogo antes referido tinha sido elaborado em colaboração com os diferentes Núcleos Empresariais e isso tinha provado ser positivo. Fiquei satisfeito com a reunião.

\*

No dia 9 de Fevereiro trabalhei com o Dr. Adérito Serrão. A publicação no Diário da República da constituição da EDIA iria ter lugar daí a dois dias. O logótipo já havia sido escolhido e estava a preparar-se a forma de comunicar o acontecimen-

to aos Espanhóis. Encontrava-se em preparação uma proposta de lei fixando as isenções fiscais a conceder a quem desenvolvesse novas actividades económicas na zona do Alqueva. Falámos da seca e das preocupações que me haviam sido transmitidas tanto em Évora como em Beja, onde eu tinha estado na véspera. As albufeiras estavam, nessa ocasião, a 12% da sua capacidade! Era inacreditável isso acontecer em Fevereiro...

O projecto estaria concluído no final de Março; era preciso dar três meses para a elaboração das propostas, cinco para a sua apreciação e mais dois para a tomada de decisões. Seria imprudente contar com o arranque antes de 1 de Abril de 1996. Mas, para isso, a avaliação do estudo de impacte ambiental deveria estar concluída a 15 de Junho de 1995; donde a fixação da abertura da discussão pública em 15 de Março. Revimos o texto de protocolo que iria ser celebrado com o Instituto Cartográfico do Exército; a sua assinatura teria lugar muito brevemente.

Fixámos a constituição da administração da EDIA; além do presidente eu achava que ela não deveria ter mais do que três membros que já estavam mais ou menos apontados pelos sectores que interessavam. A obra ia tomando forma.

\*

No dia 10 de Fevereiro fui a Setúbal para proceder, na sede do Governo Civil, a uma avaliação da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Ela envolvia todos os Autarcas da zona e algumas entidades ligadas à vida económica da Península. O salão nobre estava cheio! Eu disse ao que ia.

Tinha havido uma avaliação formal conduzida pelo Prof. Augusto Mateus que fez considerações acerca das perspectivas diferentes das pessoas e esclareceu que ela fora feita para se partir para uma nova fase da acção. Havia decomposto a sua análise em quatro eixos transversais: i) a evolução da especialização; ii) as condições de vida da população; iii) a formação dos recursos humanos e iv) a estratégia proposta e a evolução das expectativas. Elaborou sobre todas elas para chegar à conclusão de que a OID havia contribuído “com nitidez para a regeneração e mudança da Península de Setúbal”. A dinâmica do investimento tinha ajudado a melhorar as condições de vida da população e as pessoas sentiam que estavam a atravessar uma fase de desenvolvimento. Salientou a importância do carácter integrado da Operação. Estava-



-se a assistir a uma valorização explícita do ambiente e a dar-se um salto perceptível em matéria de desafios e de aproveitamento das potencialidades. A evolução da operação deveria conduzir a um quadro de concertação entre todos os agentes envolvidos, que teria de articular os responsáveis políticos e a sociedade civil. Beneficiaria-se se houvesse uma maior concentração de recursos financeiros (Era o que eu queria e aquilo que os Autarcas não gostavam nada que acontecesse; preferiam que houvesse dispersão de meios, para tocar qualquer coisa a cada um...). Pela Península de Setúbal haviam passado todas as vagas de industrialização do país, mas ela representava muito mais um território do que uma região. Por outro lado, os agentes de decisão vinham mais de fora dela do que de dentro. Mas, durante a vigência da OID, as coisas tinham melhorado muito, nomeadamente a base económica da área. Todavia, a atracção por Lisboa era muito grande! Construíram-se importantes infra-estruturas que permitiam a industrialização da zona e o ordenamento do território. Isso determinava novas funções no quadro da Área Metropolitana de Lisboa. Havia-se accionado mecanismos de investimento estratégico, particularmente de investimento estrangeiro, levando a que este se tivesse deixado atrair, numa perspectiva sustentada. Assistia-se a muita sub-contratação, o que era bom a muitos títulos, nomeadamente quanto ao emprego e quanto ao aproveitamento de empresas já existentes que precisavam de um novo fôlego. Conviria dar mais importância ao peso da Investigação & Desenvolvimento com a consciência de que a inovação que interessava não era somente tecnológica, mas também organizacional.

Havia, naturalmente, o desafio da coesão social que se passava a várias velocidades; tinham sido realizados dois inquéritos que haviam posto em relevo que os aspectos positivos excediam largamente os negativos. Todos os inquiridos gostavam da Península de Setúbal e queriam nela permanecer. Por isso era tão importante a regeneração do mercado de trabalho e a criação de emprego que havia sofrido bastante com a recente crise.

O primeiro QCA (Quadro Comunitário de Apoio) havia arrancado em período bom, mas terminado já com a má situação instalada. Deveríamos esperar que o segundo que estava a começar em crise, terminasse em boa maré. Era evidente que a Península sofria os efeitos da crise internacional que, aliás, também afectava o País na sua globalidade por causa da sua economia ser muito aberta ao exterior.

O aumento da nossa competitividade era fundamental e muito aconselhável uma mudança de especialização. Em termos etários, era a faixa dos 40/45 anos a que se encontrava em pior situação, por não estar preparada para as mudanças que se verificavam; a formação profissional deveria atender especialmente a esse estrato da mão-de-obra.

Havia uma clivagem significativa entre as grandes empresas e as pequenas. Mas eram as últimas que criavam mais emprego...

As infra-estruturas construídas eram visíveis como notados os seus efeitos. Não se poderia “pensar pequenino”, porque o desenvolvimento da área estava ao nosso alcance. Era muito importante a concertação entre agentes públicos e privados. A avaliação feita revelava-se muito encorajante!

O Eng.<sup>o</sup> Fidélio Guerreiro, da SOSET, era muito participativo, estando presente em numerosas reuniões. Afirmou estar de acordo, a 100%, com as conclusões da avaliação, mas as pessoas, gostando de viver na Península de Setúbal, pretendiam ver diminuídas as dificuldades que experimentavam. Eram precisas mais estabilidade e confiança e a quase paragem ao longo do último ano, devida à situação de crise, havia gerado dúvidas e intranquilidade. Tinha-se gerado, contudo, uma boa relação de colaboração entre o Governo, as Autarquias e os empresários. Estes, todavia, não haviam sido capazes de identificar a tempo os sinais da crise que acabara por vir e que causara muitas dificuldades. A crise não era susceptível de resolução através de soluções “macro”, mas antes de medidas “micro”. Dos programas comunitários haviam resultado efeitos diversos: o RAPIS tinha criado mais de 300 empregos; o RESIDER e o RENAVAL não haviam sido prolongados e isso iria acarretar perdas; não se perspectivava nenhuma OID II, mas deveria prosseguir a articulação já encetada entre os vários agentes, com vista a conseguir uma integração da acção. Tinha-se criado um clima de grande entusiasmo na Península de Setúbal com as instituições e as pessoas muito disponíveis para colaborar; não se deveria perder esse activo.

O meu Colega Ministro da Indústria também participou nesta sessão de avaliação e congratulou-se com os resultados da avaliação feita. Ele considerava a OID como uma resposta muito adequada à situação de crise profunda em que se tinha vivido. Ela representava um ponto de equilíbrio entre soluções neo-liberais e res-

postas intervencionistas que acabou por ter sucesso, especialmente por se haver conseguido uma colaboração estratégica entre Governo, Autoridades Locais e agentes económicos e sociais. Não era apenas através da indústria que se resolviam os problemas; a recuperação também tinha tocado a agricultura e os serviços e isso fora benéfico. Nós não estávamos num processo de desindustrialização; pelo contrário! Mas a consideração dos outros sectores significava estar a aproveitar todos os recursos existentes. Deveríamos curar de incentivar a actividade de C&T a montante e os serviços a jusante, através de um modelo que apostasse na massa cinzenta. Não se poderia repousar exclusivamente na actividade manufactureira. A Península de Setúbal tinha condições excelentes para atrair investimentos; isso deveria ser explorado. Ele ficaria muito preocupado se o modelo assente em grandes empresas públicas que havíamos encontrado dez anos antes estivesse a ser substituído por um outro de grandes empresas de investimento estrangeiro. Por isso folgava por ver que estava a surgir um tecido compósito formado por empresas de tamanhos diversos e com relações de complementaridade entre si. A Ford-Volkswagen era a ilustração da importância que deveria ter sempre a formação dos recursos humanos. Era preciso dar atenção aos factores intangíveis da competitividade. O Estado Social deveria substituir o Estado Providência. Deveríamos apostar na confiança, o que manifestamente havia acontecido na Península de Setúbal. O Projecto Ford-Volkswagen estava com o seu investimento físico praticamente realizado; a unidade começaria com 3.000 postos de trabalho, com perspectiva de subir para 4.500, se o mercado o determinasse; os postos de trabalho indirectos eram 1275 no parque e 1275 fora dele; os postos de trabalho induzidos estimados eram quase 2700. Portugal naquela ocasião, era o país da União Europeia que apresentava maior valor acrescentado (146,6%); em seguida vinha a Alemanha e a Espanha, em terceiro lugar. A Península de Setúbal constituía, assim, uma experiência única que conviria multiplicar, adaptando às circunstâncias, porque não havia dois iguais.

Os Autarcas presentes quiseram todos ter acesso ao documento de avaliação que tinha sido apresentado. Foi um bom coroamento para um esforço grande no qual nos havíamos aplicado muito no Ministério do Planeamento.

\*

No dia 13 de Fevereiro teve lugar uma reunião do Observatório do QCA para ouvirmos os diversos responsáveis pela avaliação do primeiro Quadro que havia terminado há pouco. O Observatório era composto por académicos ou especialistas com provas dadas. O seu presidente era o Dr. Nuno Vitorino e ainda não havia concluído a síntese que gostava de apresentar, mas tinha questões metodológicas a acertar. A avaliação dos efeitos físicos e financeiros era, naturalmente, a mais fácil de fazer; havia, no entanto, uma segunda vertente mais difícil, mas mais próxima do que ele entendia serem os propósitos do Observatório. Em que medida é que as diversas medidas tomadas haviam influenciado o desenvolvimento económico e social? Era preciso fazer uma leitura sobre o desenvolvimento do país, articulando-se com a influência que o QCA teria tido sobre esse desenvolvimento. Deveriam ser avaliados os efeitos directos, mas também os mais largos e difusos. Seria menos correcto avaliar as consequências macro-económicas somente por virtude do QCA. Deveriam ser apreciadas as consequências a longo-prazo e as de natureza estratégica. Era imprescindível distinguir os efeitos do QCA de outros factores com consequências potenciais sobre os resultados obtidos. Perguntava-se se estaríamos em posição, em início de 1995, de avaliar um QCA que tinha terminado em 1994; achava que sim.

Os objectivos físicos e financeiros haviam sido claramente atingidos. Os grandes objectivos macro-económicos do PDR-QCA, medidos através da convergência interna e da convergência face à União, também haviam sido alcançados; tinha havido uma redução das disparidades internas e verificado progressos em matéria de convergência europeia. Todavia, o ritmo da convergência tinha-se vindo a atenuar ao longo do quinquénio, depois de ter começado a bom ritmo; mas, com o correr do tempo fora abrandando, progressivamente.

Em termos estratégicos tínhamos que fazer a análise em relação a cada grupo de intervenção. Em relação a um outro indicador importante, referiu que tinham sido absorvidos todos os fundos que nos haviam sido atribuídos, o que representava um objectivo instrumental importante. Os responsáveis pelas diversas áreas também tinham assumido esse objectivo; todavia, a preocupação da absorção dos fundos, tomada isoladamente, poderia ter desvirtuado o al-

cance de outros objetivos, mas parecia não o ter feito. Deveríamos, porém, ter uma preocupação mais expressiva a esse respeito no QCA II. Uma eventual sofreguidão na absorção dos fundos poderia ter alterado as prioridades definidas; contudo, não o havia feito. Todavia, o perigo, a este respeito, seria maior no QCA II e, por isso, era preciso estar atento.

Os relatórios parcelares que tinham sido entregues ao Observatório eram, generalizadamente, de muito boa qualidade. Era importante, porém, extrair conclusões de natureza transversal. E, a esse respeito, verificava que Portugal havia mudado, significativamente, ao longo dos últimos seis anos. As mudanças eram, em alguns casos, muito explícitas; noutros revelavam-se mais difusas e o Cidadão não se apercebia delas facilmente.

A acessibilidade tinha sido, seguramente, o sector em que as mudanças foram mais evidentes. Menos explícitas haviam sido as mudanças nos domínios da urbanização e da actividade económica. Todavia, em relação à primeira, tinha-se verificado alguma concentração urbana com consequências palpáveis em termos de tipologia da ocupação do espaço, qualidade de vida, valores, hábitos e intensidade do consumo. No domínio da actividade produtiva, o sector que se tinha apresentado como mais dinâmico, havia sido inequivocamente o terciário. Era evidente que as duas coisas – a urbanização e a terciarização – estavam ligadas entre si. E, todavia, as intervenções do QCA I, com excepção do turismo e do comércio (relativamente pequenas) pouco se haviam dirigido ao terciário. Mas o conjunto multifacetado das intervenções do QCA, haviam conduzido a uma dinâmica e reforço do sector terciário.

Manifestava alguma preocupação em relação ao sector primário. No que respeitava ao secundário, o investimento tinha sido grande, esperando-se que, a longo-prazo, a nossa indústria viesse a ser mais competitiva. Havia-se verificado alguma consolidação em termos regionais, no sector secundário, associada à urbanização. Era clara a externalização de componentes acessórias das indústrias. Observava-se o crescimento dos serviços de apoio às empresas e dos serviços pessoais; particularmente expressivo tinha sido o crescimento do sector bancário.

O relatório respeitante à agricultura estava elaborado mais no sentido de apreciar a evolução do sector agrícola do que de aferir as consequências das diver-

sas intervenções do QCA. Mas era, manifestamente, o sector onde os resultados conseguidos mais se afastavam dos objectivos fixados. No turismo os sinais de desenvolvimento eram francamente animadores.

A administração pública mereceria uma análise mais pormenorizada, porque, daquilo que se conseguia ver, ela tinha tido uma dinâmica de evolução importante, havendo-se transformado muito durante esse período, nomeadamente nos sectores da Educação, Saúde e Segurança Social; tanto quanto aos recursos como em relação à sua distribuição no território nacional. Era particularmente notório o desenvolvimento da Administração Local, tanto em termos financeiros como quanto à quantidade e qualidade dos recursos humanos envolvidos. Haviam sido realizados estudos de opinião em relação à Administração Pública em sete casos-tipo e da percepção da população em relação ao que se estava a passar; a generalidade da população revelava um conhecimento acerca do QCA muito aquém do desejado. Havia outros domínios macro-sociais como a evolução do emprego, a droga e a violência que obscureciam quaisquer temas ligados ao QCA. Apesar da informação abundante, não existia a percepção de uma relação de causalidade entre as intervenções feitas e a actividade produtiva. Era um domínio que reclamava maior atenção no QCA seguinte.

O Prof. João Ferreira do Amaral começou por se referir aos muitos factores que entravam em jogo e à dificuldade da sua identificação. Os efeitos que nos interessavam deveriam ser apreciados no longo-prazo; daí uma parte da sua dificuldade. A missão do QCA era assegurar a convergência a longo-prazo. Mas ele tinha sido executado num quadro macro-económico muito adverso, nomeadamente no que respeitava à política monetário-cambial. A evolução da produtividade havia sido muito baixa. A avaliação macro-económica do QCA não poderia ser prejudicada pelo quadro envolvente. Teria sido possível haver disfunções em período de dinheiro escasso, no quadro em que as empresas funcionavam. O desenvolvimento do sector terciário tinha sido patente. A evolução havia manifestado mais dinâmica em relação aos bens não-transaccionáveis do que em relação aos transaccionáveis. A evolução dos padrões de consumo não era diversa da evolução similar em outros países. No domínio da poupança e da sua relação com o consumo, não tinha sido possível estabelecer uma conexão com o QCA. O sector financeiro

havia-se desenvolvido, de forma patente, mas, de um modo geral, os financiamentos concedidos tinham sido caros. O QCA havia, seguramente, induzido algumas alterações da estrutura produtiva, mas a sua avaliação só teria sentido a médio e a longo prazos. Todavia, em alguns casos, o QCA aparecia como um instrumento de não-agravamento da situação vigente; conseguia-se discernir mal em que medida o QCA havia influenciado em matéria de decisões de investimento; em alguns casos, percebia-se que certos agentes económicos haviam sido induzidos a realizar investimentos grandes de mais. Este avaliador criticou a forma como muitos projectos tinham sido analisados. Especialmente no sector das agro-indústrias eles eram particularmente sumptuários; tinha havido, em muitos casos, uma sobre-avaliação dos projectos; deveria haver mais rigor em relação às avaliações “ex-ante”.

Deveriam ser analisadas todas as vertentes de um projecto, até as indemnizações a devolver no caso de não-execução do prometido. Era preciso ter cuidado em relação aos contratos celebrados; deveria conceder-se maior atenção às fórmulas usadas para prolongar a duração das parcerias feitas.

O sistema financeiro mostrava ser poderoso e ganhar muito dinheiro com a concessão de crédito ao consumo; por isso, interessava-se pouco pelo investimento. O Prof. Jorge Gaspar começou por dizer que entre 1981 e 1991 tinha havido, efectivamente, uma convergência. Enunciou as tendências gerais da evolução do país e enumerou as influências visíveis do QCA. O principal objectivo deste tinha a ver com a redução das disparidades entre espaços; ora, a análise da repartição regional do investimento tinha mostrado que a capitação nas regiões menos desenvolvidas do interior havia sido maior do que no litoral; houvera, assim, uma preocupação em relação à distribuição dos investimentos. Todavia, o apoio ao investimento produtivo tinha sido maior nas regiões que exibiam maior capacidade de absorção. As infra-estruturas construídas favoreciam nitidamente o Algarve. Tinha-se criado uma aparência de bem-estar na periferia. Mas, em matéria de atractivos ao investimento, era ineficaz na maior parte dos casos, a acção para combater a litoralização. Havia uma dificuldade generalizada para fixar os jovens por via do emprego. Era muito significativo o montante orientado para a educação ou formação; apesar disso (ou por causa disso...) configurava-se um novo ciclo emigratório para o estran-

geiro (Suíça e França); para já somente no domínio do trabalho sazonal. Era importante assegurar maior flexibilidade do trabalho. Verificava-se uma nova corrente migratória ilegal para a América que era bastante expressiva. A imigração para o litoral não compensava a emigração que dele partia; a excepção era o Algarve. O turismo estava a surgir como sector intensivo em trabalho.

Era surpreendente a falta de conhecimento acerca do QCA. A maior parte da população não sabia o que ele era, apesar de conhecer muitas das obras que se faziam com o seu dinheiro. O que era visto de maneira positiva respeitava ao apoio ao sector produtivo e às benfeitorias sociais, mas não ligavam isso ao QCA; tornava-se, por isso, urgente dar mais informação sobre o QCA.

O desemprego de longa-duração começava a pesar. E era necessário proceder à reformulação da preparação de mão-de-obra, distinguindo-a conforme a faixa etária a que respeitava. Era onde os resultados se mostravam menos visíveis, em termos de emprego, que havia maior desconhecimento ou pior apreciação em relação ao QCA. Deveria haver, por isso, maior atenção em relação à informação e à divulgação; as populações tinham de sentir mais os problemas do desenvolvimento. Conviria ser mais expressiva a articulação entre o desenvolvimento e o ordenamento do território. Era importante que fossem mais nitidamente identificados os objectivos e a tipologia das acções definidas para os alcançar. Havia Concelhos que estavam a pedir, no QCA II, equipamentos que os vizinhos tinham construído no QCA I quando eles poderiam ter sido intermunicipais. O volume de investimento que acabava por convergir em cada Município era enorme. Deveria haver estruturas locais de informação acerca do que se estava a fazer e dos montantes de investimento respectivos. Havíamos conseguido desacelerar o processo de litoralização e acelerar o de urbanização. Era previsível que a nossa integração na Comunidade Europeia conduzisse a um reforço da corrente emigratória para a Europa. Deveria procurar concentrar-se mais o investimento. A política do emprego continuava a revelar-se como a mais importante. Tínhamos de continuar a qualificar a nossa população; mesmo se ela emigrasse, fá-lo-ia em muito melhores condições e com outra dignidade. Deveríamos ter uma política demográfica explícita para a absorção da população africana, não só tendo em vista o sector da construção civil, mas também outros sectores como, por exemplo, a agricultura.



O Prof. José Manuel Viegas referiu-se aos nossos “emigrantes intermitentes”, quer dizer às empresas portuguesas que sub-contratavam trabalhadores portugueses para trabalhar no estrangeiro. Não achava bem que nós aplicássemos verbas do Fundo Social Europeu a formar gente que iria emigrar. Dever-se-ia privilegiar as acções de formação propostas pelas empresas. Todavia, o sector que verdadeiramente merecia ser privilegiado era a Educação. Nós não poderíamos propor políticas de fixação de pessoas.

O sector rodoviário era o mais visível. Já haviam sido passadas para os Municípios 50% das estradas desclassificadas; mas esses 50% correspondiam a situações em que tinha havido ganhos imobiliários visíveis. Não haviam sido transferidos meios para assegurar a manutenção dessas estradas. Deveríamos esperar que se viesse a revelar muito difícil a transferência dos restantes 50%. Os Portugueses tinham gasto na compra de carros, 4,5 vezes mais do que o Estado em estradas; alguma coisa estava mal!... A acessibilidade que mais tinha sido melhorada era a Lisboa e, dentro dela, a auto-estrada Lisboa-Porto. O ganho geral de acessibilidade havia sido muito elevado; sensivelmente 40% (!), em tempos reais de viagem. Os acréscimos de motorização andavam à volta dos 55%. Mas, curiosamente, a quilometragem percorrida não tinha aumentado perceptivelmente. Os autocarros “expresso” tinham crescido de forma explosiva. Estávamos a melhorar em matéria de sinistralidade; 6% por ano por tonelada de combustível consumido; mas revelava-se insuficiente o que se realizava no campo da segurança rodoviária. Tinha havido um movimento de compra de ligeiros. Mas era grande o peso dos transportes de carga por conta própria; havia excesso de camiões. No transporte externo era o rodoviário que continuava a ganhar. O marítimo estava a fazer praticamente só grandes granéis sólidos. Verificava-se haver um investimento grande no sector, mas ele não passava somente pelos portos. No sector ferroviário o investimento havia sido reduzido e “só para arrumar a casa”. A má situação financeira da CP havia impedido uma gestão correcta dos programas de investimento apoiados pelo QCA. No sector aéreo o investimento comunitário tinha sido reduzido; verificara-se uma alteração significativa do mercado interno, nomeadamente devido à falência da LAR. Em relação aos transportes multi-modais, era visível o mau entendimento entre o Governo e as Autarquias Locais; ora nem

a Carris, em Lisboa, nem os STCP, no Porto, eram transferíveis naquela ocasião. A situação, nas áreas metropolitanas e no sector dos transportes, havia piorado. A questão do estacionamento era vital, revelando-se indispensável a sua tarifação. O sector dos transportes, no âmbito do QCA, havia-se revelado um bom “gastador”; não lhe parecia, contudo, que tivesse sido um bom “investidor”... Nos portos começava-se a verificar alguma recuperação em relação aos portos espanhóis, mas ainda não era o suficiente. Sobre o sector dos transportes só se sabia o que o Estado tinha feito. Nem se conhecia os números dos “expressos” que existiam, nem dos carros privados em circulação. De qualquer forma o sector tinha sido um dos que mais tinha mexido com o QCA I.

O Eng.<sup>o</sup> Sevinate Pinto começou por dizer que o sector onde a crise se havia revelado de forma mais intensa fora o da Agricultura., Tinha sido o que mais se havia afastado dos objectivos propostos. A Agricultura não beneficiara da redução da inflação, mas tinha sido o sector que mais contribuía para a sua desaceleração. As taxas de juro tinham tido muito mais influência na Agricultura do que em qualquer outro sector. A quebra de preços reais no produtor havia sido da ordem dos 46%! E a quebra de rendimento dos agricultores oscilava entre 24% e 43,8%. A quebra dos preços agrícolas e a dos rendimentos dos agricultores tinham sido as mais elevadas da Europa. E também haviam ocorrido alterações estruturais: o número de explorações experimentara uma redução; o volume de mão-de-obra do sector reduzira-se em cerca de 19%; a superfície agrícola utilizada diminuía; tinha havido uma concentração das explorações agrícolas, com a consequente elevação da área média por exploração. Não estava a haver selectividade nos instrumentos de política usados para estimular os sectores mais promissores. Todavia, era patente que o QCA tinha tido um impacto positivo na agricultura portuguesa, sendo, todavia, insuficiente para remover os “handicaps” de que ela sofria. Deveríamos ser moderados na definição dos objectivos a alcançar porque a capacidade de reacção era muito baixa; o QCA não havia compensado as perdas de rendimento económico dos agricultores.

Era importante identificar quem haviam sido os beneficiários das verbas do QCA: os agricultores tinham absorvido 70%; o Estado e as Autarquias Locais 10%; e outros agentes 2% (Como, por exemplo, a EDP, por causa das obras de electrificação

rural). Como factor positivo surgia o facto de a Administração Pública portuguesa ter conseguido superar com êxito as dificuldades que foram surgindo. Ela aparecia como credível quando comparada com muitas outras. A equalização da distribuição do rendimento tinha sido clara mas deveria ter havido maior selectividade em relação aos projectos apoiados (Esta é uma recomendação sempre pertinente, em relação a todos os sectores...). Mas havia uma suspeição tenaz dos agentes privados em relação aos da administração pública; deveria, por isso, curar-se de que houvesse maior transparência nessas relações, publicando indicativamente as verbas que seriam afectas a isto e àquilo. Não deveria haver uma “estatização” das ajudas comunitárias; isso contribuiria para fazer aumentar as relações de confiança; a Administração não deveria, por isso, ir ao QCA buscar meios para o seu sustento. Não havia uma grande consciencialização acerca da avaliação das acções nem da importância do seu acompanhamento; este limitava-se ao acompanhamento financeiro e isso não era suficiente. Impunha-se criar a ideia de que o QCA II dispunha de mecanismos flexíveis para o seu lançamento e acompanhamento.

Deveríamos dar grande atenção à racionalização do uso dos solos, ao regadio e à floresta. A floresta portuguesa tinha entrado, claramente, em ruptura; estávamos a delapidar o nosso património.

O nosso consultor aconselhava a realização de uma avaliação exaustiva do sector agro-industrial, porque ela era fundamental para definir as linhas de política adequadas.

O Prof. Amado da Silva começou por recomendar que se medisse com grande rigor a nossa produtividade industrial e a sua evolução ao longo do tempo. Nós estávamos a fazer uma avaliação sobre os projectos que haviam sido aprovados e se encontravam, ainda, em fase de montagem ou em início de laboração e não sobre empresas industriais em pleno curso. Mas poderia dizer-se que não tínhamos falta de instalações. A grande falta respeitava aos investigadores para a Indústria e aos agentes de inovação. Era certo que a passagem de um sistema de incentivos a fundo perdido para um outro assente em empréstimos se iria traduzir em menor apetência por parte das empresas. As avaliações deveriam incorporar a flutuação cambial. Seria útil criar um conjunto de três ou quatro cenários de diagnóstico.

Na realidade, os grandes beneficiários do QCA I haviam sido os bancos. O Sistema

de Incentivos de Base Regional (SIBR) proporcionava subsídios maiores do que o PEDIP; os vinte maiores projectos do SIBR estavam localizados em regiões desfavorecidas (Era para isso que ele existia!...). Já havia algumas análises “ex-post” dos projectos concretizados; valia a pena estudá-las. Em matéria de avaliação, era importante verificar se teria havido ou não uma modificação estrutural. Quem tivesse sido apoiado deveria ser obrigado a fornecer todas as informações relevantes com vista às avaliações que fosse entendido fazer-se. A preparação do pessoal que trabalhava no sector do turismo era, na generalidade, muito frágil; o número de indiferenciados no sector era demasiadamente elevado; por isso a formação profissional representava uma prioridade. O SIFIT I e o SIFIT II eram muito diferentes; os agentes económicos tinham reagido contra os incentivos diferenciados.

O Prof. Álvaro Martins recomendou que se continuasse a acompanhar o VALOREN. A gestão em “overbooking” tinha sido benéfica para o QCA I, mas revelava-se também positiva para o QCA II, por causa da atitude concorrencial que se tinha introduzido na apresentação dos projectos. Na difusão de informação relativa ao VALOREN, as Comissões de Coordenação Regional tinham desempenhado um bom papel. Recomendava que houvesse maior descentralização em relação à gestão do QCA II. As energias renováveis eram, por natureza, descentralizadas; por isso, os seus projectos também deveriam ter uma gestão descentralizada. Deveria haver um grande grau de exigência em tudo quanto se passasse no sector da electrificação. Seria bom que os diferentes programas se interligassem entre si. Os gabinetes de gestão responsáveis pelos diferentes projectos deveriam possuir uma grande competência técnica, particularmente o PROTED que não era simples. O custo da electrificação rural representava 1,4 vezes o custo da urbana; por isso aconselhava que houvesse sempre três orçamentos por projecto. A elevada rentabilidade de alguns projectos aconselhava a rever o esquema de subsídios. Os apoios públicos deveriam ser muito selectivos, tanto em relação aos projectos como a respeito dos seus promotores. Aconselhava a que fossem substituídos os subsídios a fundo perdido por empréstimos com taxas bonificadas.

O VALOREN havia sido o dinamizador da criação da lei do produtor independente. Havia, contudo, parques eólicos que estavam a funcionar durante metade das horas previstas; isso aconselhava a que se fosse muito exigente em relação à sua

localização. Por outro lado, havia problemas de ligação à rede por causa da variação de tensão ao longo do dia. Existiam aplicações alternativas dos fundos comunitários melhores do que o sector eólico. De qualquer forma, defendia a ideia de que fossem criadas “joint-ventures” para produzir geradores eólicos em Portugal. O Prof. Ferreira da Rocha começou por dizer que haviam sido apoiadas e bem as telecomunicações, tanto em matéria de infra-estruturas como nos incentivos dados às empresas para melhorarem os seus serviços neste domínio. O QCA I havia permitido viabilizar muitos equipamentos inovadores. Tinha havido uma grande evolução quanto à rede de dados. Mas na REDIZ verificaram-se atrasos que se impunha recuperar. Por exemplo, era conhecido o atraso na normalização europeia; ora, antes das normas europeias estarem bem definidas seria difícil avançar muito mais. O QCA I tinha contribuído muito para a integração dos serviços e permitido avanços em muitos sectores. O programa STAR havia proporcionado incentivos na parte rádio-móvel e na transmissão de dados; em relação à rádio-móvel digital, Portugal havia sido, mesmo, um dos primeiros a avançar. Existia uma apetência muito grande das empresas pelo telemóvel!... Quanto à rede digital havia duas empresas, a TMN e a TELECEL, uma cobrindo 92% da população do País e a outra 95%. A TMN tinha sido apoiada pelos fundos comunitários; a TELECEL havia surgido depois. Mas continuava a haver assimetrias regionais. Tinha falhado o programa SISAT que proporcionava alguns incentivos; a faixa litoral havia absorvido quase tudo e o sistema de incentivos fora esgotado logo ao fim do primeiro ano. As telecomunicações estavam em grande mutação a nível mundial; tudo estava a ser transformado muito rapidamente. Nós íamos um pouco atrás, mas avançávamos. O sistema de incentivos deveria corrigir as discrepâncias entre o litoral e o interior. Tinha de haver apoio técnico para a elaboração de projectos de bom nível. A formação também era importante neste domínio. A divulgação de tudo quanto se estava a passar revelava-se ser da maior urgência. Deveria continuar a apostar-se na REDIZ (infra-estruturas), mas, agora, na banda larga. Era fundamental acompanhar a realização através de indicadores de realização física adequados. Considerarei como muito positivo o trabalho feito pelo Observatório e naturalmente, também o balanço que fizeram e as recomendações que deixaram. In-

sisti em referir o nome dos membros da unidade de observação, todos eles académicos e profissionais ilustres.

\*

As pessoas, hoje, não imaginam como se reagia à simples menção do nome “Casal Ventoso”. Isso acontecia porque se via de todo o lado o que era a miséria da dependência da droga e uma outra que era a dos pequenos narcotraficantes que se afadigavam para satisfazer uma clientela que não tinha grandes reservas em exhibir-se. Já me referi, algumas vezes, ao que estávamos a fazer para tentar reabilitar a vida no bairro, o que incluía a eliminação daquela montra de dependências e a normalização da vida social do pequeno bairro. Iríamos incluir o projecto no URBAN, com o acordo do Dr. Jorge Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Ele estava a organizar um seminário para debater o assunto; entendi que o Ministério deveria associar-se, na sessão de abertura.

E, para tornar a gestão dos fundos a afectar mais flexível, decidimos constituir um instituto público sob a forma empresarial, mantendo, contudo, a gestão financeira sob a responsabilidade da Direcção-geral do Desenvolvimento Regional. Foi no dia 22 de Fevereiro que escolhemos, a Secretária de Estado e eu, o nome do presidente desse instituto.

\*

No dia 24 de Fevereiro trabalhei com o Dr. Adérito Serrão sobre o empreendimento do Alqueva. Nós não estávamos satisfeitos com as instalações disponíveis para adaptação com vista ao alojamento da sede da empresa em Beja. As coisas saíam sempre pouco adequadas, porque as construções de onde partiríamos eram sempre muito adaptadas às actividades que lá tinham estado, o que dificultava muito a transformação. Acabámos por decidir fazer obra nova. Recomendei que se começasse por elaborar os termos de referência da encomenda, com grande pormenor; era um tipo de tarefa que eu gostava de fazer mas a minha posição impedia que eu me envolvesse directamente; não deixei, todavia, de fazer muitas recomendações... Havia, depois, que escolher o arquitecto; tinha de ser um profissional distinto.

Para assegurar que não iríamos ser esmagados com uma carga excessiva, propus ao Primeiro-Ministro que houvesse algumas isenções fiscais para a Empresa do Alqueva. Era preciso preparar uma proposta de lei.

O projecto do empreendimento estava quase pronto, mas eu não queria ser confrontado com uma reprovação do projecto que invocasse uma qualquer razão menor para o fazer. Por isso recomendei que fosse feita uma reunião prévia com representantes das Direcções-gerais XI, XVI e VI e do Banco Europeu de Investimento; esta iria ter lugar no dia 3 de Março seguinte. O consultor também estaria presente e só depois de haver acordo é que se passaria à fase de discussão pública. Eu não poderia tolerar qualquer “fiasco”; por isso só dava passos pelo seguro.

\*

No dia 2 de Março trabalhei com a Secretária de Estado. Havia sempre questões de dinheiros com os diferentes programas. Acabavam por resolver-se, mas era preciso estar sempre muito em cima do acontecimento, para não haver falta de meios ou falta de justificativos... Havia uma empresa da Região do Centro que já não era pequena nem média, mas queria concorrer ao Sistema de Incentivos Regionais e insistia muito nisso por vários meios. Tivemos de lhe dizer que as regras eram para ser cumpridas, escrupulosamente.

As comissões consultivas dos diversos programas operacionais funcionavam, generalizadamente, com competência e com entusiasmo. Mas havia uma tentativa ou outra de um funcionário de Bruxelas, mais “empreendedor”, para influenciar o sentido das decisões ou, pelo menos, das prioridades. Eu dava uma sorte enorme contra essas tentativas de interferência. Ficou reafirmada, nessa conversa, a nossa posição: cumprir escrupulosamente o combinado; em nenhuma circunstância ir a reboque das sugestões dos funcionários comunitários.

O Conselho Económico e Social estava a ensaiar os seus primeiros passos. Era no interesse de todos que ele funcionasse de acordo com os mais altos critérios profissionais. Eu achava que eles deveriam ver o que nós estávamos a fazer em matéria de programas operacionais regionais. Mas não se deveriam ficar por aí. O ideal era que eles produzissem comentários relativamente a cada um dos programas. Compreensivelmente, isso seria feito por consultores que habitualmente

trabalhavam para o Conselho; mas ficaria o relatório de cada um deles como parte do património moral do próprio Conselho.

O relatório referente a 1994 do Quadro Comunitário de Apoio II estava pronto. Era preciso apresentá-lo à respectiva Comissão Parlamentar e enviá-lo para o Conselho Economico e Social. Além disso, deveria fazer-se uma conferência de imprensa para uma comunicação pública mais alargada.

Tínhamos recebido nos dias anteriores uma nova versão do programa da operação integrada do Douro. Era preciso seleccionar as prioridades da Administração Central.

No quadro do Programa Operacional do Norte, a comissão de gestão dos projectos intermunicipais (programa B) deveria integrar dois representantes das Autarquias. Seriam elas a dizer quem eram eles.

A Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal (SOSET) estava a chegar ao fim do seu mandato. As nossas relações haviam sido cordiais, mas não nos deveríamos envolver em questões que eram puramente locais e que estavam na origem da sua cessação de funções.

\*

A reunião havida no dia 13 de Fevereiro no Observatório do QCA I teve continuação no dia 6 de Março. Como já disse, a apreciação do “grupo de sábios” que formava o Observatório era para nós muito importante. Por isso, além da Secretária de Estado também nela participou o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. O seu presidente, Dr. Nuno Vitorino, retomou o seu relato.

Desde o nosso último encontro, o Departamento de Planeamento e Prospectiva terminara uma avaliação macro-económica do país cujos resultados confirmavam as observações de natureza qualitativa que ele havia feito. Era naturalmente impossível destrinçar as influências devidas ao QCA de muitos outros factores que tinham jogado a sua parte. O período do QCA poderia ser dividido em duas partes: o primeiro muito positivo; o segundo afectado por um comportamento mais negativo da economia. Mas, ao longo do quinquénio, haviam sido criados 100.000 novos empregos com a surpreendente composição seguinte: na primeira parte do período (três anos) tinha havido a criação de 280.000 empregos; nos



dois anos restantes, haviam “desaparecido” 170.000! Obviamente, houvera muita racionalização dentro das empresas... Em matéria de convergência, tinha-se de facto assistido a uma convergência entre a economia portuguesa e a média comunitária; os sinais eram inequívocos. Mas o DPP, em matéria de produtividade, manifestava muita prudência. A sua evolução havia sido muito moderada. Contudo, era certo que tinha havido alguma modernização do aparelho produtivo; todos os factores apontavam para a existência de modificações que trariam resultados a médio-prazo, mas não a curto, como nós também queríamos.

No domínio da Ciência e Tecnologia, o País dispunha de muitos mais investigadores devidamente formados. Assim, tanto em matéria de infra-estruturas como, especialmente, no domínio dos recursos humanos, estavam criadas condições para que ocorressem, nos anos seguintes, grandes modificações. Mas a essência do sistema de C&T ainda não se havia alterado; todavia, tanto o sub-sistema dos Laboratórios do Estado como o do Ensino Superior tinham reforçado as suas posições. Todavia, o investimento feito pelas empresas em C&T não tinha mostrado alterações expressivas. O peso da inércia dos domínios tradicionais não se tinha alterado e havia um grande afastamento por parte dos sectores produtivos.

O Prof. João Caraça começou por afirmar que o programa havia sido bom e sério. Se ele não tivesse existido, o panorama teria sido desastroso, provavelmente alcançando-se resultados da ordem da metade daqueles que acabámos por observar. Na Europa e no sector da C&T as empresas estavam sempre à frente; esse não era, todavia, o caso de Portugal. Mas tinha havido ou não condições para criar um novo apetite pela C&T por parte das empresas? O certo é que ele não tinha incrementado. Talvez se pudesse fazer um exercício mais aprofundado, realizando uma avaliação conjunta do sector de C&T com o da Indústria, por exemplo, procurando encontrar relações de inter-influência. O PEDIP deveria ter contribuído para o reforço da armadura tecnológica. A nossa dificuldade tinha a ver com a internalização da investigação nas empresas. Deveria, por isso, analisar-se os mecanismos de ligação entre o PRAXIS e o PEDIP para tentar ajuizar da importância da sua articulação. Era difícil separar os efeitos de um programa como o CIENCIA das muitas outras variáveis presentes. Na contabilização das despesas de C&T por parte das empresas, a tendência era para

a avaliação por defeito. Em relação às bolsas, tinha-se revelado difícil gerir um sistema muito grande e centralizado. Deveria gerar-se um sistema de procura mais descentralizado e avaliado pelas próprias instituições onde fossem apresentadas as candidaturas; para isso deveriam celebrar-se, com elas, contratos-programa para o efeito. A gestão deveria, assim, ser mais activa e mais próxima das próprias bolsas; isso implicava alguma forma de agregação da oferta. Deveria, nomeadamente, evitar-se dar mais bolsas para sectores que já tivessem muitos recursos disponíveis. O problema não era claro no domínio dos Laboratórios do Estado; todos eles já haviam sido reformados, em termos de condições de laboração. Eles deveriam estar mais dispersos pelo país; estavam demasiadamente concentrados na Região de Lisboa. Havia algumas observações a fazer em relação às instituições que tinham sido criadas de novo; quase todas eram instituições Privadas Sem Fins Lucrativos; isso punha problemas jurídicos de natureza particular; além disso, era de uma monotonia inconveniente o modelo a que se tinha recorrido. Deveríamos dar muita atenção à formação dos Conselhos de Investigação; eles teriam de ser muito exigentes e desempenhar o seu papel com muito rigor. O problema das carreiras era importante, mas só se punha no quadro de instituições com quadro de pessoal definido. Mas quais seriam os indicadores de relevância a usar para poder apreciar o curto-prazo? Se os efeitos sobre o sistema económico eram, por natureza, de longo-prazo? Havíamos lançado uma Agência de Inovação e éramos muito favoráveis à existência de “teaching companies”. Tudo isso porque o nosso problema maior era a ligação ao tecido produtivo. Estávamos todos de acordo com a necessidade de descentralizar as candidaturas e a concessão de bolsas. Já tínhamos tido a medida da complexidade da gestão centralizada de um sistema de bolsas. Por outro lado, sabíamos do assédio insistente das universidades às IPSFL que as primeiras viam como uma “janela de respiração”, face às regras rígidas da contabilidade pública a que tinham de obedecer. Algumas da IPSFL já haviam, mesmo, sido absorvidas pelas universidades.

O Prof. João Caraça recomendou que fossem procuradas as melhores soluções institucionais só no termo do processo seguido, para poder fazê-lo com mais fundamento. O nosso maior problema era, de facto, estimular o apetite das empre-

sas pela C&T. Para isso conviria valorizar mais as actividades científicas que não fossem somente investigação. Não eram exclusivamente os criadores que se revelavam importantes; também o eram os “aplicadores” e os “tradutores de conhecimentos científicos”. O discurso universitário favorecia, naturalmente, a criação, mas havia outras componentes que também eram importantes; as empresas portuguesas não era natural que viessem a fazer criação mas poderiam muito bem fazer ciência aplicada. Deveria haver programas básicos para os serviços de qualidade na Ciência e Tecnologia.

A questão da definição da agenda científica era muito importante para o desenvolvimento tecnológico. Mas as empresas deveriam colaborar nessa fase, contribuindo com meios e arriscando, porque poderiam vir a tirar benefício do que viessem a aprender.

Os MBA (Master of Business Administration) não deveriam exigir nenhuma tese. Observava-se uma propensão para os mestrados serem orientados para a Ciência, quando havia necessidade de o ser para as aplicações da Ciência. A linguagem das empresas não era a das disciplinas em que se arrumavam os conhecimentos, mas a dos produtos que eram feitos com base neles. Naquela altura eram poucas as empresas portuguesas que poderiam manter um diálogo frutuoso com as universidades (Hoje – 2017 – a situação mudou muito!).

Havia um problema do conhecimento da realidade que era preciso resolver. Seria possível fazê-lo no seio da JNICT? Era certo que as empresas precisavam de mais C&T, mas não, necessariamente, de mais investigação. Deveríamos procurar descobrir talentos para a função de “go-between” entre quem dispunha de conhecimentos e quem necessitava deles. Em todos os institutos deveria haver agentes capazes de os dirigir em contacto com o meio envolvente, conhecendo muito bem o terreno.

A tarefa de gestão no domínio da Ciência e Tecnologia ainda não tinha o reconhecimento público que deveria ter. Ora a investigação não era feita somente por “investigadores”; também era por “técnicos com valências variadas”.

As empresas sem aptidão científica e técnica nunca iriam ter apetite pela investigação. Por isso, se deveria fazer o esforço de colocar pessoas adequadas nas empresas, a quem se desse alguma compensação financeira. O entrosamento

público/privado constituía uma responsabilidade do poder político e não uma iniciativa das empresas.

Não deveriam ser dados incentivos unicamente às instituições do Estado; seria bom contemplar-se também as empresas que estivessem dispostas a integrar projectos de C&T.

Os novos institutos apoiados pelo CIENCIA deveriam ter “gestores de ciência” devidamente preparados. E conviria, também, fomentar o aparecimento dos tais “tradutores” de conhecimentos que, eventualmente, interessassem às empresas.

Nenhum país se desenvolvia sem instituições. A Agência de Inovação representava uma boa instituição, mas precisava de ter mecanismos de desmultiplicação. Para sensibilizar os dois lados, seria oportuno organizar um grande seminário que unisse investigadores, “tradutores” e empresários, fazendo vir para participar elementos marcantes dos três grupos (“estrelas” da inovação e da transferência de conhecimentos).

Acontecia que as instituições apresentavam uma grande diversidade de atributos. Era fundamental a avaliação das próprias instituições e não apenas dos projectos e dos investigadores. Deveria ter-se a coragem de afectar verbas ao robustecimento institucional. Nessa operação, a concentração de verbas revelava-se indispensável: para os investigadores, para os “tradutores”, para a formação de gestores e para as próprias instituições. A avaliação de todos apresentava-se como indispensável; o essencial era que as instituições candidatas apresentassem programas credíveis.

O Prof. Eduardo Marçal Grilo também fazia parte do Observatório. Começou por dizer que, em Portugal, quando não sabíamos de um assunto dizíamos que ele era muito complexo ou, então, que se tratava de um “problema cultural”... Mas a verdade era que a avaliação “ex-post” se revelava sempre complexa; não era fácil dizer coisas definitivas, num quadro tão alargado como aquele que tínhamos diante de nós. Havia, manifestamente, sinais de reforço dos quadros superiores nas estruturas analisadas. Os investimentos feitos iriam traduzir-se, seguramente, nos níveis de desempenho das empresas. A questão difícil respeitava à identificação dos factores. Não iria ser fácil detectar o que se devia ao QCA, distinguindo-o das outras políticas públicas. As escolas profissionais exibiam um grau de dependência excessivo em relação ao QCA (FSE). Como iriam elas sobreviver, depois de

1999? Era preciso curar mais do “institucional building”, se quiséssemos assegurar a convergência estrutural.

Era indiscutível que tinha havido uma melhoria do sistema. Trinta anos antes, só estavam dentro dele 10% dos jovens; naquela ocasião já estavam 80%. O que se deveria comparar, contudo, eram aqueles 10% de há trinta anos, com os melhores 10% de agora.

Deveria procurar reforçar-se as áreas funcionais mais nobres: o “marketing”, o “design”,... A taxa de escolaridade no distrito de Braga era, em certos grupos etários, muito mais baixa do que a média nacional (Naqueles que já tinham colocação potencial no mercado de trabalho...); ora isso, excluía jovens com um impacto estrutural enorme.

A melhoria da qualidade tinha de representar um objectivo estratégico explícito. Para isso deveria criar-se uma malha de excelência que a experiência mostrava ser muito mais fácil de constituir a nível universitário do que nos outros abaixo dele. Dever-se-ia tomar a excelência como referência, o que punha problemas políticos difíceis, porque implicava a distinção, o que era sempre pouco popular. O sistema, contudo, não iria melhorar todo por via de um incremento gradual; era certo que o iria fazer por picos que o haveriam de distorcer. Mas não era obrigatório que se desenvolvesse o sistema de uma forma igualitária em todos os seus estratos.

Uma escola secundária que funcionasse bem fazia-o porque dispunha de um corpo docente estável, de uma grande liderança e de um grau apreciável de autonomia. As três em conjunto! Ora isto era difícil de conseguir em todo o sistema.

A questão dos sinais que fossem dados também importava. Se se anunciasse que havia dinheiro para a formação, isso poderia vir a introduzir uma deformação no sistema. Tinha, por isso, de se cuidar desses sinais para não vir a desequilibrar ainda mais o sistema.

Mais séria era a questão da desvalorização da educação, no meio dos empresários. O grau de expectativa em relação à escola era muito baixo; a população esperava muito pouco do sistema educativo. O corte para este impasse só poderia ser feito através da oferta, melhorando de forma expressiva a formação dos professores. Ora, a verdade é que não tinha vindo a ser criado emprego em torno da exigência de qualidade; seria no regime de recrutamento que se deveria ser exigente em

relação ao nível de habilitações dos que passariam a integrar o sistema como docentes. E deixava como recomendações as seguintes:

Deveria elaborar-se um programa enunciando as necessidades de formação. Esta deveria ser certificada a todos os níveis. Não deveria haver interferência dentro das universidades. Seria útil a existência de um “broker” formado por representantes das organizações profissionais, das empresas e das instituições de formação. Deveria ser constituído um grande centro de dados com todas as informações que pudessem contribuir para tomar as decisões mais adequadas. Faltavam-nos alguns centros de racionalização dessas decisões. Justificava-se a elaboração de uma estratégia especificamente orientada para as PME. As universidades eram, naturalmente, centros de racionalização das decisões; para isso deveriam preparar-se deliberadamente. Conviria que dispuséssemos de mecanismos para avaliar as alterações da formação ou da capacidade dos formandos; os dados correspondentes bem como as reflexões feitas sobre a avaliação deveriam ser divulgados.

A Secretária de Estado chamou a atenção para a libertação de trabalhadores do primário e do secundário e a criação maciça de emprego no terciário; seria, por isso, este a dever merecer as maiores atenções. A acuidade da formação deveria ser apreciada em função da evolução das solicitações e também das qualificações desejáveis.

A convergência estrutural era difícil de medir, porque não havia um indicador único que pudesse exprimi-la. Ela era susceptível de apreciação através de um conjunto de variáveis que deveriam ser articuladas entre si. Uma sociedade civil mais forte ajudaria muito a progredir e a alcançar-se aquela convergência estrutural; mas isso só poderia ser alcançado através da educação e esta representava sempre uma vaga de fundo com resultados somente a longo-prazo. As empresas tinham apostado demasiadamente na formação como instrumento para o seu próprio financiamento e não como instrumento para a sua melhoria interna; ora isso havia sido um erro que conduzia a desperdícios inaceitáveis. Deveria haver mecanismos para detecção da qualidade e da excelência; mas o Ministério da Educação parecia que tinha perdido a memória do que se havia passado há quatro ou cinco anos atrás. O sistema educativo era muito heterogéneo; por isso era

difícil tomá-lo como um todo; em vez de um sistema havia escolas com atributos muito variáveis. Reinava um clima de desconfiança mútua, dentro do sistema educativo; o ministério desconfiava dos professores e estes do ministério. Talvez não fosse mal criar algumas escolas autonomizadas para o 10.º, 11.º e 12.º anos, ligadas por via da celebração de contratos ao ministério e com acções de acompanhamento e de avaliação específicas; as escolas deveriam ter um projecto próprio, da responsabilidade das comunidades educativas (professores, pais e autoridades locais). Os Ministérios da Educação e do Emprego e Solidariedade Social deveriam articular-se entre si através de uma unidade operacional pequena, mas muito “pensante”, que fizesse repousar a sua acção nas instituições existentes. O combate ao desemprego deveria ser feito através da preparação para o emprego não qualificado. Mas convinha que tivéssemos a consciência de que não era o Governo que conseguiria fazer as reestruturações mas, antes, os empresários.

Um dos presentes queixou-se em relação à forma como era feita a gestão do Fundo Social Europeu. Deveria proceder-se a uma análise que estabelecesse a relação entre as expectativas criadas e aquilo que, realmente, havia acontecido; as primeiras tinham sido demasiadamente elevadas. Interrogava-se se a política de desenvolvimento deveria ser voluntarista ou liberal? Em relação aos sectores, naturalmente. Porque no que tocava às obras públicas ela era, obviamente, voluntarista. Mas, em relação aos segundos, ela deveria conciliar propósitos voluntaristas com instrumentos liberais.

O Prof. Diogo Lucena, a respeito do impacto macro-económico do QCA I, recomendou-nos que fôssemos “sóbrios”, porque as políticas macro-económicas envolventes haviam sido muito mais importantes. O QCA tinha tido mais influência na estrutura da despesa do que no volume total da despesa. A ideia de que o QCA havia tido uma grande influência no nosso crescimento não correspondia à realidade; quanto muito isso variaria entre 0,5 e 0,7. O QCA tinha mais a ver com um horizonte de longo-prazo: capital público e capital humano; não era de efeitos imediatos. O próprio crescimento sustentado da produtividade era um vector de longo-prazo. A canalização de dinheiros para a educação básica tinha sido muito importante, porque não fazia sentido promover formação profissional em cima de más preparações de base. O investimento na educação básica iria repercutir-se,

a seu tempo, no crescimento da produtividade. Ora um QCA tinha um período muito curto, para poder alterar as coisas de forma expressiva; deveria teimar-se, ao longo de muito tempo. Recomendava que não se deixasse criar grandes expectativas porque não seria possível alcançá-las. A qualidade era, genericamente, importante, mas nós não poderíamos ter serviços de qualidade sem o concurso de pessoas de qualidade. Era no ensino obrigatório que deveríamos investir. A exclusão social estava directamente relacionada com o desemprego.

Como se vê, esta segunda ronda do trabalho do Observatório focou-se na Ciência e Tecnologia e na Educação. Estes eram, para nós, domínios da maior relevância para promover o nosso desenvolvimento.

\*

Em relação ao Alqueva, soube no dia 7 de Março que os técnicos que estavam a fazer a avaliação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não paravam de pedir mais dados. Eles sabiam, perfeitamente, que muitos deles não existiam, nem seria fácil que fossem obtidos mas sucede sempre assim quando há insegurança em relação aos instrumentos usados e quando se sabe que irão ser sempre criticados, em relação ao conteúdo do trabalho realizado e às suas conclusões. O pedido de tanta informação correspondia à construção de um “escudo de protecção”, porque sabiam que iriam ser impietosamente julgados por numerosos grupos ambientalistas e por todos aqueles que não queriam que o empreendimento fosse realizado. Eu preferia insistir na realização de audições públicas em Beja e nos concelhos limítrofes que eram os que seriam potencialmente mais beneficiados com a construção da barragem.

Eu sabia, por experiência própria que, no seio do Ministério do Ambiente, havia uma grande “familiaridade” entre os seus técnicos e alguns grupos ambientalistas que cultivavam as relações e “alimentavam” os primeiros com ideias e sugestões as mais variadas.

Tínhamos que enviar o EIA para o Ministério das Relações Externas Espanhol, obviamente através do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros. Não esperávamos grande reacção; mas tinham de estar informados.



A composição do Conselho de Administração do EDIA continuava em afinação com a vinda dos representantes dos sectores. Tomámos a decisão de procurar, para o cargo de Director-geral, um engenheiro civil; os primeiros anos seriam dominados por essa componente; depois seria, naturalmente, diferente.

O problema das instalações continuava, porque, embora já se tivesse decidido fazer uma construção de raiz, era preciso alojar os técnicos em Beja, durante a fase transitória. Nas instalações postas à nossa disposição pelo Ministro da Agricultura só se conseguiriam instalar dezanove postos de trabalho. Prosseguíamos em negociações com a EPAC que tinha uma dívida de mais de quarenta milhões de contos e estava mais interessada em vender do que em ceder temporariamente. Falei com o Secretário de Estado Luís Capoulas, sempre cooperante, mas limitado pela autonomia daquela empresa.

O Eng. Rui Sanches, antigo Ministro das Obras Públicas, era um distinto especialista de Hidráulica que conhecia profundamente o projecto do Alqueva. Ele estava, ainda, em excelente forma de modo que recomendei que lhe fosse proposto exercer as funções de consultor durante a fase de construção. Ele estimou a solicitação e nós beneficiámos de uma assessoria de qualidade ímpar.

As recomendações que nos chegavam eram da natureza mais diversa. Lembro-me de uma da AECOPS que reclamava transparência! Não houve nada que não fosse feito por concurso público, tranquilizando todos os que temiam que um investimento tão grande pudesse ser objecto de tentações menos próprias. No dia 9 de Março, iria ter lugar a abertura solene do primeiro concurso ligado ao empreendimento: umas escavações que montavam a cerca de meio milhão de contos. Tinham aparecido 29 concorrentes!... A comissão de apreciação das propostas não levaria menos de dois a três meses a exercer as suas funções.

\*

As relações, no dia-a-dia, com a Administração Comunitária não são fáceis. Esta tenta afirmar, repetidas vezes, o seu poder para bloquear um projecto ou um programa, inventando regras que não estão escritas em parte nenhuma. É evidente que tudo se passa sem atritos nas relações entre os Ministros e os Comissários; mas entre os Directores-gerais e, especialmente abaixo desse nível, há continua-

mente arestas que convém nunca deixar agravar. Por outro lado, os funcionários portugueses da REPER têm de estar muito atentos e cultivar as relações com os funcionários comunitários com a preocupação de evitar surpresas na condução dos processos de cujo apoio material dependemos.

Vem isto a propósito de, no dia 16 de Março, eu ter sido informado de que, afinal, não havia flexibilidade de gestão entre sub-programas de um dado programa. Nós sabíamos que deveriam funcionar comités de acompanhamento sempre que houvesse mudanças de verbas entre programas. Surgiu um problema porque havíamos transferido verbas entre dois sub-programas do PRODAC – o das estradas desclassificadas e o dos itinerários principais – sem ter formalmente pedido a autorização do comité de acompanhamento do PRODAC. A experiência mostra que é contra-producente estar a esmiuçar muito, procurando definir de quem é a culpa porque as relações no dia-a-dia já comportam alguma tensão que só será agravada pela chamada do desentendimento a um nível superior, para resolução. O melhor é incitar os que divergem a convergirem e a encontrar uma saída para aquilo que os divide. Mas quem tem o dinheiro na mão, possui sempre a capacidade de diferir a resposta; esta era, correntemente, prorrogar a decisão para reprogramar e, assim, validar mais tarde as decisões, inserindo-as nos sub-programas respectivos. A questão era simples: o programa estava dotado com 200 MECU, 100 para o sub-programa (A) e 100 para o sub-programa (B), podendo-se gastar até 200 no total. Sucede que o (A) se deixou atrasar e ficou nos 90 e o (B) avançou para os 110. A Direcção-geral em Bruxelas queria só pagar 90+100, enquanto nós já tínhamos adiantado 90+110. O pior era que, no passado, isso havia sido sempre permitido. Por razões difíceis de perscrutar, éramos então obrigados a prorrogar o período de vigência do programa para poder reprogramar, assegurando a coerência entre o efectivamente gasto e o novamente programado, dentro do montante global que havia sido acertado.

Decidi manter o gabinete da Comissária informado de tudo quanto estava a acontecer. Era conveniente, para mim, não aprofundar demasiadamente as razões de um tal desentendimento que teria para nós, o custo associado ao atraso. Por isso eu recomendo sempre o maior formalismo em todas as relações.

\*

Eu acompanhava as negociações conduzidas pelo Embaixador Quevedo em relação à repartição dos recursos hídricos com Espanha, sendo que a 3 de Abril tive notícias de que elas estavam a correr bem e que os Espanhóis cumpriam o critério de 1968. Não haveria, assim, complicações indesejáveis a respeito da quantidade de água para o empreendimento do Alqueva. Também me preocupava com a qualidade da água, pois temia o excesso de matéria orgânica despejada pelos nossos vizinhos que não tratavam os esgotos. A informação que recolhi relativamente à ameaça de eutrofização foi que, aparentemente, existiam no Guadiana umas algas que devoravam a matéria orgânica em excesso. Espero que isso ainda hoje se mantenha.

Insisti para que um dos membros do Conselho Consultivo da EDIA fosse o Eng. Faria Ferreira, antigo Director-geral dos Recursos Hídricos e um verdadeiro poço de sabedoria na matéria.

As instalações em Beja foram ocupadas naquele mesmo dia (3/4/95). O presidente da EDIA disse-me que só as tinha mandado lavar e refrescar, bem como pôr ar condicionado; o qual era fundamental! Só quem não passou no Inverno ou no Verão naquela parte do Alentejo é que pode considerar isso um luxo. De qualquer forma, já estava decidido que, posteriormente, se construiria um edifício novo e adaptado às funções.

A gestão ambiental preocupava-me, naturalmente. Por isso mandámos elaborar um programa para a fazer, identificando objectivos, responsabilidades e calendários e repartindo as incumbências por diversos agentes.

A questão das remunerações acessórias dos directores era igualmente importante, porque o trabalho não iria ser brando, reclamando muita acção no exterior e viagens frequentes a Lisboa. Tudo isso foi definido dentro dos termos que estavam estabelecidos para lugares idênticos noutros sectores.

\*

No dia 4 de Abril fui a Vila Real para me reunir com Autarcas do Douro com o objectivo de os auscultar acerca do modo como decorria o seu plano de desenvolvimento. Estiveram presentes todos eles. Resumirei o que disseram:

Havia duas barragens, a de Armamar e a de Vilar de Ledra que era urgente que fossem construídas. A estrada de ligação ao IP3 tardava, nas melhorias prometidas. A conclusão da variante à EN 108 era premente; isso implicava algumas centenas de milhares de contos; mas não podiam passar sem ela. A central de camionagem e terminal de passageiros da Régua estava a tardar. Havia a intenção de recuperar a pequena zona pombalina da Régua e nela construir uma enoteca. A transformação da EN 226 em itinerário complementar estava mais do que justificada. Os acessos da estrada então ao serviço, eram anárquicos e os veículos pesados causavam muitos embaraços. Tinham solicitado um estudo para o aproveitamento da bacia do sabugueiro que, naquela ocasião, ia toda em bruto para Hamburgo; mas parecia haver dificuldades em relação à sua concretização. Queriam criar um roteiro de Cister; poderia ser interessante para estimular um certo turismo mais culto. No sub-programa B, do FEDER, destinado às Autarquias em associação multi-municipal tinha havido 38 milhões de contos de candidaturas. Queriam candidatar-se a outros programas comunitários nacionais, nomeadamente na área do ambiente. Era preciso concluir o aproveitamento do Sordo; faltava uma última fatia para o seu financiamento.

Nós não reconhecíamos a “grandeza do Douro”! A paisagem do Vale do Tua era única, mas o futuro da linha de caminho-de-ferro que o percorria era sombrio, porque não havia passageiros. Não seria interessante salvá-la para fins turísticos? (Eu tenho sempre muito receio destas propostas que tocam no fundo do coração dos locais, mas que não estão apoiadas em nenhum projecto de mobilização dos recursos nem em nenhuma avaliação dos respectivos custos...).

O Complexo do Cachão estava a ser cada vez mais um ninho de empresas e cada vez menos uma unidade de transformação de produtos agrícolas; era isso que se queria? Faltava uma estratégia para a zona do Pocinho com interface rodo-ferro-fluvial. As estações da Linha do Douro deveriam ser aproveitadas e, para isso, reabilitadas. O cais fluvial do Pocinho deveria ser melhorado. Havia um projecto de pousada entre Foz-Côa e o Pocinho (Até hoje não se materializou). A prioridade de acção deveria ser dada ao “miolo” do Vale-do-Douro e não a qualquer parte periférica; por isso a marginal Régua/Ervedosa/Pesqueira/Foz-Côa deveria ter características de Itinerário Complementar.

O trecho ferroviário entre Pocinho e Barca d'Alva tinha de ser melhorado. A estrada Figueira-de-Castelo-Rodrigo/Almendra/Foz-Côa era urgente que fosse reabilitada (Passei por lá há pouco tempo – 2016; está um primor!...).

Havia chegado a hora da Terra-Quente! A ligação entre o IP2 e o IP3 estava a tardar. E a melhoria da EN222 também. Revelava-se indispensável a construção de uma nova ponte no miolo do Douro. Este Autarca queria um programa para a melhoria do azeite local (E tinha toda a razão!...).

A estrada 212 era indispensável que fosse rectificada. Havia Centros de Saúde que convinha que fossem acelerados.

Tinham o receio de que a linha do Douro fosse encerrada para montante da Régua (Não havia qualquer fundamento para esse boato... mas ele corria!...). Um trecho da marginal do Douro estava a ser somente repavimentado. Tinha que ser rectificado também! O IC26 era urgentíssimo.

O IC 5 deveria ser construído com a maior brevidade. Havia uma pousada na Serra de Bornes que tinha concorrido ao SIFIT para um apoio de 300 000 contos. Que notícias tinha eu a esse respeito?

A estrada entre Vila-Flor e Mirandela importava que fosse melhorada com urgência. Novamente o IC5. E que barragens para a Vilariça? Hoje a Vilariça está verde, mas um proprietário da zona veio dizer-me, há pouco, que os agricultores não sabem regar! (“Regam oliveiras como se fossem couves!...”). Há um grande esforço ainda a fazer em matéria de sistemas de rega. Na zona do Alqueva os beneficiários aprenderam rapidamente a usar a água. Tanto assim é que a água prevista em 1995, pode hoje (2017) regar mais 50.000 hectares! Não foi milagre! Foi somente um melhor uso do recurso...

O trecho entre o Freixo e Barca de Alva precisava de ser beneficiado; ele era importante para a famosa visita às “amendoeiras em flor”. A EN 211 precisava de ser rectificada. O complexo desportivo de Lamego era urgentíssimo. Queriam instalar um Laboratório Municipal para analisar a qualidade da água, porque a Universidade de Trás-os-Montes, que eu havia aconselhado, não respondia a tempo. Só a autonomia os satisfazia!...

Dei as informações que tinha. Não comentei as propostas pouco realistas ou românticas.

\*

Os Portugueses não gostam nada de associações, ao contrário dos Holandeses. Preferem resolver cada problema isoladamente, o que, correntemente, não representa a melhor solução. Por isso fiquei satisfeito quando, em 6 de Abril, soube que havia sido constituída uma associação dos aderentes ao PDRITM (Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes e Alto-Douro) a que deram o nome de VITIDOURO. Nessa ocasião era constituída por 470 aderentes representando 45% dos produtores das Letras A e B. Como só estas categorias é que eram apoiadas, estimava-se que, dentro de dois anos, esta englobasse 60% da produção dessas letras. Isso era muito importante para a Administração ter um rosto com quem falar.

\*

As IDL (Iniciativas do Desenvolvimento Local) eram sempre muito populares porque apoiavam o lançamento de muitos pequenos negócios (micro-empresas) que asseguravam um modo de vida a quem possuía o conhecimento de alguma técnica capaz de produzir um artigo qualquer que se vendesse. Por isso os Autarcas falavam frequentemente nelas. Em 19 de Abril, tive uma reunião com o meu Colega do Comércio, sobre o seu lançamento. Participaram, também, a Secretária de Estado do Planeamento e o Secretário de Estado do Comércio. Nós queríamos evitar qualquer confusão com o PROCOM que visava apoiar o comércio no sentido da sua modernização. Tomámos a decisão de passar para o novo programa tudo quanto respeitasse a micro-empresas comerciais para o novo programa. Cada programa tem de possuir um “foco” muito bem identificado pelas pessoas ou entidades a quem se dirige. De outro modo, faz-se perder muito tempo tanto aos candidatos como aos avaliadores das candidaturas.

Nós queríamos que o programa fosse muito descentralizado e repousasse nos serviços dos bancos que concederiam os créditos. Estabelecemos nesse dia uma lista das instituições de crédito que seriam convidadas a participar. Só nos interessavam as que dispusessem de uma rede muito “capilar”, para chegar o mais longe possível.

\*

Nos dias 24 e 25 de Abril estive em Portugal a nova Comissária para o Desenvolvimento Regional, a Senhora Wulf-Mathies. Organizámos uma visita com “peso” de contactos e de informação e tudo começou no meu gabinete, logo que ela chegou. Disse-lhe do que havia sido o QCA I e do que estava a ser o segundo. Ela tinha-se informado acerca de tudo, obviamente, de modo que as minhas observações destinaram-se somente a sublinhar o que ela já sabia. Depois, foi a vez de ela fazer as suas considerações:

A nova comissão estava muito determinada em fazer expressivamente mais no campo do Ambiente. O próprio Parlamento Europeu tinha sido muito crítico em relação à partição das ajudas para vias de comunicação e para o ambiente, querendo ver muito mais apoio ao segundo. A competitividade das empresas deveria representar uma preocupação, mas a poluição também tinha de ser considerada. Referiu-se ao calendário financeiro para 1995, o qual tinha de ser realista; a mudança imediata proposta por nós era, para ela, irrealista... Achava que se deveria fazer uma revisão dos projectos para 1996, assegurando uma rigorosa divisão em 50% – 50% dos auxílios para as infra-estruturas de transportes e para o ambiente. Dentro dos primeiros privilegiaria os caminhos-de-ferro, cujo investimento deveria ser sempre crescente. O tratamento dos resíduos sólidos só lhe aparecia em relação ao Porto e ao Algarve; Lisboa estava esquecida? Obviamente que não! Ela tinha-a visto na programação, mas não na candidatura. Por quê? Porque o projecto estava a ser ultimado. A DG XVI (Política Regional) havia desenvolvido um estudo global para toda a Península Ibérica; tinha feito isso para evitar quaisquer visões parciais. Mas os dois países seriam envolvidos. O estudo teria de ser muito rápido e o acordo com Espanha teria de ser obtido ainda durante o ano de 1995 (Eu não gostava nada dessas coisas, porque tinha a experiência de que isso só faria atrasar as nossas candidaturas, por se introduzir no processo mais uma negociação que, na maior parte dos sectores, não conduzia a acrescentar nenhum valor à matéria. Mas não disse nada acerca da proposta...). Todavia, o inteligente Director-geral Eneko Landaburu, espanhol, avaliou perfeitamente o peso do meu silêncio e foi logo dizendo que se teria de fazer um encontro com as autoridades dos dois países para se fixar metodologias e prazos “and to appraise the situa-



FIG. Seminário sobre o Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural.  
FIL, Lisboa.



tion"... e foi logo referindo que, em relação ao Algarve, havia já comprometimento do Governo espanhol em relação à provisão de água para o Alqueva... Todos percebíamos do que se estava a tratar... É por isso que eu estimo lidar com gente inteligente!... Fiquei com a impressão de que a Comissária não deu pelas "nuances" do que se havia passado... Mas o Director-geral, esse, ficou com a certeza de que eu havia entendido que se quisesse mais dinheiro teria de me entender, antes, com "nuestros hermanos"... Eu até gosto de o fazer, mas, para que as coisas sejam firmes, convém que a mesa onde se faz a discussão seja em Bruxelas... Apesar de Madrid ser mais agradável...

Tratámos, ainda, de aspectos ligados às avaliações por consultores independentes, escolhidos pelas duas partes, para se ter a segurança de que ambas tinham confiança neles. Ainda conversámos sobre os parceiros sociais e o seu envolvimento, matéria em que a Comissária era muito sensível; havia sido dirigente sindical na Alemanha. Depois disso, tivemos reuniões com o Ministro das Obras Públicas e com a Ministra do Ambiente, com o Ministro do Emprego e da Segurança Social e com os parceiros sociais. No dia seguinte, fui com ela à Asseiceira para que visitasse a grande estação de tratamento da água que abastecia Lisboa e, na parte da tarde, tivemos uma sessão de trabalho na EXPO' 98 onde o Eng. Cardoso e Cunha fez uma excelente exposição sobre o do projecto. Foi aí que eu me dei especialmente conta da dificuldade de concentração da Comissária; não havia "toilette" das Senhoras presentes que não tivesse sido alvo da mais pormenorizada análise...

\*

No dia 26 de Abril tive com a Secretária de Estado um longo despacho que começou pela avaliação da visita da Comissária Wulf-Mathies. Coincidimos em tudo! A aprovação dos diplomas das IDL era urgente, mas representava uma questão de respeito pelas regras comunitárias, porque os sistemas de incentivos já haviam sido todos notificados, com excepção das ILES. Isso obrigava-nos a esperar mais sessenta dias, para cumprir com as regras estabelecidas. Por isso eu pretendia que eles fossem aprovados pelo menos na reunião de Secretários de Estado; após isso, iriam logo para Bruxelas. Os dois meses com que contávamos poderiam ser interrompidos e o prazo suspenso se houvesse perguntas cujo esclarecimento demorasse. Por isso

eu insistia em que houvesse sempre uma exposição prévia exaustiva, por parte do nosso Director-geral. Tranquilizava-me o facto de não haver dinheiro a mais, eram só “procedures”... E, por isso, não deveria haver atrasos. De qualquer forma, não seria natural que pudéssemos fazer a divulgação pública antes do final de Julho.

Todos os sistemas de incentivos apresentam as suas dificuldades, especialmente no que respeita a “questões de fronteira” entre regimes que se tocam. Havia dois sistemas de incentivos para as micro-empresas: (a) as ILE e (b) uma iniciativa comunitária chamada PME. A conjugação das duas poderia conduzir a duas pequenas “injustiças”: i) os investimentos produtivos de menos de 20.000 contos não beneficiavam de subsídios a fundo perdido; se fossem de mais de 21.000 contos já os poderiam ter...; ii) os projectos de empresas entre 9 e 50 trabalhadores não recebiam subsídios à criação de emprego, salvo nos serviços de base local; isso acontecia porque as ILE só abrangiam empresas até 9 trabalhadores e porque elas só apoiavam a criação de postos de trabalho e desempregados e não o investimento propriamente dito... Isto sucedia porque tinha havido autonomia no “desenho” de cada um dos sistemas, só tendo tido a preocupação de coerência do conjunto quando se comparavam os dois sistemas. Mas as coisas são como são e não vale a pena ter de esperar pela “grande arquitectura” que tudo integra e que torna todo o sistema muito lógico. O que há que resolver são as incongruências eventuais que forem surgindo em processos que nasceram paralelamente, em datas diferentes, para resolver problemas distintos.

\*

No dia 2 de Maio tive uma nova sessão de trabalho com o Dr. Adérito Serrão, para tratarmos do Alqueva. Haviam tido lugar duas audições públicas sobre o projecto, uma em Beja e outra em Évora. Tinha sido uma sugestão da comissão de avaliação do projecto a que nós demos imediata sequência. A própria comissão participou. Foi curioso que em Beja tivessem vindo numerosos agricultores, mas na de Évora só haviam participado profissionais ligados ao sector da agricultura (funcionários, académicos e profissionais liberais). A QUERCUS, associação ambientalista, estivera activamente presente em ambas; com um discurso negativo como, aliás, se esperava; insistia em que não era preciso dispor

de uma reserva estratégica de água tão grande, embora admitisse que deveria haver alguma, face aos indicadores de ameaça de desertificação que já eram incontrovertidos. Fico sempre surpreendido com a falta de fundamentação técnica da maior parte das posições dos ambientalistas. Na maioria dos casos, só transparece “ideologia”, sem um conhecimento aprofundado nem dos sistemas naturais nem dos problemas humanos que se põem. Eu tinha afirmado, uma vez e outra, que nem o Baixo Alentejo nem nenhuma parte do país estavam condenadas à exclusão; era isso que mais me importava.

A Comissão de Avaliação iria receber brevemente todos os “dossiers” do projecto. Receberia, também, naturalmente, os pareceres que solicitassem. No fim desse mês de Maio entregaríamos um exemplar ao Ministério do Ambiente que, aliás, tinha acompanhado a sua elaboração; iria, seguramente, fazer recomendações que nós analisaríamos, procurando acolher tudo o que fosse justificado. Já estavam a ser preparadas as regras de gestão e de acompanhamento a praticar.

A qualidade da água era para nós um elemento vital; deveríamos fazer colheitas de água e analisá-la, além de curar que as Autarquias Portuguesas não lançassem para o rio efluentes não tratados. Nós sabíamos que as povoações ribeirinhas espanholas não controlavam nem as descargas pontuais nem as difusas. Eu não queria que, em futuro contacto a este respeito, eles apontassem um único caso de poluição vinda de Portugal. Porque eu pretendia reclamar que eles tratassem os efluentes, construindo ETAR; o caso mais escandaloso era o de Badajoz que não experimentava tratamento nenhum.

O estuário do rio Guadiana também merecia especial atenção, porque iria, seguramente, experimentar alterações quer no caudal sólido quer na composição da água. Era preciso acompanhar a evolução de tudo.

O património arqueológico tinha sido uma preocupação, desde o início, como já referi noutra destas memórias. Iria ter lugar uma série de reuniões com o IPPAR para definir com precisão o que se iria fazer.

Foi proposta a criação de um observatório patrimonial e ambiental dentro da própria EDIA. Ele deveria ir estudando, analisando e dizendo os resultados do que observava. Só assim poderíamos ter a certeza de que não cometíamos faltas irreversíveis. Estávamos longe de imaginar que a simples abertura de valas para

enterramento dos tubos das redes de rega viesse trazer à superfície tanto material arqueológico importante!...

Decidimos produzir um vídeo sobre a dimensão ambiental do empreendimento: problemas a resolver e soluções adaptadas. E tomámos, também, a decisão de fazer um estudo sobre a avaliação dos benefícios ambientais do Alqueva. Tinha-se chegado a um valor interessante para os mesmos, ao longo dos seguintes sessenta anos: seriam 447 milhões de contos! Era muito, mas eu estimava que fosse mais, porque havia muitos elementos subjectivos no que respeitava ao risco de desertificação. De qualquer forma, era importante enviar o que já estava feito para Bruxelas – Fundo de Coesão –, porque nós iríamos receber uma parcela importante de meios com essa origem; era preciso que eles estivessem convencidos de que tinham tomado uma boa decisão ao apoiar-nos; mas, para isso, teriam de ler o nosso estudo e eu não estava completamente seguro de que o fizessem. Eram muito lesto a solicitar os elementos que os seus consultores achavam que nós deveríamos formar e justificar. Mas os estudos que nós enviávamos de moto-próprio eram considerados como parciais por serem originários do beneficiário; por isso não mereciam grande análise...

Nós continuávamos a insistir, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para que se diligenciasse junto dos Espanhóis no sentido de pôr num papel os caudais com que poderíamos contar. Era certo que não se iria destacar o Alqueva do Guadiana, tomado em globo; mas eu achava que isso não iria ter grande importância. Seria, todavia, a bacia do Guadiana a primeira das três grandes bacias internacionais a ser analisada.

Eu ficava apreensivo quando ouvia afirmar que a previsão dos Espanhóis para o aumento do seu regadio era da ordem dos 25%. Ora isso comprometia o acordo de 1968. Eu ia dizendo sempre que era preciso afinar as técnicas de rega, porque, quando passeava do lado português (nomeadamente a partir do castelo de Juromenha), via “pivots” e pórticos imensos a despejarem caudais cujo uso conteria racionalizar. Os Espanhóis também precisavam do Alqueva para poderem concretizar o que eles chamavam o seu projecto Guadiana II que iria até Huelva, conjugado com água do Guadalquivir que era pouca.

Havia muitos elementos técnicos que eu pedi ao Dr. Adérito Serrão que transmitisse ao Embaixador Quevedo, um diplomata de grande nível. Nós tínhamos de lhe fornecer todas as informações de que dispuséssemos para que ele fundamentasse a posição portuguesa.

Eu insistia para que o presidente da EDIA cultivasse as suas relações com os seus pares de outros grandes empreendimentos do mesmo tipo. Lembrava-me de como tinha sido interessante, para mim, uma visita que fiz à Tennessee Valley Authority (TVA), em Knoxville, uma iniciativa do Presidente Franklin Roosevelt no quadro do New Deal, no princípio dos anos trinta. Ele acabou por lá ir e ver directamente o que eles faziam para os beneficiários e, especialmente, o modo como transmitiam ao visitante comum toda a lógica do projecto e os benefícios que ele trazia para a região.

\*

O fecho do QCA I estava a demorar mais do que eu queria. Isso devia-se a questões ligadas às diferenças cambiais entre o ECU e o escudo ao longo do período de vigência do Quadro. Em 10 de Maio foi-me comunicado que o montante restante só nos seria enviado em Julho, o que, obviamente, causava atrasos de pagamento arreliadores (Coisas que o EURO fez ultrapassar...).

As IDL (Iniciativas de Desenvolvimento Local) fizeram despertar um grande entusiasmo, mas não foram definidos meios suplementares de financiamento; eu é que teria de ver, dentro do “bolo” do FEDER, onde é que iria cortar uma fatia!... Seguramente seria naqueles que se deixaram atrasar. Mas teria de ser eu a fazê-lo. Estavam a decorrer as reuniões dos comités de acompanhamento de todos os programas. Era a única forma de assegurar que o nosso plano de desenvolvimento iria decorrer com pontualidade. Por outro lado, o Observatório também estava a funcionar em bons termos.

Os valores provisórios, de Abril de 1995, relativamente à execução do PIDDAC 94 indicavam que a taxa de execução respectiva havia sido de 97,7%. Era muito bom! O primeiro trimestre do PIDDAC 95 havia sido ligeiramente abaixo do normal, como sucede habitualmente em relação aos dois primeiros trimestres do ano.

Havia Conselhos Consultivos Regionais para apoiar a preparação e a execução do QCA nas suas componentes regionais. Sucedia que os representantes designados pelos diferentes Ministérios sectoriais tinham estatutos um tanto diversos, o que não contribuía para um funcionamento muito equilibrado dos diversos órgãos; havia alguns que se sentiam mais importantes do que os outros... Era preciso falar com os meus Colegas para procurar assegurar uma homogeneidade de posições entre os diversos delegados. Sem ela, a probabilidade de haver atritos aumentava... Ou, pior do que isso, poderia ocorrer a ausência sistemática dos mais importantes que não gostariam de se sentar à mesma mesa com outros representantes, tidos como de estatuto inferior. O pormenor conta sempre muito, particularmente, nestas matérias. Por isso não se pode deixar de atender a tudo o que, mais ou menos remotamente, belisque a “posição” social de qualquer interveniente.

\*

Em 17 de Maio soube que não havia respostas de Bruxelas relativamente ao programa URBAN I, que se impunha concluir rapidamente, porque o URBAN II já estava em fase de preparação avançada. A Administração Comunitária estava enleada na resolução de problemas burocráticos que alguns funcionários, literalmente, inventavam. Entretanto, havia já reuniões de trabalho relativas ao segundo.

Os Programas Operacionais Regionais tinham uma grande importância para Portugal, porque havia disparidades espaciais que era necessário corrigir depressa. Interessava-nos, especialmente, os projectos com manifesto impacto económico e com alguma dimensão. Reservámos para eles uma fatia do FEDER que classificámos como FEDER C. Era preciso que o meu Colega da Indústria se pronunciasse com urgência sobre a nossa proposta.

Para o acompanhamento do QCA tinha sido julgada como oportuna a participação do Conselho Económico e Social. Mas este designava para o representar alguns dos seus membros que eram parceiros sociais. Todavia, a Comissão Europeia também acompanhava o QCA designando para o efeito funcionários da sua Administração. Ora, não me parecia bem misturar funcionários europeus com parceiros sociais portugueses. A única forma de resolver a situação seria através da designação de funcionários do próprio CES, mas estes representavam sectores e não havia nenhu-

ma estrutura de coordenação deste grupo de membros do Conselho. Tratava-se de acompanhar meras questões técnicas de gestão e eu queria cortar quaisquer interferências desnecessárias da Comissão. Sabendo como gostam destas oportunidades os funcionários europeus, éramos nós que deveríamos ser cuidadosos em extremo, de modo a evitar quaisquer confusões de papéis. O pormenor é sempre importante!

\*

No dia 24 de Maio voltei a trabalhar com o Dr. Adérito Serrão sobre o Alqueva que me deu a notícia de que a primeira reunião do convénio luso-espanhol sobre os rios internacionais iria ter lugar nos dias 29 e 30 de Junho. Mas já estava estabelecido que não haveria possibilidade de fazer mais do que ratificar o convénio de 1968 no que ao troço intermédio dizia respeito. Haveria uma outra reunião da CRI (Comissão dos Rios Internacionais) em Julho. Eu insisti para que se realizasse uma reunião preparatória da parte portuguesa, bem antes daquela data, para ter tempo de resolver qualquer coisa que não estivesse bem definida. Ficou estabelecido que esta teria lugar no dia 2 de Junho.

A nossa posição deveria ser a de que o Alqueva era um projecto de desenvolvimento regional e não um mero projecto de salvaguarda do ambiente. Tinha que haver um paralelismo de estatuto em relação ao “Plan de Badajoz” que, como já disse, havia avançado no tempo sem qualquer espécie de acompanhamento por parte de Portugal, no que ao uso dos recursos hídricos dizia respeito.

Havia associações ambientalistas que já tinham levado a Bruxelas – DG XI e DG XVI – um parecer pondo em causa o Estudo de Impacto Ambiental que nós apresentáramos. O que punham fundamentalmente em causa era o nosso sistema de gestão ambiental, que achavam muito ligado ao Governo (Pois, se aquelas associações não estavam lá representadas...).

Estava em formação o Observatório do Património Cultural e Ambiental que funcionaria junto da EDIA. Ele seria presidido pelo Reitor da Universidade de Évora e composto por mais uns seis ou sete especialistas. Insisti para que tivesse lugar a sua primeira reunião muito em breve.

As nossas relações de colaboração com a EDP eram sempre cordiais, mas não estavam a avançar como a EDIA pretendia. Era preciso estimulá-las. Para isso

solicitei um encontro com o Presidente da EDP e com o meu Colega da Indústria e Energia, através de quem formulei o convite.

Era preciso acelerar a elaboração da lei dos benefícios fiscais da EDIA. Como sempre, os contactos com o Ministério das Finanças eram correctos, mas tudo o que implicasse diminuição da receita não era, manifestamente, a sua primeira prioridade...

\*

Os centros rurais eram importantes para assegurar a permanência da população em áreas com potencialidades agrícolas, mas sem capacidade de fixação da população. Havia a vontade de dispor de casos-modelo, bem-sucedidos. Por isso decidimos apoiar vinte centros que já estavam seleccionados e preparar a análise de outros tantos. Para assegurar a convergência de acções privilegiávamos os que já fossem interlocutores do programa LEADER. Desse modo maximizaríamos os resultados dos investimentos feitos ao abrigo dos diversos programas dotados com apoios comunitários.

\*

No dia 24 de Maio, decidimos, a Secretária de Estado e eu, que o concurso para o INTERREG, no valor de 15 milhões de euros seria único para todo o País, estabelecendo, contudo prioridades: a proximidade da fronteira, a reabilitação do património histórico etc. Tudo quanto fosse imaterial, teria de ir a parecer prévio das comunidades de trabalho luso-espanholas que variavam de região para região. Era preciso assegurar que o regulamento fosse muito claro e selectivo, porque, neste domínio, as “fantasias” eram correntes.

O programa das “Aldeias Históricas” estava a ser um sucesso manifesto. Mas o concurso das circunstâncias havia feito concentrar a maior parte na Beira. Os outros queixaram-se, naturalmente. Era preciso encontrar formas de as encaixar em programas regionais. Tinha havido uma reclamação de Provesende que se orientou para o programa do Douro.

Em relação ao projecto do Alqueva, a DG XVI (Desenvolvimento Regional) tinha posto as suas condições para aprovar o estudo de impacto ambiental. Isso tinha sido feito em articulação com a DG XI (Ambiente): teria de se apresentar: i) o re-



sultado da consulta pública, incluindo a parte espanhola; ii) um parecer do nosso Ministério do Ambiente e iii) uma carta que poderia ser de um Director-geral espanhol a dizer que haveria água em quantidade e qualidade adequadas. Se estes três requisitos fossem apresentados a DG XI aprovaria o projecto. Assim foi feito.

\*

No dia 6 de Junho fui a uma reunião com o Conselho Económico e Social, para fazer uma exposição sobre o primeiro ano do segundo Quadro Comunitário de Apoio. O encontro teve lugar na Sala do Senado no Palácio de S. Bento e estive comigo a Secretária de Estado. Intervieram os membros do Conselho seguintes: o Eng. Vasco da Gama, Presidente da Confederação do Comércio Português, o Doutor Carvalho da Silva (da CGTP), o Prof. Adriano Pimpão (representante das Universidades), o Eng. João Proença (da UGT), o Dr. Paulo Lemos (Ambiente), o Eng. Nogueira Simões (CIP), o Dr. José Luís Judas (CGTP), o Prof. Monteiro da Silva e os Presidentes das Câmaras Municipais de Ovar e de Olhão. Eu fiz a minha intervenção inicial e, depois, passei a responder às questões que me puseram. Resumirei estas últimas:

Estava a haver atrasos na aprovação dos projectos por parte da administração sectorial (Ministério do Comércio) e a Confederação não entendia as deficiências das candidaturas, porque tinha havido um grande esforço de preparação do terreno (Pelos vistos não fora suficiente, o que me arreliaava muito, porque Portugal era o único país comunitário com um apoio específico para a modernização do comércio tradicional). Queriam assegurar a evolução do comércio, sem criação de desemprego, o que estava a revelar-se muito difícil. A formação deveria abranger os próprios comerciantes e ter lugar na sequência de uma campanha de sensibilização. Era forçoso concluir que a retoma ainda não havia chegado ao comércio. Os bancos estavam a exigir garantias reais de que os comerciantes não dispunham. Estava a haver uma nítida transferência de quotas de mercado para as grandes superfícies. Os estabelecimentos tradicionais estavam a experimentar muitas dificuldades de adaptação aos novos tempos (Pensei muitas vezes nos dramas pessoais de muitos dos comerciantes; era um tempo que estava a acabar e muitos deles não tinham nenhuma capacidade de mudança...).

Um dos membros não achava suficiente a minha exposição. Queria receber relatos circunstanciados com muita antecipação para os poder analisar. Queria também que os parceiros sociais fizessem parte dos comités de acompanhamento. A formação profissional estava atrasada e era objecto de muitas suspeitas; por isso havia tantas queixas anónimas... (Eu preferia que elas fossem assinadas...). As disponibilidades iam parar, em grande parte, aos grandes compromissos do Governo, como era o caso da Ford-Volkswagen, que já havia recebido muito mais do que o conveniente. Quantos desempregados é que estavam a ser envolvidos em acções de formação? E quantas PME? A retoma não estava a chegar; quando é que o Governo fazia um balanço exaustivo da situação?

Na cooperação transfronteiriça prevista no INTERREG II previa-se o envolvimento de quatro ou cinco universidades; mas as instituições espanholas não dispunham de nenhuma informação... Qual era a comparação que fazíamos entre os projectos apresentados no âmbito do PDR e as transferências de verbas já processadas? Qual a relação pagamento/recebimento que estava a ser observada, porque o grande problema estava na cronologia dos pagamentos; Qual era o tempo que decorria entre a aprovação dos documentos e o recebimento das verbas?

A reunião que estávamos a ter teria sido importante há 2 ou 3 meses atrás; naquela altura eu deveria estar a responder ao parecer que o CES iria elaborar. Os relatórios sectoriais deveriam ter sido distribuídos antes da nossa reunião. O que é que se passava com o Fundo Social Europeu, porque o desemprego continuava a disparar; o Instituto de Emprego e Formação Profissional estava semi-paralisado; havia “overbooking” de candidaturas, porque a gestão do programa de formação estava a revelar-se incompetente. Como explicava eu a desertificação e o atraso de Trás-os-Montes? Constava que iria haver meios do INTERREG aplicados no gasoducto que nos ligaria a Espanha; isso era muito pouco ajustado; para ele deveriam ser procuradas outras fontes.

Havia um peso excessivo de infra-estruturas na área do ambiente quando deveria aplicar-se muito mais na conservação da Natureza e dos habitats de muitas espécies animais e vegetais. A distribuição preconizada de 50% para infra-estruturas e de 50% para o ambiente não constava dos regulamentos; quem a havia definido? (Tratava-se de uma mera recomendação).

Havia pouco relacionamento da sociedade civil com o Governo. A indústria da construção era a única que não tinha apoios (Tinha encomendas! ...; mesmo assim as PME do sector iriam dispor de algum subsídio para factores imateriais e de forma selectiva). Verificava-se um “jogo do empurra” entre os vários ministérios quando sucedia estarem envolvidos numa dada acção mais do que um.

Havia uma concentração exagerada de meios em alguns projectos (Era o caso do empreendimento da Ford-VW que vinha sempre à baila...). O sub-programa B do FEDER das Autarquias Locais dispunha de mais verbas do que o A; por quê? Estava-se a assistir à aprovação de projectos de duvidoso interesse regional quando havia oportunidades numerosas a nível local. Para aqueles projectos deveria haver planos regionais devidamente aprovados. O que é que eram “projectos aceitáveis” para o Ministério do Ambiente? Era preciso dizê-lo.

Deveria haver critérios que definissem uma componente especificamente destinada ao sector privado e às Autarquias Locais. Conviria evitar que os programas regionais fossem totalmente ocupados com investimento público. As verbas para a formação profissional deveriam ir para as escolas profissionais; corria-se o risco de ter de fechar algumas.

Deveriam ser estabelecidas condições gerais de acesso às candidaturas nas várias regiões. Porque é que no sub-programa A do FEDER para as Autarquias, o mínimo era de 50.000 contos e no Algarve 20.000? E como é que se iria regular o regime de adiantamento às Autarquias? Em relação às estradas desclassificadas, as Autarquias ainda poderiam apresentar candidaturas? Constava que as verbas estavam esgotadas.

A exigência de PDM era meritória; mas tinha havido algum “fundamentalismo” em relação a quem não os havia elaborado. Queria que houvesse planos de desenvolvimento regional devidamente aprovados, particularmente o PROT da Área Metropolitana de Lisboa, onde estava a haver tanto investimento. A desclassificação de estradas não era estruturante. No domínio do Ambiente, quais eram os projectos que iriam para o Fundo de Coesão, para o Programa Operacional do Ambiente e para o sub-programa B do FEDER das Autarquias?

Um dos participantes disse que a instituição que representava era um dos patrocinadores da maior escola profissional do país; todavia, ela estava sem participações do Fundo Social desde Setembro anterior. Como explicava eu isso? bOs

parceiros sociais deveriam estar presentes em todos os órgãos de acompanhamento que existissem. Mas havia conselhos consultivos que não reuniam nos prazos que estavam fixados. As escolas profissionais eram um exemplo da confusão reinante na área do FSE.

A verba destinada às estradas desclassificadas encontrava-se esgotada. Constatava-lhe que tinha ido para a Junta Autónoma das Estradas. Era verdade?

As estradas desclassificadas deveriam sair do sub-programa B do FEDER das Autarquias; tinha de ser a JAE a arcar com os respectivos custos!

E o que é que se passava com a Iniciativa Comunitária das Pescas?

Resumi as intervenções pela ordem com que foram feitas. Não era fácil responder, porque a sua formulação não havia sido devidamente preparada. Estava-se mais a cumprir um ritual do que a esclarecer fosse o que fosse.

\*

Como já disse, os serviços da Comissão Europeia insistiram para que a discussão pública relativamente ao Empreendimento do Alqueva também tivesse lugar em Espanha, por virem a ser afectadas pelo embalse algumas terras da margem esquerda do Guadiana. Entendemos que isso deveria ser feito pelas autoridades espanholas. Em 6 de Junho soube que eles tinham solicitado um documento em que fosse explicado o projecto, mas que ele tinha de ir já em espanhol... Lá seguiu, conforme solicitado, na manhã do dia 12. Mas já havia uma queixa de uma organização ambientalista espanhola a dizer que a albufeira iria prejudicar a existência de que não sei que micro-organismos que viviam em solos secos; se estes fossem “empapados” eles não resistiriam... (Nem fugiriam para a parte seca?..).

Era preciso explicar a engenharia financeira do projecto que envolveria apoios do FEDER e do Fundo de Coesão. Os serviços da Comissão queriam que nós definíssemos as condições em que propúnhamos a existência de “vasos comunicantes” entre os dois fundos.

O projecto da barragem propriamente dita estaria concluído durante o mês de Junho de 1995. Havia uma proposta da Escola Superior Agrária de Beja para instalar uma estação experimental em Beja. Mas o Ministério da Agricultura não queria que ela saísse da sua alçada. Por outro lado, esta opinião era determinante, porque as

verbas saíam do FEOGA. Os gastos respeitavam especialmente à montagem de uma conduta para rega na herdade de experimentação e para compra de equipamento com vista ao ensaio de sistemas de rega; eu atribuí a isso muita importância, dado que sabia que teriam de ser introduzidas grandes inovações nesse campo; o desperdício de água era conhecido... particularmente no lado espanhol...

\*

As relações com a União Europeia e a sua administração têm, literalmente, de ser acompanhadas todos os dias. De outra forma seremos surpreendidos com decisões inesperadas e não susceptíveis de reversão. Em 27 de Junho soube que os saldos do QCA I seriam transferidos brevemente, chegando ao Tesouro durante o mês de Julho ou Agosto. Havia uns acertos de poucas centenas de ECU.

Em relação a Alqueva, ainda nos faltava entregar os resultados da consulta pública sobre o estudo do impacto ambiental, conduzida pelo Ministério do Ambiente, a carta dos Espanhóis a assegurar que haveria água para encher a albufeira e uma reformulação da montagem financeira com os novos arranjos relativos ao FEDER e ao Fundo de Coesão. Esta última componente havia resultado das conversas tidas com as Direcções-Gerais em Bruxelas. A minha preocupação era de que tudo seguisse sem emperros técnicos, de modo a confinar a discussão à esfera política, em relação à qual eu não tinha dúvidas quanto ao seu resultado.

Iria haver uma discussão sobre política regional, no âmbito da conferência inter-governamental. Deveríamos preparar-nos para isso, porque seria necessário ter ideias concretas acerca dos montantes dos fundos e das suas aplicações possíveis. Iria surgir, seguramente, uma nova política de solidariedade diferente daquela que nós conhecíamos bem. Até ao ano 2000 entrariam cinco ou seis novos membros: a Hungria, a Polónia, a República Checa, a Eslováquia, a Eslovénia, a Lituânia, a Letónia, a Estónia, Chipre e Malta! Quais deles? Acabaram por ser todos! Ora, se a Hungria tinha um PIB/capita igual a 25% da média da EU 15, a Lituânia só tinha 5%! Que contornos teria a política de solidariedade e coesão?

Tínhamos de pensar em todos estes assuntos, porque iríamos ser chamados a discutir-los. Ora, nessa ocasião, nós possuíamos uma longa experiência (quase dez anos) de todos estes temas. Grande parte dos países candidatos eram muito po-

bres de dinheiro, mas, generalizadamente, mais ricos de recursos humanos com formação adequada.

A média comunitária iria baixar, perceptivelmente, o que faria com que, mantendo as mesmas regras, haveria países e regiões que deixariam de ser elegíveis para muitas ajudas a conceder. Nós tínhamos de estar atentos.

Haveria algumas orientações que já tinham sido definidas: as redes europeias seriam financiadas pelos fundos estruturais; as cidades também seriam apoiadas bem como as redes de pequenas e médias cidades; manter-se-ia, nas suas grandes linhas, a política regional tradicional... Mas iria haver algumas alterações. Contudo, como a política regional era regulada pelo Direito Derivado, não seria necessário mexer no Tratado (Art.º 130 D).

Punha-se a questão de levantar o assunto na própria Conferência (1996) ou esperar por 1999? Para nós era complicado decidir, por estarmos em fim de mandato, sem saber quem viria a seguir. Mas tínhamos a obrigação de deixar a nossa Administração com essas preocupações.

\*

Os meus cuidados com Alqueva continuavam. Era preciso resolver rapidamente todos os aspectos ligados ao Ambiente. Por isso tive uma reunião com a Ministra, com o presidente do Instituto da Água, com o Director-geral do Ambiente e com o presidente da EDIA. A Secretária de Estado do Planeamento, naturalmente, também participou.

O convénio que existia com Espanha datava de 1968. Havia em elaboração os termos de referência de um estudo sobre os recursos hídricos da Península Ibérica. Mas como os prazos estavam continuamente a ser prorrogados, esse quadro não era útil, porque as decisões tinham de ser tomadas muito em breve. Por outro lado, em Espanha não havia nenhum grande projecto em curso; eram só “remates” de projectos já começados e avançados. O que nos importava eram os aumentos de regadio financiáveis pelo FEOGA ou, mesmo, pelo FEDER. (Eu insistia, uma vez e outra na melhoria das técnicas de irrigação...). A Comissária Wulf-Mathies tinha dito que, em Espanha, nada seria financiado sem haver esse estudo e sem estarem claros os resultados das iniciativas que apresentassem. Relativamente

ao Alqueva, a Comissária tinha mesmo referido que queria ter a certeza de que o projecto não iria ser um “fiasco” por falta de água. Mas aceitava que não poderia ficar tudo a depender de tudo. Isso deixou-me tranquilo, porque não era difícil isolar o caso do Alqueva como eu tinha proposto repetidas vezes.

Tive a informação de que as Direcções-gerais espanholas envolvidas estavam realmente empenhadas em reduzir os prazos e viabilizar o Alqueva. Havia a questão dos caudais ecológicos mas isso era-nos favorável, porque significava água no rio. Subsistia a questão do estuário do Guadiana, uma imensa “máquina de vida”, que poderia ficar prejudicada pela construção de tantas “presas” em Espanha. Era evidente que se tinha de distinguir a questão dos impactos ambientais da disponibilidade de água; e nós tínhamos a certeza de que os primeiros não iriam inviabilizar o projecto; mas era preciso garantir a segunda. A Comissão, contudo, costumava não se contentar com os estudos apresentados pelos países-membros. Mandava elaborar os seus próprios, por consultores escolhidos por ela. Mas, aqueles dois aspectos, se bem que distintos, estavam ligados de alguma forma e era certo que a Comissão não iria dar luz verde sem as respostas aos dois estarem claras...

As duas reuniões públicas previstas – uma em Huelva e outra em Mérida – já tinham ocorrido. A assistência era composta praticamente por profissionais e por Autarcas; a população em geral, havia ignorado a sua realização.

O nosso Director-geral insistia em que se garantisse o caudal ecológico no rio, mas que, no estuário, curássemos de assegurar o caudal ambiental necessário; eu estava de acordo.

A reunião de Madrid teria lugar até fins de Julho. Nós tínhamos a sorte de ter em Espanha um representante à altura; o Embaixador Soares de Oliveira era um homem com sentido prático e com uma capacidade de trabalho notável. Mas era preciso fornecer-lhe as informações necessárias. Deveríamos mandar um Director-geral a Madrid antes de eles redigirem o parecer final, não fosse dar-se o caso de, involuntariamente, omitirem qualquer parte que nós soubéssemos ser imprescindível para Bruxelas, como era o caso da referência à quantidade de água que era um elemento fundamental. Ora, nós sabíamos que a máquina administrativa, no sector do Ambiente, em Bruxelas não morria de amores pelo projecto. Tínhamos de apresentar um documento sem qualquer susceptibilida-

de de ataque. (Era evidente que os funcionários do sector tinham sido tocados pelos ambientalistas europeus a quem os ambientalistas portugueses haviam fornecido os argumentos...).

Acertámos no que havia a fazer de imediato: o presidente do INAG analisaria com as autoridades espanholas o estudo de avaliação, tentando inculcar que não fazia sentido falar dos aspectos qualitativos da água, sem abordar os aspectos quantitativos; o parecer a elaborar pelo Ministério do Ambiente integraria as observações portuguesas e espanholas; o parecer teria de ser dado antes do dia 25 de Julho; a comissão dos rios deveria reunir o mais brevemente possível.

No âmbito do Ministério do Planeamento ainda teríamos de apresentar um novo plano de financiamento que ou abarcaria todo o programa completo ou se confinaria somente à barragem, consoante o resultado de uma diligência que a Secretária de Estado ainda iria fazer nessa semana a Bruxelas.

Hoje (2017) está no Alentejo o maior lago artificial da Europa a garantir a vida a muita gente!... Mas o caminho foi cheio de pedras, umas reais outras inventadas... tudo se conseguiu ultrapassar!

\*

No dia 4 de Julho trabalhei de novo com o presidente da EDIA para combinarmos o novo arranjo da programação financeira do Alqueva para ser discutida em Lisboa e em Bruxelas. A decisão da Comissão Europeia seria a explicitação de que fonte financiaria o quê. Nós conhecíamos bem a vocação de cada fundo e sabíamos, por exemplo, que o Fundo de Coesão estava muito pouco receptivo a financiar as medidas de compensação ambientais e que, também, não financiaria a central. Por isso, em vez de prepararmos uma proposta única e, por isso, rígida, pedi-lhe que “desenhasse” três cenários para serem discutidos: a) O FEDER financiaria a barragem, o sistema adutor e a Aldeia da Luz e o Fundo de Coesão cobriria meia central e as medidas ambientais; b) O FEDER financiaria a barragem e o sistema adutor, o POA (Programa Operacional do Ambiente) o património, a Aldeia da Luz e as compensações ambientais e o FC a Central; c) o FEDER cobriria a barragem e o sistema adutor, o FC 50% da Central e as medidas ambientais e o POA, o património e a Aldeia da Luz. Tudo variações que iriam dar ao mesmo, mas entendi



que deveríamos mostrar alguma flexibilidade. Ainda faltavam sete milhões de contos para as vias de comunicações. Teriam de ir todas para o Fundo de Coesão. As obras estavam prestes a ver adjudicada a sua primeira fase. O concurso estava resolvido; as empresas espanholas tinham ocupado todas as primeiras posições em matéria de preços. Aquilo parecia-nos pouco claro... Foi designada uma comissão de apreciação composta por um delegado da EIA, dois técnicos da EDP e o Eng. Rui Sanches, antigo Ministro das Obras Públicas e respeitadíssimo engenheiro hidráulico.

O concurso da segunda fase estava preparado, mas eu decidi não avançar enquanto não houvesse financiamento assegurado. Seria um embaraço enorme se este não viesse nos termos esperados.

Recomendei que se fizesse de imediato a avaliação do que teria de ir para a proposta de Orçamento para 1996. Deveria ser um milhão de contos para a barragem e central mais um montante destinado às expropriações.

O programa do concurso para a Aldeia da Luz estava pronto. Teria de esperar por Agosto ou Setembro, quando já tivéssemos aprovada a programação financeira. O primeiro terreno a comprar teria de ser o da pedreira para se dispor de inertes para o betão. Em relação à rede viária, do que se tratava era da recolocação das ligações existentes, mas feita com racionalização dos traçados. Tínhamos duas propostas para a realização do estudo-prévio. Queríamos, naturalmente, que tudo entrasse no Programa Operacional das Estradas. Mas era preciso, primeiro, dispor do plano. Em relação à rega tinha que se proceder à optimização das duas fontes previstas: o Alqueva e Pedrogão. Mas, para isso, ainda dispúnhamos de algum tempo. Não era crítico.

\*

Havia sempre numerosos pontos nas agendas do despacho com a Secretária de Estado. No que teve lugar em 17 de Julho tratámos, entre outras coisas, de uma série de pequenos entraves levantados em relação a Alqueva; todos eles da área do Ambiente (Estou a escrever em Outubro de 2017; se não houvesse Alqueva, o Alentejo estaria a penar de uma seca muito severa com falta de água até para o abastecimento das populações...).

O Casal Ventoso estava prestes a dispor do enquadramento legal para a sua reabilitação. O diploma respectivo encontrava-se preso por um pormenor relativo aos empréstimos. Decidimos que se adoptaria a mesma modalidade usada no Programa Especial de Realojamento (PER) para não introduzir mais variedade (leia-se confusão) no sistema. Ele funcionaria em articulação com um Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa; o seu Presidente, Dr. Jorge Sampaio, tinha-nos dito como funcionaria o conjunto.

Havia uma série de Programas Operacionais finalmente aprovados. Era preciso nomear rapidamente os seus gestores, tendo em atenção que a experiência indicava serem eles peças fundamentais para a sua dinamização. Demos muita atenção à sua escolha. Havia, depois, os programas de iniciativa comunitária – INTERREG II, URBAN, KONVER e PME – que também deveriam ter responsáveis portugueses à sua frente, em Portugal. Tinham de acumular funções com os programas operacionais, porque as funções correspondentes não justificavam que o fizessem em regime de tempo pleno.

\*

No dia 21 de Julho tive, em Paços de Ferreira, uma reunião com os Autarcas do Agrupamento do Vale do Sousa para analisarmos as condições de desenvolvimento daquele espaço cuja proximidade do Porto não lhe garantia as condições de prosperidade que poderíamos admitir. Era uma zona de minifúndio com numerosas PME dos sectores tradicionais e ainda com ligações rodoviárias muito deficientes. Tinham desenvolvido um estudo estratégico que queriam ver transformado em programa operacional. Contavam com um apoio explícito por parte do Governo porquanto se tratava de uma das zonas mais jovens do país, em termos demográficos e muito activa quanto à iniciativa empresarial. Para isso o PROSUSA revelava-se fundamental. Queriam os Itinerários Principais e Complementares que os desencrassem e as ETAR necessárias para assegurar a sanidade do ambiente. Já se haviam candidatado a um programa de modernização administrativa porque, estavam certos, de que a melhoria da gestão municipal representava um imperativo. Falaram todos os Presidentes das Câmaras do Agrupamento. Resumirei o que disseram:

Foram desafiados a associarem-se e aceitaram; queriam agora ver os benefícios da cooperação. Os sectores prioritários, para eles, eram as estradas, o saneamento básico e as escolas.

Havia pleno emprego e os jovens eram desafiados a abandonar, precocemente, o sistema educativo. Faltavam-lhes quadros superiores e intermédios. O escoamento da produção dos sectores do mobiliário e do calçado não se compadezia com o estado de uma rede de estradas labiríntica e, generalizadamente, em mau estado. O PROSUSA representaria um instrumento de racionalização da acção e repousaria, especialmente, no estudo estratégico que tinham encomendado e que já estava disponível. Este havia criado muitas expectativas.

Pretendiam conferir prioridade ao turismo para diversificar em relação ao mobiliário e ao calçado; isso seria particularmente importante para a zona ribeirinha do Douro.

Concordavam com a importância que eu atribuía à coordenação. O sector decisivo era o das estradas. Sem elas, não haveria economia próspera porque não exportariam quase nada. Houve algumas manifestações de “ciumeira” em relação à ponte da Ermida à qual os da margem direita não atribuam a urgência com que ela tinha conseguido entrar em construção.

O abastecimento de água, para as aglomerações mais importantes, era uma prioridade absoluta. Um dos Concelhos só tinha satisfeitas 8% das suas necessidades de abastecimento de água.

Muitos deles haviam herdado passivos que os manietavam. Eu deveria conseguir uma linha de crédito, a longo-prazo, que lhes permitisse renegociar os numerosos empréstimos que afogavam as suas tesourarias.

Para complicar o desenvolvimento, eles tinham uma orografia complicada, formada por colinas de todos os tamanhos que tornavam caríssimas todas as obras rodoviárias que empreendiam.

Felicitei-os por se terem agregado e aprendido a tomar decisões em conjunto. As coisas evoluíram muito e passados uns anos atribuam-me uma medalha do Vale do Sousa. Na altura da cerimónia da entrega da distinção falei com todos, alguns deles vereadores ao tempo da reunião que relatei. Era evidente que tinham sido as estradas que haviam “desencravado” a situação. Mas perguntei-lhes o que para

eles representara o passo mais difícil. Tinham sido todas as manifestações de falta de unidade do conjunto; haviam-se aplicado em discernir qual poderia ser o traço da união. Acabaram por se fixar no “Românico”! Efectivamente, toda a zona está coberta por lindíssimas igrejas românicas, de pequenas dimensões, mas de traça perfeitíssima. Assim nasceu a “Rota do Românico” que começou por lhes dar a almejada unidade e que, hoje, constitui um elemento de atracção turística adicional. Mas a prioridade então fixada foi a constituição de um “Fórum da Educação”, reunindo Autarcas, Empresários e Professores. Não pude estar mais de acordo!

\*

Em 28 de Julho soube que os “rapporteurs” da DG XVI (FEDER e Fundo de Coesão) tinham estado a analisar o cenário de financiamento que nós havíamos apresentado em relação a Alqueva, mas que tinham sugerido um outro. A questão prendia-se com a inclusão da central no esquema apresentado. Eles tinham-se oposto à inclusão da mesma no conjunto porque o FC não apoiava infra-estruturas do sector da energia. Mas a central constituía um dos “pés” da barragem, quer dizer fazia parte da solução estrutural adoptada. Seria difícil dissociar essa parte do conjunto, mas nós deveríamos apresentar o assunto de tal modo que eles não “perdessem a face”... Era a nossa obrigação se queríamos ver a barragem financiada no máximo valor possível.

\*

Hoje (2017) não há quem não louve a construção do empreendimento do Alqueva, mas, em 1995, tudo eram entraves. Em relação ao estuário, os Espanhóis queriam mais estudos, tendo em vista impor condicionamentos à exploração da albufeira. Eu aceitei, mas respondi que deveríamos alargar o âmbito da análise e considerar, também, as barragens espanholas; deixou de ser tão audível a reclamação. Havia a sugestão de lançar o que se chamavam as medidas mitigadoras dos riscos que os nossos vizinhos queriam que fossem totalmente suportados por nós. Tal era o caso das consequências sobre a fauna, em território espanhol e, também, o das aves que nidificavam nas escarpas, que não eram só no vale do Guadiana, mas, também, dos rios afluentes. Não era um estudo fácil, contudo, para o condu-

zir preconizou-se a criação de um parque do Guadiana e de duas áreas protegidas, a de Barrancos e a do próprio Guadiana (Mértola e Serpa).

\*

A reconversão do Casal Ventoso deu alguma discussão, apesar de ser o Dr. Jorge Sampaio o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de nós nos entendermos quanto à urgência de acabar com aquela chaga que tantos danos causava a uma parte da população lisboeta. Acabámos por obter o acordo do Ministério das Finanças e da Presidência do Conselho quanto à forma legislativa de resolver a questão; seria por resolução do Conselho de Ministros. Mas a Secretária de Estado da Modernização Administrativa temia o precedente que se ia abrir. Aplicámo-nos a limar as arestas, porque o pagamento das despesas corria através da Câmara e o Governo é que assegurava os contactos com Bruxelas. Eu tinha a certeza de que não seria com 3,5 milhões de contos que nós iríamos dar a volta ao assunto, mas confiava em que obteríamos mais verbas, porque em toda a Europa existiam problemas relativos às “Inner Cities” e o tema já havia sido absorvido pelas instâncias comunitárias. Além do mais, não era financeiramente realista transferir todas as responsabilidades para a Câmara Municipal; ela não dispunha, pura e simplesmente, dos meios necessários. Mas assegurámos que não seria o Governo a arcar com o pagamento de vencimentos. Deste modo garantimos que haveria comando das despesas, sendo-nos possível justificar todos os gastos.

\*

No dia 29 de Agosto tive a notícia de que estava em curso a adjudicação dos trabalhos referentes à primeira fase da construção da barragem do Alqueva. Tinha havido boas notícias de Bruxelas relativamente ao financiamento da barragem por fundos do FEDER. O Comité do Fundo de Coesão havia reunido e decidido não financiar a barragem mas contemplava a hipótese de o fazer em relação à central hidroeléctrica. Para nós era indiferente a fonte de financiamento; havíamos entregue em Maio de 1994 um formulário “de largo espectro”, para o projecto global, no qual contemplávamos o financiamento por três fundos: o FEDER, o FEOGA e o Fundo de Coesão. Eles tinham condições diferentes, mas nós possuíamos alguma elas-

tidade para acomodar combinações diversas das três fontes. De qualquer modo, deveríamos entregar um novo formulário que entendemos melhor ser geral, embora centrado na barragem; as outras componentes seriam mencionadas, mas em complemento. Em suma, tratava-se de notificar um grande projecto, identificando particularmente a sua componente principal. Era necessário, todavia, que ficasse claro que o novo formulário, que seria entregue no dia 4 de Setembro, constituía uma mera actualização do apresentado em Maio de 1994; estas coisas de datas são muito importantes para a Comissão Europeia e sua Administração.

\*

Em 13 de Setembro fui visitado pelo Dr. Jorge Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para designarmos, de comum acordo, os responsáveis pelos órgãos que iriam levar a cabo o programa de reabilitação do Casal Ventoso. Para o Conselho Administrativo foi um antigo quadro do Instituto Nacional de Estatística. Para presidente da Comissão de Fiscalização, o vereador das Finanças da Câmara Municipal de Lisboa e para um Conselho Consultivo, que considerávamos essencial, um psiquiatra e um arquitecto conhecido. Não houve propostas e contrapropostas. Existiu, somente, uma conversa sem “arrières pensées”, à procura de quem estivesse na melhor posição para desempenhar uma delicadíssima função.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. VOLUME 9/12**

**CAPÍTULO XXIX**

**(1) DOMINGUES, Álvaro (2009).** *A Rua da Estrada – O problema é fazê-los parar*. Porto:

Dafne Editora

**(2) GASPAR, Jorge (1993).** *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Edição do Ministério

do Planeamento e da Administração do Território



## **CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS**

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

## **PLANO GERAL DA OBRA**

### **VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX**

**CAP. I** / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

**CAP. II** / A UNIVERSIDADE;

**CAP. III** / O SERVIÇO MILITAR;

**CAP. IV** / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

**CAP. V** / OS TEMPOS DA HOLANDA;

**CAP. VI** / OS TEMPOS DE LONDRES;

**CAP. VII** / O REGRESSO AO PORTO;

**CAP. VIII** / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

**CAP. IX** / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV**

**CAP. X** / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

**CAP. XI** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

**CAP. XII** / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

**CAP. XIII** / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

**CAP. XIV** / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI**

**CAP. XV** / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

**CAP. XVI** / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX**

**CAP. XVII** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

**CAP. XVIII** / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XIX** / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XX** / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII**

**CAP. XXI** / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

**CAP. XXII** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XXIII** / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV**

**CAP. XXIV** / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

### **VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI**

**CAP. XXV** / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

**CAP. XXVI** / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII**

**CAP. XX/** A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

**CAP. XX/** NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX**

**CAP. XXIX/** A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

**CAP. XXX/** O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV**

**CAP. XXXI/** A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

**CAP. XXXII/** UM NOVO REGRESSO AO PORTO

**CAP. XXXIII/** O “CAVAQUISMO”

**CAP. XXXIV/** A REGIONALIZAÇÃO

**CAP. XXXV/** A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX**

**CAP. XXXVI/** NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

**CAP. XXXVII/** AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XXXVIII/** OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

**CAP. XXXIX/** A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

## **VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX**

**CAP. XL/** O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

**CAP. XLI/** A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**CAP. XLII/** AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

**CAP. XLIII/** AS VIAGENS

**CAP. XLIV/** A BIBLIOFILIA

**CAP. XLV/** A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

**CAP. XLVI/** COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

**CAP. XLVII/** ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

**CAP. XLVIII/** GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

**CAP. XLIX/** CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÚLTIMA NOTA

AGRADECIMENTOS

UM DEPOIMENTO

## FICHA TÉCNICA

---

### TÍTULO

**Trilhos. Memórias.**  
**Por vezes, quase um diário.**  
(VOLUME 9 DE 12)

### DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

### TEXTO

Luís Valente de Oliveira

### REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

### IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

**DEPÓSITO LEGAL** 00000/22

**ISBN** 978-972-8961-17-6

**DATA** 09/2022

### EDIÇÃO

Edições Gémeo  
Rua da Reboleira, 49  
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO  
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO  
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES  
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO  
DESTE DOCUMENTO.

### VOLUME 9/12 CONTINUA

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

### OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

### VOLUME 9

[https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6\\_09](https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_09)

